

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS - ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Aurora Mexicana

**Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da
América Latina: O exemplo do discurso zapatista**

TESE DE DOUTORADO

Maurício Beck

**Santa Maria, RS, Brasil.
2010**

Aurora Mexicana

Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da
América Latina: O exemplo do discurso zapatista

por

Maurício Beck

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de
Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção de título de
Doutor em Letras

Orientadora: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**


A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a tese de doutorado

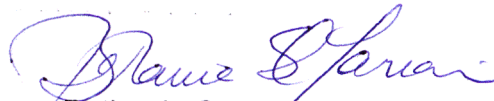
**AURORA MEXICANA
PROCESSOS DE RESISTÊNCIA-REVOLTA-REVOLUÇÃO EM LUTAS
POPULARES DA AMÉRICA LATINA: O EXEMPLO DO DISCURSO ZAPATISTA**

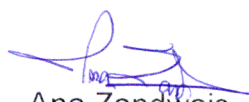
elaborada por
Maurício Beck


como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

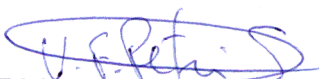
COMISSÃO EXAMINADORA:


Amanda Eloíja Scherer
Orientadora-Presidente


Bethania Sampaio Corrêa Mariani
(UFF)


Ana Zandwais
(UFRGS)


Carme Regina Schons
(UPF)


Verli Fátima Petri da Silveira
(UFSM)

Santa Maria, 1º de Outubro de 2010.

Parece que estou voando...

era o que dizia minha avó nos finais das tardes de verão quando se sentava um tanto cansada debaixo de uma parreira no quintal de sua casa e escutava alguma boa música em seu velho rádio a pilhas. Alguma música que a levasse, mesmo que apenas por um breve momento, para longe de um cotidiano de labutas e de preocupações. Apenas por um breve momento porque não era de seu feitio ficar alheia a tudo que acontecia pelo mundo afora. Sim, pois seu *radinho* a ligava à cidade, ao estado, ao país e ao exterior. Mesmo cega pela diabetes, nunca deixou de participar das decisões da família, nem de se envolver com os rumos de seus filhos e de seus netos. Nem nunca permitiu que outra pessoa se ocupasse dos afazeres domésticos. Cozinhou, lavava, passava... a cegueira não a impedia de cuidar do *Solar dos Inocentes* (era esse o nome da casa antes da família comprá-la). Tinha medo sentir-se inútil. Quando um dia ela partiu, não soube da falta que fez e ainda faz... em todos nós.

Agora chega!

com essas palavras pronunciadas com um sotaque alemão bem marcado e marcante, minha *oma* encerrava as frequentes algazarras de seus netos, e também de seus filhos, nos dias em que nos reuníamos a sua volta. Algazarras, provocações, brincadeiras, embromações e anedotas de que ela era em grande parte responsável. Seu jeito de “alemoa atravessada” (de fato nascida e criada no Brasil) não escondia de todo sua lucidez e sua fina ironia. Quando batia seus chinelos no chão e pedia o fim das balburdias e das embromações, era para, com o fôlego renovado pelo silêncio, rir-se sozinha de todos nós... e de si também. Em suas últimas noites neste mundo, sonhava alto, sonhava rindo alto, sonhava que ainda dançava nos bailes de sua juventude. Para nós, deixou, entre outras coisas, um repertório de histórias hilariantes e verídicas das quais é sempre a personagem principal.

Dedico esta tese às memórias de *Bromilda Beck* (1932-2001) e de *Hilda Adam Seib* (1918-2001), minhas avós. Sem a confiança e o forte incentivo que elas me deram, este percurso de estudos acadêmicos jamais se teria concretizado.

As piores horas são as mais necessárias para a razão. Por isso, é preciso, antes de qualquer discurso apressado ou emotivo, compreender para potencializar a crítica.

Paulo César Tiellet & Paulo Denisar Fraga

Sou grato aos professores Paulo César Tiellet (in memoriam), Paulo Denisar Fraga e Ilton Benoni da Silva pelo grande auxílio prático-teórico em tempos difíceis.

Agradeço

à CAPES pelo apoio financeiro.

à professora Dr. Amanda Eloina Scherer pela orientação em todos esses anos e pela incitação em me fazer seguir em frente.

à professora Dr. Ana Zandwais pelo forte apoio e incentivo.

ao professor Alejandro Buenrostro por ter me recebido tão bem no acervo *Xojobil* em Guarulhos-SP e se disposto a conversar sobre a luta zapatista, a cultura e a vida política dos ameríndios de Chiapas-México.

ao professor Jorge Quillfeldt e ao Leonardo Palma pelas conversas e pelo farto material zapatista que me repassaram.

às colegas, integrantes do Laboratório Corpus, pelas discussões, debates e estudos compartilhados todos estes anos.

à Camila Simões de Rio das Ostras que, mesmo morando tão longe, se fez tão intimamente presente em meu dia-a-dia nesses mais de três anos... *Tão Longe, Tão Perto*... Graças à Camila, fui capaz de encarar toda essa solidão, todo esse estar só, que um trabalho de tese parece exigir.

Foi uma longa adolescência.

[...] e muita coisa estava acontecendo comigo pois me senti num momento profeta da minha própria história, não aquele que alça os olhos pro alto, antes o profeta que tomba o olhar com segurança sobre os frutos da terra, e eu pensei e disse sobre esta pedra me acontece de repente querer, e eu posso!

Raduan Nassar

RESUMO

Tese de doutorado
Programa de Pós-graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

AURORA MEXICANA PROCESSOS DE RESISTÊNCIA-REVOLTA-REVOLUÇÃO EM LUTAS POPULARES DA AMÉRICA LATINA: O EXEMPLO DO DISCURSO ZAPATISTA

AUTOR: MAURÍCIO BECK
ORIENTADORA: DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 1º de Outubro de 2010

A presente tese tem como escopo contribuir para a discussão teórica acerca da emergência e dos modos de funcionamento de discursividades imbricadas a ideologias dominadas ou antagônicas no continente latino americano. Da perspectiva da Análise de Discurso, iniciada pelo círculo de intelectuais em torno de Michel Pêcheux na França entre as décadas de 1960-1970, empreendeu-se uma análise pontual do discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento que se alçou em armas em janeiro de 1994 no sudeste mexicano. Entretanto, são os comunicados, as cartas, as declarações, as imagens de rebeldes mascarados, divulgadas pela mídia, que possibilitaram um amplo apoio civil nacional e internacional e evitaram a derrocada da luta zapatista pelas forças de contra-insurgência. O processo de resistência-revolta em curso nos últimos dezesseis anos no estado de Chiapas permite o estudo dos modos de funcionamento de discursividades antagônicas, dissimétricas em relação à ideologia dominante, neste início de século XXI. A descrição e a interpretação se focaram em quatro tópicos que caracterizam a heterodoxia do EZLN frente a outras discursividades da esquerda hegemônica do século passado: a posição-sujeito zapatista em franca recusa da individualização pelo Estado; a imagem midiaticizada dos zapatistas enquanto celebridades anônimas; o riso zapatista enquanto irrupção de humor no político; o silenciar zapatista, enquanto prática de recusa em ter de dizer, com os efeitos de sentidos e os efeitos políticos que acarretam. Com base nesta análise foi possível retomar o conceito de espectro do irrealizado articulado ao processo de reprodução/transformação histórico.

Palavras-chave: processos de resistência-revolta-revolução, discurso zapatista, lutas populares.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Programa de Pós-graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

MEXICAN DAWN

PROCESS OF RESISTANCE-REVOLT-REVOLUTION OF POPULAR STRUGGLES IN LATIN AMERICA: THE EXAMPLE OF THE ZAPATISTA DISCOURSE

AUTHOR: MAURÍCIO BECK
ADVERSIR: DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, October 1, 2010.

The scope of this thesis is to contribute to the theoretical discussion about the emergence and the modes of operation of discourses overlapped by dominant or antagonist ideologies in Latin America. From the perspective of Discourse Analysis, initiated by the circle of intellectuals around Michel Pecheux in France in the decades of 1960-1970, a punctual analysis of the discourse of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN) was undertaken. The EZLN is an armed movement which started in southern Mexico in 1994. However, it has been their announcements, letters, statements, the images of rebels wearing masks disseminated by the media which made it possible a national and international civil support and prevented the defeat of the Zapatistas by the counterinsurgency forces. The process of resistance-rebellion in the past sixteen years in the state of Chiapas allows the study of the modes of operation of antagonist discourses, dissymmetric in relation to the dominant ideology, in this early twenty-first century. The description and interpretation are focused on four issues that characterize the heterodoxy of the EZLN facing other counter-hegemonic discourse in the last century: the Zapatista subject position in open rejection of individualization by the state; the images of the Zapatista in the media while anonymous celebrities; the laughter of the Zapatista as their eruption of humor in politics; the silence of the Zapatista as an act of refusing to have to say, with the effect of meanings and political effects that they cause. Based on these analyses, it was possible to reassess the concept of spectrum of the articulate unrealized to the process of historical reproduction/ transformation.

Keywords: process of resistance-revolt-revolution, Zapatista discourse, popular struggles.

Sumário

Apresentação.....	1
Alvorecer.....	6
PRIMEIRA PARTE.....	11
QUESTÕES TEÓRICAS/PROBLEMÁTICAS POLÍTICAS	12
Ideologia revolucionária ou transformadora no século XXI	14
Do Império à multidão.....	19
Fantasia ideológica.....	28
A retomada do materialismo dialético.....	34
Breve cotejo.....	44
MODALIDADES DE FUNCIONAMENTO SUBJETIVO.....	46
O bom	48
O mau	51
O feio	53
Questões relativas à teoria das modalidades	58
ALGO FALHA NA PRÁTICA TEÓRICA.....	60
Recuo estratégico no inverno político.....	62
Ideologia e sujeito cindido.....	65
Individualização do sujeito pelo Estado.....	73
Processos de resistência-revolta-revolução(?).....	78
Sujeitos-segregados do século XXI: os novos proletários?.....	84
Dissimetrias no espectro ideológico.....	88
SEGUNDA PARTE.....	92
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICO-DISCURSIVAS.....	93
Espectros latino-americanos.....	95
Precedentes da revolução mexicana.....	96
A revolução mexicana: a primeira emergência do zapatismo.....	98
O levante do EZLN: A reemergência do zapatismo	107

iYa basta!.....	109
Acerca dos zapatistas.....	117
TERCEIRA PARTE.....	122
UMA DELIMITAÇÃO DOS CORPORA.....	123
O codinome zapatista: a identidade dos sem nome e sem rosto.....	126
A máscara zapatista: celebridades anônimas.....	135
O sorriso zapatista: a política do humor.....	143
O silenciar zapatista: quem cala dissente?.....	156
Panamericana: o espectro do irrealizado ronda nuestra América?.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174

Apresentação

Na presente tese¹, viso a trazer novamente à discussão questões teóricas e problemáticas políticas deixadas em suspenso no interior da teoria materialista do discurso, desde o declínio dos partidos eurocomunistas e da dissolução do chamado *socialismo realmente existente*, no final do século XX. Trata-se de questões teóricas acerca da ideologia dominada e antagônica e de seu funcionamento dissimétrico em relação à ideologia dominante.

Acredito que o funcionamento dissimétrico entre essas ideologias é correlato aos efeitos sociopolíticos que cada uma exerce. No caso da ideologia dominante, seu efeito material mais pertinente é o da reprodução das relações de dominação e de exploração socioeconômicas. Já no que concerne à ideologia ou às ideologias antagônicas, seu efeito consiste em questionar e em criticar as evidências da ideologia dominante com vistas à transformação e à superação das relações de dominação e exploração. Na perspectiva da teoria da Análise de Discurso, essa questão emerge com mais intensidade nas elaborações conceituais em torno das modalidades de funcionamento subjetivo empreendidas por Pêcheux em sua obra, a meu ver, de maior envergadura - *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*². Não obstante, esta questão não é de todo rematada pelo filósofo francês, uma vez que algo vem a falhar na terceira modalidade de funcionamento subjetivo (aquela da desidentificação em relação às evidências das formações discursivas imbricadas à ideologia dominante).

Com efeito, é a pedagogia da ruptura que falha porque seu modo de funcionamento é simétrico àquele da ideologia dominante; e, por conseguinte, não há como se alçar para além dos efeitos do imaginário acerca das relações socioeconômicas. Em outras palavras: a chamada ciência do materialismo histórico e a prática política marxista-leninista não são mais entendidas como detentoras de um conhecimento objetivo da realidade social para além dos efeitos de ilusão/alusão

¹ Esta tese foi redigida com a utilização do aplicativo *BrOffice Writer*, processador de textos de código aberto, de distribuição gratuita e referência no cenário do *Software Livre* brasileiro.

<http://www.broffice.org/>

² PÊCHEUX, [1975] 1997.

da ideologia. Ao contrário, uma vez que sua própria prática política (partidos de vanguarda organizados hierarquicamente) funcionava de modo similar às práticas da ideologia dominante, os conhecimentos engendrados nessa mesma prática não podem mais se sustentar na afirmação da exterioridade radical da teoria do materialismo histórico em relação à instância ideológica.

No transcurso das últimas décadas do século XX, uma série de acontecimentos políticos, sociais, econômicos, discursivos e ideológicos redefiniu as relações de força no que concerne aos antagonismos mais encarniçados da formação social capitalista. Isso acarretou o declínio do poder de mobilização das massas por parte das ideologias antagônicas e, em consequência, fortaleceu sobremaneira os efeitos de evidência da ideologia dominante. Assim sendo, as investigações em Análise de Discurso se centraram nos modos de resistência cotidianas e inconscientes e nas falhas dos rituais de interpelação da ideologia dominante, por um lado, e pelas contradições que afetam o bom funcionamento das formações discursivas, inelutavelmente, imbricadas à ideologia das classes dominantes, por outro.

A própria configuração estrutural do antagonismo social parece ter sofrido transformações importantes nas três últimas décadas do século XX. Os sintomas dessas mudanças são discerníveis no enfraquecimento do poder de reivindicação dos sindicatos, na fragmentação das esquerdas e no desgaste político dos partidos eurocomunistas. A classe operária, engendrada na época do capitalismo industrial, não aparece mais como a protagonista das lutas mais encarniçadas nos últimos tempos. Em contraste, uma gama de lutas populares tem se destacado, sobretudo no continente latino-americano, neste início do século XXI.

Entre essas lutas, o levante dos indígenas camponeses organizados em um exército clandestino autodenominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no sudeste do México tem se diferenciado pela sua heterodoxia em relação às guerrilhas latino-americanas. No que concerne a seu discurso, este também difere do discurso da esquerda hegemônica do século XX: caracteriza-se pela recusa da condição de vanguarda e por não se dizer detentor de uma doutrina ou teoria revolucionária; seus comunicados trazem referências à cosmogonia maia, à literatura latino-americana, ao universo infanto-juvenil.

Minha proposta é buscar desenvolver gestos de análise com base nos aspectos heterodoxos do discurso zapatista. Isto é, tomar essa heterodoxia como sintoma de uma diferença, de uma discrepância entre o funcionamento do discurso do EZLN e os discursos da esquerda hegemônica no século XX - partidos comunistas e socialistas. Dessa forma, tenho como objetivo averiguar se há (ou não) dissimetrias de funcionamento entre a ideologia dominante e as ideologias antagônicas engendradas em uma das mais destacadas lutas populares da América Latina na contemporaneidade.

Os gestos de análise centrar-se-ão em quatro tópicos que visam aspectos discrepantes da luta zapatista. A começar pelos sujeitos integrantes do EZLN que, para não tornarem pública a sua identidade individual civil, cobrem seus rostos com capuzes negros (*pasamontañas*) ou com lenços multicoloridos (*paliacates*). Como funciona esse sujeito do discurso zapatista em franca recusa de ser individualizado pelo Estado? A *persona* do Subcomandante Marcos, porta-voz mais conhecido do EZLN, líder militar submetido às decisões políticas das comunidades autônomas, intérprete e tradutor das línguas indígenas chiapanecas para o espanhol (e vice-versa), será o foco na abordagem deste primeiro tópico.

As imagens dos zapatistas mascarados são difundidas em fotografias, documentários, entrevistas, etc. pelas mídias no mundo, sobretudo, pela rede mundial de computadores. Com isso, as comunidades zapatistas se tornaram visíveis mundialmente; toda uma população excedente de sujeitos-segregados, outrora *sem rosto* e *sem voz*, tornara célebre uma causa política em proporções internacionais. Buscar compreender os efeitos de sentidos das imagens zapatistas, enquanto forma material discursiva, é pertinente para se entender de que modo o zapatismo se significa na chamada *Sociedade do Espetáculo*.

Um terceiro aspecto se dá em torno da questão do humor e do lúdico nos discursos do porta-voz mais conhecido do EZLN, trata-se de abordar os efeitos de sentido destes com vistas a compreender melhor seus efeitos políticos. A autogozoação possibilita uma autocrítica capaz de pôr em suspenso a autoridade de um suposto saber político emancipatório do discurso o EZLN?

O último dos aspectos discrepantes é a prática zapatista de silenciar diante de determinados acontecimentos. Embora seja conhecido por intermédio de

declarações, comunicados e cartas, o EZLN com certa regularidade silencia diante de acontecimentos políticos e não responde às interpelações do governo ou da imprensa mexicana. Pelo viés da perspectiva discursiva, o silêncio significa, isso é, não se caracteriza pelo vazio do sentido - de modo que o calar-se não corresponde a um assentimento tácito. Seus efeitos políticos, pelo contrário, podem ser corrosivos.

Todo esse percurso de gestos de análise tem como base uma série de questões teóricas e problemáticas políticas que não se restringem ao campo da teoria materialista do discurso, mas dizem respeito ao pensamento da esquerda contemporânea, de modo que esta tese tem como escopo trazer questões e problemáticas com base no legado do materialismo histórico. Por conseguinte, discorro sobre a teoria de expoentes da esquerda do início de século XXI: Mézáros, Žižek, Hardt & Negri, pensadores com abordagens epistemológicas e políticas diferenciadas, mas que se colocam como herdeiros do materialismo histórico.

Entre as temáticas e questões que serão desenvolvidas estão: Como se estruturam os antagonismos determinantes das transformações históricas neste começo de século? Como se dão as relações de dominação política, de exploração econômica e de segregação social no capitalismo contemporâneo? Como funciona a interpelação ideológica na atualidade? Quais discursos, tendências ou projetos remetem a um outro mundo possível para além do Capital?

Essas questões nortearão os gestos de análise do discurso do EZLN. Ressalto que o objetivo deste trabalho não é desenvolver um conhecimento especializado sobre o zapatismo. Trata-se de um estudo de caso que permita levar adiante as questões que se colocaram no interior da Análise de Discurso, na obra de Pêcheux, e que ainda se colocam para o pensamento da esquerda em nossa época histórica.

A presente tese está estruturada em três partes. Na primeira dessas, discorro mais detidamente sobre as questões teóricas e as problemáticas políticas em seus variados aspectos - distribuídos em capítulos e subcapítulos, mas articulados pelo fio do discurso. Uma série de considerações serão desdobradas a fim de que a questão teórica norteadora da tese esteja formulada de modo a definir a perspectiva

com que serão posteriormente abordados os corpora discursivos do EZLN.

A segunda parte se centra na narrativa histórica acerca do levante zapatista. Desse modo, as condições de produção poderão ser mais bem compreendidas. São elementos determinantes, no que concerne à discursividade zapatista: as relações de força em jogo na conjuntura política mexicana e as memórias da história de revoluções e lutas mexicanas.

Certamente, o cerne desta parte dois serão os subcapítulos que trarão à baila os acontecimentos em torno do levante zapatista, em 1994, em conjunto com a sucessão de acontecimentos mais significativos nos dezesseis anos de insubordinação armada e de luta político-ideológico-discursiva no estado de Chiapas-México, e em repercussões e manifestações políticas em variadas partes do mundo.

No que concerne aos gestos de análise, primeiramente, com base nas questões traçadas e desdobradas na primeira parte, buscarei definir o objeto de investigação com vistas à delimitação dos corpora. Já antecipo que os corpora incluem o discurso dos comunicados e cartas do EZLN e do seu porta-voz mais conhecido, o Subcomandante Marcos; vídeos dos zapatistas mascarados, difundidos pelas mídias, e algumas interpretações e relatos sobre o silenciamento zapatista.

Em um último capítulo chamado **Panamericana**, buscarei pensar a discursividade zapatista no contexto dos processos de resistência-revolta-revolução(?) da América Latina deste início de século XXI. Que perspectivas se abrem para o engendrar de ideologias antagônicas capazes de romper o círculo encantado da ideologia dominante?

Alvorecer

Era uma época de presságios sinistros... Uma época em que o realista fugia da inconstante desesperança para sobreviver, enquanto, ao seu lado, menos lépido, e andando num ritmo próprio, vinha o sonhador.

Will Eisner

O título desta tese tem ressonâncias nietzscheanas: as “tantas auroras que não brilharam ainda” dos textos hindus de Rigveda, epígrafe enigmática de um dos livros de Nietzsche, são celebradas da perspectiva dos inatuais. Ou seja, daquelas subjetividades radicais e extemporâneas que contra este tempo se posicionam a favor de outro que, talvez, virá. Além disso, o filósofo alemão discorre no prólogo de *Aurora* sobre um “ser subterrâneo’ a trabalhar, um ser que perfura, que escava, que solapa. Ele é visto [...] lentamente avançando, cauteloso, suavemente implacável, sem muito revelar da aflição causada pela demorada privação de luz e ar”.³ No entanto, para o pensador alemão esta “toupeira” já antevê sua manhã, sua aurora. Não posso deixar de relacionar o sujeito deste prefácio à expressão da “velha toupeira” de Marx ([1852]1997) que em *18 Brumário de Luís Bonaparte* referia-se ao “animal” - o proletário - sempre a labutar, a cavar, mesmo que pouco se perceba na superfície dos eventos cotidianos. Seu trabalho obstinado só emerge à luz do dia de tempos em tempos quando então surpreende a todos aqueles que não souberam analisar os sinais e o itinerário de suas turbulências em devir.

Com efeito, tendo em vista as tendências e as relações de forças contemporâneas, acredito ser pertinente indagarmo-nos novamente pelos rumos e pelos acontecimentos políticos e ideológicos que a história pode trazer em seu bojo nos anos e décadas a porvir. Coloco esta indagação na tentativa de me furtar aos efeitos de sentido há muito estabilizados, quiçá estagnados, em torno do problema da atualidade. Desconfio que me posicionar na perspectiva dos inatuais implica, inelutavelmente, uma nova problematização da atualidade. Problematização no sentido dado por Foucault (1984): cabe questionar o efeito de evidência deste objeto de inumeráveis investigações no decorrer das últimas décadas do século XX e da

³ NIETZSCHE, [1881] 2004, p. 9

primeira do século XXI. De que modo a atualidade se fez objeto-fetiché⁴ de estudos em variados campos das ciências humanas?

Fomos sujeitos e testemunhas, no fim do século XX, de uma série de acontecimentos políticos, de uma gama de reposicionamentos teóricos no campo das ciências humanas, que puseram em questão as “metanarrativas emancipatórias” de cunho progressista ou revolucionário. Entre os críticos que discorriam acerca do fracasso do projeto moderno, alguns autores, automeados pós-modernos, passaram a dar ênfase ao *atual*. A atualidade, o estudo de *nosso* presente, ganhou destaque no *fin de siècle* frente aos acontecimentos cotidianos que extrapolavam as teorias de grade interpretativa ou explicativa macro-histórica. Por um lado, essas novas perspectivas teóricas possibilitaram uma abertura epistemológica e interpretativa que, por sua vez, alçaram fenômenos e acontecimentos *micro* a objetos dignos de serem estudados nos campos da história, das ciências sociais, das ciências políticas, das ciências da linguagem, etc.

Por outro lado, a ênfase nos estudos do presente, na interpretação das *estranhezas* de nossa atualidade parece ter obliterado, em certa medida, nossa perspectiva histórica - quase a funcionar como uma *perenização do presente*, como se o passado fosse incomensuravelmente diferente e o futuro uma continuidade do atual ou, em caso extremo, uma total imponderabilidade diante de sua absoluta alteridade. Postura epistemológica que tanto pode ser sintoma de uma maior modéstia teórica como de uma conformidade ao *status quo* da contemporaneidade⁵.

Na leitura de Sader⁶, “na transição do período histórico anterior para o atual”, uma crise ideológica afetou de tal modo as “práticas teóricas”, que houve uma “desqualificação dos chamados megarrelatos e a utilização generalizada da ideia de crise dos paradigmas” com o conseqüente abandono de modelos analíticos gerais. Sader também ressalta seus efeitos políticos:

4 Objeto-fetiché no sentido de fixação do interesse dos sujeitos do conhecimento em um objeto parcial ou fragmentado, como propõe a psicanálise, e também no sentido de fantasia ideológica que naturaliza, atemporaliza um conjunto de relações sociais objetificadas, mediatizadas por mercadorias, estabelecidas historicamente, como propõe o materialismo histórico.

5 Esta desconfiança em relação ao presente anistórico também caracteriza a proposta zapatista: “Quando propomos resgatar a memória, lutamos contra a unidimensionalidade do presente e do predeterminado” (MARCOS in: Montalbán, [1999], 2002 p. 44).

6 SADER, 2009, p. 101.

O Refúgio na óptica de simples denúncia, sem compromisso com a formulação e a construção de alternativas políticas concretas, tende a distanciar parte significativa da intelectualidade dos processos históricos concretos que o movimento popular enfrenta no continente, condenando este a tentativas empíricas de ensaio e erro, na medida em que não conta com o apoio de uma reflexão teórica comprometida com os processos de transformação realmente existentes.⁷

Desse modo, as investigações focadas somente na descrição das filigranas da atualidade e na denúncia de seus paradoxos parecem obscurecer a perspectiva histórica, que envolve os “processos de transformação realmente existentes” na expressão de Sader. Com um posicionamento similar, o filósofo Mészáros (2004), ao se referir ao discurso de Adorno, critica justamente o caráter de anistoricidade deste pensador pelo seu uso reiterado do “hoje” (*Heute*) como um modo de opor categoricamente o presente ao passado. Na interpretação de Mészáros, Adorno rompe a dialética entre “continuidade e descontinuidade com a simples declaração da preponderância da descontinuidade apoiado na autoridade do hoje sem mostrar sua base ou suas implicações”.⁸

Esse efeito imaginário de perenização do presente acelerado no *turbo-capitalismo*⁹ parece dar-se pela imersão em uma vida cotidiana cuja *estagnação, ocultada pela pressa*,¹⁰ é experienciada pelos sujeitos (conformes à ideologia dominante) dentro de duas possibilidades disjuntivas: como usufruto-consumo instantâneo no mercado das sensações pagas¹¹ ou como vida-labuta em um tempo linearizado e cronometrado com fins de acumulação de bens materiais a serem gozados num futuro análogo ao presente perpetuado. Mais uma vez é Mészáros

7 Ibid., p. 101-102.

8 MÉSZÁROS, 2004, p. 190.

9 Cf. a designação cunhada por Edward Luttwack para o capitalismo financeiro e desregulamentador em *Turbo Capitalismo, Perdedores e Ganhadores na Economia Globalizada*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

10 Parafraseio o tradutor Renato Zwick que no texto *Tormento Eterno* asseverou: “Alimento a vaga suspeita, aliás que faz um bom tempo que o tempo parou sem que nos déssemos conta disso. Daí a necessidade de velocidade e eficiência sempre maiores: para ocultar a estagnação”. (ZWICK: 2001. p. 13)

11 Desde a década de 1960 a ideologia do tempo-consumo parece ter se intensificado, confirmando as invectivas críticas e corrosivas dos situacionistas: “De fato, os papéis são de agora em diante um consumo de tempo em uma sociedade na qual o tempo reconhecido é o tempo de consumo.(...) O que é a morte hoje em dia? É a ausência de subjetividade e a ausência do presente.” VANEIGEM: 2002). A proposta situacionista de intensificação da vida no presente: “Aja como se não houvesse amanhã” estaria encurralada pela ideologia consumista tardia que se impõe num cotidiano sem acontecimentos?

quem nos oferece uma aguçada análise das distorções das tendências reais do capitalismo, visto que a:

desconsideração tanto do passado como do futuro tinha de tomar grandes liberdades também na interpretação do presente *eternizado*. As tendências reais do desenvolvimento socioeconômico foram distorcidas até se tornarem irreconhecíveis, para delas se deduzir a possibilidade, para cada indivíduo, de uma existência feliz num mundo mercantilizado, em uma ordem social capitalista popular.¹²

Da perspectiva do filósofo húngaro, com o ritmo cada vez mais acelerado dos imperativos estruturais de autoexpansão, se faz necessário “perenizar o presente” (atenuando imaginariamente seus conflitos) para que esqueçamos os limites (auto)destrutivos concretamente incontornáveis ao modo de produção capitalista. Limites que, no entanto, teremos com que nos deparar em algum momento da história futura. Por enquanto, no horizonte da experiência ideológica do *presente eternizado*, não há acontecimentos, rupturas ou transformações. Este também parece ser o diagnóstico de Debord¹³:

A construção de um presente em que a própria moda, do vestuário aos cantores, se imobilizou, que quer esquecer o passado e dá a impressão de já não acreditar no futuro, foi conseguida pela circulação incessante da informação, que a cada instante retorna a uma lista bem sucinta das mesmas tolices, anunciadas com entusiasmo como novidades importantes, ao passo que só se anunciam pouquíssimo, e aos arrancos, as notícias de fato importantes, referentes ao que de fato muda.

Desse modo, o círculo encantado da ideologia se fecha na eterna reprodução do mesmo, por mais velozmente que pareça avançar. O filósofo esloveno Žižek (2003) compartilha dessa percepção crítica acerca do frenesi/estagnação ao afirmar que: “no Ocidente desenvolvido, a atividade social frenética oculta a mesmice básica do capitalismo global, a inexistência de um Acontecimento...”¹⁴

É em contraposição aos efeitos de evidência da “eterna reprodução do mesmo” que, ao debruçar-me sobre o que ocorre na atualidade¹⁵, busco determinar o tempo em que o discurso, objeto de estudo desta tese, se dá, bem como de que possíveis tendências (ainda que embrionárias) ele é indício. É da história enquanto

12 MÉSZÁROS, op. cit., p. 426.

13 DEBORD, 1997, p. 176.

14 ŽIŽEK, 2003, p. 21.

15 “Qual atualidade?” poderá perguntar um leitor futuro, já distante deste momento histórico.

processo, sujeita a transformações, que se trata de retomar a perspectiva. Por conseguinte, é na aurora do século XXI que busco investigar a emergência de processos de resistência-revolta-revolução(?) em lutas populares no continente latino-americano, mais especificamente, no sudeste mexicano.

Em suma, viso a investigar os efeitos de sentido do discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) endereçado aos povos e governos do mundo. Investigar o modo de funcionamento desse discurso é também pensar sua função política, ou melhor, seus efeitos políticos e, desse modo, avançar no entendimento teórico e histórico acerca da questão da emergência, nas lutas populares, de formações ideológicas (ideologia dominada e antagônica) para além da resistência, ou seja, processos de revolta com transformações sociais e políticas no horizonte de possibilidades de seu devir.

PRIMEIRA PARTE
QUESTÕES TEÓRICAS/PROBLEMÁTICAS POLÍTICAS

QUESTÕES TEÓRICAS/PROBLEMÁTICAS POLÍTICAS

É um *já dito* bem (re)conhecido que a Análise de Discurso, iniciada pelo círculo de intelectuais em torno do filósofo francês Michel Pêcheux nas décadas de 60/70, articulou uma aliança entre a linguística estrutural, o materialismo histórico (na releitura althusseriana) e a psicanálise (na releitura lacaniana) com o escopo de formular uma teoria materialista do discurso e, desse modo, avançar na compreensão das questões semânticas.

A função dessa inusitada aliança não se reduz a assentar bases seja de ordem materialista, seja de ordem psicanalítica para uma teoria do discurso e do sujeito - enquanto efeito e não origem do dizer. A aliança visa trazer à baila novas questões e novos problemas ao fazer deslocar as perspectivas teóricas da semântica formal e introduzir os continentes da história e do inconsciente no modo de se buscar entender a produção de sentidos. Por conseguinte, é possível dizer que Pêcheux inoculou a linguística e a semântica com problemáticas políticas.

Sem sombra de dúvida o problema com que mais se ocupou Pêcheux ([1975] 1997), no início das elaborações teóricas da Análise de Discurso, foi o da imbricação da instância discursiva com a instância ideológica. Esta última com base na definição (re)formulada por Althusser ([1995] 2008),¹⁶ ou seja, entendida enquanto dotada de uma materialidade específica e com modos de funcionamentos próprios. Por conseguinte, pode-se afirmar que o conjunto das questões formuladas com base nessa imbricação confere a especificidade e constitui o objeto de investigação da teoria materialista do discurso nos prolegômenos da abordagem pecheuxtiana.

De outro lado, é preciso ter em conta que a imbricação entre discurso e ideologia envolve, inelutavelmente, um terceiro conceito também a eles imbricado. Esse conceito é o de sujeito (cindido da teoria psicanalítica). A produção de subjetividade ou a *interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia* é constituinte

16 Ressalte-se que a obra althusseriana citada é *Sobre a Reprodução*, uma publicação póstuma de manuscritos althusserianos somente foi publicada em 1995 na França, o extrato mais conhecido deste texto, *Ideologia os Aparelhos Ideológicos de Estado*, foi publicado primeiramente em 1971 na revista *Le Pensée*.

inalienável daquela imbricação de tal modo que a formulação da aliança dos três continentes ou territórios díspares é definida como similar ao entrelaçamento do nó borromeano.¹⁷ O rompimento de um dos três nós dissolve toda a aliança.

As especificidades do modo de imbricação do discurso-ideologia-sujeito foram tratadas por Pêcheux em sua obra *Semântica e Discurso: uma Crítica a afirmação do Óbvio*. No transcurso dessa obra, o autor discorre acerca dos modos de funcionamento subjetivo articulados com as materialidades ideológicas e discursivas. O escopo das teorizações pecheuxtianas era a conceituação de posições ideológico-políticas necessariamente imbricadas na constituição e no funcionamento da subjetividade. Era na continuidade da abordagem althusseriana¹⁸, filosofia que já articulava sujeito, sentido e ideologia, que a Análise de Discurso, em seus primórdios, buscava compreender os modos de assujeitamento (e de sua possível superação) à ideologia dominante. A seu modo e dentro do território a que se propôs, Pêcheux buscou elaborar teoricamente a imbricação discurso-sujeito-ideologia, mas tendo a preocupação de distinguir entre o modo de funcionamento da ideologia dominante – cujo efeito mais importante é encobrir ou justificar a dominação política/exploração econômica de nossa formação social – do modo de funcionamento da chamada ideologia dominada – cuja função (ou efeito) política seria a emancipação e a autonomia dos indivíduos livremente associados (na tradição do movimento do proletariado do século XIX e XX).

Em minha interpretação, as definições concernentes a cada modalidade subjetiva propostas pelo filósofo francês são modos de atualização, dentro da teoria do discurso, de conceitos próprios ao marxismo-leninismo acerca das formas de ideologia constituídas em nossa formação social. Em concordância com a releitura

17 Cf. Ferreira, 2005. A designação dos nós ou anéis de Borromeu, utilizadas pela topologia matemática e pela psicanálise lacaniana, era a princípio o brasão da família italiana Borromeu. Trata-se de um entrelaçamento, de uma imbricação, entre três anéis de tal modo que o enlace se desfaz caso se subtraia qualquer um deles.

18 Na leitura de Zandwais a proximidade teórica entre Althusser e Pêcheux não pode obliterar a autonomia de cada um. Com efeito, segundo Zandwais (2008, p. 27-28) “Se Pêcheux continua próximo de Althusser, no que diz respeito à sua teoria sobre o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, o que o incita a pensar na possibilidade de ter construído uma teoria não-subjetiva da subjetividade, vai se afastando gradualmente deste, na medida em que ao refletir sobre as condições de significância da ideologia, isto é, suas materialidades, introduz o conceito de formação discursiva com vistas a conferir à ideologia não somente materialidades em termos de ação, ritos, práticas institucionais, inscritas nas formações ideológicas, mas também materialidades discursivas, tomadas na base lingüística.”

sintomal do materialismo histórico, encetada primeiramente por Althusser ([1995] 2008), Pêcheux ([1975] 1997) concebeu e distinguiu três modalidades de funcionamento subjetivo – remetidas a ideologias e práticas com funções políticas diferenciadas.

Antes de discorrer acerca das especificidades do modo de funcionamento subjetivo em cada uma das três modalidades propostas pelo autor e de tratar das retificações subseqüentes que ele efetuou, acredito ser pertinente uma breve exposição da problemática em torno das ideologias (sobretudo as de cunho emancipatório) na contemporaneidade. Outrossim, tentarei trazer à baila questões correlativas: Como se estruturam os antagonismos sociais determinantes das transformações históricas? Como funciona a ideologia capitalista neste início de século? Que perspectivas políticas se abrem no horizonte deste novo milênio? Com a perspectiva atual em vista, o legado das elaborações teóricas de Pêcheux, em torno das modalidades de funcionamento subjetivo, pode ganhar maior relevância. Elas nada têm de anacrônicas em minha interpretação, uma vez que expoentes do pensamento de esquerda parecem se dedicar a responder indagações análogas.

Ideologia revolucionária ou transformadora no século XXI

Com o declínio do chamado socialismo real em fins do século XX, o discurso da esquerda perdeu grande parte de seu potencial político de mobilização de massas. Sobretudo os antigos partidos revolucionários, em crise desde o final dos anos de 1970 na Europa, se tornaram minoritários em relação aos partidos de centro-esquerda e da direita. Até mesmo os partidos social-democratas acabaram corroborando o *Consenso de Washington* e a política econômica neoliberal durante os anos de 1990. De acordo com Sader,¹⁹ com “o triunfo econômico e político, mas também ideológico” da “potência-líder do campo capitalista,” iniciou-se um novo período histórico na última década do século passado, e

O fim do campo socialista e o triunfo de seus adversários representaram

19 SADER, 2009, p. 53.

também a vitória da interpretação do campo capitalista sobre os enfrentamentos do mundo contemporâneo. Tornou-se hegemônica a visão expressa por Francis Fukuyama, de que o horizonte histórico contemporâneo ficaria restrito à democracia liberal – que passou a ser identificada à democracia – e à economia capitalista de mercado – identificada à economia. **Trata-se de uma grande conquista ideológica**, que consolida no nível das ideias as transformações ocorridas nos outros níveis.²⁰ (grifo meu)

Com efeito, em minha dissertação de mestrado²¹ busquei investigar justamente os efeitos desta “conquista ideológica” marcada pelo enunciado de Fukuyama: *Fim da História*. Tratava-se de estudar o lema do Fórum Social Mundial, iniciado em 2001 em Porto Alegre, *Um Outro Mundo é Possível* como uma *réplica* inscrita na memória da polêmica histórica entre direita e esquerda, que (re)afirmava o que o enunciado de Fukuyama negava: qual seja, a possibilidade de superação do capitalismo e do modelo da democracia liberal.

Não obstante, apesar da mobilização de uma gama variada de milhares de sujeitos e movimentos heterogêneos em torno do discurso do Fórum Social Mundial, das manifestações em torno dos movimentos (denominados pela grande mídia de) antiglobalização²² (Seattle, Gênova, etc.), a (des)crença de Fukuyama é hegemônica neste início de século. Segundo Žižek (2008), em entrevista ao programa *Roda Viva* da *TV Cultura* de São Paulo, uma grande parcela da esquerda na contemporaneidade é fukuyamista, visto que acredita na insuperabilidade do modo de produção capitalista. De tal modo que, diferente da proposta de 30 ou 40 anos atrás, que buscava um “socialismo de rosto humano”, na contemporaneidade se almeja um “capitalismo de rosto humano”. Žižek se contrapõe a essa proposta de reforma do capitalismo e afirma ainda ser, nesse sentido, marxista: acredita nos limites estruturais do atual modo de produção e na possibilidade de sua superação.

Esta também é a perspectiva de Sader²³ que ressalta que a “hegemonia unipolar imperial” atual se dá em uma época de esgotamento da capacidade de

20 Ibid.

21 Beck, 2005.

22 Para Ludd “tal movimento foi criado na tela da TV e nas colunas dos jornais burgueses. Infelizmente, cada vez mais pessoas que têm protestado nas ruas do mundo estão assumindo essa identidade forjada pela mídia, delegando assim explicitamente esse poder a ela. A definição dos próprios termos da discussão, impondo assim limites a uma suposta dissidência, é o próprio diagnóstico da saúde de qualquer relação de poder.” (LUDD, 2002, p. 9)

23 SADER, 2009, p. 54.

expansão da economia capitalista em contraste com o período de grande crescimento do pós-guerra (1945-1970). De fato:

A predominância do capital financeiro impõe a esfera especulativa como central no processo de acumulação, constituindo-se no espaço de atração maciça de capitais excedentes como expressão da contradição estrutural entre a expansão produtiva e a incapacidade do sistema de criar as condições de sua realização no plano do consumo.²⁴

Cito esse diagnóstico socioeconômico para ressaltar a contradição entre os limites estruturais do modo de produção capitalista e a hegemonia quase inquestionável do discurso do livre mercado e do neoliberalismo na contemporaneidade. Trata-se da eficácia atual da ideologia dominante em seu efeito de reproduzir, de *perenizar o presente* que, em consequência, engendra um *hiato*. Nas palavras de Sader:

Este hiato se abre porque o maior drama histórico contemporâneo reside no descompasso entre a revelação, cada vez mais clara, dos limites do capitalismo – pela financeirização da economia, pela militarização dos conflitos, pela deterioração ambiental, pela concentração de renda e de poder dentro de cada país e no plano mundial – e o retrocesso nos fatores que poderiam levar à construção de uma alternativa de superação do capitalismo²⁵.

Para Sader, as alternativas “contra-hegemônicas” enfrentam problemas como o debilitamento da classe operária, após as mutações das formações sociais capitalistas nas últimas décadas do século XX, entre outros. Além disso, seus adversários, a hegemonia imperial dos EUA e o modelo econômico neoliberal, possuem três importantes monopólios que consolidam o poder mundial neste início do século XXI: o monopólio das armas (superioridade bélico-militar dos Estados Unidos); o monopólio monetário (política neoliberal que almeja mercantilizar tudo, recursos naturais, relações sociais, conhecimento...); o monopólio da palavra (grande mídia privada na fabricação de consensos, na formação da opinião pública...).

Desses três monopólios, talvez a política neoliberal seja a que caracterize e diferencie de modo mais drástico a realidade latino-americana das últimas décadas em relação ao restante do mundo, visto que a militarização dos conflitos políticos,

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid. p. 55.

por parte da política internacional dos EUA, não se centrou unicamente em nosso continente e o poder da grande mídia não é uma exclusividade da América Latina. Por outro lado, o neoliberalismo foi primeiramente implementado no subcontinente latino-americano. O continente foi escolhido para servir de laboratório onde essa “nova” corrente econômica seria experimentada. Desse modo, pode-se dizer que suas populações foram tratadas como cobaias - assujeitadas às políticas de privatização e mercantilização dos bens públicos pelos governos neoliberais. Justamente por isso, novamente segundo Sader:

O Continente onde o neoliberalismo nasceu – no Chile e na Bolívia – ainda mais se estendeu e encontrou um território privilegiado, tornou-se, em pouco tempo, o espaço de maior resistência e construção de alternativas a esse mesmo neoliberalismo. São duas faces da mesma moeda: justamente por ter sido laboratório das experiências neoliberais, a América Latina viveu a ressaca dessas experiências neoliberais, tornando-se o elo mais fraco da cadeia neoliberal.²⁶

Sader faz menção à noção leninista²⁷ de “elo mais fraco da corrente” para descrever a conjuntura política e econômica latino-americana. Uma vez mais a teoria do materialismo histórico (rearticulada) é tomada como referência para a compreensão da história recente do continente. Contudo, diante dessas condições de produção, a prática e a teoria política das esquerdas acabaram se transformando e se redefinindo em parte. Talvez com a crítica das armas (forças políticas organizadas e antagônicas) posta momentaneamente em recuo, as armas da crítica tenham ganhado um novo alcance. Em outras palavras, como o declínio da força política dos partidos comunistas, a teoria do materialismo histórico, entre outras, parece ter-se tornado mais crítica, avançando ainda mais na compreensão do real histórico.

Žižek (2008), na supracitada entrevista, afirma que o século XX – na sua paixão pelo Real - buscou a todo custo transformar o mundo, mas descuidou de interpretá-lo em toda sua complexidade. O filósofo esloveno remonta nesta crítica ao

26 SADER, 2009, p. 32.

27 Retificação na teoria materialista histórica articulada por Lenin com vistas a explicar a deflagração de uma revolução socialista em um país periférico (em termos de desenvolvimento capitalista) como a Rússia czarista. Anteriormente os marxistas acreditavam que a superação do capitalismo ocorreria primeiro nos países europeus economicamente mais avançados pois era neles que o proletariado estaria melhor organizado e com condições materiais mais apropriadas para enfrentamento da luta de classes.

clássico enunciado da tese número 11 sobre Feuerbach de Marx²⁸ anexo à *Ideologia Alemã*: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo.” Na proposta de Žižek, trata-se de, diante da complexidade do capitalismo contemporâneo, nos dedicarmos primeiro a interpretá-lo com maior acuidade para, desse modo, termos melhores condições intelectuais para transformar as nossas condições materiais de existência.

A presente tese, da perspectiva discursiva, inscreve-se nessa proposta de se debruçar com mais afinco na análise e na interpretação do mundo capitalista contemporâneo, de modo que é pertinente referir-se, neste subcapítulo, às contribuições teóricas de alguns expoentes do pensamento da esquerda atual. Ao buscar um diálogo com teorias da ciência política contemporâneas, o analista de discurso poderá avançar na compreensão da imbricação entre o discurso, a ideologia e as (novas?) formações socioeconômicas deste início de século. Dentro do limite de tempo e considerando os ditames materiais que um doutorado permite, trago à baila as elaborações teóricas de autores bem diferenciados em termos epistemológicos e de propostas políticas, como veremos. Os autores são: Hardt & Negri, Žižek e Mészáros.

Fazer uma exposição sucinta de conceitos-chave no pensamento desses autores permitirá uma melhor compreensão da problemática política (e das questões teóricas correlacionadas) no interior da teoria materialista do discurso, visto que todos esses autores tratam de pensar a história política e as possibilidades de transformação radical atuantes em suas tendências contemporâneas. Especificamente trato de discorrer sobre questões que envolvem os protagonistas das lutas sociais da contemporaneidade, suas formas de resistência e de revolta. De outro lado, é preciso traçar breves comentários acerca das ideologias e das subjetividades envolvidas nos processos de resistência-revolta neste novo século. Embora de perspectivas bem diferenciadas e com abordagens em vários casos contrastantes, todos os autores supracitados são teóricos políticos de esquerda, herdeiros do legado do materialismo histórico.

28 MARX ([1845-1846] 2007. p. 613.

Do Império à multidão

Segundo a proposta de Hardt & Negri (2002), na contemporaneidade vivemos o declínio da legitimidade dos antigos Estados-Nação e a ascensão de um poder único, organizado em uma estrutura unitária sob a égide de uma nova noção de direito pós-colonial e pós-imperialista. Para Hardt & Negri²⁹ trata-se de “um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos” a nível supranacional. Dentro dessa perspectiva, estamos vivendo não mais na época do domínio imperialista das grandes potências, mas na época do Império.

O Império com o qual nos deparamos exerce enormes poderes de opressão e destruição, mas isso não deveria, de modo algum, nos deixar saudosos das antigas formas de dominação. A transição para o Império e seus processos de globalização oferece novas possibilidades para as forças de libertação. A globalização, é claro, não é uma coisa única, e os múltiplos processos que chamamos de globalização não são unificados nem unívocos. Nosso desafio político, tentaremos demonstrar, não consiste simplesmente em resistir a esses processos mas reorganizá-los e canalizá-los para novos objetivos. As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independentemente, um Contra-Império.³⁰

Essa é a proposta teórico-política dos autores no livro *Império*. Outrossim, Hardt & Negri³¹ afirmam que o sujeito da revolta e do trabalho mudou drasticamente nas últimas décadas. Por conseguinte, o conceito de proletariado é entendido “como uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado.” Trata-se de uma ampliação que, de certa forma, borra antigas delimitações entre o econômico e o cultural, entre a infraestrutura e a superestrutura, de forma que o trabalhador intelectual, afetivo, etc., chamado imaterial pelos autores, é entendido como produtor de valor. Isto é, capaz, em sua produção de conhecimento, de comunicação, de subjetividade, de afeto e de relações sociais de agregar valor. Por conseguinte, no modo de produção capitalista, esse sujeito também experiencia o produto de seu trabalho ser apropriado pelo Capital.

O Império toma forma quando a linguagem e a comunicação, ou melhor dizendo quando o trabalho imaterial e a cooperação se tornam a força

29 HARDT & NEGRI, 2002, p. 27.

30 Ibid. p. 15.

31 Ibid, p. 71.

produtiva dominante. A superestrutura é posta em funcionamento, e o universo em que vivemos é um universo de redes linguísticas produtivas. As linhas de produção e as de representação se cruzam e misturam no mesmo domínio linguístico e produtivo. [...] A produção se torna indistinguível da reprodução; as forças produtivas se fundem com as relações de produção; o capital constante tende a ser constituído e representado dentro do capital variável, nos cérebros, nos corpos e na cooperação de sujeitos produtivos.³²

É preciso salientar que para Hardt & Negri (2002) esta nova formação social não suprime a exploração econômica. A contradição se dá, no entanto, entre a cooperação necessária à produção de bens comuns (conhecimentos, bens simbólicos, subjetividades) e a exploração que a nega. Com efeito, esta “subordinação real da sociedade ao capital”³³ engendra antagonismos sociais que irrompem como conflitos nas permutas e como crises nas relações comunicativas de produção visto que o “o intelecto geral produtivo é um ninho de antagonismos”. Esta tese de Hardt & Negri está correlacionada com a problemática da crescente incomensurabilidade entre medida de tempo e valor, (logo, entre produção e apropriação da produção) uma vez que a produção social não se reduziria mais ao trabalho executado dentro dos muros da fábrica, mas abarcaria a produção em sua generalidade vital, por toda parte, o dia todo³⁴. De fato, tanto o trabalho físico quanto o intelectual é designado pelos autores como uma produção biopolítica.

No que concerne aos *Aparelhos Ideológicos de Estado* ou, de uma perspectiva foucaultiana, à sociedade disciplinar constituída por determinadas instituições sociais (escola, fábrica, família, hospital) há uma crise em toda parte segundo os autores. Em consequência, “à medida que as paredes dessas instituições desmoronam, a lógica de subjetivação que operava anteriormente dentro desses espaços limitados agora se espalha, generalizada em todo o campo social”³⁵. Da perspectiva discursiva, poderia perguntar: de que modo isso afetaria o assujeitamento ideológico?

Na verdade, Hardt & Negri discorrem sobre uma produção híbrida de

32 HARDT & NEGRI, 2002, p. 407-408.

33 HARDT & NEGRI, 2002. p. 408.

34 Segundo os autores, “as próprias qualidades do poder do trabalho (diferença, medida e determinação) já não podem ser captadas, e, da mesma forma, a exploração não pode mais ser localizada e quantificada. De fato, não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social abstrata e seu poder inclusivo”. (Ibid, p. 229).

35 Ibid. p. 351

subjetividade que não deixa de ressoar a noção de heterogeneidade como constitutiva dos sujeitos na Análise de Discurso contemporânea, pois como afirmam:

As modernas instituições sociais produzem identidades sociais muito mais móveis e flexíveis do que figuras subjetivas anteriores. As subjetividades produzidas nas instituições modernas eram como peças de máquina padronizadas produzidas nas fábricas: o detento, a mãe, o operário, o estudante.³⁶

Nas últimas décadas, no entanto, uma nova produção de subjetividade se engendrou. Não há mais subjetividades fixadas em determinadas identidades, mas algo mais híbrido e modulado. Uma subjetividade híbrida que não porta mais “a identidade de um detento, de uma paciente mental, ou de um operário de fábrica”,³⁷ de tal modo que essas novas formas de subjetivação não pertencem a nenhuma identidade em específico, mas pertencem a todas. Elas se subjetivam fora das instituições e, ainda assim, são mais intensamente governadas. Talvez seja possível afirmar que os chamados Aparelhos Ideológicos de Estado, como os definia Althusser ([1995], 2008), funcionem de modo desterritorializado na contemporaneidade. O caráter crítico de seu funcionamento regionalizado e discreto se contraporia à intensidade de seu funcionamento híbrido e disseminado.

Cabe ressaltar que estas proposições sobre o hibridismo e a fluidez das subjetividades governadas são uma crítica à crítica pós-moderna. Isso porque a defesa das diferenças, das singularidades, da diversidade em desafio aos binarismos e essencialismos da soberania moderna esbarra no fato de que as estratégias de poder “pós-moderno” se apropriaram dessas hierarquias diferenciais em benefício próprio. Realmente, “as corporações procuram incluir a diferença dentro dos seus domínios, e com isso visam a maximizar a criatividade, a liberdade de ação e a diversidade no local de trabalho.”³⁸ Esta tolerância liberal, esta sensibilidade politicamente correta possibilita agregar valor no interior das corporações capitalistas. Por iguais razões, não é de todo estranho que a fluidez das identidades “pós-modernas” seja contemporânea da busca frenética pela maior liquidez dos ativos (bens e direitos de dada empresa), sendo o dinheiro considerado o ativo mais líquido pela economia do capitalismo financeiro.

³⁶ Ibid. p. 353

³⁷ Ibid.

³⁸ HARDT & NEGRI, 2002, p. 171.

Dessas novas condições de domínio e exploração da soberania Imperial surge um novo protagonista histórico, segundo a teoria de Hardt & Negri³⁹, que se trata da multidão: “formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e assim, potencialmente, como a classe daqueles que recusam o domínio do capital”. Este conceito é mais abrangente que o de classe operária ou classe assalariada. Toda uma gama de formas de trabalho são açambarcadas na concepção de multidão: trabalho reprodutivo feminino, trabalho camponês, desempregados, pobres, etc. - todos são socialmente produtivos, “produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital”⁴⁰. São “singularidades que agem em comum”, de modo que em suas “formas específicas e concretas de trabalho mantém-se diferente, mas tende a acumular um número cada vez maior de elementos comuns”⁴¹ (é outra definição para multidão). Este novo conceito é uma tentativa de superar a alternativa entre unidade e pluralidade de classes, ou seja, entre a abordagem materialista histórica da unidade da classe antagônica ao Capital e a leitura liberal da multiplicidade de classes sociais. Os autores ressaltam que a formação social capitalista efetivamente “caracteriza-se pela divisão entre capital e trabalho, entre os que detêm a propriedade produtiva e os que não a detêm”⁴².

Por outro lado, contemporaneamente há uma gama “potencialmente infinita de classes” para além das diferenças econômicas: são as diferenças de raças, de etnias, de gêneros, de sexualidade, etc. Na leitura de Hardt & Negri, estas diferenças, no entanto, só se constituem como classes na luta coletiva. Portanto, são determinadas politicamente pela luta de classes de dois modos: a) uma teoria de classe “reflete os atuais lineamentos da luta de classes” e b) “propõe futuros possíveis lineamentos”⁴³. A classe então se configura como um projeto político antagônico, como uma resistência política à opressão, à dominação e à exploração. Dessa forma, a pluralidade histórica das classes se configura em um antagonismo binário de forças, visto que:

A alegação empírica, aqui, não é que a sociedade já se caracteriza por uma

39 Idem, 2005, p. 147.

40 Ibid.

41 Ibid. p. 146, p.149.

42 Ibid. p. 143.

43 Ibid. p. 144.

classe única de trabalho confrontada por uma classe única de capital. Nos escritos de Marx, por exemplo, sua análise trata separadamente de numerosas classes de trabalho e capital. A tese empírica da teoria de classes de Marx é que existem as condições que tornam possível uma única classe de trabalho. Esta tese é parte na verdade de uma proposta política para a unificação das lutas do trabalho no proletariado como classe. Este projeto político é o que mais fundamentalmente separa a concepção binária de classe adotada por Marx dos modelos liberais de pluralidade de classes.⁴⁴

O que os autores afirmam, em suma, é que a dicotomização entre as lutas econômicas e as lutas políticas obstaculiza a compreensão do modo como efetivamente se dão as relações de classe. Um exemplo bem ilustrativo dos múltiplos elos entre as classes é dado por Galeano⁴⁵ ao discorrer sobre a cadeia de opressão na sociedade: “o presidente da empresa dita ordens para o diretor, que dita ordens ao gerente, que repassa ao chefe de seção, que ordena ao operário, que dita ordens à mulher, que manda no menino, que chuta o cachorro.” Para o escritor uruguaio, “na história, nunca existiu apenas um opressor e apenas um oprimido. Um país opressor e um país oprimido. Uma classe social opressora em uma classe oprimida.”⁴⁶ O exemplo de Galeano ultrapassa a relação entre capital e trabalho assalariado, abarcando a relação de gêneros, de gerações, etc. Este é o objetivo também de Hardt & Negri⁴⁷ ao proporem que a classe é um conceito biopolítico:

A classe é um conceito biopolítico ao mesmo tempo econômico e político. Quando dizemos biopolítico, além disso, significa também que nosso entendimento do trabalho não pode limitar-se ao trabalho assalariado, devendo referir-se às capacidades criativas humanas em toda sua generalidade. Assim é que os pobres[...] não são excluídos dessa concepção de classe, sendo pelo contrário centrais para ela.

Embora retomem com frequência a obra de Marx, os dois autores costumam ser mais facilmente associados aos pensadores da pós-modernidade. É verdade que Hardt & Negri(2002) consideram a pertinência da crítica pós-moderna embasada nas posições de Lyotard (contra as narrativas mestras modernistas), de Baudrillard (simulacros culturais) e de Derrida (contra as metafísicas ocidentais), pois esses pensadores incorporaram “os valores e as vozes dos deslocados, dos marginalizados, dos explorados e dos oprimidos.”⁴⁸ Há uma eficácia real na dissolução do binarismo e dualismo da soberania moderna devido à atuação das

44 Ibid. p. 145

45 Galeano, 2009, p. 36.

46 Ibid.

47 HARDT & NEGRI, 2005, p.145.

48 Ibid. p. 159.

diferenças sobre as fronteiras e dicotomias. O que ocorre é que essa atuação erra o alvo segundo os autores, já que combate velhas formas de poder, pois “o Império também está empenhado em abolir essas formas modernas de soberania e em permitir que as diferenças atuem através das fronteiras.”⁴⁹ Esta é, aliás, uma característica definidora do Império para Hardt & Negri⁵⁰: “O Conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites.”

Entretanto, se há um novo paradigma de poder em voga no século XXI, também há novas configurações emergindo nos movimentos sociais. De acordo com os autores, as lutas contemporâneas partem de imediato de condições locais específicas para enfrentamentos globais, se contrapondo à “constituição global em sua generalidade”⁵¹. Outrossim, estas lutas não se delimitam mais conforme a tradicional distinção entre conflitos econômicos, políticos ou culturais. Elas se caracterizam por atuar nessas variadas facetas ao mesmo tempo. Na definição de Hardt & Negri, trata-se de lutas biopolíticas, como já mencionei.

Não obstante essas novas configurações dos movimentos sociais, não parece haver nenhuma alternativa política concreta em grande escala ao Império na conjuntura atual. Além disso, os autores não se propõem a articular teoricamente nenhum esquema efetivo de projeto revolucionário, visto que as alternativas só podem surgir da prática, de experiências “promovidas pelo gênio da prática coletiva” com vistas a “criar um novo corpo social além do Império.”⁵² Outrossim, o lugar que essas alternativas emergem, enquanto lutas, se localiza no próprio coração do Império: o terreno da produção e regulamentação de subjetividade é locus de “resistências autônomas”. Isto porque o trabalho em redes cooperativas não é de todo apropriado e controlado pelo Capital. A própria incomensurabilidade entre a medida do tempo e a produção de valor, produção biopolítica, acarreta um desequilíbrio entre as forças e permite a produção de um excesso de valor⁵³.

49 Ibid. p. 160.

50 Ibid. p. 14.

51 Ibid. p. 75.

52 Ibid. p. 226.

53 A confiança que Hardt & Negri possuem em relação a esse excedente espontâneo de valor biopolítico, engendrado na produção do comum que não pode ser todo apropriado pelo capital, parece carecer de uma noção mais acurada da eficácia reprodutiva da Ideologia. A meu ver, um dado discurso ou saber não deixa de ser fator de reprodução de relações de dominação e exploração

Excesso que não é de todo apropriado na acumulação capitalista. Ora, é interessante notar que este excedente, para Hardt & Negri, é a própria subjetividade e a produção do comum (bens simbólicos, conhecimento, relações sociais, afetos etc.) engendrados por intermédio de cooperação em redes, ou seja: em grande medida com base em relações horizontalizadas. De forma que um dos focos atuais dos conflitos de interesses políticos e econômicos está intimamente associado com a produção simbólica em todas suas dimensões:

Hoje toda a força de trabalho (seja material ou imaterial, intelectual e manual) está envolvida em lutas pelos sentidos da linguagem e contra a colonização da sociedade comunicativa pelo capital. Todos os elementos de corrupção e exploração nos são impostos pelos regimes de produção linguística e comunicativa: destruí-los com palavras é tão urgente quanto fazê-los com ações. Não se trata, realmente, de questão de crítica ideológica, se por ideologia ainda entendemos um domínio de ideias e linguagem que é superestrutural, externo à produção. Ou melhor, na ideologia do regime imperial, a crítica se torna diretamente tanto a crítica da economia política como da experiência vivida.⁵⁴

O que mais chama a atenção, da perspectiva discursiva, é a expressão *luta pelos sentidos da linguagem*. Na visão dos autores, se configurou um imbricamento estrutural entre a produção de sentidos e a produção econômica em que a luta pela reapropriação do conhecimento é uma ação linguística, filosófica e política. Desse modo, “o direito à reapropriação é realmente o direito da multidão ao autocontrole e à autoprodução autônoma.”⁵⁵

Além desse novo caráter de *lutas pelo sentido* imbricadas com as lutas em torno da produção de valor, ainda há que ressaltar o declínio do poder das antigas organizações operárias institucionais (sindicatos, partidos) como espaços independentes. Estes tinham como meta a tomada da esfera política enquanto instância autônoma e acima da sociedade. Contudo, segundo Hardt & Negri (2005), o Estado (instância soberana) torna-se cada vez menos necessário e os governantes, a cada dia que passa, mais parasitários. Isto ocorre porque as atuais formas de trabalho “apresentam novas possibilidades de autogestão econômica,

apenas porque os excedentes da produção de valor simbólico extrapolam o cálculo monetário de tempo-valor. Creio que algo mais tem que vir a extrapolar o bom/mau funcionamento ideológico dessas materialidades.

54 Ibid. p. 428.

55 Ibid. p. 431.

pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho”⁵⁶. Ou seja, os produtos do trabalho não se reduzem mais a bens materiais, mas incluem as relações sociais, as formas de vida e as chamadas redes de comunicação. Dessa forma, a autogestão não é só possível no nível econômico, como o é também no nível da auto-organização político-social.

Os autores são esperançosos nas potencialidades abertas pelas organizações do trabalho da contemporaneidade: “O poder da multidão de criar relações sociais em comum coloca-se entre a soberania e a anarquia, com isto apresentando uma nova possibilidade de fazer política.”⁵⁷ Este poder da multidão tem como base a concepção “de que a produção do comum sempre envolve um excedente que não pode ser expropriado pelo capital nem capturado na arregimentação do corpo político global.”⁵⁸ Segundo Hardt & Negri, este excedente é o que possibilita a passagem do antagonismo para a revolta. Ou seja, o antagonismo frente às relações de exploração e às divisões de hierarquia do sistema global – enquanto meios do capital de controlar e comandar a produção – só se transforma em revolta por meio de “um excedente de inteligência, conhecimento e desejo”⁵⁹. É preciso ter em conta que, para os dois autores, os pobres são a forma subjetiva paradigmática do trabalho, uma vez que estes se encontram “incluídos no circuito de produção e cheios de potencial, que sempre excede aquilo que o Capital e o corpo político global podem expropriar e controlar.”⁶⁰ Trata-se da vida na produção e na mobilização do comum como já foi dito. Um exemplo citado pelos autores, muito apropriado para os propósitos desta tese, é o do EZLN:

Esse novo modo de vida comum sempre se forma em diálogo com tradições e hábitos locais. Veja-se, por exemplo, a maneira como o EZLN, na floresta Lacandona de Chiapas, mistura elementos da história nacional, como a figura de Zapata e o legado de revoltas camponesas, com a mitologia indígena local dos tzeltal, amalgamando-os com relações em redes e em práticas democráticas para criar uma nova vida em comum que defina o movimento. A mobilização do comum dá ao comum uma nova intensidade.⁶¹

Para finalizar esta síntese das concepções centrais da filosofia política de

56 Ibid. 421.

57 Ibid.

58 Ibid. p. 275.

59 Ibid.

60 Ibid. p. 276

61 Ibid.

Hardt & Negri (2005), cabe ainda um comentário sobre suas propostas políticas abstratas, mas delimitadoras da posição dos dois autores frente a outras posições na esquerda contemporânea. Remontando a questão da abolição ou extinção do Estado em Lenin de *Estado e Revolução*, Hardt & Negri afirmam que, naquele momento histórico, o Estado era tido como “o lugar primordial da soberania, posicionando-se acima da sociedade, transcendente, bloqueando a expressão democrática”⁶². Em contraste, neste início de século, as decisões democráticas podem ser tomadas diretamente pela multidão, sendo desnecessária a soberania de Estado. Disto decorre que, para os autores, é preciso abolir a soberania em nível global.

É isso que significa para nós o lema 'Um outro mundo é possível': que a soberania e a autoridade devem ser destruídas. O que Lenin e os soviets propuseram como objetivo da atividade insurrecional de uma vanguarda de elite, contudo, deve expressar-se hoje através do desejo de toda a multidão.⁶³

Esta crítica da tomada de poder por parte de uma vanguarda minoritária e organizada de modo hierárquico, em contradição com o projeto de extinção do Estado dos bolcheviques, é definidora de uma postura política que desconfia das revoluções que se limitam a aperfeiçoar a forma do Estado e não a destruí-lo. O posicionamento em relação a esta problemática é central no que concerne ao zapatismo enquanto projeto político de emancipação. É preciso ressaltar que para Hardt & Negri o processo de revolta e revolução não é nem espontâneo, nem improvisado. Com efeito, “a destruição da soberania deve ser organizada de tal modo a andar de mãos dadas com a constituição de novas estruturas institucionais democráticas baseadas nas condições vigentes”⁶⁴. Este projeto da multidão, todavia, ainda não se concretizou, é uma tendência, uma possibilidade em aberto no horizonte da história contemporânea.

62 Ibid. p. 442.

63 Ibid.

64 Ibid.

Fantasia ideológica

É na contramão das evidências de uma época designada pós-ideológica⁶⁵ que o filósofo esloveno Slavoj Žižek (1996) desenvolve uma ampla discussão do conceito de ideologia à luz do declínio do chamado *socialismo realmente existente* e da ascensão de um liberalismo triunfante. Remontando a inúmeras abordagens na história do conceito, o filósofo visa a enfatizar sua definição multifacetada, mas com uma constante, para enfim propor seu próprio conceito de ideologia. Para tanto, Žižek aproxima ideologia (em seu modo de funcionamento) de fantasia (na acepção dada pela psicanálise freudo-lacanianiana).

Na leitura do filósofo esloveno, a ideologia funciona como espécie de uma fantasia social capaz de engendrar uma “objetividade fantasmática”. Em outras palavras, a ideologia teria a capacidade de estruturar nossa “realidade” de modo a dotá-la de *valor e significação* e, por conseguinte, definir as “coordenadas” com que o sujeito se relaciona com o objeto⁶⁶ de seu desejo. Dessa forma, a ideologia não funciona pela distorção de uma suposta realidade positiva “escondida atrás da cortina”. Ou seja, a fantasia não é uma ilusão, uma construção de aparência, e, sim, um modo de defesa diante da experiência de angústia ocasionada pela inadequação entre o sujeito desejante e os objetos do mundo empírico. A ideologia, nesta abordagem, confere coerência e consistência à realidade empírica, mas de modo a foracluir o antagonismo Real. Tendo em vista que o antagonismo social, traumático e violento para o sujeito, é um empecilho para a “realidade harmônica” na qual o sujeito é instado a gozar sem falhas.

Desse modo, a ideologia não funciona como deturpadora de uma suposta realidade supra-ideológica, o antagonismo social que ela foraclui não é parte da

65 Remontando a Nietzsche em sua reflexão acerca da excessiva crença na dúvida, a posição cética e hiper-lúcida de uma época designada pós-ideológica, pós-utópica, pós-moderna, não seria, contraditoriamente, marcada pela excessiva confiança em seu próprio ceticismo? Por outro lado, com base em Sousa (2007) talvez se possa afirmar que nosso ceticismo atual é sintoma de uma inibição: a de nossa incapacidade subjetiva para imaginar um futuro outro.

66 Neste ponto é interessante remeter à distinção sujeito e objeto proposta por Žižek (2008, p. 31) em outro texto. Segundo o filósofo, essa diferença também pode ser expressa “entre os dois verbos correspondentes: sujeitar [to subject] e objetar [to object]”. De fato, “o gesto elementar, do sujeito é assujeitar-se”, de outro lado, “o modo fundamental da passividade do objeto, de sua presença passiva, é o que comove, incomoda, perturba, traumatiza a nós (sujeitos): em seu aspecto mais radical, o objeto é aquilo que objeta.”

realidade social objetiva, mas um núcleo traumático, um antagonismo fundamental que não é passível de ser simbolizado pelos sujeitos (uma vez que não há acordo simbólico possível). Por conseguinte, o antagonismo social ou a luta de classes é interpretado por Žižek (1996) como da ordem do Real. O antagonismo é um buraco, uma lacuna na realidade que a impede de se constituir como um todo fechado em si mesmo. Esta abordagem não pensa a luta de classe como coexistência de duas entidades positivas opostas⁶⁷, mas como uma ausência, como um ponto cego que, no entanto, permite situar todo fenômeno histórico em relação a ele. “A luta de classes não é nada mais que do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar”⁶⁸.

Outro aspecto interessante dessa leitura da ideologia como uma fantasia social, estruturante da realidade capitalista, é o que permite formular a interpelação do sujeito desejante (e impulsional) pela ideologia do consumo:

é claro que o capitalismo os interpela como consumidores, como objetos de desejo, provocando neles desejos perversos, excessivos e sempre novos (para cuja satisfação oferece produtos); além disso, é óbvio que também manipula o “desejo de desejar”, louvando o próprio desejo de desejar objetos e modos de prazer sempre novos. Entretanto, mesmo que já manipule o desejo levando em conta o fato de que o desejo mais elementar é o desejo de se reproduzir como desejo (e não encontrar satisfação), ainda não alcançamos a pulsão nesse nível. A pulsão é inerente ao capitalismo em nível mais fundamental e sistêmico: é ela que impele toda a máquina capitalista, é ela a compulsão impessoal de se empenhar no movimento circular interminável de autorreprodução expandida.⁶⁹

Essa interpretação do capitalismo pela ótica da economia do desejo e pelo circuito impulsional confere à abordagem de Žižek um novo alcance teórico na fronteira entre o funcionamento da ideologia e o do inconsciente. Para além disso, propõe uma interpretação impulsional para a economia capitalista em seu processo contraditório de somente se manter por intermédio da expansão – a autorreprodução expandida. De outro lado, pela capacidade da fantasia social de dotar os objetos do mundo empírico de sentidos com base em “pressupostos ideológicos”, permite explicar a “sensatez” e o cinismo do capitalismo tardio:

67 “Esta ideia de luta de classes enquanto antagonismo permite-nos contrastar o real do antagonismo com a polaridade complementar dos opostos: talvez a redução do antagonismo à polaridade seja uma das operações ideológicas elementares”. (ŽIŽEK, 1996, p. 28)

68 Ibid. p. 27.

69 ŽIŽEK, 2008, p. 89.

a atitude cínica e “sensata” que advoga a “franqueza” liberal em matéria de “opiniões” (todo mundo é livre para acreditar no que bem quiser, isso só diz respeito à privacidade), que desconsidera as expressões ideológicas patéticas e segue apenas motivações utilitaristas e/ou hedonistas – continua a ser, *stricto sensu*, uma atitude ideológica: implica uma série de pressupostos ideológicos (sobre a relação entre os “valores” e a “vida real”, sobre a liberdade pessoal etc) necessários à reprodução das relações sociais existentes.⁷⁰

Esses pressupostos ideológicos, de que fala Žižek, de uma perspectiva discursiva podem ser compreendidos enquanto efeitos de evidência. Da perspectiva althusseriana, por sua vez, tratar-se-ia da própria vivência, da experiência cotidiana do sujeito já imerso nos sentidos da ideologia dominante. Desse modo, não há cálculo racional pragmático-utilitário que não seja já-sempre afetado pelo discursivo-ideológico. O hedonista, por outro lado, somente buscaria aqueles prazeres mais valorizados em dada fantasia social, em detrimento de outros.

Em relação às lutas contemporâneas, a posição de Žižek é de crítica no que diz respeito às limitações destes movimentos. Para o filósofo, tomar a resistência como norma ou modelo implica uma auto-limitação do alcance político das lutas em questão:

A atitude hegemônica de hoje é a da “resistência” - toda a poética das multidões marginais dispersas, as sexuais, étnicas, e de estilos de vida (gays, doentes mentais, prisioneiros...) “resistem” a um misterioso Poder (em maiúscula) central. Todos “resistem”- desde os gays e lésbicas até os survivalists da direita - ; então, por que não inferir a conclusão lógica de que esse discurso da “resistência” é a norma hoje e, como tal, o principal obstáculo à emergência do discurso que realmente colocaria em questão as relações dominantes?⁷¹

Em outras palavras, a resistência cotidiana ao “Poder” obstaculiza a emergência de um discurso de revolta-revolução na leitura de Žižek, visto que o movimento de transformação histórica é obliterado pelo enfoque exclusivo das lutas na resistência pontual e atual. Trata-se da problemática, já mencionada anteriormente, da atualidade - em que a perspectiva de futuro se desvanece na perpetuação anistórica do presente ou na aleatoriedade absoluta do devir histórico.

Žižek tem uma postura crítica em relação às propostas de Hardt & Negri. No

70 ŽIŽEK, 1996, p. 20.

71 Idem, 2003, p. 85-86.

entanto, considera a riqueza da perspectiva construída em *Império e Multidão*, um exercício de política deleuzeana, como uma teoria dos movimentos reais contemporâneos:

O que faz esses dois livros nos proporcionar uma leitura tão revigorante é que se reportam e servem de momento de reflexão teórica a respeito de um movimento global real de resistência anticapitalista e, que fico tentado a dizer, estão embutidos nele: podemos sentir nas entrelinhas o cheiro e os sons de Seattle, de Gênova e dos zapatistas. Assim, sua limitação é, ao mesmo tempo, a limitação do movimento real.⁷²

Segundo Žižek, um dos problemas de Hardt & Negri é a negligência teórica de ambos em relação à forma capitalista (no sentido dialético desta), visto que para os dois autores haveria, de um lado, a produção proliferada da multidão em contraposição ao poder Uno capitalista, de outro lado. De maneira que, “as formas de organização atual – descentralização da tomada de decisões, mobilidade e flexibilidade radicais, interação de múltiplos agentes – são percebidas como indicadores do reino vindouro da multidão”⁷³. Como se tudo se encaminhasse para uma ruptura antissistêmica, depois da qual a multidão governaria imediatamente a si mesma. Contudo, este movimento “auto-revolucionário” da multidão, na leitura de Žižek, tem como seu determinante a forma capitalista (lógica de apropriação da mais-valia) em seu movimento produtivo auto-propelido. Ou seja, o suposto potencial transformador da multidão sintomaticamente converge com a fantasia capitalista de auto-expansão ilimitada, desde que superados os obstáculos que a entravariam.

Esse erro de Hardt & Negri, segundo o filósofo esloveno, torna os dois autores *marxistas em demasia*. Como Marx, acreditam no caráter desterritorializador do capitalismo (enquanto potencial revolucionário) e na contradição interna entre a expansão das forças produtivas (produtividade auto-incrementadora) e a apropriação da mais-valia (como obstáculo formal à expansão). Nessa ótica, bastaria remover os obstáculos para que a produção se expanda livremente. Contudo, para Žižek, esse potencial de produtividade é gerado, ao mesmo tempo em que é frustrado, pela mesma apropriação capitalista. Por outro lado, é o Capital

72 Idem, 2008, p. 346.

73 Ibid. p.348.

que está em excesso na contemporaneidade, e não os trabalhadores. Isto ocorre porque um número cada vez mais exíguo de trabalhadores são necessários devido à explosão exponencial da produtividade econômica, a ponto de que, atualmente, “80% da população são irrelevantes e sem uso, potencialmente desempregados”.⁷⁴

No que concerne à política, segundo o filósofo esloveno, o que faltaria a Hardt & Negri é uma teoria da transição, uma descrição nocional “da passagem das multidões que resistem ao Uno do Poder soberano para as multidões que se governam diretamente”.⁷⁵ Por outro lado, Žižek está de acordo com os autores no que concerne à problematização do projeto de “tomada do poder” pela esquerda do século XX, uma vez que:

essa estratégia aceita o arcabouço formal da estrutura de poder e visa apenas substituir um portador do poder (“eles”) por outro (“nós”). Como Lenin mostra de modo claro em *Estado e revolução*, a verdadeira meta revolucionária não é “tomar o poder”, mas minar, desintegrar, os próprios aparelhos do poder estatal. Essa é a ambiguidade da conclamação dos esquerdistas “pós-modernos” ao abandono do programa de “tomada do poder”: será que querem dizer com isso que deveríamos ignorar a estrutura de poder existente, ou melhor, nos limitar a resistir a ela construindo espaços alternativos fora da rede de poder estatal (estratégia zapatista no México)?⁷⁶

Para o filósofo esloveno, a alternativa que se colocaria a esta seria a de desmantelar o poder estatal⁷⁷, subtrair suas bases para que ele desmorone. Contudo, neste caso falta um projeto revolucionário para além do *salto milagroso* baseado nas potencialidades da multidão que imediatamente se autogovernaria após a *grande ruptura*.

Na interpretação de Žižek (2003), ao invés de uma multidão disseminada pelo globo de trabalhadores imateriais, o sujeito histórico que se destaca como a nova posição proletária⁷⁸ para este novo século são os habitantes das favelas no entorno das megalópoles do chamado Terceiro Mundo (São Paulo, Cidade do México,

74 Ibid. p. 352.

75 Ibid. p. 350.

76 Ibid.

77“ A 'guerra ao terrorismo' não seria a afirmação mais forte ainda da autoridade do Estado? Não estaremos testemunhando hoje a mobilização inédita de todos os aparelhos (repressivos e ideológicos) do Estado? (ŽIŽEK, 2003, p. 171)

78 Tendo em vista que “há um pacto de silêncio entre o Capital e as classes trabalhadoras (o que restou delas) – as classes trabalhadoras são hoje mais sensíveis à proteção de seus privilégios relativos do que as grandes empresas. (Ibid. p. 172)

Lagos, Tchade, entre outras). Isto ocorre porque “estamos testemunhando o crescimento rápido de uma população fora do controle do Estado, que vive em condições meio fora da lei, com necessidade urgente de mínimas formas de auto-organização.”⁷⁹ Trata-se de uma população não de todo excluída, pois como trabalhadores marginalizados e assalariados informais estão de algum modo incorporados à economia global. Com cobertura médica e previdenciária extremamente precárias, senão ausentes, são um excedente populacional segregado dos benefícios da cidadania. A condição de proletariado, como sujeitos destituídos de tudo (subjetividades sem substância), menos de seus próprios corpos é ressaltada por Žižek :

É mesmo surpreendente que muitas características dos favelados se encaixem na antiga descrição marxista do sujeito revolucionário proletário: São “livres” no duplo significado da palavra, mais até que o proletariado clássico (“libertos “ de todos os laços substanciais, moram em um espaço livre, fora da regulamentação policial do Estado); são um coletivo grande, reunido à força, “jogado’ numa situação em que têm de inventar um modo de estar-junto.”⁸⁰

Apesar de todas essas semelhanças, para o filósofo, é preciso não exagerar o seu potencial revolucionário, nem desconsiderar as diferenças entre os conceitos de classe operária (definido com base na exploração econômica) e os segregados favelados – cuja definição é de ordem “sociopolítica; diz respeito a sua (não)integração no espaço legal de cidadania com (a maioria de) seus direitos constituídos.”⁸¹ Na definição sucinta de Žižek, “o favelado, muito mais que o refugiado de guerra, é o *Homo Sacer*, o ‘morto-vivo’ gerado de modo sistêmico no capitalismo global”.⁸²

De outro lado, ainda segundo o filósofo esloveno, os favelados são aqueles que são empurrados para um espaço fora-de-controle, são aqueles que o poder disciplinar não alcança. Estes sujeitos que vivem na “zona nebulosa das favelas”, estariam aquém da interpelação ideológica dos AIEs teorizados por Althusser? De qualquer modo, seu potencial de ação política emancipatória dependerá das articulações de classe que podem vir a surgir neste século: “Os favelados são a

79 Ibid. p. 355.

80 Ibid. p. 356.

81 Ibid. p. 357.

82 Ibid.

contraclasse da outra classe recém-surgida, a chamada “classe simbólica” (administradores, jornalistas, relações públicas, acadêmicos, artistas, etc.), que também é desenraizada e vê-se como diretamente universal”. É a partir desses pontos em comum que uma coalizão de forças se faz possível “entre os favelados e a parte 'progressista' da classe simbólica”.⁸³ Esta é uma possibilidade de coalizão de forças para a esquerda no século XXI.

A retomada do materialismo dialético

Para o filósofo húngaro um outro mundo não só é possível, como se faz necessário. E essa necessidade, embora não seja uma predeterminação fatalista, se faz urgente para Mézáros (2004). De sorte que a base material dos antagonismos estruturais tem de ser combatida por forças capazes de negá-la de forma radical e, ao mesmo tempo, de “instituir positivamente uma ordem alternativa sustentável”⁸⁴ Tendo em vista esta proposta, Mézáros menciona os sujeitos coletivos na conjuntura deste início de século⁸⁵ no que concerne às lutas populares:

Visto que suas graves preocupações não serão aliviadas na ordem atual, não surpreende o fato de esses grupos terem abraçado de coração a ideia de que “outro mundo é possível”. Com esses desenvolvimentos, em grande parte espontâneos, o que apareceu claramente na agenda histórica é a necessidade e o potencial positivo de combinação de grupos de protesto multifacetados, inclusive os elementos radicais da esquerda tradicional e os milhões de desprezados do campesinato, em uma força emancipadora capaz de lutar conscientemente pela alternativa desejada.⁸⁶

Esta constatação do caráter e das condições em que as lutas se manifestam na contemporaneidade leva o teórico húngaro a reexaminar o conceito de sujeito da emancipação, como entendido pelos marxistas no século passado. Segundo o autor, este conceito é demasiadamente restritivo, uma vez que ele “não pode ser arbitrária

83 Ibid. p. 357.

84 MÉZÁROS, 2004, p. 50.

85 Mézáros (2004) também cita o livro de Isabel Rauber (2003) *América Latina: Movimientos Sociales y representación política; Articulaciones*. Neste livro a autora defende a tese de que na América Latina contemporânea não há apenas um sujeito político protagonizando as lutas pela transformação, mas um sujeito plural.

86 Ibid. p.51

e voluntaristicamente definido”⁸⁷. Com efeito, o denominador comum das lutas antissistêmicas já não pode mais ser o trabalho industrial, “mas o *trabalho como antagonista estrutural do capital*”. O trabalho, no sentido mais abrangente do termo, ainda se coloca como a alternativa hegemônica à ordem social capitalista para Mézáros, uma vez que todos esses grupos sociais em sua multiplicidade compartilham de um “interesse comum totalmente objetivo” de emancipação em contraposição à dominação/exploração do Capital.

Contudo, esse interesse comum, para se realizar efetivamente necessita de um programa estratégico amplo que, em suas operações políticas, supere o seu espelhamento no poder hierárquico do Capital. Se este espelhamento era compreensível em outros momentos históricos, em nossa época ele se encontra anacrônico para o filósofo húngaro. O movimento socialista necessita rearticular-se com base em outros modos de organização e participação social em suas disputas sociais e políticas,⁸⁸ visto que “essa forma de espelhamento não poderia trazer sucesso duradouro nem no limitado âmbito político, muito menos no lançamento das necessárias fundações de uma nova ordem sociometabólica.”⁸⁹

A problemática da falta de uma estratégia política para alternativa socialista coloca-se paradoxalmente em uma época em que uma mudança positiva é objetiva e materialmente maior do que anteriormente devido à crise estrutural do Capital segundo o autor húngaro. É neste ponto crucial que as funções da ideologia dominante são formuladas por Mézáros. Na perspectiva do autor, a função de manutenção e da reprodução das relações de produção do Capital é assegurada pelo efeito de evidência ideológica de que “não há alternativas”. De forma mais específica:

A internalização desarmante das restrições objetivas encontradas talvez seja a função mais importante da ideologia dominante. Ela se realiza – na forma da *fusão* e confusão da necessidade de alguma forma de autoridade diretora com a efetiva (mas contingente) autoridade dominante, assim como de coerção externa com a motivação interna - pregando a sabedoria

87 Ibid.

88 É pertinente notar que a noção de espelhamento político é correlata à noção de simetria entre a ideologia dominante e a dominada, uma vez que “se as instituições desta última estiverem refletidas nas estratégias da negação radical de uma forma invertida, com seu significado oposto [...] isso ainda conservaria a dependência da contraconsciência socialista em relação ao objeto negado” (ibidem, p. 235).

89 Ibid, p. 52.

acomodadora do “não há alternativas”⁹⁰.

Na concepção de ideologia dominante de Mészáros, na descrição de sua função reprodutiva, pode-se perceber o caráter dialético antagônico que a determina. Ou seja, para este filósofo, a ideologia dominante só existe porque há ideologias dominadas ou antagônicas⁹¹. De tal forma que sua função primordial é a de desacreditar as alternativas antagônicas à ordem sociometabólica do Capital. “A ideologia da ordem estabelecida se tornou ideologia dominante precisamente por demonstrar sua capacidade de defender os interesses materiais e políticos prevaletentes contra aqueles que questionam sua viabilidade”⁹² e que, por outro lado, buscam construir uma alternativa radical.

Esta função de legitimação da ordem estabelecida encontra algumas determinações estruturais incontornáveis como o de apresentar os interesses particulares do Capital como o “interesse geral” da sociedade, de maneira a consolidar sua plausibilidade por meio do “apelo tranquilizador à 'unidade' e às preocupações a ela associadas”⁹³ e na racionalidade evidente da “moderação.”⁹⁴ Nessa perspectiva, a ordem sociometabólica somente se mantém e se ajusta às condições mutáveis de dominação por intermédio dessa “prótese” superestrutural:

Através de toda história por nós conhecida, a ideologia desempenhou papel importante nesse processo de reajustes estruturais. A reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente.⁹⁵

Mészáros também formula uma explicação causal para hegemonia da

90 Ibid. p. 531.

91 A meu ver, Mészáros compartilha com Rosa Luxemburgo ([1900], 1999), Lenin ([1902-1920], 1982), Althusser ([1995], 2008) e Pêcheux ([1975], 1997) a concepção positiva de ideologia antagônica ou emancipatória. Esta é crucial no processo de transformação histórica, já que “sem a intervenção vigorosa da ideologia emancipatória - capaz de demonstrar *ad hominem* tanto a praticabilidade quanto a necessidade historicamente viva de tais ideais práticos – não há esperança de superação dos antagonismos destrutivos dessas estruturas”.(ibid, p. 472). Com efeito, “o papel vital da ideologia socialista, como negação radical da ordem estabelecida, consiste precisamente em identificar e ajudar a ativar, através de sua orientação abrangente, todas aquelas mediações potencialmente libertadoras e que tenham a capacidade de transcender essa ordem.” (ibid, p. 239)

92 Ibid. p. 232

93 Ibid. p. 328

94 Ibid. p. 327

95 Ibid.

ideologia dominante. Essa se deve não tanto à eficácia dos, em termos althusserianos, *Aparelhos Ideológicos de Estado* em interpelar a todos os indivíduos de modo inelutável, mas sim à “profunda afinidade estrutural entre as inversões práticas e materiais e as inversões intelectuais e ideológicas”⁹⁶. Em outras palavras, a disciplina do trabalho, as coerções e ditames materiais impostos aos trabalhadores pelos seus gerentes, administradores, etc. no local de serviço, somado à “mão invisível do mercado”, que impõe uma concorrência “natural” entre as empresas (e, dentro destas, entre os trabalhadores) produz uma subjetividade resignada sobre a qual a ideologia dominante vem “pregar para os já convertidos”⁹⁷.

É isto que, através das lentes refratoras da ideologia dominante, aparece como “consentimento popular” dignamente legitimador. Através destas lentes distorcidas, a ordem real – pela qual o “senso comum” reconhece a *posteriori*, de modo mais ou menos resignado, a estabilidade do sistema, que nega qualquer alternativa não obstante suas contradições e desumanidades – é completamente invertida e projetada na tela da apologia ideológica como *aprovação positiva* livremente exercida pelo desejo da soberania popular, do qual a “ordem democrática” deriva sua força e *justificativa*.⁹⁸

Os ditames materiais que regem o trabalho e a experiência do trabalhador se somam às evidências da ideologia dominante “na imediatez paralisante de sua materialidade inevitável”⁹⁹. A resignação dos indivíduos torna-se afim aos sentidos evidentes da ideologia dominante. Disso pode-se inferir que a pragmaticidade e a sensatez propaladas pelo Capital são, acima de tudo, efeitos de sentido da afinidade estrutural entre a base socioeconômica e o discurso da ideologia da ordem vigente. É interessante notar que essa ênfase “no plano das estruturas reprodutivas fundamentais”¹⁰⁰, a microfísica das relação materiais de produção, é bem mais próxima da concepção de disciplinamento dos corpos (economicamente rentáveis e

96 Ibid. p. 475

97 No que concerne à resignação do trabalhador, vale ressaltar que em outro momento Mészáros (ibid, p. 210) cita Aron (1967) em *The Industrial Society*, e sua concepção de antideologia. Trata-se, no intuito de estabelecer um contraste teórico, de remeter à concepção de ideologia para os teóricos da direita. Na leitura de Aron, antideologia quer dizer a resignação diante da verdade histórica da *infinita renovação da alienação*, ainda que não às formas contemporâneas de alienação. Desse modo, à ideologia, para os teóricos conservadores, corresponde somente à posição que visa a superação radical da ordem socioeconômica vigente. De outro lado, o ceticismo em relação à transformação social e a resignação diante das contradições historicamente “insuperáveis” das sociedades humanas são concebidos como não ideológicos.

98 Ibid.

99 Ibid.

100 Ibid. p. 500

politicamente dóceis) de Foucault ([1975], 2007) do que da teoria dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* de Althusser ([1995], 2008).

Ainda que haja uma grande distância epistemológica entre o materialismo dialético de Mészáros e a genealogia dos *micro poderes* de Foucault ([1975], 2007), neste ponto insuspeito os dois filósofos convergem: No distanciamento em relação à excessiva autonomia da superestrutura na determinação dos efeitos de assujeitamento ideológico. Talvez seja neste sentido que Foucault tenha rejeitado o conceito de ideologia em prol do conceito de controle ou disciplinamento dos corpos para *tomar mais a sério o materialismo* de Marx. De qualquer modo, Mészáros não desconsidera a pertinência do conceito de ideologia, para além da totalização agregadora da “mão invisível do mercado”, no que concerne a sua função legitimadora - o que, da perspectiva discursiva, remete aos efeitos de evidência de sentido e sua eficácia política.

Por outro lado, assim como na perspectiva da teoria materialista do discurso, para Mészáros, a ideologia não é da ordem da ilusão, nem funciona como uma superstição religiosa. A ideologia é, antes de tudo, uma “forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.”¹⁰¹ O poder da ideologia e sua persistência se deve ao fato de ela se constituir na “consciência prática inevitável das sociedades de classe.”¹⁰² Por conseguinte, para o filósofo húngaro, a proclamação do fim das ideologias é em si mesmo um discurso ideológico, porque pressupõe uma perspectiva não conflituosa na qual a consciência prática dos sujeitos se desvencilharia dos ditames materiais e de seus respectivos antagonismos.

Por outro lado, essa posição de Mészáros o distancia das propostas teóricas que visaram a fazer do materialismo histórico uma ciência supraideológica. Na abordagem do autor, há uma inextricável unidade entre ciência e ideologia desde a época de Marx, de modo que não há qualquer obstáculo epistemológico incontornável para o aprofundamento teórico do materialismo histórico nesta unidade. A não ser que se parta de uma idealização positivista da ciência como a busca desinteressada do conhecimento, os interesses ideológicos de transformação

101 MÉSZÁROS, 2004, P. 65

102 Ibid.

social são a motivação, a justificação e constituem a própria pertinência prática da teoria socioeconômica do materialismo histórico.

No que concerne às inevitáveis armadilhas epistemológicas das determinações ideológicas deste conhecimento, o reconhecimento explícito das mesmas permite ao teórico uma posição autocrítica - tomada como um princípio metodológico fundamental de sua ciência. Na verdade, esta permite o aprofundamento teórico e o reajuste constante do movimento social emancipatório com vistas a superar as contradições inevitáveis e as falhas em sua realização prática¹⁰³. Ainda que essa posição autocrítica não se alce para além da ideologia, ela permite o confronto das causas que a determinam, de modo que no horizonte do projeto de emancipação vislumbra-se, em concomitância com o fim do Estado, “a supressão final das formas distorcidas de consciência social.”¹⁰⁴

É interessante notar que, na definição de Mészáros, é característico da ideologia se tornar *praticamente consciente* do conflito socioeconômico fundamental. Ou seja, a partir de posições mutuamente excludentes se engendram alternativas (progressistas ou conservadoras) que se defrontam em uma luta sem trégua. Esta concepção agônica da função das ideologias - “manter, ou ao contrário, negar o modo dominante de controle sobre o metabolismo social dentro dos limites das relações de produção estabelecidas”¹⁰⁵- *orientadas para a prática* leva os sujeitos a tornarem-se conscientes do conflito social. Tendo isto em vista, a chamada *falsa consciência* não é mais do que um momento subordinado da consciência prática, limitada pelas condições materiais de uma dada época histórica.

No caso exemplar da questão do pluralismo, embora exista efetivamente uma gama variada de ideologias contrastantes compatíveis à ordem social vigente e o capitalismo se realize em uma pluralidade de capitais, o discurso do pluralismo liberal não abarca a sociedade como um todo porque necessita excluir “a legitimidade de uma contestação feita do ponto de vista da classe hegemônica alternativa e estruturalmente subordinada.”¹⁰⁶ O que é excluído é, justamente, o sujeito do conflito fundamental de modo que o pluralismo se vê limitado e consiste,

103Ibid. p. 315

104 Ibid. p. 469

105 Ibid. p. 65

106 Ibid. p. 244

por conseguinte, num falso pluralismo. Aqueles que advogam e exaltam o pluralismo das sociedades democráticas capitalistas justificam a exclusão dos discursos antagônicos pelo dito caráter holístico e totalitário destes. Dessa forma, o antagonismo de classes ou é negado ou é atenuado em prol da manutenção do Estado democrático. A *consciência prática* da ideologia funciona desta forma: se orienta em relação ao confronto em questão, sendo que o que permanece negado é o que engendra uma falsa consciência momentânea e subordinada. No caso do discurso pluralista, isso ocorre pelo efeito de crença de que a totalidade da pluralidade de sujeitos, forças, perspectivas ou correntes políticas existentes têm *livre expressão* e têm sua sobrevivência assegurada no atual Estado de Direito e do mundo globalizado do livre mercado - propalador de uma suposta “abundância sempre crescente”¹⁰⁷. Ao que parece, a leitura do autor acerca do funcionamento da ideologia é da ótica de um amplo processo histórico dialético, pois se na perspectiva momentânea temos como efeitos falsas consciências parciais e limitadas, na perspectiva mais abrangente, processual, temos uma agonística entre ideologias antagônicas em que cada qual se orienta como consciência prática em confronto direto ou indireto com outras.

Em relação à ideologia antagônica, Mészáros remonta a proposta leninista e suas limitações. De fato, à luz dos acontecimentos políticos o partido de vanguarda encontrou seus limites e contradições:

Um fato muito desanimador a ser enfrentado é que a tese de Lenin da “importação externa da consciência de classe para a classe trabalhadora” através da atuação dos intelectuais burgueses - tese que Lukács, como se esperava, abraçou até o fim - provou ser historicamente inviável no decorrer dos acontecimentos do século XX. As formulações originais de Marx – sobre a necessidade de desenvolver a “consciência de massa comunista – visavam uma solução muito diferente.¹⁰⁸

107 Diante da suposta abundância crescente, Mészáros contra-argumenta: “E o que dizer dos incontáveis milhões de pessoas – perto de 90% da população mundial – que jamais sonharam a respeito, e muito menos desfrutaram efetivamente da ‘abundância sempre crescente’ mas distribuída no sistema global do capital de modo tão desigual? E talvez a mais desconcertante de todas as questões não respondidas: como se pode considerar “sólido” e “viável” um sistema socioeconômico autoritário que, na prática, postula como condição incontestada de sua permanência a contínua exclusão dos 90% de explorados dos benefícios da riqueza crescente da sociedade?” (ibid, p. 515) Mészáros fala em milhões de excluídos na distribuição da riqueza produzida em nossa formação social. Contudo, nosso quadro social parece ainda mais severo ao considerarmos que, após a crise financeira de 2008, mais de 1 bilhão de pessoas se encontram na condição de subnutridos. (ARBEX, 2009, p. 7).

108 MÉSZÁROS, 2002, p. 79

Embora Mészáros esteja afiliado à abordagem do materialismo histórico de Lukács, o filósofo húngaro constrói uma posição crítica em relação à adesão ao vanguardismo leninista - adesão hegemônica em várias gerações de intelectuais marxistas¹⁰⁹ do século XX. Além do mais, Mészáros possui um projeto audacioso em termos teórico-políticos: a elaboração de uma *teoria da transição* do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista. “Diante dos fatos e decepções do século XX”, se faz necessária uma teoria da transição “para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao 'cantinho do mundo' europeu.”¹¹⁰ Em outras palavras, uma teoria da revolução socioeconômica (e não somente da revolução política¹¹¹) em que a necessidade de superação do Capital (e não somente do capitalismo) exige trabalhar (para superar) todas as contradições subjacentes e incontornáveis no processo de transição histórica. Segundo o filósofo, um das contradições do chamado *socialismo realmente existente* foi a da manutenção do Estado (um das bases do sociometabolismo do Capital). Com isso, não houve uma real superação do Capital; este se manteve atuante apesar do discurso oficial dos governos socialistas. Trata-se, de um lado, de desafiar a hierarquia estrutural das relações de trabalho; ainda que por outro lado, os imperativos estruturais objetivos (condições materiais, tecnológicas, etc. do sistema de produção vigente) coloquem limites à superação imediata da hierarquia estrutural herdada do modo de produção capitalista. Todas essas implicações materiais têm efeito de largo alcance:

Em circunstâncias históricas nas quais a classe dominante é politicamente deposta ao mesmo tempo que a estrutura geral da produção e a divisão estrutural-funcional-hierárquica do trabalho permanece fundamentalmente

109 Mészáros (2002) cita e elogia um artigo do brasileiro Maurício Tragtenberg em que consta um comentário bem curioso sobre a nomeação e a designação *marxismo*. Com efeito, a “origem do conceito 'marxismo' pode ser encontrada nos calorosos debates entre os adeptos de Bakunin e Marx, onde os discípulos daquele não se cansavam, no ardor da polêmica, de alcunhar seus opositores como 'marxistas' ou adeptos do 'marxismo'. Engels vislumbrava que tal denominação – 'marxismo' – poderia descaracterizar a obra de Marx, cuja preocupação fundante é a compreensão do movimento real, reafirmada por Marx em carta a Hyndman de 2 de julho de 1881: ' No programa do partido é necessário evitar que ele surja como dependendo diretamente em relação a tal ou qual autor, tal ou qual livro' (Rubel, 1974: 25)” (TRAGTENBERG, 1986, p. 84).

110 MÉSZÁROS, 2002, P. 41

111 Segundo a autor, “embora o Estado capitalista, visando ao desempenho de suas funções legitimadoras, possa introduzir corretivos parciais às deficiências dos processos materiais prevalecentes, ele é absolutamente incapaz de produzir as alterações estruturais básicas, até em uma situação de crise grave.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 496)

intacta, como deve ocorrer, de fato, nas fases iniciais do desenvolvimento de uma formação social de transição. As agudas contradições entre teorias originais da ditadura do proletariado elaboradas por Marx e Lenin e a realização histórica de tal ditadura no século XX têm muito a ver com o descaso por esta dimensão crucial do problema.¹¹²

Essa dimensão negligenciada pelos teóricos marxistas diz respeito à maturação de uma série de condições objetivas necessárias para que o proletariado, organizado enquanto trabalhadores livremente associados, supere a fragmentação (trabalho assalariado em cisão e oposição ao trabalho dos “não assalariados” e dos desempregados, etc.) e a posição subordinada na divisão do trabalho na qual se encontram. Entre essas condições está a capacidade de organização política e a autodeterminação coletiva e consciente dos sujeitos. De maneira que a busca da autonomia se encontra inelutavelmente ligada à crítica da ideologia dominante e seus efeitos políticos incapacitantes. Somente com esta crítica o sujeito da emancipação poderá superar o caráter setorial e parcial que afetou, outrora, o movimento operário, desde a formação dos sindicatos e dos partidos políticos, pois historicamente:

O sindicalismo inicial – do qual surgiram mais tarde os partidos políticos – representou a centralização da setorialidade de tendência autoritária, e a consequente transferência do poder de decisão das “associações” locais para as centrais sindicais e, mais tarde, destas para os partidos políticos.¹¹³

Não obstante, nesta nova época histórica do capitalismo acelerado¹¹⁴, com o flagrante potencial de autodestruição da humanidade, que emergiu nas três últimas décadas do século XX, há necessidade de uma ordem social qualitativamente diferente em que não mais persistam as “tendências destrutivas” “de crescimento canceroso e acumulação do Capital.”¹¹⁵ Além do que, essa nova época histórica se caracteriza por

um deslocamento significativo na estrutura produtiva e distributiva do capital em prol de estruturas e processos monopolistas – deslocamento que se torna visível tanto no controle cada vez mais centralizado das unidades

112 Idem, 2004, p. 334

113 MÉSZÁROS, 2002, p. 22.

114 “Ao longo da história humana nenhum outro modo de produção jamais se caracterizou pelo imperativo estrutural de auto-expansão. Assim, contrariamente a muitas formulações apologéticas, não existe base apriorística para prever a permanência desse sistema de controle no futuro.” (ibid, p. 508, grifo do autor)

115 Ibid p. 15-16

particulares da produção social total, quanto nas operações da rede cada vez mais interligada dos mercados comercial, de trabalho e financeiro.¹¹⁶

Não há como deixar de notar certa semelhança conceitual nesta descrição da estrutura política e socioeconômica contemporânea com o conceito de Império de Hardt & Negri (2002). De qualquer modo, trata-se com certeza da caracterização conceitual do que também é chamado de globalização econômica. Contudo, ainda que estejamos em uma nova época histórica, é preciso ter em conta que o capitalismo, como modo de produção estudado e apreendido teoricamente pelo materialismo histórico, permanece com suas características estruturais fundamentais inalteradas.

O modo de produção capitalista, para Mészáros¹¹⁷ caracteriza-se por ser uma fase particular de produção do Capital na qual

- a) a produção tem como objetivo a troca (valor de troca é hegemônico em relação ao valor de uso);
- b) a força de trabalho é uma mercadoria como todas as outras;
- c) o *leitmotiv* fundamental da produção é o lucro;
- d) a extração de mais-valia tem forma inerentemente econômica e se realiza pela separação radical entre os meios de produção e os sujeitos produtores ;
- e) (sendo que) esta mesma mais-valia é apropriada de modo privado e individual pelos capitalistas;
- f) a produção tende a uma integração global (mercado mundial) e interdependente com dominação e subordinação – determinada pelos imperativos econômicos de autoexpansão infinita. Esta definição de capitalismo formulada por Mészáros é de suma pertinência, tendo em conta a proliferação “pós-moderna” de novas descrições da estrutura socioeconômica que enfatizam em demasia o inusitado e o descontínuo do hoje e desconsideram tudo aquilo que permanece, aquilo que é da ordem da continuidade nas formações sociais.

Por outro lado, o Capital, enquanto forma metabólica dominante, continua a atuar nas sociedades pós-revolucionárias (como no chamado socialismo realmente existente do século XX) sobretudo através:

¹¹⁶ Ibid. p. 496

¹¹⁷ MÉSZÁROS, 2002, p. 1029

- a) de imperativos materiais que delimitam as potencialidades do processo socioeconômico;
- b) da divisão do trabalho herdada que entra em conflito com o projeto socialista de livre desenvolvimento das individualidades;
- c) da estrutura objetiva e tecnológica herdada e das limitações do conhecimento científico no capitalismo – o que acarreta a manutenção da divisão social do trabalho;
- d) de todas as interconexões e vínculos da sociedade emergente com o sistema global do capitalismo por meio da competição comercial ou da corrida armamentista e da confrontação bélica.

Mészáros¹¹⁸ visa com esta distinção conceitual entre Capital e capitalismo fazer a autocrítica histórica do marxismo do século XX e, com isso, dar um novo fôlego à teoria materialista. Com efeito, Mészáros afirma “a validade histórica do marxismo – para o futuro previsível – como sendo a insuperável conceituação revolucionária das transformações estruturais em escala mundial”,¹¹⁹ tendo em vista que “as teorias e estratégias práticas de negação radical” do materialismo histórico operam em amplos limites temporais. O projeto socialista, a despeito das expectativas do próprio Marx, demanda o transcorrer de longos decênios ou mesmo de séculos para se concretizar historicamente na visão do filósofo húngaro.

Breve cotejo

Antes de iniciar a discussão teórica e a problemática política no interior da teoria materialista do discurso, no próximo subcapítulo, é interessante notar as convergências entre as teorias de pensadores de esquerdas de tradições e filiações tão diferenciadas como é caso de Hardt & Negri, Žižek e Mészáros. Estas convergências giram em torno de questões e problemas que sintomaticamente se faziam presentes na teoria pecheuxtiana como o leitor há de tomar conhecimento no subcapítulo subsequente.

118 Ibid. p. 1030

119 MÉSZÁROS, 2004, p. 235.

A primeira convergência diz respeito à busca de uma rearticulação entre a compreensão teórica materialista histórica e as novas descrições que almejam compreender nossa contemporaneidade. Se há algo novo nas formações sociais destas últimas décadas, como compreender esta novidade na perspectiva materialista e sócio-histórica mais abrangente? A segunda convergência concerne à redefinição-indefinição-ampliação do conceito do sujeito antagônico. A terceira convergência é autocrítica ao projeto vanguardista marxista-leninista e a importação da teoria revolucionária pelo movimento revolucionário. Em outras palavras, a simetria entre ideologia dominante e a dominada é correlata à tomada do poder de Estado por um partido hierárquica e autoritariamente organizado.

Embora a perspectiva epistemológica deleuzeana de Hardt & Negri não se detenha na conceituação da ideologia, o conceito de produção de subjetividades pelas/nas lutas contra-império não deixam de ser crítica da concepção de vanguardas como portadora de uma teoria supraideológica. Žižek e Mészáros, por sua vez, se debruçam sobre o conceito de ideologia no intuito de avançar no seu entendimento, de modo a melhor compreender quais são os efeitos e como a ideologia funciona neste início de século XXI.

Por fim, convergências parciais: de um lado a proposta de retomada do materialismo dialético por Mészáros e por Žižek¹²⁰ os aproxima epistemológica e metodologicamente - ao mesmo tempo em que afastam estes autores da proposta deleuzeana de Hardt & Negri. De outro, Žižek compartilha com Hardt & Negri a concepção de que uma nova classe está emergindo atualmente: a classe simbólica (Žižek) ou a do trabalhador imaterial (Hardt & Negri). Esta leitura redefine e reposiciona social e politicamente o antigo conceito de intelectual pequeno burguês?

120 A obra considerada mais importante de Žižek: *A Visão em Paralaxe* visa a retomar a perspectiva do materialismo dialético em filosofia, política, psicanálise e análise cultural com base na formulação do conceito de lacuna paralática.

MODALIDADES DE FUNCIONAMENTO SUBJETIVO

Tudo aquilo que os homens fazem e desfazem passa pela mediação da linguagem. O campo semântico é um dos principais campos de batalha em que se defrontam a vontade de viver e o espírito de submissão

Vaneigem

A imbricação borromeana¹²¹ discurso-ideologia-sujeito, coluna vertebral da teoria da Análise de Discurso, instaura uma outra perspectiva para a compreensão de como se dá a clássica relação sujeito-linguagem-mundo. Sob essa ótica, o sujeito não é fonte de sentidos, nem sua relação com o mundo “objetivo” é inequívoca e transparente. A linguagem, dotada de materialidade própria inerentemente polissêmica, ganha primazia na constituição de um sujeito-efeito do dizer. De portador de sentidos (sujeito cartesiano) o sujeito passa a assujeitado, determinado por uma exterioridade ideológica que, por sua vez, funciona como uma *mediação* das relações entre os sujeitos em uma dada formação social. Essa *mediação* é de caráter imaginário, de acordo com a elaboração althusseriana, ou seja: a ideologia se dá pelo modo de uma relação imaginária que os homens têm de suas condições reais de existência. O que sucede nessa forma de mediação imaginária estruturante, segundo a ótica althusseriana, é uma ilusão/alusão das relações sociais entre os homens. O Efeito crucial da ideologia, nas sociedades de dominação política e/ou exploração econômica é a reprodução destas relações de dominação/exploração dessas mesmas sociedades. Dentro da tradição do materialismo histórico, é esse o papel da ideologia nas formações sociais dos modos de produção marcados por relações de dominação. Em eventuais sociedades sem dominação instituída, a ideologia como tal perde este efeito elementar, ou seja, ela não teria porque produzir efeitos de sentidos e, por conseguinte, efeitos políticos de representação imaginária das relações de produção e/ou das relações de poder.

As formulações teóricas de Michel Pêcheux acerca da imbricação discurso, ideologia e sujeito constituíram, em dado momento de sua obra, uma conceituação de modos diferenciados de funcionamento subjetivo. Essa articulação inovadora, ao *des-psicologizar* o sujeito, consiste em uma outra abordagem da relação linguagem-

121 Cf. FERREIRA, 2005

sujeito-mundo. O sujeito passa a ser efeito, determinado por seu exterior, pelas formações discursivas, pelas formações ideológicas, por seu lugar na formação social e na base econômica. Contudo há entre estas diversas instâncias uma certa autonomia relativa. O que permite pensar em um certo grau de possível descolamento e distanciamento entre a posição na estrutura socioeconômica do sujeito e suas posições ideológico-discursivas.

Antes de abordar as modalidades de funcionamento subjetivo em Pêcheux, ouso tecer um pequeno comentário sobre a (pré)história do conceito de sujeito determinado pela exterioridade. Em 1965, Raoul Vaneigem terminou de escrever seu livro manifesto *A Arte de Viver para as Novas Gerações (Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations)*. Nesta obra, Vaneigem menciona o já então falecido escritor polonês Witold Gombrowicz sem referir a obra específica da qual retira a citação.

Gombrowicz discorre sobre a forma e sua importância na vida, seja na determinação dos sentimentos, dos objetivos, das ideias. O escritor censura a psicologia por não ter dado a devida relevância à forma e afirma: “Quando algum político se exprime tolaemente, com falsidade ou mesquinhez em um discurso público, dizemos que ele é tolo porque se exprime tolaemente.” Ao contrário, conforme a citação de Vaneigem ([1965], 2002), para o literato:

o ser humano não se exterioriza de uma maneira mediata e conforme a sua natureza, mas sempre por meio de uma Forma definida e essa Forma, essa maneira de ser, essa maneira de falar e reagir não derivam unicamente dele mesmo, mas lhe são impostas do exterior.¹²²

Os historiadores da psicanálise costumam afirmar que a noção de inconsciente já circulava na Viena vitoriana, muitos anos antes de Freud ter publicado *A Interpretação dos Sonhos*. O que não quer dizer que não seja Freud o teórico formulador do conceito de inconsciente (que passou da categoria gramatical de adjetivo à de substantivo). Pode-se pensar de modo similar no caso da Análise de Discurso?

Retomo o fio da argumentação. Pêcheux ([1975], 1997) conceituou três

122 VANEIGEM [1965], 2002, p. 110.

modalidades de funcionamento subjetivo na imbricação entre ideologia, discurso e inconsciente. Proponho interpretar essa formulação conceitual como inscrita na tradição marxista-leninista-althusseriana, tradição que já havia elaborado uma distinção entre ideologia dominante/dominada e ideologia/teoria. Abordarei nos próximos subcapítulos as três modalidades de funcionamento subjetivo em Pêcheux, buscando cotejar sua ligação com a teoria dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* em Althusser ([1995], 2008), por um lado, e com as elaborações teórico-políticas de Lenin, por outro. A primeira modalidade formulada pelo filósofo francês é a do bom sujeito.

O bom

Quando vocês irão se opor conscientemente à forma? Quando vocês deixarão de se identificar àquilo que lhes define?

Gombrowicz

Pensar o sujeito como efeito do dizer, a subjetividade como efeito de práticas, inscritas em aparelhos: esta foi a proposta do antipsicologismo teórico de Pêcheux ([1975], 1997). Abordagem que se inscreve na postura anti-humanista dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* de Althusser ([1995], 2008). Desta perspectiva, é em relação a seu exterior que o modo de funcionamento subjetivo será definido. Um sujeito que age em conformidade com a ideologia dominante é nomeado como um bom sujeito por Pêcheux. Não é por mera coincidência que um dos *aparelhos de Estado* mais antigos na Europa (do qual os outros se desmembraram) é o aparelho religioso cristão, pois foi com o cristianismo que o sujeito ganhou uma alma individual, uma interioridade (Santo Agostinho) séculos antes da *res cogitans* cartesiana¹²³. Uma vez dotada de individualidade, a alma pode ser valorada como boa ou má, dependendo de sua relação com o Sujeito Supremo. O bom sujeito perante Deus Supremo estaria em plena conformidade com a ordem das coisas. Pêcheux elabora teoricamente sua primeira modalidade de funcionamento subjetivo

123 Segundo Taylor (1997, p. 174) “a virada de Agostinho para o *self* foi uma virada para a reflexão radical, e foi isso que tornou a linguagem da interioridade irresistível. A luz interior é aquela que brilha em nossa presença para nós; é aquela inseparável do fato de sermos criaturas com um ponto de vista de primeira pessoa. O que diferencia da luz exterior é exatamente o que torna a imagem da interioridade tão fascinante: ela ilumina aquele espaço onde estou presente para mim.

com base nesta tradicional axiologia, para fazer a crítica, assim como Althusser já havia feito sem seu respectivo território.

Nessa *primeira modalidade*, o *bom sujeito* se constitui pela inscrição em dada formação discursiva, imbricada em uma determinada formação ideológica. É importante não esquecer que essa identificação se dá de modo inconsciente, visto que, para Pêcheux e Althusser, a ideologia se caracteriza por encobrir seu próprio funcionamento. A aliança teórica com a psicanálise se faz sentir nesta concepção: modos similares de funcionamento da ideologia e do inconsciente. Ademais, Pêcheux,¹²⁴ afirma que a identificação a uma dada formação discursiva “consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal”. Com efeito, a discursividade deste *bom sujeito* “reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito se identifica).”¹²⁵

É importante salientar que Pêcheux retoma e redefine, em suas elaborações sobre as modalidades de funcionamento subjetivo, conceitos próprios da teoria geral da ideologia de Althusser ([1995], 2008). Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser argumenta que a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos pressupõe um Outro, um Sujeito, um Único e absoluto. Para o filósofo argelino, a estrutura de toda e qualquer ideologia ao operar por meio da interpelação dos indivíduos como sujeitos é de ordem

especular, isto é, funciona como um espelho, e *duplamente* especular: e que essa reduplicação especular é constitutiva da ideologia e garante seu funcionamento. Isso significa que toda ideologia tem um *centro*, que o Sujeito Absoluto ocupa o lugar único do centro e interpela, à sua volta, a infinidade dos indivíduos como sujeitos.¹²⁶

Além disso, na teoria althusseriana, a ideologia em geral funciona (se funciona bem) por via de uma estrutura especular duplicada, assegurando desse modo: **a)** a interpelação, **b)** a submissão ao Sujeito, **c)** o “reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e o reconhecimento do

124 PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 215.

125 Ibid.

126 ALTHUSSER, [1995] 2008, p. 218.

sujeito por si mesmo”¹²⁷ e **d)** a garantia absoluta de que tudo transcorre bem desse modo, uma vez que os sujeitos se autorreconheçam e se conduzam em perfeita conformidade. A afirmação althusseriana da condição de sujeitos autômatos (e não autônomos) ilustra o modo de funcionamento do bom assujeitamento: a maioria dos (bons) sujeitos caminha por si, funcionam sozinhos.

Com base em uma abordagem do modo de funcionamento geral das ideologias, faz-se necessário distinguir o modo de funcionamento (estrutural) da ideologia do conteúdo de classe ou específico-regional de uma determinada ideologia, ainda que, concretamente toda ideologia se constitua, tanto nos *AIE* de Althusser como em *Semântica e Discurso* de Pêcheux, a partir de um dado aparelho ideológico de Estado (específico, regional) inelutavelmente inscrito em uma determinada posição de classe.

Vale ressaltar que, na acepção althusseriana ([1995], 2008), a diversidade e dispersão dos aparelhos e, por conseguinte, das formações ideológicas, é contrabalançada pelo modo de funcionamento da ideologia em nossas formações sociais marcadas pela dominação/exploração. A instância ideologia constrói sua unidade pela hegemonia (no sentido gramsciano) da ideologia da classe dominante – e constitui-se, desse modo, como a ideologia dominante. Da perspectiva do materialismo dialético althusseriano, o funcionamento do conjunto das formações ideológicas será entendido como regido pelo todo complexo com dominante. De modo que o dominante organiza e confere uma unidade ao todo, as variadas ideologias regionais e específicas desempenham a função, ou o efeito político-social, de obliterar¹²⁸ as relações de antagonismo de nossa formação social, garantindo, dessa forma, a perpetuação da reprodução nas relações de produção.

A primeira modalidade de funcionamento subjetivo é teorizada, portanto, como um modo de assujeitamento que se constitui em conformidade com as evidências das formações discursivas imbricadas com as formações ideológicas que, por sua vez, se encontram regidas hegemonicamente pela ideologia dominante.

127 Ibid. p. 219

128 Oblitera, não porque oculta as relações de antagonismo social, mas porque ao direcionar os sentidos - ou seja, ao tornar evidente e “natural” que o mundo é assim mesmo e não pode ser de outro modo - a ideologia dominante visa ao apagamento de outras possibilidades de sentido para a história. Em suma, ela tende a obliterar as alternativas antagônicas. Como diz um dito ideológico corrente: “Desde que o mundo é mundo, as coisas são assim”.

Na tradição marxista-leninista a ideologia dominante é a ideologia burguesa. O diferencial da abordagem pecheuxtiana é não pensar a ideologia somente como conteúdo, como Lenin ([1902] 1982) havia pensado, ou remetendo a temas (idealismo, liberalismo), proposta de Althusser, e sim como dotada de um funcionamento cujas regularidades determinam o *que pode e deve ser dito* nas formações discursivas a ela imbricadas. Logo, o bom sujeito, é conceituado como inelutavelmente assujeitado à ideologia dominante burguesa. Outrossim, é bom porque inconscientemente regido em suas práticas, sobretudo em seu discurso, por uma exterioridade material que se reproduz por intermédio deste assujeitamento. Contudo, esse bom funcionamento teorizado por Pêcheux, nesse primeiro momento, ainda não apresenta falhas, somente seu avesso - o mau sujeito - parece se definir pelo mau funcionamento.

O mau

Eu nunca saí pra assaltar a banco pensando em matar alguém. Agora, os nossos "amiguinhos" não só ganham como têm alvará pra sair matando por aí. Falando claro: Polícia é polícia, bandido é bandido.
Lúcio Flávio em Lúcio Flávio: Passageiro da Agonia

A segunda modalidade de funcionamento subjetivo de Pêcheux parece ser inspirada na afirmação althusseriana ([1995], 2008) de que alguns *maus sujeitos*, não conformados com uma determinada ordem estabelecida, acabam por provocar a intervenção do aparelho repressivo de Estado. Com efeito, essa subjetividade se caracteriza por contestar, questionar e revoltar-se contra as evidências ideológicas da formação discursiva à qual está assujeitada. Por outro lado, Pêcheux ([1975], 1997) definiu esta modalidade como um discurso-contra (ou contradiscurso), sendo que este seria o eixo central dos discursos filosóficos e políticos humanistas e de suas variantes como o reformismo (social-democracia, terceira via) e o esquerdismo.

Não obstante, é pertinente ressaltar que tanto o esquerdista¹²⁹ como reformista¹³⁰, da perspectiva marxista-leninista, funcionam de modo análogo ao *rebelde sem causa* do imaginário contemporâneo, visto que este sujeito ignora as causas que o determinam, ademais define sua posição pela negação das evidências, pela contra-identificação frente à autoridade do Sujeito.

O mau sujeito por definição operaria uma contraidentificação em relação ao (bom) Sujeito e não se desvencilharia de todo da matriz de sentidos das formações ideológicas dominantes, no entendimento de Pêcheux. É importante notar que a formulação teórica dessa modalidade parece embasar-se nas discussões em torno das ideologias espontâneas no interior do materialismo histórico. A posição de Pêcheux, convergente com Lenin e Althusser, e em oposição a Rosa Luxemburgo, é de que a espontaneidade da recusa ideológica carece de conhecimentos objetivos das causas que determinam a dominação/exploração. Por conseguinte, esta permanecia determinada pela deformação imaginária da ideologia dominante e, por si só, seria impotente na luta pela emancipação dos sujeitos.

No intuito de sublinhar a convergência de Pêcheux com a abordagem leninista, é interessante remontar aos textos do revolucionário russo. Lenin afirmava que a classe dos proletários é dotada *de um ponto de vista de classe*. De sua perspectiva, Lenin a nomeia ideologia espontânea, caracterizada como um

certo despertar do consciente. Os operários perdiam a fé tradicional na inamovibilidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e rompiam resolutamente com a submissão servil às autoridades.¹³¹

Ainda que Lenin não faça uma distinção teórica entre o modo de funcionamento da ideologia e seu conteúdo, algo parece falhar na aderência ou identificação à ideologia burguesa. Por iguais razões os trabalhadores se tornavam resistentes e insubmissos, seu “despertar do consciente” era remetido à prática resoluta de insubordinação, embora não encontremos nestas afirmações leninistas

129 Cf. LENIN. Vladimir Ilitch. *Esquerdismo: a doença infantil do comunismo*. (1920). Esta designação, na história do marxismo, se refere aos movimentos supostamente “mais extremistas” de cunho antiparlamentar, com o protagonismo político focado nos conselhos de trabalhadores e nas assembleias populares e não em partidos e sindicatos

130 Designa a corrente política que propõe a superação da luta de classes pela colaboração entre capital e trabalho para a aplicação, dentro do estado de direito, de reformas visando à prosperidade geral.

131 LENIN, [1902] 1982, p. 100.

a inversão de perspectiva pascaliana entre prática e (des)crença. De forma similar, Pêcheux afirma que

a “espontaneidade proletária”, que resulta da representação da relação (imaginária) do proletariado com suas condições reais de existência, caracteriza a maneira pela qual este último pode “estar no verdadeiro” (reconhecer que isso não pode durar, que é preciso fazer algo a respeito, etc.).¹³²

A similitude entre as formulações leninistas e pecheuxtianas sugere que Pêcheux elaborou a segunda modalidade embasado na abordagem do conceito de ideologia espontânea de Lenin ([1902], 1982) por um lado, e na teoria do modo de funcionamento da ideologia de Althusser ([1995], 2008), por outro. Esta modalidade, no entanto, traz à baila um sintoma, uma falha no funcionamento da ideologia dominante: as evidências questionadas pelos maus sujeitos aludem a algo de real no cerne mesmo da representação imaginária das relações/lutas de nossa formação social. Entretanto, essa falha não configura um antagonismo real para a tradição marxista-leninista, na leitura de Pêcheux. Para tanto, a conceituação de uma terceira modalidade se faz necessária, a do sujeito da desidentificação.

O feio

Se trabalha para viver, porque se mata a trabalhar?
Tuco, o Feio em O Bom, o Mau e o Feio.

A terceira modalidade de funcionamento subjetivo, nas elaborações teóricas de Pêcheux, funcionaria a partir de uma desidentificação em relação à formação discursiva com que o sujeito se encontra anteriormente identificado. A nomeação provisória *Feio*¹³³ para esta modalidade se dá primeiramente porque Pêcheux não a nomeou como o fez com as demais modalidades.

O movimento de (re)posicionamentos subjetivos – que parte da identificação,

¹³² PÊCHEUX, [1975]. 1997, p. 204.

¹³³ A nomeação aqui proposta inspira-se no filme de *faroeste espaguete* de Sérgio Leone (1966): // *Buono, il brutto, il cattivo*. É possível que esta nomeação produza efeitos de sentido no decorrer da tese; nesta altura do texto, só cabe enfatizar que a problematização da terceira modalidade é um dos objetivos maiores da presente tese.

passa pela contraidentificação e vai até a desidentificação – se configura como um processo. Voltarei a esse caráter processual mais adiante. O que interessa ressaltar é a relação que a terceira modalidade guarda com as elaborações teóricas do marxismo-leninismo e com a proposta política vanguardista dos partidos comunistas europeus em meados do século XX. Remontemo-nos, por conseguinte ao revolucionário russo.

Ainda que Lenin ([1902] 1982) admita a pertinência política da ideologia “espontânea” que se constrói no cotidiano proletário marcado por lutas contra a dominação/exploração, essa tem uma importância secundária para o teórico político, visto que seria incapaz de se constituir como uma ideologia antagônica independente, com possibilidade de construir um conhecimento objetivo, sistemático acerca das formações sociais e das relações de força que viabilizasse a tomada do poder político e a concretização da revolução socialista. Por conseguinte, para que esta última seja possível, na visão de Lenin, faz-se necessária a importação (de fora da luta cotidiana do movimento do proletariado) de uma teoria (científica) comunista. Na concepção leninista, a teoria do materialismo histórico, mesmo tendo as mesmas raízes e determinações que a luta de classe proletária (ou seja: desigualdade das relações econômicas), historicamente surgiu em paralelo com o movimento do operariado. Seus “portadores” seriam os intelectuais (burgueses) que a elaboraram tendo como base a economia política (inglesa: Adam Smith, David Ricardo), a filosofia (alemã: Hegel, sobretudo) e o socialismo (francês: iluministas e socialistas utópicos) e, em seguida, a disseminaram no movimento dos operários no decorrer do século XIX e XX.

Meio século depois, as elaborações teóricas do marxista ocidental Louis Althusser redefiniram o entendimento das relações entre o vanguardismo político e teórico com as massas proletárias. Embora Althusser se filie ao marxismo-leninismo, este filósofo argelino parece divergir sutilmente das concepções leninistas acerca do topos político dos “portadores da teoria revolucionária”. Althusser¹³⁴ afirma: “a teoria marxista foi concebida, com certeza, por intelectuais munidos de uma vasta cultura, mas *no interior e a partir do interior do Movimento operário.*” Na interpretação histórica de Althusser, Marx foi, durante grande parte de sua vida, um

134 ALTHUSSER, [1995] 2008, p. 250.

intelectual orgânico (na definição gramsciana), um efetivo militante das primeiras organizações internacionais de trabalhadores. Desta nova perspectiva, o problema da importação ou injeção da teoria marxista a partir de fora “transforma-se [...] na questão da *difusão, no interior do Movimento operário, de uma teoria concebida no interior do Movimento operário.*”¹³⁵

A partir da proposta vanguardista de Lenin e Althusser, pode-se compreender melhor o escopo e as questões teórico-políticas em jogo nas elaborações pecheuxianas acerca da terceira modalidade, ou como nomeamos na presente tese: do feio. Justamente, na abordagem de Pêcheux ([1975] 1997), a terceira modalidade se constituiria por intermédio da integração de conhecimentos objetivos, científicos e políticos (via apropriação subjetiva destes). A segunda modalidade, a da contra-identificação, seria um primeiro movimento (necessário) para a constituição da terceira. A integração dos conhecimentos objetivos, sua apropriação “subjetiva”, só se efetivaria, no entanto, por meio da prática política (do partido de vanguarda) do proletariado em fusão com a ciência do materialismo histórico.

Outrossim, nota-se que a terceira modalidade necessitaria, para funcionar, da mediação de um dispositivo político (o partido) e de uma teoria científica (transcendente). Pêcheux¹³⁶ definiu esta terceira modalidade, que funciona pelo “mecanismo” da desidentificação, como uma tomada de posição não-subjetiva, o que, segundo o autor, permitiria escapar às evidências da ideologia dominante, possibilitando que o sujeito desta modalidade lute contra as causas (exploração/dominação) que o determinam, uma vez que ele as apreenderia e combateria na prática-teórica e na prática política.

Na abordagem do filósofo francês, embasado na epistemologia de Althusser e de Bachelard, o conhecimento científico (incluso a ciência histórica) se produziria por uma sucessão de cortes epistemológicos, por descontinuidades ou rupturas em relação às evidências da Ideologia (posteriormente Pêcheux proporrá que não há ciência pura). Deste modo, o conhecimento científico e objetivo (do materialismo histórico) e dispositivos políticos (partido comunista) articulados e fusionados

135 Ibid. p. 250. Grifos do autor.

136 Ibid.

possibilitariam uma apreensão não subjetiva do real histórico, em outras palavras: *potencializaria* a emergência de um sujeito materialista *alçado* para além (transcendência) da ideologia dominante. A impotência da ideologia espontânea é superada pela *objetividade* de uma ciência capaz de *alçar* os sujeitos até então imersos nas ilusões/alusões da ideologia dominante. Na perspectiva de Pêcheux ([1975] 1997) o sujeito proletário não pode alçar-se sozinho do “lodo ideológico” (como o fez o Barão de Munchausen), mas ele pode ser alçado por intermédio da fusão da ciência materialismo histórico com o movimento do proletariado.

Ressalte-se que para Lenin ([1902] 1982), é função da vanguarda intelectual e política propalar a teoria no interior do movimento operário. E esta tarefa é melhor desempenhada no interior da organização partidária quanto mais ela é centralizada e disciplinada, ou mesmo militarizada. Na proposta de Lenin, os membros do partido comunista devem almejar o conhecimento mais perfeito possível das condições de todas as classes de determinado momento histórico. Além disso, para o revolucionário russo, os mais capacitados devem tornar-se os dirigentes do partido e os propagandistas da teoria socialista. São os sujeitos que delineiam o fio condutor da revolução socialista e por meio da unificação das massas heterogêneas compõem o elo político em torno da causa de todo o proletariado.

Por sua vez, Pêcheux ([1975] 1997) afirma que o aparelho partidário comunista é uma organização de tipo novo, um dispositivo de experimentação-transformação histórico. Nota-se que Althusser ([1995] 2008) já enfatizara a novidade dos partidos comunistas e de sua militância, uma vez que esses não se adequavam plenamente ao papel formal atribuído a eles pelos aparelhos de Estado. Outrossim, na concepção althusseriana o real papel dos partidos comunistas subordinaria os interesses imediatos do movimento ao futuro da classe operária (o Futuro da Revolução?). Com efeito, os comunistas se distinguiriam por dispor de uma doutrina científica fusionada com o “instinto de classe” dos explorados como forças principais em sua luta política. Em outras palavras: um partido comunista seria, em síntese, “uma organização da luta de classe operária.”¹³⁷. E é por intermédio desta organização ou dispositivo que se constituiria uma prática política de caráter científico. Esta prática política funcionaria como uma pedagogia da

137 ALTHUSSER, [1995], 2008, p. 122.

ruptura (uma pedagogia revolucionária nos termos leninistas) “das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra.”¹³⁸

Antes de encerrar este subcapítulo, cabe uma pequena observação a respeito da recorrência da concepção tripartite das ideologias ou formas de “consciência” em mais de uma vertente do materialismo histórico. A partir de uma tradição teórica materialista histórica de retomada do legado do hegelianismo, por conseguinte muito distante do althusseriano, Mészáros (2004), diferencia três posições ideológicas distintas:

A primeira apoiaria o status quo de modo acrítico pela adoção e exaltação como o “*horizonte absoluto* da própria vida social”.¹³⁹

A segunda revelaria as irracionalidades e contradições de dada forma de sociedade de classes, mas sua crítica seria “viciada” pela sua própria posição social. Seria contudo, para Mészáros uma forma mais evoluída que a primeira.

Por fim, a terceira, se contrapondo às duas primeiras, teria a capacidade de questionar a viabilidade histórica da sociedade de classes e propor a superação prática e consciente “de todas as formas de antagonismo de classes.”¹⁴⁰

É preciso ressaltar que nesta abordagem as ideologias, enquanto consciências sociais práticas das sociedades de classes, não se contrapõem ao saber teórico-científico. Na verdade, Mészáros¹⁴¹ é um crítico da epistemologia althusseriana que intentou distinguir ciência e ideologia por intermédios de cortes ou rupturas “positivistas”. Por outro, a recorrência de posições ideológicas, ou modalidades de funcionamento subjetivos, tripartite em campos teóricos tão diferenciados no interior do materialismo histórico talvez seja indício da necessidade “estratégica” de tal tripartição para o avanço do projeto socialista.

138 PÉCHEUX, [1975], 1997, p. 299.

139 MÉSZÁROS, 2004, p. 67.

140 Ibid. p. 68

141 MÉSZÁROS, 2004, p.258.

Questões relativas à teoria das modalidades

Embora Pêcheux não explicita a questão, parece haver uma teleologia implícita em suas elaborações acerca das modalidades. O sujeito que se identifica à dada formação discursiva, pode contra-identificar-se e, dentro de determinadas condições definidas pelo autor, vir a desidentificar-se. O *télos* que parte da identificação a desidentificação remete, por um lado, ao sujeito alienado de si que se conscientiza da totalidade (do ser em si ao ser para si) na tradição marxista lucaksiana e, por outro, ao processo de resistência-revolta-revolução. Contudo, não é possível um movimento inverso? Como entender a posição subjetiva de ex-revolucionários pelo prisma da teoria das modalidades como esta foi formulada inicialmente? Como entender a transformação de “jovens incendiários” em “velhos bombeiros” ?

Outro apontamento pertinente: o funcionamento das modalidades subjetivas remetem à teoria dos mecanismos de defesa do aparelho psíquico elaboradas por Freud. Este aspecto das elaborações de Pêcheux é inovador porque supera o conteudismo dos conceitos de ideologia burguesa, ideologia socialista de Lenin, por um lado, e confere uma abordagem materialista aos “temas recorrentes” da ideologia dominante (humanismo, liberalismo) da teoria althusseriana, ainda que tais saberes estejam presentes nas formações discursivas/formações ideológicas tratadas por Pêcheux, estes não são em si determinantes, são as regularidades materiais que determinam *o que pode e deve ser* dito em dada formação discursiva e como os sujeitos se relacionam com estas regularidades e os efeitos de evidências por elas produzidos.

Com efeito, os mecanismos de defesa freudianos são como “modos de funcionamento psíquicos” que dado sujeito se vale para se relacionar com a realidade (muitas vezes traumática e causadora de sofrimentos e ansiedade), por um lado, e com os seus impulsos inconscientes (algumas das quais antissociais) de outro. É no conflito entre estas duas instâncias que os mecanismos de defesa se constituem como uma solução “infeliz”. Conforme o mecanismo de defesa em questão a relação com a realidade pode ser mais ou menos patológica, mais ou menos razoável. Do mesmo modo que em Freud [1894] (1996), a identificação, a

contraidentificação parecem operar inconscientemente em Pêcheux. Ou seja, assim como a identificação, o recalque, a denegação, a projeção, os “mecanismos” das modalidades de Pêcheux não são conscientemente percebidas enquanto tais. E quanto à terceira modalidade? Trata-se de algo similar à “cura” psicanalítica?

Essa última questão remete a outra: se na modalidade da desidentificação há uma possibilidade de apreensão objetiva das condições reais, então essa não funcionaria de modo similar a um mecanismo de defesa. Contudo, como será tratado mais adiante, na retificação de Pêcheux o (Feio) sujeito materialista funcionaria de modo simétrico ao Bom sujeito, o que sugere que este se identifica com outra formação discursiva. Esta é a proposta de Indursky (2002) que articula a terceira modalidade, a desidentificação, com o conceito de acontecimento discursivo (constituição de um novo domínio de saber, irrupção do novo, do inusitado). Por outro lado, a desidentificação é seguida por uma nova identificação com outra formação discursiva. Nesta ótica, o sujeito sempre se encontra assujeitado a uma dada formação discursiva. No entanto, por se tratar de uma abordagem teórica mais regionalizada, o assujeitamento à ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante, não é discutido de modo explícito na argumentação de Indursky. Em Pêcheux, essa modalidade ficou em suspenso, (talvez pela morte prematura do autor) à espera de uma nova abordagem com base no estudo genealógico dos processos de resistência-revolta-revolução.

Problema: Se o sujeito da desidentificação se “assujeita” a uma outra formação discursiva, essa deve estar imbricada com uma ideologia antagônica. E esta ideologia antagônica necessita ser relativamente independente e funcionar de modo diverso da ideologia dominante. Acredito que o grau de sua autonomia, no entanto, é determinado por processos materiais mais amplos de resistência-revolta-revolução. De acordo com Mészáros:¹⁴² “Somente a profunda afinidade estrutural entre inversões práticas e materiais e as inversões intelectuais e ideológicas pode tornar inteligível o impacto maciço da ideologia dominante sobre a vida social” Logo, a hegemonia da ideologia dominante somente é abalada pelo avanço do processo de transformação com a conseqüente alteração nas relações de forças sócio-econômico-políticas e ideológicas. Caso contrário, se com o avanço das forças

142 MÉSZÁROS, 2004, p. 475.

antagônicas a ideologia dominante ainda impuser seu modo de funcionamento, então o fatalismo político se instaura e “não há alternativa possível” como propõem os políticos e teóricos da *real política*.

Dessa perspectiva, tratar a modalidade da desidentificação somente como uma ruptura regional entre formações discursivas antagônicas não permitiria pensar na possibilidade de antagonismo à ideologia dominante - que rege o *todo complexo com dominante*. A problemática de que se trata nessas questões é a da relação entre o funcionamento das ideologias dominante e antagônica, respectivamente, e das funções que estas exercem (de modo diverso) em relação à reprodução/transformação das relações socioeconômicas de produção (de dominação/exploração) nos três últimos séculos. Ressalte-se que a *função*, ou melhor, os efeitos sociopolíticos distinguem as ideologias antagônicas da ideologia dominante. Sem essa distinção, o conceito de ideologia perde toda pertinência, bastaria pensarmos a linguagem como opaca, polissêmica, e portanto constituidora de uma relação imaginária, representação ilusória/alusória das relações sociais. Atribuir o direcionamento dos sentidos do discurso à instância das formações ideológicas quer dizer que este direcionamento é determinado pela necessidade de reproduzir ou transformar as relações entre os homens. Se este não for o caso, a distinção entre ideologia e discurso não é mais necessária, visto que a instância ideológica funciona como mediação material determinante entre as formações discursivas e as formações sociais na teoria materialista do discurso de Pêcheux.

ALGO FALHA NA PRÁTICA TEÓRICA

A ilusão que uma pessoa mantém sobre si mesma e sobre os outros não é essencialmente diferente da ilusão que grupos, classes ou partidos alimentam sobre si próprios e para si próprios. Mais ainda, elas derivam de uma única fonte: as ideias dominantes, que são as ideias da classe dominante, mesmo sob a sua forma antagônica.

Vaneigem

Não obstante a contribuição de Pêcheux para a teoria do discurso e do sujeito como efeito da imbricação discurso-ideologia, algo veio a falhar na prática política

do aparelho partidário eurocomunista, pondo na berlinda as conceituações acerca da terceira modalidade de funcionamento subjetivo. Pêcheux, então, propõe uma retificação para sua própria formulação do “fantasma de um estranho sujeito materialista”.¹⁴³ O anexo da edição inglesa de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* é uma retificação teórica. É, sobretudo, a noção da apropriação subjetiva do proletariado que é retificada. Tendo em vista as críticas de aliados e/ou adversários teórico-políticos, o filósofo francês toma conhecimento de uma simetria inconfessada entre o sujeito da prática política do proletariado e o sujeito da ideologia dominante. O conceito de sujeito materialista, supostamente consciente das condições objetivas que o determinam, se revela um reflexo invertido do bom sujeito. A feiura da terceira modalidade se desvela aos poucos aos olhos do teórico.

Além disso, a pedagogia da ruptura, antes tida como capaz de “uma interpelação às avessas”, passa a ser questionada pela excessiva inclinação platônica¹⁴⁴. Em outras palavras, o “retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática”¹⁴⁵ remete ao postulado epistemológico de que a teoria seria radicalmente exterior e, de algum modo, imune ao funcionamento da Ideologia (em geral). Este postulado começa, então, a se tornar problemático. Trata-se da abordagem político-epistemológica althusseriana. A posição de Althusser ([1995] 2008) sobre a relação entre teoria e ideologia poderia ser sintetizada do seguinte modo: os partidos comunistas, assim como os demais partidos, constituem-se com base em uma ideologia (no caso: a ideologia proletária) cuja função é cimentar, unificar determinado grupo ou classe social em torno de um discurso e de uma prática. Esta ideologia funciona como toda e qualquer ideologia: ela interpela os indivíduos como sujeitos. Contudo, há um diferencial: a ideologia proletária é uma ideologia impregnada de experiências históricas (a da luta política marxista-leninista) e iluminada por uma teoria que possibilita uma análise de conjuntura científico-objetiva da luta de classes em dado momento histórico. Por conseguinte, não é de toda afetada pelos efeitos do imaginário. Note-se o predicado conferido por Althusser à

143 PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 298.

144 Mészáros (2004, p. 460) parece compartilhar da (auto)crítica de Pêcheux sobre esta ferida narcísica do teórico iluminado. Para o filósofo húngaro, a contradição da posição privilegiada do intelectual é a de “definir as condições de desvelamento da verdade oculta de tal modo que, ao mesmo tempo, também se coloca *fora e acima* da consciência social”. Algo similar à história do Barão de Munchausen?

145 PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 299.

teoria marxista: sua potencialidade de iluminar a análise dos acontecimentos históricos e políticos. Tendência iluminista inconfessa no pensamento althusseriano?

Recuo estratégico no inverno político

O marxismo só tem a ganhar um pouco de clareza na sua própria crise.

Gadet & Pêcheux

As retificações do anexo *Só há Causa Daquilo que Falha* são indícios ou sintomas de um verdadeiro recuo (ainda que um avanço conceitual tenha ocorrido). Trata-se de um recuo teórico-político, uma vez que a articulação conceitual entre a teoria materialista do discurso e as ideologias antagônicas ficou em suspenso. Desde o anexo, os estudos em Análise de Discurso focalizaram as modalidades das resistências (inconscientes) que emergem no cotidiano das formações sociais.

É importante ressaltar as condições de produção teóricas da época da retificação de Pêcheux. O recuo ocorre no momento do aprofundamento da crise da linha política do Partido Comunista Francês no final da década de 1970. Segundo Maldidier,¹⁴⁶ em 1978 ocorre a “ruptura do Programa Comum da Esquerda” em meio ao debate que esta havia suscitado entre os militantes do PCF. “Há decididamente ‘algo que falha’ na prática política. A teoria deve intervir, no mais alto nível”.

Com efeito, Althusser (1978) busca intervir através de artigos publicados no jornal *Le Monde*, em abril daquele ano. O filósofo argelino lança uma crítica à cúpula do partido comunista tendo em vista dois pontos nevrálgicos: a tendência a uma inclinação política com bases no modelo do parlamentarismo burguês, por um lado, e a forma de organização rigidamente hierarquizada, de tipo militar, por outro. Devido à censura interna da cúpula do PCF, que não permitiu a publicação da crítica no jornal do partido (*L' Humanité*), Althusser publicou uma série de artigos no jornal *Le Monde*. Ainda em 1978, essa série de artigos foi lançada em livro: *Ce que ni peut plus durer dans le parti communiste*. Na verdade, o filósofo (1978) discorre, no *Le*

146 MALDIDIÉ, [1990] 2003, p. 66.

Monde, que a tendência parlamentar e a estrutura militar funcionam de modo a perpetuar o poder exclusivo da cúpula do partido sobre a base, em especial, a hierarquia militar se constitui como uma estrutura vertical das unidades, a qual condiciona os militantes da base a uma única coluna ascendente de comunicação. Coluna que, inelutavelmente, liga determinada célula a uma dada seção, esta à uma federação que, por fim, se liga ao comitê central. Desse modo, se estabelece um sistema de controle e esquadramento, em que os militantes são como soldados a receber ordens inquestionáveis dos ‘quadros’ do partido.

Qualquer cooperação ou diálogo entre células é evitado, inviabilizando uma articulação mais horizontalizada no interior do aparelho partidário. Essa estrutura organizativa tem como efeito de sentido a crença de que a *linha justa* só poderia vir de cima. Já a teoria do materialismo histórico estaria restrita à vanguarda do partido como se fosse propriedade dos dirigentes, segundo Althusser (1978). Contrapondo-se a uma abordagem iluminista ou vanguardista, Althusser propõe que, nos anos de 1960 e 1970, as bases do partido comunista e aqueles movimentos nas bordas da luta de classes (jovens, mulheres) começaram a fazer suas próprias análises da conjuntura político-social. Por outro lado Althusser (1978) caracteriza o partido comunista francês como uma espécie de fortaleza inexpugnável que teria por objetivo se proteger daquelas forças que escapam ao controle da cúpula. O filósofo argelino se refere aos movimentos estudantis e “pequeno-burgueses” que não se achavam sob direção dos quadros do partido em maio de 1968. Diante dos levantes estudantis e da greve geral daquele ano, a estratégia defensiva¹⁴⁷ do partido acabou por colocá-lo na retaguarda dos acontecimentos. Por não escutar o que diziam as massas e não analisar as mudanças no momento em que ocorriam, por se refugiar em sua fortaleza, o partido perdeu sua posição de vanguarda, ou seja, a consciência do partido estava atrasada diante das transformações que se processavam, na interpretação de Althusser. Era urgente desfazer-se da fortaleza e “meter-se” nos seio dos movimentos de massas, no calor dos acontecimentos cotidianos.

Althusser (1978) dá indícios de estar se afastando da tradicional concepção

147 Pêcheux ([1981] 1990), de seu lado, define tal postura defensiva como uma orientação de caráter imutável, em plena conformidade com os cálculos estratégicos da cúpula.

de vanguarda do partido ao propor que se escutem as massas, na “obscura luta cotidiana” e ao questionar a infalibilidade da linha dos dirigentes do partido. Pêcheux, com as retificações teóricas, percorre um caminho similar, ao reformular as teorizações em torno da pedagogia da ruptura. Posteriormente, no início da gestão de Mitterrand (1881-1995), o filósofo proporá a escuta e a análise dos burburinhos discursivos no cotidiano.¹⁴⁸ Segundo a interpretação de Mészáros (2004) na época em questão, embora o PCF seja parte do governo, sua influência política sobre os desenvolvimentos sociais e seu apelo eleitoral está em flagrante declínio e sua força “reduz-se ao papel de uma folha de parreira para esconder os inexistentes dotes de François Mitterrand como socialista.”¹⁴⁹ É frente ao estranhamento desses acontecimentos que Pêcheux proporá novas análises, para além das ciências régias.

Contudo, uma questão permanece em suspenso desde então: a retificação implica em um recuo teórico-político, uma vez que o sujeito dotado de um inconsciente (resistente) não pode ser fonte da ideologia dominada ou revolucionária.¹⁵⁰ Em *Só há causa daquilo que falha*, Pêcheux faz referência à genealogia foucaultiana acerca das práticas disciplinares e dos processos de individualização-normatização. Essa seria uma linha de estudos históricos a que o autor considera pertinente debruçar-se:

para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante.¹⁵¹

Esta é a proposta, deixada em suspenso no percurso teórico de Pêcheux, a do estudo dos processos de resistência-revolta-revolução para além das tradicionais abordagens espontaneístas ou de vanguarda.¹⁵² Talvez se possa compreender essa

148 idem, [1983] 2002.

149 MÉSZÁROS, 2004, p. 111.

150 PÊCHEUX, [1978], 1997.

151 Ibid. p. 303.

152 A vanguarda (avant-garde), como metáfora militar, é marcada por um equívoco bem sintomático: historicamente surgiu no *Salon de Refusés* (1860) em Paris, ligado ao modernismo artístico, posteriormente passou a designar também os sujeitos políticos (os mais preparados e capacitados) que estariam à frente do movimento das massas. Não obstante, no sentido militar, o batalhão de vanguarda, que precede as outras tropas, na maior parte das vezes - por prioridades táticas e

suspensão teórica tendo em vista que ela permaneceu sem resposta política concreta com a crise dos partidos comunistas europeus e a derrocada do chamado socialismo real no fim do século XX.

Ideologia e sujeito cindido

Outra retificação que Pêcheux ([1978] 1997) propõe no anexo *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês*, já mencionada anteriormente, é a relativa a um aspecto psicanalítico problemático de suas conceituações nos últimos capítulos de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trata-se da concepção de que a interpelação ideológica teria como efeito um ego-sujeito-pleno, um ego plenamente conforme à moldura da forma-sujeito da ideologia jurídica. Desse modo, desconsiderava-se a instância do inconsciente, do desejo e dos conflitos psíquicos decorrentes, recaindo nas “ilusões do poder unificador da consciência”¹⁵³ em que nada falha. Com efeito, Pêcheux retoma e reelabora o conceito de resistência inconsciente a partir da teoria do sujeito de Freud e de Lacan. Assim, a interpelação ideológica passa a ser conceituada como um ritual sujeito a falhas e enfraquecimentos. O inconsciente, sendo foco de resistências e revoltas fugidias, se define como uma instância, “origem não detectável da resistência e da revolta,”¹⁵⁴ que não é inteiramente subsumida às injunções e demandas da Ideologia.

Essa retificação pecheuxtiana [1978] (1997) da teoria da interpelação ideológica do “ego-sujeito-pleno”, primeiramente elaborada por Althusser ([1995]

estratégicas – é a infantaria (de infante – os mais jovens) cujo maior efetivo confere um grande poder combativo. Ademais, por serem mais facilmente substituíveis, os infantes tomam a linha de frente da batalha enquanto os oficiais e os comandantes, grupo minoritário detentor do saber-fazer bélico (mais preciosos da perspectiva militar) sempre atuam na retaguarda (no xadrez, os peões saem na frente...). Tal seria o equívoco: a metáfora da vanguarda militar/política remete a uma divisão e a uma hierarquização do trabalho revolucionário ao mesmo tempo em que inverte as relações de posição em jogo na batalha militar/luta política. Um caso de exceção a esta inversão são os grupos guerrilheiros inspirados, sobretudo, em Ernesto Che Guevara, o *guerrillero heroico*. Che é exemplo de um vanguardismo político que ocupou o *front* em combates de guerrilhas aceitando afrontar a morte como condição de luta. Paradoxalmente, enquanto vanguardista, Guevara recusou na práxis a divisão do trabalho revolucionário.

153 PÉCHEUX, [1978] 1997, p. 299.

154 Ibid. 301.

(2008), merece um cotejo teórico com a reformulação proposta por Žižek¹⁵⁵ (2006). Acredito que um paralelo entre as duas (re)formulações contribui para avançarmos um pouco mais na compreensão da correlação entre os modos de funcionamento da ideologia e do inconsciente na intrincada constituição do sujeito.

Žižek (2006), ao tratar da tensão entre a lei pública (notória, escrita e formal) e o reverso desta, o supereu obscuro (código “não escrito”, secreto, não-dito ou dito *em surdina*) discorre sobre a interpelação ideológica em novos termos. O filósofo esloveno remonta ao exemplo althusseriano [1995] (2008) cotidiano e prosaico da interpelação ou saudação policial “Ei, você aí!”¹⁵⁶ que, ao fazer o indivíduo obedecer ao chamado (já na evidência de que se trata realmente dele), transforma-o em sujeito. Althusser ressalta a estranha característica de a saudação ser quase sempre aceita pelo destinatário, e desse se reconhecer evidente e inelutavelmente nela. A estranheza do fenômeno decorre de uma lacuna na explicação de sua causalidade, uma vez que para o filósofo argelino este não poderia ser explicado unicamente pelo sentimento de culpa do interpelado -

a não ser que todo mundo tenha sempre, efetivamente, algo a censurar-se, portanto, que todo mundo sinta de modo confuso que, pelo menos e em todo instante, tem contas a prestar, isto é, deveres a respeitar, nem que fosse o de responder a qualquer interpelação. É estranho.¹⁵⁷

Na abordagem de Žižek (2006), ocorre nessa elaboração althusseriana uma dupla negação ou denegação freudiana da “explicação do reconhecimento interpelativo através de um 'sentimento de culpa’”¹⁵⁸ e também da temporalidade no processo de interpelação. Desse modo, em nome de “conveniência” e de “clareza,” Althusser [1995] (2008) acaba por suprimir o processo subjacente à interpelação e à constituição do indivíduo em sujeito. Nas palavras de Žižek:

155 É preciso mencionar que este capítulo, embora escrito por mim, começou a ser formulado com base em uma frutífera conversa com minha colega de pós-graduação Carolina Lisowski, nas tardes de sextas-feiras de 2009, no Laboratório Corpus.

156 A tradução de Žižek (2006) é portuguesa, por conseguinte as menções ao texto de Althusser [1995] (2008) sobre a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado diferem da tradução brasileira em alguns elementos lexicais e sintáticos. Optei por manter as citações de Žižek bem como as menções de termos e expressões althusseriana conforme a tradução de Portugal. Exceção às citações diretas do texto de Althusser [1995] (2008).

157 ALTHUSSER, [1995], 2008, p. 213.

158 ŽIŽEK, 2006, p. 187. Ressalte-se que, para Freud ([1913] 1996), o sentimento de culpa inconsciente é fundante de nossa civilização. É constituinte e constituidora de nosso *Mal Estar na Cultura*. Filogeneticamente remete ao assassinato do pai da horda primeva em *Totem e Tabu*.

A sequência “reprimida” em causa refere-se a um “sentimento de culpa” de natureza puramente formal, “não patológica” (no sentido kantiano), uma culpa que, por isso mesmo, pesa mais intensamente sobre os indivíduos que nada têm na consciência. Quer dizer: Em que consiste, ao certo, a primeira reacção do indivíduo ao “Eh você” do polícia? Numa mistura incoerente de dois elementos: 1) Por que eu? Que quer de mim a polícia? Estou inocente, vinha absorto em minhas coisas e de passeio...¹⁵⁹

Temos então um primeiro momento (lógico) de *inocência presumida*, de incerteza, de uma resistência titubeante. A interpelação em Žižek não é automática, não é um ato reflexo de um indivíduo (ainda) destituído de subjetividade. Desse modo, a teoria da interpelação ideológica consegue superar algumas aporias apresentadas, por exemplo, por Eagleton(1997):

como o ser humano individual reconhece e reage à “interpelação” que o torna um sujeito se já não for um sujeito? A reacção, o reconhecimento, a compreensão não são faculdades subjetivas, de modo que alguém já teria de ser um sujeito para tornar-se um? Nessa medida, absurdamente o sujeito teria de preceder sua própria existência. Cômico desse enigma, Althusser argumenta que somos, na verdade, sujeitos “sempre já”, mesmo no útero: nossa vida por assim dizer, sempre esteve preparada. Mas se isso é verdade, então é difícil saber o que fazer de sua insistência no “momento” da interpelação, a menos que isso seja uma simples ficção convincente.¹⁶⁰

Tendo em vista que a interpelação não é um simples momento, mas um processo, na leitura de Žižek, a “reação” do sujeito (sua capacidade de interpretar a saudação ideológica essa “injunção traumática e sem sentido”) se constitui no *intermezzo* deste processo, em outras palavras, na sequencialidade atemporal complexa que poderíamos aproximar da constituição do sujeito como entendido por Lacan.¹⁶¹ De sua perspectiva, Althusser ([1995], 2008) discorre sobre a “ontogênese” do sujeito freudiano desde o ritual ideológico envolvido na expectativa do nascimento do novo sujeito até os rituais infantis de criação-adestramento, de tal modo que os indivíduos são “sempre 'abstratos' em relação aos sujeitos que eles são *sempre-já*,”¹⁶² ou seja, para além dos sentimentos próprios à ideologia familiar já há a designação de um nome, logo, há uma identidade - que torna o sujeito

159 ŽIŽEK, 2006, p. 187

160 EAGLETON, 1997, p. 130

161 Da perspectiva discursiva, talvez seja pertinente ressaltar a condição do *enfant* (infante) em Lacan: como não falante, como aquele que ainda não tomou a palavra e ainda não compreende o que o outro fala dele e lhe fala. E que, por conseguinte, não pode responder a contento à ideologia que o interpela. Este sujeitinho ainda *não caminha por si mesmo*.

162 ALTHUSSER, [1995] 2008, p. 214.

esperado *insubstituível*.

Não obstante, o que permanece impensado em Althusser é que a pressão e a predeterminação ideológica são necessárias, mas não suficientes para explicar a “captura” do novo sujeito pelo discurso-ideologia. O *leitmotiv* da assunção do ritual de assujeitamento por parte do indivíduo não é explicitado no pensamento althusseriano. Nem todo sujeito irá *caminhar por si só* e encontrar o “seu lugar” em nossa formação social sem percalços e sem o auxílio de agências de intervenção (psiquiatria, psicologia, assistentes sociais, etc.). O que pode vir a falhar? É certo que as causas do bom ou do mau assujeitamento estão relacionadas, em grande medida, ao antagonismo nas relações de dominação e exploração socioeconômicas como sabemos pela formulação das modalidades de funcionamento subjetivo de Pêcheux [1975] (1997).

De qualquer forma, para avançar na compreensão do modo como a interpelação vem a ter eficácia ao tornar “indivíduos concretos” em “sujeitos concretos” é necessário levar em consideração a lógica do inconsciente em toda sua complexidade¹⁶³. Não somente no que o inconsciente tem de *subversivo* (resistências fugidias, chistes, etc.), como afirmou Pêcheux ([1978], 1997), mas também no seu aspecto reativo, patológico, submisso (o supereu como instância da lei obscena e perversa, mecanismos de defesa que levam à identificação de massa na figura de um demagogo ou ditador, etc.).

Retomo o fio do discurso de Žižek:

[...]todavia, este protesto perplexo de inocência é sempre acompanhado por um sentimento kafkiano indeterminado de culpa “abstrata”, sentimento segundo o qual, aos olhos do Poder, sou a priori terrivelmente culpado de qualquer coisa, embora me não seja possível saber de que sou ao certo culpado, e por isso – por não saber do que sou culpado - sou mais culpado ainda; ou mais exactamente, é na própria ignorância aqui em causa que consiste a minha verdadeira culpa.¹⁶⁴

Embora Žižek, na citação acima, associe o “sentimento kafkiano” relativo

163 Segundo Žižek (1996,p.322), “antes de ser captado na identificação, no reconhecimento/desconhecimento simbólico, o sujeito (\$) é captado pelo Outro através de um paradoxal objeto causa do desejo em meio a isso, (a) mediante o segredo supostamente oculto no Outro: \$ ◇ a – a fórmula lacaniana da fantasia.” Teríamos aqui um avanço conceitual no entendimento das relações e das determinações entre o sujeito do desejo e a forma-sujeito?

164 ŽIŽEK, 2006, p. 187.

somente à culpa indeterminada, talvez possamos associar a trajetória do personagem de Kafka de *O Processo* com a sequencialidade atemporal proposta pelo filósofo: da “primeira” reação de dúvida e de incerteza em relação ao que o Outro demanda e da *inocência presumida* até o assujeitamento e a sensação de culpa (indeterminada) perante o Outro - juntamente com a angústia que produz essa *ignorância culposa*. Não é esta a trajetória de *Josef K.* desde seu despertar matutino até o cair da noite narrada no primeiro capítulo do livro? Em outro texto, Žižek (1996) discorre sobre Kafka como um crítico de Althusser “*avant la lettre*”:

Acaso a burocracia 'irracional' de Kafka, esse aparelho cego, gigantesco e absurdo, não é precisamente o Aparelho Ideológico de Estado com que o sujeito se confronta antes que ocorra qualquer identificação, qualquer reconhecimento – qualquer subjetivação? [...] o ponto de partida dos romances de Kafka é uma interpelação: o sujeito kafkiano é interpelado por uma entidade burocrática misteriosa (a Lei, o Castelo). Mas essa interpelação tem uma aparência meio estranha: é, por assim dizer, uma interpelação sem identificação/subjetivação.¹⁶⁵

Assim começa o enredo e o enredamento do personagem de Kafka pelo discurso *opaco* e *enigmático* da justiça: “Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum.” Não será este enunciado, tão incisivo e breve, um exemplo mais ilustrativo do modo como se dá a interpelação ideológica? Trata-se de um sujeito, de quem já sabemos o nome, que, embora inocente, é detido ao despertar certa manhã (precisamente no seu trigésimo aniversário, idade do juízo?). Ressalte-se esta curiosa condição da personagem-sujeito que surge no discurso da narrativa literária no preciso momento em que desperta, isto é, torna-se consciente de si e do mundo. E, quase no mesmo instante, no breve intervalo no qual ele apenas toma conhecimento de uma ausência (da locadora que não lhe trouxe o habitual café da manhã) surgem os guardas para o deterem.

O despertar de Josef K. e sua detenção pelos funcionários que o aguardavam emergir da inconsciência, para então o deterem (quando então a detenção se faz necessária e possível uma vez que o sujeito pode interpretar o discurso que o interpela), não é mais coerente com o rito ideológico como ele se efetiva em nossa formação social? Em outras palavras, para além da perspectiva sincrônica de

165 Idem, 1996, p. 322.

Althusser ([1995], 2008) do sujeito desde sempre já sujeito, não teríamos que levar em consideração a estruturação do aparelho psíquico (Freud) ou a constituição do sujeito (Lacan) para melhor entendermos os mecanismos subjacentes ao assujeitamento do indivíduo pela ideologia?

Na trajetória de Josef K. no transcorrer do dia em que se vê detido temos: o estranhamento diante de homens que surgem serem anunciados¹⁶⁶; a resistência e a indignação frente a eles¹⁶⁷; seguido da indagação de o que querem eles ali. “- [...], mas o que o senhor quer afinal?”¹⁶⁸ Uma vez avisado de que está detido, Josef K. passa então a questionar o motivo da detenção, uma vez que se presume inocente de qualquer crime. O protesto do personagem se soma à breve desconfiança acerca da autoridade e da “legalidade” de seus detentores. Temos o *primeiro momento lógico* do sujeito recém desperto, ainda confuso e ignorante do que se passou antes.

Entretanto, a indignação manifesta de Josef K. tem como seu avesso o subreptício reconhecimento da autoridade (e da legitimidade dos guardas em estarem, sem nem mesmo se anunciarem, na intimidade de seus aposentos para detê-lo por algo que ele ignora) e a obediência (ainda que sob protesto) à reclusão¹⁶⁹ - até o momento que o avisam de que está livre para ir ao trabalho. Nesse ponto, sou tentado a interpretar que a liberação de Josef K. para ir ao trabalho sem escolta e vigilância se deve ao bom comportamento do detido. Josef K. já está enredado pelo discurso da justiça que o interpelou. Nas palavras de Tragtenberg (2001): “Vemos o tema da autoridade unido estreitamente à culpa. José K., não pode viver sem se justificar. Então, tende a procurar a Autoridade.”

166 [...] sentindo estranheza e fome ao mesmo tempo, tocou a campainha. Imediatamente bateram à porta e entrou um homem que ele nunca tinha visto antes naquela casa.[...] -Quem é o senhor? - perguntou K. e logo se sentou meio ereto na cama. Mas o homem passou por cima da pergunta, como se fosse preciso aceitar a sua aparição. (KAFKA, 2005, p.7)

167 “- Não quero permanecer aqui nem ser interpelado pelo senhor enquanto não se apresentar”. (idem, p.8)

168 Ibid., p. 8.

169 Se abrisse a porta do quarto vizinho ou mesmo a porta da ante-sala, talvez os dois não ousassem impedi-lo, talvez a solução mais simples de todas fosse **levar as coisas ao extremo**. Mas talvez eles o agarrassem de fato e, uma vez lançado ao chão, estaria perdida também toda superioridade que num certo sentido ele agora ainda conservava diante de ambos. **Por isso, preferiu a segurança da solução que o curso natural das coisas tinha de trazer** e voltou ao seu quarto, sem que fosse pronunciada nenhuma outra palavra da sua parte ou da parte dos guardas. (grifo meu) (KAFKA, 2005, p. 13). A primeira “opção” de desobediência seria do mau sujeito (que pede a intervenção do Aparelho Repressivo de Estado em Althusser [1995] (2008)) a segunda é a do bom sujeito que “funciona sozinho” sem a necessidade de intervenção física do policial.

O enredamento de Josef K., movido pelo sentimento kafkiano indeterminando de culpa abstracta¹⁷⁰ frente ao Outro de que discorre Žižek, nas teias de uma enigmática interpelação, ainda que acompanhado por uma titubeante indignação (marca da dubiedade e do impasse culpa/inocência), é o que cria as condições para levá-lo ao assujeitamento ideológico. Dito de outro modo:

O que aqui temos é, por conseguinte, a estrutura lacaniana da cisão do sujeito entre a inocência e a culpa abstracta, indeterminada, ao ser confrontado com uma convocação não transparente que emana do Outro. ('É você!'), convocação em que não é claro para o sujeito o que quer o Outro dele ('Che vuoi?'). Em suma, aquilo com que aqui deparamos é a *interpelação prévia à identificação*.¹⁷¹

Por conseguinte, na leitura de Žižek a interpelação prévia, como convocação não transparente, não se confunde com a identificação ideológica - quando só então ocorre assunção do “mandato simbólico” e o reconhecimento do sujeito espelhando o Sujeito. Dessa forma, no instante intemporal do impasse entre a inocência e a culpa abstracta, o discurso de convocação do Outro não é ainda evidente, pelo contrário, é sibilino e enigmático. No caso dos detentores de Josef K., o discurso do poder é marcado por numerosos silêncios¹⁷² que levam o detido paulatinamente a uma angustiante *ignorância culposa*. De tal modo que o bancário no final do mesmo dia se vê compelido a travar diálogo com sua locadora e com outra moradora da pensão (com quem não havia até então conversado). Uma vez enredado na teia do discurso do direito, Josef K. busca nos outros um saber sobre sua culpa/inocência. Ressalte-se que para Žižek (1996) o diferencial da interpelação dos sujeitos kafkianos é ausência da Causa com a qual se identificar, a falta de um traço, o enigma diante do chamamento do Outro.¹⁷³ Desse modo, “o erro fatal de K.,[...] foi

170 Essa também é a leitura de Maurício Tragtenberg (2001): “O personagem verdadeiro de **O Processo** é a culpa. Uma culpa surda e invisível ligada organicamente ao **ser**, à **existência**”. (grifo do autor)

171 ŽIŽEK, 2006, p. 187.

172 O *absurdo* processual narrado por **Kafka** transcorre mediante a intervenção de funcionários inferiores sempre cientes de suas obrigações e alienados da dimensão do processo, da estrutura, mas cumpridores das ordens expedidas pelo *Outro*, também desconhecido, *Ausente*. [...] a detenção lhe faz adentrar num universo de medo, desconfianças e compulsão para descobrir o que estava acontecendo e também como provar a sua inocência. (ROSA, 2004, p. 89. grifo do autor)

173 Novamente é interessante trazer a interpretação de Tragtenberg (2001): “No decorrer do processo, José K., comportar-se-á como culpado do principio ao fim; em vez de inquirir 'porque' o acusam interessa-lhe saber mais “quem” o acusa, tentando manter-se lúcido, a única arma que lhe resta. Sua tristeza é ter que se ir, sem conhecer nem saber que juiz o condena.” Tragtenberg vai além: “O que importa n’**O Processo** é o culpado mais do que a justificação ou não da causa, que é pouco menos que secundaria, porque a justiça é inacessível, permanecendo incomunicável com o homem. Essa

dirigir-se ao Outro da Lei como uma entidade homogênea, receptiva a uma argumentação coerente, enquanto que a Lei só lhe pode retribuir e opor a sua atitude metódica um sorriso obscuro, mesclado de sinais de balbúrdia”.¹⁷⁴

Com a proposta de um outro exemplo ilustrativo para a interpelação ideológica, podemos superar a aporia do *sujeito desde sempre já sujeito* e também outra crítica feita por Eagleton: a de que o discurso do Outro (Ideologia) nem sempre é interpretada de modo inequívoco como propõe Althusser ([1995], 2008), uma vez que, segundo Eagleton, na teoria lacaniana o discurso do Outro é elusivo e traiçoeiro. Neste último ponto, é preciso ressaltar que a perspectiva da Análise de Discurso, que trata a equivocidade da língua, de sua opacidade e de ser não-toda¹⁷⁵ (real da língua) já superou há muito a problemática “comunicação perfeita” entre a demanda do Outro (ideologia) e o sujeito interpelado. Contudo, se não há transparência, controle dos sentidos, “comunicação”, como podem as formações ideológicas manter sua função reprodutiva? Talvez por intermédio da tese de Lacan da “comunicação” como um “equivoco bem sucedido”. De todo modo, para Mariani¹⁷⁶ é justamente “na relação do funcionamento da língua com o funcionamento do inconsciente e da ideologia” que se produzem os efeitos de sentido.

A meu ver, a reformulação de Žižek está em concordância com a de Pêcheux ([1978] 1997) visto que ambas questionam o ego-sujeito-pleno e propõem uma interpelação sujeita a falhas e equívocos. No caso de Žižek temos uma retificação causal e que trata a interpelação como um processo. Ademais, o filósofo esloveno pensa o inconsciente não apenas como foco de resistências, mas também encontra na lógica inconsciente, marcada pelo impasse inocência/culpa indeterminada, o *leitmotiv* da interpelação prévia. De modo que a internalização da máquina simbólica da ideologia nunca é plenamente bem sucedida¹⁷⁷, sempre há um resto, resíduo,

máquina permanece só, sem gestos, nem aparatos, como uma presença insólita no drama do humano.” (grifo do autor)

174 ŽIŽEK, 1992, P. 190-191.

175 Cf. ORLANDI, 2004.

176 MARIANI, 2008, p. 148.

177 Neste ponto temos outra convergência com a retificação de Pêcheux, pois concretamente não há *sujeito-ego-pleno* ou sujeito plenamente identificado, nem mesmo no caso da primeira modalidade de funcionamento subjetivo - a do bom sujeito. Contudo, ressalte-se que, no caso de Žižek, este traço residual não torna a ideologia menos eficaz.

“uma mancha de irracionalidade e absurdo traumáticos que se agarra a ela [...] *esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela.*”¹⁷⁸ Com efeito, a Lei ganha sua autoridade incondicional deste “excedente não integrado do trauma sem sentido” na leitura do filósofo esloveno.

Essa perspectiva, embora trate do sujeito cindido, não entende a instância do inconsciente apenas no seu aspecto de resistência à interpelação ideológica, mas nos chama a atenção para a captura do sujeito desejante pelas injunções do Outro, como condição *sine qua non* para o assujeitamento. Ademais, até mesmo o que falha no ritual, a dita comunicação como um “equivoco bem sucedido” pode vir a tornar a ideologia mais eficaz. Por fim, é preciso lembrar que essa perspectiva não está de todo ausente na retificação de Pêcheux ([1978], 1997). Na verdade, o filósofo francês afirma que é pelo *non-sens* do inconsciente que “a interpelação encontra onde se agarrar”,¹⁷⁹ embora, este nunca é de todo encoberto pelas evidências do *sujeito-centro-sentido*. Por conseguinte, Pêcheux estava ciente de que o inconsciente é a “causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura”.¹⁸⁰

Individualização do sujeito pelo Estado

Os significados da trajetória da personagem de Kafka não se esgotam, porém, com a descrição da interpelação do indivíduo, afetado pelo simbólico, em sujeito (cindido) pela ideologia. Com efeito, é possível vislumbrar neste exemplo outro aspecto descrito por Orlandi:¹⁸¹ “o das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado”. Este seria um outro momento teórico que a autora conceitua, tendo como base as concepções de biopolítica e de sociedade disciplinar em Foucault – produtoras e condutoras de indivíduos em série enquanto integrantes de uma determinada população governada:

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de

178 ŽIŽEK, 1996, p. 321.

179 PÉCHEUX, [1978] 1997. p. 300.

180 Ibid.

181 ORLANDI, 2005, p. 106.

subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção de sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então I2, ou seja, indivíduo em segundo grau)¹⁸².

Ressalto que estes movimentos (assujeitamento, individualização) não estão separados nem são independentes para Orlandi, ou seja, na expressão de Žižek, ocorre também neste outro movimento uma sequencialidade atemporal. No entanto, apesar da interdependência entre os movimentos, é preciso “levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso”¹⁸³.

O que distingue esse outro momento, segundo Orlandi, é a forma (constructo) “individual(izada) concreta” que, no modo de produção capitalista, é a forma do indivíduo *livre* de qualquer coerção, mas sempre responsável (ou responsabilizado) por seus atos frente ao Estado e aos outros homens. Desso modo, o indivíduo se concretiza enquanto sujeito jurídico¹⁸⁴. Tendo em vista que Žižek distingue dois instantes atemporais - o da interpelação prévia, a convocação não transparente, e o da identificação ideológica, a assunção do mandato simbólico - com base nas elaborações de Orlandi seria possível afirmar que há um terceiro momento na sequencialidade dos processos identitários e de subjetivação? O da individualização do sujeito pelo Estado?

Segundo Orlandi (2005), é no movimento de individualização que ocorre a identificação a uma dada formação discursiva inelutavelmente imbricada a uma determinada formação ideológica. É neste movimento que uma posição sujeito se estabelece e, conseqüentemente, abrem-se possibilidades de deslocamentos e de resistências “do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza.” Com base nessa correlação, ao que tudo indica a individualização conceituada por Orlandi corresponde ao momento da assunção/identificação ideológica com o reconhecimento do sujeito espelhando o Sujeito, (re)conceitualizada por Žižek

182 Ibid.

183 Ibid, p. 107.

184 Ressalte-se que para Foucault ([1975] 2007) não é o Estado Soberano, fundado na lei e no contrato, que individualiza diretamente, uma vez que aquele somente torna-se efetivo com base em uma microfísica do poder.

(2006).

Retomando a trajetória da personagem de Kafka, é possível discernir, para além a interpelação prévia no primeiro enunciado de *O Processo*, um movimento de individualização do sujeito pelo Estado. A personagem é nomeada – chama-se Josef K. – e designada: é responsabilizada e detida por um suposto delito de que não é culpada, pois foi caluniada, segundo a voz do narrador. Com efeito, no transcorrer dos eventos, a personagem passa a ser individualizada e vigiada pelos agentes da polícia que a interpelam como sujeito jurídico, sujeito responsabilizado por supostos atos culposos.

Contudo, há um diferencial perturbador na trajetória da personagem kafkiana em relação ao processo de assujeitamento-individualização que é preciso ressaltar. Como já mencionado, para Žižek (1996), os sujeitos-personagens de Kafka não encontram uma *Causa* com a qual possam se identificar, pois o Outro se mostra enigmático, obscuro e absurdo. Na leitura de Tragtenberg (2001), o Outro kafkiano, máquina de justiça burocrática, é uma presença insólita e inacessível.

Acredito que este diferencial perturbador permitiu a Kafka tornar visível o processo de assujeitamento (prévio) ideológico em seus romances. Impedidos de identificarem-se e de reconhecerem-se em uma máquina burocrática e irracional, os personagens kafkianos, em sua trajetória absurda, descaracterizam e desconstroem “o percurso bio-psico-social”.¹⁸⁵ Desse modo, o histórico, o simbólico e a ideologia em funcionamento se tornam mais patentes na narrativa do escritor tcheco. No caso, da personagem de Josef K. a impossibilidade de vir a se identificar, impossibilidade de estabelecer uma posição sujeito, o impedirá de permanecer entre os vivos. A execução de Josef K. no final do romance pode ser interpretada como sua expulsão de nossa formação social, uma vez que ele não tem assegurado o seu lugar¹⁸⁶ nas relações de (re)produção. Sua trajetória, iniciada por uma interpelação-individualização-responsabilização até seu trágico fim, nada mais seria do que o

¹⁸⁵ ORLANDI, 2005, p. 107.

¹⁸⁶ Talvez se possa aproximar a personagem à beira da morte, experienciando a absurdidade de seu destino com a condição do sujeitos-segregados (ORLANDI, 2008) que não tem seu lugar-cidadão assegurado em nossa sociedade. Nos últimos instantes de vida, abatido como um cão, Josef K. compartilharia com os segregados a condição de *homo sacer*, de sujeitos sem substância, aqueles que não se reconhecerão como sujeitos de direito porque o Estado não os julga, mas os abate. (Cf. mais adiante o subcapítulo: Sujeitos-segregados do século XXI: Novos proletários?)

movimento-errância na busca de uma identificação que nunca se concretiza. Josef K. é uma personagem em busca do sentido, sentido que dê conta do enigma da culpa que lhe foi imputada.

Esta impossibilidade em se identificar é ainda mais patente no caso de outra personagem de Kafka, a do homem do campo que para diante da porta da Lei (*Diante da lei*). Ele se vê impedido de entrar pela advertência de um porteiro: a cada sala em que ele adentrar haverá outro porteiro, um mais poderoso que outro. O homem do campo permanece o resto de sua vida na esperança de ser admitido na/pela Lei. Por fim, em seus últimos instantes de vida lhe é revelada absurda verdade, diz-lhe o porteiro: "Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a"¹⁸⁷.

É possível distinguir por intermédio deste outro personagem kafkiano um processo de individualização que falha? Uma individualização que, por efeito do absurdo da máquina burocrática kafkiana, impede a identificação ou assunção simbólica? Antes de avançar com estas dúvidas abordarei o movimento de individualização-identificação por um outro viés: o do nome próprio ou identidade civil enquanto dispositivo de individualização disseminado em todos estados nações do mundo ocidental(izado).

Em determinado momento de sua obra, Guimarães (2005) tratou do funcionamento específico da designação dos nomes próprios. Na perspectiva do autor, o nome próprio de pessoa, nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito é "uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome".¹⁸⁸ Relações semânticas de determinação que funcionam como um modo de distinguir e identificar, tendo em vista que "identificação de um indivíduo biológico para o Estado e para sociedade, é tomá-lo como sujeito."¹⁸⁹ Desse modo, o indivíduo deixa de pertencer a uma massa anônima e indiferenciada, deixa de ser indiscernível de outrem, e passa a ocupar um lugar discreto, ou seja, constitui-se uma existência simbólica em dada formação social por meio de sua nomeação. É preciso lembrar que essa nomeação, ainda de acordo com Guimarães (2005), é dever legal do pai,

187 KAFKA, 1995, p. 232.

188 GUIMARÃES, 2005, p. 35.

189 Ibid. p. 36

este último entendido enquanto lugar social de paternidade.

É possível afirmar que o pai, indivíduo interpelado em sujeito pelo Estado (na forma da instituição jurídica e burocrática do cartório), tem o dever de solicitar a emissão de uma certidão para o filho.¹⁹⁰ Resta ao sujeito-pai a "escolha" do nome de batismo entre inúmeros nomes possíveis. Contudo, para Guimarães¹⁹¹ "a 'escolha' do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico" que recorta "como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprio de sua época". Na perspectiva da teoria materialista do discurso, essa "escolha" é afetada pela posição que o sujeito pai ocupa em dada formação discursiva. Da ótica do Estado e da *ordem* social vigente a atribuição de um nome com a aposição do sobrenome (nome de família), que determina o primeiro, cumpre o papel de identificação social pelo efeito de unicidade: "*você é você e não é nenhum outro*".¹⁹² Assim é possível referi-lo, interpelá-lo, responsabilizá-lo, etc. 'sem possibilidade de erro ou equívoco'.¹⁹³

O efeito de unicidade (inequívocidade da referência) e a capacidade referencial, fundamento do funcionamento do nome próprio no processo social de subjetivação, para Guimarães (2005), é provavelmente um dos dispositivos mobilizados pelo mecanismo coercitivo de individualização¹⁹⁴ imposto pelo Estado a todos *cidadãos*. Por dever responder "como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens"¹⁹⁵, o sujeito-pai inscreve o nome do filho no aparelho civil-burocrático através do rito de solicitação de certidão. Rito que pressupõe a interpelação do indivíduo (então nomeado), pela Ideologia e sua constituição em sujeito. Rito, sujeito a falhas e resistências. Contudo, o que é preciso ressaltar neste ponto é que essa individualização acionada pelo Estado produz "diferentes efeitos nos processos de identificação".¹⁹⁶ Entre outros efeitos, individualização do sujeito pelo Estado permite a este último identificar, localizar e monitorar os indivíduos isoladamente. Retomarei estas conceituações, juntamente com as questões deixadas em suspenso, nos capítulos concernentes aos gestos de

190 Ibid.

191 Ibid. p. 36-37.

192 Ibid. p. 40.

193 Ibid. P. 40

194 ORLANDI, 2005.

195 GUIMARÃES, 2005, p. 107.

196 Ibid. p. 106.

análise do sujeito zapatista.

Processos de resistência-revolta-revolução(?)

É que Narciso acha feio o que não é espelho.

Caetano Veloso

No transcorrer desta primeira parte, as questões teóricas da Análise de Discurso - em torno da terceira modalidade e da ideologia dominada - foram pensadas em correlação com a problemática política – recuo das esquerdas, crise de referências teóricas e estratégicas de cunho marxista-leninista. Isto foi tratado não somente no campo teórico da Análise de Discurso, mas em Althusser e em pensadores de esquerda contemporâneos (Žižek, Mészáros, Hardt & Negri, Sader), já que trazer à discussão filósofos políticos atuantes na contemporaneidade possibilita questionar a visão hegemônica de que muitos dos conceitos e, sobretudo, o projeto de transformação e superação do capitalismo proposto pelo materialismo histórico estariam anacrônicos neste início de século. De outro lado, fazer o cotejo das problemáticas que estes filósofos tratam com as questões teóricas que Pêcheux trabalhou na teoria materialista do discurso desde os anos 60 e 70 permite encontrar uma série de convergências – sintoma da relação incontornável que existe entre a Análise de Discurso e o legado teórico e político do materialismo histórico. É com vistas a recuperar essa relação inelutável que, na presente tese, busquei ampliar o leque de referências no que concerne à compreensão do sócio-histórico e do ideológico, mas especificamente. Desse modo é contornada a tendência, predominante em muitas abordagens acadêmicas hodiernas, de se “virar a página” de modo definitivo. Há todo um legado de lutas e saberes seculares que se não podem ser tratados como um conhecimento inquestionável, também não podem ser desconsiderados. Nas palavras de Mousterde:

Sem insistir em velhas conquistas, mas tampouco imaginar recomeçar tudo, inventar tudo. Como se mais de 150 anos de história de lutas, de debates – formidável reservatório de lições e de experiências ao qual é preciso ousar recorrer – pudessem ser varridos sem mais nem menos. Nesse sentido, o marxismo, ao mesmo tempo em que perdura como um instrumento indispensável à esquerda, não pode ser o único, sobretudo em sua versão

stalinista tão empobrecedora.¹⁹⁷

Trata-se, por conseguinte, de retomar o legado do materialismo histórico, mas não somente, para avançar a teoria no que concerne ao entendimento dos problemas de nosso século nascente, de modo que a compreensão de nossa época se dê na tensão entre a continuidade e a descontinuidade histórica. E como a teoria materialista do discurso tem como uma de suas bases o continente da história, se faz necessário um diálogo constante com as áreas do conhecimento que visam à compreensão do social, do econômico e do histórico.

Tendo em vista a crise epistemológica que abalou em certa medida as grades teóricas interpretativas (meta-narrativas) em fins do século XX, toda uma gama de teorias descritivas buscou a partir de então interpretar a complexidade da sociedade ocidental(izada). Há todo um amplo conjunto de novas teorias da condição pós-moderna, do capitalismo tardio, do capitalismo pós-industrial ou pós-fordista, da sociedade da informação, da modernidade líquida, da hiper-modernidade, etc. E apesar de riqueza descritiva de muitas destas abordagens, que possibilita uma maior acuidade na interpretação de fenômenos sociais, culturais, políticos, há um *deficit* epistemológico não negligenciável. Na interpretação de Žižek (2008) estas teorias são basicamente descrições e, assim como as abordagens liberais ou marxistas clássicas, não explicam ou interpretam a contento a dinâmica sócio-histórica deste início de século. Em outras palavras, não conceituam as regularidades e as dinâmicas das transformações socioeconômicas. No caso das “pós-teorias”, estas limitam-se a interpretar a atualidade destacando a sua descontinuidade para com o passado. De tal modo que, grande parte de suas formulações consiste em enfatizar as diferenças do *hoje* em relação ao *ontem* e, por conseguinte, denunciar as falhas e limitações dos (meta)discursos modernos na compreensão da realidade complexa das sociedades contemporâneas.

No que diz respeito à imbricação discurso-ideologia, embora a Análise de Discurso tenha se destacado pela contribuição acerca do modo de funcionamento da instância ideológica no direcionamento do sentido (e produção de evidências) da materialidade discursiva, é preciso retomar a noção de suas funções constantes em

197 MOUTERDE, 2003, p.47.

inúmeras outras abordagens do conceito. Neste ponto é pertinente trazer à baila o que é imprescindível na definição de ideologia segundo Žižek (1996). Para o filósofo, um conteúdo (verdadeiro ou falso) somente é ideológico se “é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ('poder', 'exploração') de maneira intrinsecamente não transparente: para permanecer eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta”.¹⁹⁸ Trata-se da descrição dos efeitos e de aspectos do modo de funcionamento da ideologia dominante. Da perspectiva discursiva é preciso, no entanto, diferenciar a ideologia dominante da ideologia dominada e suas respectivas funções: de reprodução das relações de dominação e exploração no caso da ideologia dominante; de crítica, de antagonismo e de emancipação no caso das chamadas ideologias dominadas. Pensar a instância ideológica pelos seus efeitos, como característica necessária e constante também exige trazer à baila as consequências políticas deste conceito.

Uma primeira consequência do conceito de ideologia dominante concebida pelo seu efeito de manutenção ou reprodução das relações socioeconômicas de dominação e exploração é a relação inelutável que existe entre esta conceituação e um projeto político de emancipação social. De tal modo que o projeto político emancipatório é uma decorrência inevitável das premissas teóricas que fundamentam este conceito. Será preciso desdobrar toda uma série de argumentativa para comprovar esta tese.

Se a ideologia dominante se caracteriza pelo efeito de reprodução de determinadas relações de dominação política e de exploração econômica, conseqüentemente esta instância ideológica não poderia ser suprimida sem que a reprodução das mesmas relações socioeconômicas sejam abaladas ou, em caso extremo, entrem em colapso, ou seja, a ideologia é necessária à manutenção da ordem social com base em relações de dominação e exploração. Caso contrário, sendo o efeito da ideologia supérflua para a manutenção das relações de exploração e dominação - dada a suposta insuperabilidade ou indestrutibilidade destas mesmas relações - nós efetivamente vivemos em uma sociedade pós-ideológica e o capitalismo contemporâneo, apesar de suas contradições e da “resignação sensata” de bilhões de excluídos, seria uma sociedade transparente a si mesma.

¹⁹⁸ ŽIŽEK, 1996, p. 13-14.

Não obstante, é possível afirmar que, apesar do efeito supérfluo da ideologia, sua estrutura trans-histórica (concepção legada de Althusser ([1995], 2008)) permanece atuante e, em seu funcionamento, persiste a interpelar indivíduos em sujeitos e a direcionar os sentidos do discurso destes. Contudo, é necessário lembrar que Althusser pensava a história como esta é entendida pelo materialismo histórico. Isto é, a história se inicia com a divisão do trabalho e, por isso mesmo, a história da humanidade é a da luta de classes para o materialismo histórico. Antes disso, tivemos o longo período (90% da existência humana sobre a Terra¹⁹⁹) da pré-história em que não é possível falar em ideologia, visto que o efeito de reprodução de relações de dominação e exploração não é nem necessário nem viável porque a divisão do trabalho e o Estado ainda não existiam enquanto tal. Na leitura de Marx, as sociedades ditas pré-históricas, sem divisão do trabalho, são sociedades em que os mitos se fazem atuantes e não as ideologias. Conforme assevera Žižek(1996):

para Marx, a consciência mitológica primordial da sociedade pré-classes de que brotaram as ideologias posteriores [...] ainda não é a ideologia propriamente dita, e embora (ou melhor, exatamente porque) seja imediatamente vivida, e embora seja obviamente “errônea” e “ilusória” (produzindo a divinização das forças da natureza etc); a ideologia propriamente dita só emerge com a divisão do trabalho e a cisão das classes, quando as ideias “erradas” perdem seu caráter “imediato” e são “elaboradas” pelos intelectuais. [...] ²⁰⁰

Além disso, Žižek (1996) contrapõe a perspectiva histórica de Marx com a trans-histórica de Althusser, mas frisa a convergência das duas perspectivas na posterior elaboração da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado:

Em nítido contraste, Althusser concebeu a ideologia como uma relação imediatamente vivenciada com o universo – como tal, ela é eterna; quando após sua virada autocrítica, Althusser introduziu o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, de certo modo ele retornou a Marx: a ideologia não brota da “vida em si”, mas só passa a existir na medida em que a sociedade é regulada pelo Estado.²⁰¹

199 Diante do ceticismo da possibilidade de relações sociais sem exploração econômica (divisão do trabalho) e sem dominação política (divisão entre governantes e governados, ou divisão social instituída entre quem manda e quem obedece) é pertinente citar a resposta do anarquista Hakim Bey a uma pergunta cética: “O que você quer dizer com “Por que a anarquia nunca funcionou antes?” Ela funcionou centenas de vezes. Funcionou entre 90% da existência humana, na Pré-história. E funciona entre as tribos caçadoras e coletoras até os dias de hoje.[...] “Funcionou” mesmo nas “insurreições que não tiveram êxito” como nos soviets de Munich e de Shangai, na Baixa Califórnia em 1911, Fiume 1919, Kronstadt 1921, Paris 1968. Funcionou nas comunas, nos enclaves de Maroon e nas utopias piratas. Funcionou em Paris 1870, na Ucrânia, na Catalunha e em Aragão.” (BEY, 2008, p. 24)

200 ŽIŽEK, 1996, p. 24

201 Ibid.

Dessa forma a existência da ideologia está inextricavelmente ligada às sociedades em que há divisão do trabalho e hierarquia de mando-obediência²⁰². Por conseguinte, ligada a relações de antagonismos e de contradições que colocam a inelutável necessidade do efeito reprodutivo da ideologia dominante, uma vez que estes mesmos antagonismos são indícios, ainda que remotos, da possibilidade de superação das relações sociais vigentes. De maneira que as ideologias antagônicas visam a fazer a crítica e a propor alternativas à ordem instituída. No horizonte de seus discursos, se descortina a possibilidade de uma sociedade sem classes, sem exploração e sem dominação.

Este último aspecto é mais pertinente do que os críticos da ideologia e os analistas de discurso - que se empenham a descrever o funcionamento e colocar sob suspeita as evidências da ideologia - tendem a considerar. Do contrário, uma postura cética, resignada, que desconsidere como quimérica a possibilidade de superação das relações de dominação e exploração atualmente existentes, e ao mesmo tempo persista no trabalho de crítica da ideologia dominante, incorre em contradição: ou porque considera as contradições das relações sociais objetivamente insuperáveis e a ideologia uma prótese superestrutural supérflua – caso em que o trabalho de crítica e análise é inócuo politicamente; ou porque considera as contradições socioeconômicas insuperáveis e a ideologia, uma prótese superestrutural necessária ainda assim. Neste último caso, a alternativa à sociedade com antagonismos sociais insuperáveis, uma vez superado o efeito de reprodução da ideologia dominante pela crítica das ideologias antagônicas, é ou o declínio civilizatório pela desagregação social, ou a instauração de novas relações sociais antagônicas após uma mudança estrutural. No primeiro caso, a crítica à ideologia seria anticivilizatória, portanto, injustificável da perspectiva social. Apenas no último caso, há possibilidades (fracas) de justificação da crítica, mas ela implica, ainda que subrepticamente, um projeto de transformação política.

202 Para aqueles que acreditam existir autoridade política mesmo em tribos indígenas cito Clastres [1974] (1990, p. 143): “a tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar ordem. O chefe não é um comando, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. *O espaço da chefia não é o lugar do poder*, e a figura (mal denominada) do “chefe” selvagem não prefigura em nada aquela de um futuro déspota. Certamente não é da chefia primitiva que se pode deduzir o aparelho estatal em geral.” (grifo do autor)

Com estas ponderações, pode-se supor o quanto o conceito de ideologia, de uma perspectiva materialista, é uma “saia justa” conceitual para quem se propõe a descrever e interpretar o discurso em sua imbricação com o ideológico. A posição de se deter na compreensão teórica acadêmica (desinteressada) das formas como o sujeito e o sentido se produzem no funcionamento discursivo-ideológico se justifica por si mesma? Ou há necessidade de se reportar a um projeto político emancipatório (ainda que parcial) para que a práxis analítica tenha pertinência?

Retomando a justificação fraca da posição da crítica teórica aos efeitos de sentido da ideologia dominante: trata-se de uma justificativa fraca, de uma perspectiva materialista, tendo em vista que este posicionamento epistemológico e político de descrença na possibilidade de uma formação social sem exploração e sem dominação, por um lado, está bem próximo daquele já citado anteriormente (p. 37) de Raymond Aron. A defesa de um reformismo, capitalismo de rosto humano, que vise não à superação, mas à atenuação da dominação e da exploração e que conceba o efeito da ideologia como argamassa social ou uma prótese necessária à manutenção exige uma postura sutil diante da crítica ideológica, tendo em vista que esta não pode questionar de modo radical os efeitos da ideologia sob pena de ser contraproducente, no melhor dos casos.

Por outro lado, de uma perspectiva materialista da história, o antagonismo social determina inelutavelmente que todo sujeito se posicione consciente ou inconscientemente frente a esse antagonismo. Esse posicionamento é de ordem política, ideológica e epistemológica. Em outros termos, considerando que o antagonismo social é marcado por um desacordo social (e de interpretação das relações dos homens entre si e destes com o mundo), não há como o sujeito, nem mesmo para o teórico, ter um posicionamento não afetado pelo antagonismo social. Por conseguinte, não há um discernimento epistemológico ou teórico neutro e contemplativo primeiro, que no usufruto da razão (desinteressada) compreenderia a realidade da história humana como uma insuperável relação de dominação e exploração. E, diante dessa constatação “racional”, uma tomada de posição política subsequente. Da perspectiva do materialismo histórico, e da concepção mesma dos efeitos e do funcionamento da ideologia, isto é impossível. Toda postura supostamente epistemológica, teórica ou científica da história já é desde o início um

posicionamento ideológico e político. Não há possibilidades deste recuo inocente e neutro em relação ao antagonismo social de uma perspectiva materialista histórica.

Fico tentado a trazer a seguinte situação ilustrativa: Um eventual professor “esclarecido teoricamente” dos efeitos da ideologia dominante, mas cético em relação a qualquer possibilidade de uma “utopia” socialista ou anarquista em que não haja dominação e exploração é confrontado em aula por alunos “revolucionários” engajados na luta de emancipação socialista ou libertária. O professor buscaria “esclarecer” seus alunos afirmando que os antagonismos sociais e os desacordos são intrinsecamente constituintes da civilização e da história humana. Se superados os antigos, novos antagonismos surgirão. Logo, é melhor que seus alunos moderem sua posição e exigências para entrarem em acordo (resignado) com a ordem constituída (ou então se satisfaçam em resistir parcialmente a um Poder atemporal). O problema deste argumento é que propõe o acordo atual em prol da ideia do desacordo perene. Ou visa a conciliar as relações antagônicas com base na ideia da insuperabilidade histórica destas, ou visa a uma resistência incapaz de colocar em xeque os poderes constituídos. Disso decorre sua justificação fraca e problemática de uma perspectiva materialista. De que posição ideológica fala esse hipotético professor?

Sujeitos-segregados do século XXI: os novos proletários?

Em relação às teorias dos filósofos políticos contemporâneos de que tratei no transcurso desta primeira parte, a questão das mudanças nas formações socioeconômicas e nos antagonismos (subjacentes às relações de dominação e exploração deste início de século) talvez seja a de mais difícil apreensão. As inúmeras teorizações que visam a descrever nossa época parecem carecer de maior acuidade interpretativa. Contudo, não podem ser desconsideradas, pois trazem algo novo em suas formulações. Na perspectiva discursiva, Orlandi (2008) tem trazido o conceito luta por lugares com base em Schaller (2001)²⁰³ no intuito de atualizar o

203 Eis um fragmento do argumento de Schaller: “A diminuição do trabalho industrial, as novas estratificações profissionais, a instabilidade do emprego, a precarização dos assalariados embaralharam as antigas fronteiras e referências. O movimento operário não pode mais ser considerado o motor principal da mudança social. E a análise em termos de classe não pode mais,

dispositivo teórico da Análise de Discurso frente a discursividades como as dos pichadores, as dos meninos do tráfico, as das boqueteiras²⁰⁴, entre outras. Com efeito, em nosso período histórico, especificamente na realidade latino-americana:

as relações sociais já não se estruturam como antes. Não temos mais a representação de classes verticais, formando uma pirâmide em que estariam, na base, os mais pobres e, no ápice, a classe alta, podendo haver mobilidade em relação à ascensão. Os sujeitos estavam então incluídos ou excluídos socialmente. Segundo ele, contemporaneamente, a relação não é de classes, mas de lugares e se representa horizontalmente: ou se está dentro, no centro, ou se está fora. As relações não são de inclusão/exclusão, mas de segregação. Uma vez segregado é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais.²⁰⁵

Da perspectiva de Orlandi, as lutas por lugares podem ser definidas como o antagonismo social mais encarniado e determinante da dinâmica das lutas sociopolíticas neste início de século, de modo que, para além da dominação e exploração, a segregação se coloca como (des)estruturadora do social e de seus antagonismos. Talvez possamos remontar a Žižek (2008) e sua concepção do favelado como a população de excedentes que são inúteis (pouco rentáveis para o capitalismo contemporâneo). Deste ponto de vista, o segregado é aquele que não tem lugar assegurado pelo Estado de Direito, somente incluso precariamente na economia globalizada. A impossibilidade de entrar nas relações sociais ou de participar da cidadania é dada, por um lado, pela insuficiência do Estado (como “articulador simbólico”) reduzido a um “administrador técnico” das tendências do Mercado. De outro, pela ameaça do Estado Polícia (ou aparelho repressivo de Estado) que não mais detém, nem mais julga e “absolve/condena”, mas “abate” os sujeitos-segregados²⁰⁶.

Sou tentado a retomar o exemplo de Galeano²⁰⁷ já citado anteriormente e complementá-lo: “o presidente da empresa dita ordens para o diretor, que dita

sozinha, explicar a organização da sociedade e seus conflitos. Na verdade, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. Os “competitivos”, assalariados dos setores altamente produtivos, os “protegidos”, essencialmente membros do serviço público, os “precários”, empregados com contratos temporários e os “excluídos”, mais ou menos beneficiários da proteção social, estão engajados em uma “luta por lugares” que suscita tensões, mobilizações e alianças móveis.” (SCHALLER, 2001, p. 149).

204 Cf. No IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso: memória e história na/da Análise do Discurso realizado em Porto Alegre-RS, em novembro de 2009, a apresentação da autora: *Diluição e indistinção dos sentidos: uma política da palavra e suas consequências*.

205 ORLANDI, 2008, p. 118

206 Ibid.

207 GALEANO, 2009, p.36

ordens ao gerente, que repassa ao chefe de seção, que ordena ao operário, que dita ordens à mulher, que manda no menino, que chuta o cachorro” *que morde o mendigo - que revirava o lixo*. Para além das relações de exploração e dominação, a segregação social pode ser ilustrada pela condição do “intruso” faminto que é afugentado (na melhor das hipóteses) pelo cão de guarda. Talvez outro exemplo dessa condição segregada seja a dos famintos, que aparecem no curta-metragem *A Ilha das Flores* de Jorge Furtado (1989), se alimentando de restos da comida rejeitada pelos porcos. Insisto nessa associação entre segregados e famélicos tendo em vista a reportagem já citada anteriormente de que em 2008 o número de subnutridos no mundo todo já ultrapassara 1 bilhão de pessoas.

Contudo, se o conceito luta de lugares permite uma descrição mais apurada de nossa realidade social, é preciso ressaltar que a concepção estrita de luta de classe que Orlandi questiona como anacrônica, a partir de Schaller (2001), não é a de Marx, ou a de Lenin, nem a de Althusser. Ao que parece a concepção visada na citação de Orlandi é a da social-democracia europeia, tendo em vista que a (con) fusão entre relação de produção (capitalistas e trabalhadores) e relação de propriedade (ricos e pobres) é própria aos teóricos social-democratas. Foi Rosa Luxemburgo ([1900], 1999) a primeira a discorrer sobre esta diferença entre marxistas (comunistas) e revisionistas (socialistas):

O erro econômico é em Berstein somente a base teórica de uma “vulgarização” do socialismo. Transportando a noção de capitalista, das relações de produção para as relações de propriedade e “falando de simples indivíduos em lugar de falar de donos de empresas”, transporta ele igualmente a questão do socialismo do domínio da produção para o domínio das relações de fortuna, da relação entre o Capital e o Trabalho, para a relação entre ricos e pobres.²⁰⁸

A maior consequência política desta (con) fusão teórica revisionista, ainda de acordo com Luxemburgo ([1900], 1999), é a possibilidade de atenuação da luta de classes com base em uma distribuição mais equitativa da riqueza por intermédio do Estado (de bem estar social), ou seja, pelo fortalecimento das organizações operárias necessariamente atreladas ao Estado de cunho social-democrata haveria uma possibilidade de ascensão socioeconômica gradativa por meio de conquistas de direitos trabalhistas (aumento de salários, educação gratuita, serviço de saúde).

208 LUXEMBURGO, [1900], 1999, p. 73.

Desta ótica, não haveria necessidade de uma ruptura revolucionária, tendo em conta as prósperas perspectivas de mobilidade de classes dentro do modo de produção capitalista. Já na concepção materialista histórica, o antagonismo social é marcado por uma barreira invisível e intransponível entre as classes em luta. Isto porque, em termos de relações de produção, o capitalista é aquele que se apropria da mais-valia produzida pelo proletariado. A interdependência econômica é de tal ordem que uma “ascensão de classe” do proletariado como um todo inelutavelmente colocaria em xeque as próprias relações de produção.

No que concerne à América Latina, houve durante o século passado, em certa medida, uma mobilidade em relação à ascensão na pirâmide social dada a especificidade socioeconômica do continente²⁰⁹. No transcorrer do século XX, o Brasil, o México e a Argentina, sobretudo, passaram por um profundo processo de industrialização (com a substituição das importações por produtos nacionais) e de urbanização com o forte respaldo de um Estado nacionalista e populista que de fato acarretou uma grande mobilidade social, com uma ascensão socioeconômica até meados da década de 1970. Com efeito, este período histórico corresponde à organização de grandes reformas estruturais, por intermédio da aliança subordinada das classes trabalhadoras com o empresariado nacional, com vistas à modernização econômica. Segundo Sader,²¹⁰ esta “foi uma estratégia implementada por forças nacionalistas - Getúlio Vargas no Brasil, Lázaro Cárdenas no México, Juan Perón na Argentina, entre outros”. Estratégia reformista em que, no caso excepcional do Chile de Salvador Allende, “se pôs - ou pelos menos se tentou pôr - em prática um projeto de transição pacífica para o socialismo”.²¹¹ No entanto, esta onda de governos reformistas em meados do século XX tem como determinante a base infraestrutural mundial daquele período. Pois ainda segundo Sader:

Essa estratégia correspondia a um período histórico condicionado por um ciclo longo expansivo do capitalismo internacional e, no marco latino-americano, por projetos de desenvolvimento industrial, sob a hegemonia ou

209 Entretanto, esta ascensão parece ter se realizado, sobretudo, da perspectiva individual ou, no melhor dos casos, familiar de prosperidade pela iniciativa pessoal e pelo trabalho – algo não distante do *self made man* norte-americano que afetou o imaginário de uma infinidade de imigrantes do Novo Mundo nos últimos séculos. Desta ótica, o que, talvez, diferencie a segregação contemporânea é que a barreira de classes/lugares não é mais invisível, pelo contrário, é bem demarcada para todos aqueles que estão aquém dos lugares-de-cidadania assegurados pelo Estado e que, ao mesmo tempo, se encontram marginalmente inclusos na economia global.

210 SADER, 2009, p. 130.

211 Ibid. p. 131.

sob o peso determinante de estruturas agrárias ou mineiras voltadas para a exportação. Ao lado das camadas médias urbanas, crescia a classe operária, dando consistência à expansão do mercado interno de consumo com a extensão dos direitos sociais, processo que se prolongou por cerca de cinco décadas, a partir dos anos 30.²¹²

Diferentemente, em nossa época, o conceito descritivo de luta de lugares permite pensar o antagonismo social marcado pela segregação do excedente populacional. Excedente que, no entanto, é gerado pela crise estrutural do Capital: pela impossibilidade de crescimento infinito do mercado capitalista, pelo efeito de desemprego estrutural e de trabalho precário²¹³ decorrente da “explosão exponencial da produtividade”²¹⁴ e pela manutenção da lógica de acumulação do Capital *ad infinitum*. Por fim, este sujeito segregado tem semelhanças com o *homo sacer* de Agamben (2002). Aquele que se encontra ao mesmo tempo fora da legislação humana e da legislação divina, incluído na ordem jurídica somente sob a forma da exclusão. *Homo Sacer* é também aquele que pode ser morto por qualquer outro, pois sua vida é tida como sem valor biopolítico. Na leitura de Žižek (2008) é o morto-vivo que não tem mais nada além do que seu próprio corpo. Vida nua desamparada de todo suporte institucional, estatal, irremediavelmente sem lugar.

Dissimetrias no espectro ideológico

Encerro esta primeira parte com a questão da dissimetria entre a ideologia dominante e as ideologias dominadas e antagônicas. Em outras palavras, as ideologias antagônicas não podem se espelhar no modo de funcionamento da ideologia dominante para que sejam realmente ideologias transformadoras – capazes de provocar uma ruptura nas regularidades que asseguram a reprodução das relações de dominação, exploração e segregação socioeconômicas. É preciso quebrar os espelhos.

212 Ibid. p. 130-131.

213 A promoção do trabalho precário, forma majoritária de reprodução da vida de centenas de milhões de pessoas, foi a maior responsável por essa heterogeneidade das relações de trabalho, por esse panorama econômico e social no qual nunca tantos viveram do trabalho – homens, mulheres, negros, brancos, mestiços e índios, idosos e crianças –, sem que esse imenso caudal pudesse se transformar em força e capacidade organizativa para defender os direitos básicos desses milhões de trabalhadores. (SADER, 2009, p. 61)

214 ŽIŽEK, 2008.

Talvez se possa afirmar que a feiura da terceira modalidade de funcionamento subjetivo se deve justamente ao reconhecimento do narcisismo inerente de sua primeira elaboração. O que o sujeito da desidentificação acabava por espelhar era o intelectual marxista-leninista de vanguarda. O pequeno-burguês, mais do que o proletário, era refletido naquele estranho sujeito materialista. Sua posição simétrica a do (bom) sujeito da ideologia dominante era sintoma das relações de dominação atuantes no interior do aparelho partidário de modelo hierárquico militar e afetado pela lógica do parlamentarismo burguês.

Diante disso, cabe a nós, herdeiros do legado do materialismo histórico, levar adiante essas questões imperdoáveis. Como pensar o engendramento das ideologias antagônicas sem recair na dominação de uma cúpula – suposta detentora da teoria revolucionária? E, por outro lado, sem subestimar os efeitos da ideologia dominante atuantes nos discursos e nas formas de organização das lutas sociopolíticas contemporâneas? Talvez um caminho possível seja dado por Mouterde:

A abordagem escolhida foi de me colocar sob um ponto de vista raramente reivindicado nos meios acadêmicos, aquele dos movimentos sociais de origem popular. E de assumir isso explicitamente, procurando verificar a seguinte hipótese; não seria através dos novos movimentos sociopolíticos nascidos em Chiapas, no Equador e no Brasil que se poderiam reconstruir práticas e discursos à altura dos desafios atuais? Essa pergunta afinal, não é anódina, e permite colocar, no centro do debate, as condições de vida e as aspirações daqueles e daquelas que embora majoritários, não têm voz, a não ser raramente, particularmente nos últimos anos.²¹⁵

Esta proposta de Mouterde não difere daquela de Pêcheux que visava a uma investigação genealógica do processo de resistência-revolta-revolução com base nos movimentos históricos concretos para poder avançar na elaboração teórica acerca do sujeito (feito) da terceira modalidade e das dissimetrias de funcionamento da ideologia dominada em relação à ideologia dominante.

Antes de encerrar esta primeira parte, não posso deixar de citar o porta voz do EZLN, Subcomandante Marcos, em sua (auto)crítica bem humorada ao vanguardismo revolucionário. No caso da América Latina, o vanguardismo militante não se realizou somente na práxis política partidária, mas também nos diversos focos guerrilheiros que despontaram em todo continente desde o triunfo da

215 MOUTERDE, 2003, p. 18.

Revolução Cubana (1959). Marcos (2008) atualiza esta memória voluntariosa e “iluminada” pela teoria marxista quando narra a história do EZLN desde o período de inserção dos militantes de origem urbana nas comunidades indígenas de Chiapas na década de 1980. Entretanto, segundo o porta-voz, estes militantes, uma vez em contato com os ameríndios, descobrem que têm mais a aprender com a memória e os saberes de 500 anos de resistência política indígena, do que a ensinar algo. Os militantes, de pedagogos autoproclamados passam a alunos no aprendizado de uma lição política crucial: aprender a escutar esses sujeitos que estão abaixo e à esquerda na história da América Latina desde a colonização europeia. Em seguida, com humor Marcos afirma que a transformação dos militantes iluminados em macacos na Selva Lacandona foi o que levou à adoção do *pasamontañas* (capuz negro) pelos zapatistas. Era uma “questão de estética e bom gosto”. Estas afirmações humoradas e auto irônicas de Marcos, em minha interpretação, não deixam de remeter à ferida narcísica do intelectual vanguardista.

Outrossim, é importante citar a concepção de Marcos acerca do funcionamento e dos efeitos sociopolíticos da ideologia. Na voz de um mágico, personagem de um romance policial escrito por Marcos e pelo escritor Taibo II, o porta-voz do EZLN discorre de modo metafórico sobre o discurso dos políticos e seus efeitos:

E então a política moderna, diz Alakazam, faz com que a democracia seja fazer a maioria, ou seja, os fodidos, trabalhar e se preocupar para que a minoria, ou seja, os poderosos, fique bem. E então também faz com que todos os fodidos olhemos para o outro lado enquanto nos roubam nossa terra, nosso trabalho, nossa memória, nossa dignidade. E então os poderosos querem que até o aplaudamos com votos. E então o Alakazam me disse que há a magia negra, ou seja a que se faz com os demônios; e que há a magia branca, ou seja, a que Alakazam e os outros mágicos fazem, e que há a magia suja, ou seja, a que os políticos fazem.²¹⁶

Para além do discurso do político e seus efeitos, o que se pode inferir é o papel ideológico, a reprodução das relações socioeconômicas: maioria trabalha, minoria se apropria das terras, do trabalho, da memória, da dignidade. De outro lado, o funcionamento da instância ideológica como uma mágica: “faz com que todos os fodidos olhemos para o outro lado enquanto...”. De modo singelo, Marcos descreve a magia suja dos políticos.

216 MARCOS, 2006 , p. 194.

Enfim, é o momento de passarmos a escutar um pouco os de abaixo e à esquerda. Essa escuta atenta que os zapatistas aprenderam e que na psicanálise permitiu a Freud advogar (dar voz) ao discurso do inconsciente. No que concerne à escuta na perspectiva discursiva, seu dispositivo teórico já há muito aprendeu a partir os espelhos e escutar a resistência e a revolta no cotidiano das massas. Cabe levar adiante esta escuta, na genealogia dos processos de resistência-revolta-revolução(?) da América Latina.

SEGUNDA PARTE

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICO-DISCURSIVAS

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICO-DISCURSIVAS

O fermento social e intelectual na América Latina promete para o futuro mais do que podemos encontrar atualmente nos países capitalistas avançados. Isto é compreensível, já que a necessidade de mudança radical é muito mais urgente na América Latina.

Mészáros

A história da colonização da América Latina pelos espanhóis e portugueses foi marcada por dois aspectos correlacionados: o massacre²¹⁷ e a dominação política dos ameríndios e a demarcação e apropriação das terras de forma desigual e mesmo pouco produtiva, do ponto de vista da economia capitalista. Disso decorre que, mais de quinhentos anos após a “descoberta” da América, os movimentos por reforma agrária e lutas pelos direitos dos indígenas transcendam fronteiras nacionais e se coloquem como questões de ordem continental. Os sujeitos que protagonizam essas lutas populares – os camponeses pobres e os índios – são ambos figuras marginais em nosso cenário social e político. Na contemporaneidade, no chamado capitalismo pós-fordista, com as zonas urbanas concentrando grande parte da população economicamente ativa, o papel político do campesinato foi dado como decadente.²¹⁸

Entretanto, apesar deste diagnóstico, os mais proeminentes movimentos de resistência e revoltas na América Latina são de caráter camponês e indígena: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), maior e mais poderosa guerrilha da América Latina, começou como milícia camponesa de autodefesa; o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México, uma das maiores referências da esquerda internacional, guerrilha heterodoxa de cunho indígena e camponês; e o Movimento dos Sem Terra (MST) do Brasil, outra grande referência da esquerda atual, de caráter eminentemente camponês. Todas as três trazem a questão da terra, seja para reivindicar um pedaço de solo fértil para aqueles que não o possuem, seja para lutar pela instauração de territórios autônomos em oposição à lógica estratégica (centralizadora e neoliberal capitalista)

²¹⁷ Segundo Celso Furtado(1969) tratou-se, na verdade, de uma hecatombe demográfica, praticamente sem paralelos na história.

²¹⁸ PRADO Jr., 1968.

dos Estados-Nação.

A face rural desses sujeitos revoltosos (camponeses e indígenas) não impede que eles sejam protagonistas de movimentos políticos em franca oposição ao discurso neoliberal. Este fenômeno, provavelmente, está associado ao capitalismo pós-fordista e sua relação com a América Latina: a imposição, nos anos de 1990, da cartilha neoliberal (Consenso de Washington) à América Latina, “laboratório privilegiado” desta doutrina, e o conseqüente declínio da força combativa da classe operária em grande parte do mundo ocidental.

Tanto a cartilha do pensamento único neoliberal como o declínio da força dos movimentos operários e sindicais são efeitos do capitalismo pós-fordista ou financeiro. De um lado, o desemprego, decorrente de contradições estruturais do mercado, constrange os trabalhadores assalariados a aceitarem condições de trabalho cada vez mais competitivas, além do rebaixamento de salários. De outro lado, a diminuição nas taxas de lucro no setor produtivo levou à redefinição da política econômica em direção a um neoliberalismo que busca “flexibilizar” os direitos trabalhistas (antes assegurados pelo Estado de Bem-Estar Social ou Desenvolvimentista) e incrementar os lucros via expansão de créditos e dívidas.²¹⁹

Ainda segundo Holloway (2003), um efeito colateral da política econômica neoliberal foi o crescimento da massa de desempregados e subempregados, que tiveram seus direitos (e conquistas) trabalhistas desmantelados e suas expectativas de ascensão econômico-social desfeitas diante de uma sociedade de mercado excludente. Todavia, justamente, por sua condição de sem-lugar no mundo do mercado globalizado é que os desempregados e subempregados tiveram maior mobilidade e capacidade de luta do que a classe trabalhadora empregada com muitos de seus sindicatos burocratizados ou engessados pelo seu atrelamento formal ao Estado.

Muitas dúvidas e muitas incógnitas se colocam ao analista que se debruçar sobre os rumos das lutas populares da contemporaneidade latino-americana: o traço lúmpen²²⁰ dos protagonistas das lutas mais expressivas de hoje, o caráter de

219 HOLLOWAY, 2003.

220 De acordo com Indursky (1999), o MST, por exemplo, se caracteriza como um movimento que se inscreve em um não-lugar, errante em relação aos lugares políticos existentes no Brasil na década de

ação direta que engaja as bases dos movimentos em uma luta cotidiana pela sobrevivência e pela causa em comum. Para além de suas diferenças de métodos e fins – guerrilhas armadas buscando delimitar territórios livres e construir um paradigma de bom governo ou tomar o poder por via revolucionária; movimentos desarmados promovendo ocupações e manifestações no intuito de reivindicar a reforma agrária – esses sujeitos que protagonizam as lutas populares no chamado Terceiro Mundo talvez prefigurem os rumos que as esquerdas irão tomar no transcurso do século XXI. Contudo, para se pensar no futuro ou se entender o presente é necessário conhecer o passado e, de outro lado, focar nosso estudo em uma destas lutas de modo mais preciso, tendo em conta os limites que um trabalho de tese impõe.

Espectros latino-americanos

Nestes capítulos subsequentes, viso a discorrer sobre algumas condições históricas específicas, mas determinantes, em última instância, do discurso zapatista. O conjunto de processos socioeconômicos, de acontecimentos políticos entre outros, que sobredeterminam a discursividade zapatista abrange uma infinidade de elementos de ordem material. Não há como escapar desta interdependência complexa em uma formação social com aceleração crescente da mundialização como é a do capitalismo chamado pós-fordista.

Contudo, dentre a complexidade de forças materiais atuantes na conjuntura contemporânea, alguns acontecimentos sociopolíticos estão mais intrincados ao processo de luta popular que engendrou o discurso zapatista. Em primeiro lugar, a memória da Revolução Mexicana é crucial não apenas como referência constante no discurso do EZLN, mas, sobretudo, na organização política e nos projetos de transformação construídos pela insurgência zapatista nestes 16 anos.

A memória dos heróis da Revolução Mexicana – Emiliano Zapata e Pancho Villa -, a retomada de práticas sociais dos primeiros zapatistas, as posições ético-políticas de recusa em assumir o poder do Estado, entre outras, são remanescentes

da primeira Revolução popular do século XX. Remontar à Revolução Mexicana se faz necessário para entender não somente a autodesignação *zapatista*, mas as posições políticas dos sujeitos zapatistas contemporâneos em contraste com outras posições de esquerda no espectro político recente.

Precedentes da revolução mexicana

Desde a independência mexicana (1821), intensificaram-se as lutas, rebeliões e insurgências de caráter indígena e campesino pelas terras comunais. Segundo Samis (2003), com a independência do país, leis e códigos inspirados nos princípios liberais trasladados da Europa passaram a regular a posse das terras com base no valor da propriedade individual.

Esta concepção individualizada e mercantil de propriedade de terras entrou em conflito com a concepção da tradição de organização comunal dos *pueblos* índios do México. Para Gilly,

los pueblos indios – aferrándose a su tradición y a su organización comunal, diferencia fundamental con los campesinos europeos – resistieron, organizaron revueltas, fueron masacrados, volvieron sobre sus tierras para volver a ser rechazados a las montañas. Nacieron “bandidos justicieros” y leyendas campesinas. La propiedad agraria latifundista, forma atrasada de la penetración capitalista en el campo mexicano, tuvo que avanzar en constante guerra con los pueblos.²²¹

Entre as rebeliões e organizações de revolta, é pertinente citar a dos índios *yaqui* em Sonora ao norte da nação mexicana, que 4 anos após a independência iniciam um processo de revoltas e levantes que só terminarão com a eclosão da Revolução Mexicana em 1910. Neste meio tempo, em 1849 os *yaquis* se insurgiram contra a Igreja Católica, uma vez que esta era detentora de uma imensa parcela de terras e já ampliava suas possessões por sobre as terras comunais.

221 Gilly, 1971, p. 10. [Os povos índios - aferrando-se a sua tradição e a sua organização comunal, diferença fundamental com os camponeses europeus – resistiram, organizaram revoltas, foram massacrados, retornaram a suas terras para voltar a ser rechaçados às montanhas. Nasceram “bandidos justiceiros” e lendas campesinas. A propriedade latifundiária, forma atrasada de penetração capitalista no campo mexicano, teve que avançar em constante guerra com os *pueblos*. (tradução sob minha responsabilidade)]

De acordo com Samis (2003), outra sublevação indígena a se destacar é a dos *mayas* de *Yucatán*. Rebelião de forte resistência armada por parte dos ameríndios, pois os latifundiários, seus antagonistas, concordaram em entregar uma parcela do território aos estado-unidenses em troca de auxílio bélico no extermínio dos indígenas.

Com a aproximação do final do século XIX, o processo de revoltas se intensifica. Já em 1877 forças armadas compostas de indígenas tomam a cidade de *Tamazunchale* em *Sierra Gorda*, centro-norte mexicano. Em 1882, é a vez da *Ciudad de Maiz* ser ocupada por indígenas armados e organizados. Na última década do século, no estado de *Chihuahua*, surge a lendária santa rebelde ou Donzela de Cabora, Teresa Urrea, líder messiânica com 18 anos de idade na época em que, juntamente com os rebeldes dos povoados de *Tomóchic* e *Temósachic*, combateu o exército federal. O teresismo²²² entrou na memória mexicana pelo seu caráter de insubmissão e pelas suas prédicas de “desobediência às leis do Estado e do clero, além de incitar o povo ao combate.”²²³ O ápice deste movimento proto-anarquista de sublevação político-religiosa foi os anos de 1890 em *Tarahumara*. Ainda segundo Samis²²⁴, neste episódio Teresa Urrea mobilizou 5 mil mexicanos com suas pregações, dentre estes, 3 mil eram índios.

É possível afirmar que a Revolução Mexicana foi resultado deste processo de rebeliões camponesas que marcaram os governos de “Benito Juárez (1858), a Monarquia Hasburgo de Maximiliano (1863-1877) e a ditadura de Porfírio Díaz (1877-1911)”²²⁵. De outro lado, a influência das ideias revolucionárias da Europa já se fazia sentir em meados do século XIX. De acordo com Gilly:

El 20 de abril de 1868 Julio López Chaves lanzó su “Manifiesto a todos los oprimidos y los pobres de México y del universo.” El caudillo campesino estaba influido por el socialismo fouriista, pero su método venía de la tradición campesina: el levantamiento armado. En su Manifiesto, denunciaba la explotación de los campesinos por los hacendados, el gobierno y la Iglesia, el despojo de las tierras de los pueblos por las haciendas – lo que

222 Segundo Brunel (1997), os mitos revolucionários pululam majoritariamente na América Latina. A revolução mexicana foi tema e fonte de uma *literatura da revolta agrária* (Mariano Azuela com *Tierra*, Lopez Fuentes com *Vámonos con Pancho Villa*, por exemplo). Ademais, Zapata e Pancho Villa, tornaram-se personagens cinematográficas em *Que Viva México!* de Eisenstein, *Viva Villa!* de Bem Hecht, ambas produzidas por volta de 1930, e *Viva Zapata!* de Elia Kazan, de 1959.

223 SAMIS, 2003, p. 12.

224 Ibid.

225 Ibid, p. 13.

cuarenta años después sería bandera de la revolución zapatista²²⁶

Ainda de acordo com Gilly (1971), Julio López chegou a concretizar as ideias de seu manifesto por meio de repartição de terras e por proibir os latifundiários da região de *Chalco* de cultivar terras anteriormente usurpadas dos *pueblos*. Devido a isto, a imprensa da *Ciudad de México* designou os rebeldes de Julio López de comunistas indígenas.

Estes levantes e insubordinações são sintoma das condições históricas pré-revolucionárias no México da virada do século XX. Um país essencialmente agrário, com proporcionalmente o maior contingente latino-americano de indígenas em relação ao número total da população mexicana. Contingente ameríndio que não tinha lugar nos projetos civilizatórios e homogeneizadores do Estado federal.

A revolução mexicana: a primeira emergência do zapatismo

Emiliano Zapata, o mais puro dos líderes da revolução, o mais leal à causa dos pobres, o mais fervoroso em sua vontade de redenção social.

Galeano

De acordo com Figueiredo (2003), a Revolução Mexicana foi um movimento armado, social e cultural para derrubar a ditadura de Porfírio Dias. A motivação principal era a luta das massas camponesas pela terra, em contraposição ao processo de concentração latifundiária no governo de trinta anos do presidente Dias. A Revolução Mexicana, apesar das divisões internas e golpes posteriores, deixou como legado a Constituição de 1917. Esta constituição, a mais avançada do mundo na época (em termos socialistas) ao não tratar a terra como mercadoria, foi importante para a concretização de uma reforma agrária, ainda que limitada, no México pós-revolucionário. A reforma se processou de forma desigual: em regiões de

226 GILLY, 1971, p. 13. [Em 20 de abril de 1868 Julio Chaves lançou seu “Manifesto a todos os oprimidos e os pobres do México e do Universo”. O caudilho campesino estava influenciado pelo socialismo fouriista, contudo seu método vinha da tradição campesina: o levantamento armado. Em seu Manifesto, denunciava a exploração dos campesinos pelos fazendeiros, governo e Igreja, o despojo das terras dos *pueblos* pelas fazendas – o que quarenta anos depois seria a bandeira da revolução zapatista.(tradução sob minha responsabilidade)]

movimentos camponeses mais fortes e atuantes, foram implementadas mudanças estruturais mais radicais; já em regiões de pouca atuação, a reforma foi evitada pelos latifundiários locais. Esta reforma parcial e desigual está relacionada à corporatização do Estado pós-revolucionário via centralização e cooptação das forças locais em torno do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Quando despontou o ano de 1910, os latifúndios haviam englobado mais de 80% das terras habitadas no México. O regime ditatorial de Porfirio Díaz havia implementado uma modernização capitalista por intermédio das locomotivas - buscando assimilar os povoados do interior mexicano. O objetivo primordial era criar condições para a produção agrícola de matérias primas para os Estados Unidos e a Grã Bretanha. O antagonismo social se centrava na tentativa do porfiriato de liquidar os *pueblos libres* indígenas. Para além da obtenção de mais terras e mais mão de obra barata, a liquidação dos *pueblos* tinha como meta política acabar com a autonomia das massas camponesas, segundo Gilly (1971). Era necessário eliminar todas as formas de organização camponesa. Inelutavelmente, os *pueblos* resistiram, como haviam resistido em inúmeros outros momentos históricos desde a colonização espanhola.

E foi a partir dessa base de resistência secular, com organização tradicional, que surgiu tanto um programa agrário da revolução como um dirigente político camponesino Emiliano Zapata (1879-1919). De tal modo que, de acordo com Gilly (1971), foram os *pueblos* organizados que engendraram a ambos: o programa e o dirigente da revolução que se iniciava. Na leitura um tanto evolucionista de Gilly, essas organizações camponesas são de caráter pré-capitalistas:

Esa organización colectiva precapitalista, al convertirse en base de la lucha revolucionaria del campesinado en los comienzos de la época mundial de las revoluciones proletarias y de los soviets abierta en Rusia en 1905, adquirió una dinámica empírica anticapitalista y una fuerza social poderosa. En lugar de las utopías del retorno imposible al pasado comunal de las antiguas insurrecciones campesinas, sintió, aún sin comprenderlo conscientemente, que se abría una perspectiva colectiva sobre el futuro socialista que iba a inaugurar en los hechos la revolución rusa pocos años después.²²⁷

227 GILLY, 1971, p. 32 [Essa organização coletiva pré-capitalista, ao converter-se em base da luta revolucionária do campesinato nos primórdios da época mundial das revoluções proletárias e dos soviets aberta na Rússia em 1905, adquiriu uma dinâmica empírica anticapitalista e uma força social poderosa. Em lugar das utopias de retorno impossível ao passado comunal das antigas insurreições camponesas, sentiu, mesmo sem compreendê-lo conscientemente, que se abria uma

Não obstante, é com base nessas comunidades campesinas, seus modos de organização, que o zapatismo – a política do programa agrário levada a cabo com a guerrilha armada dirigida por Zapata - se constituiu com força e expressão no cenário mexicano do início do século XX. E foi em 1911 que após a tentativa das forças armadas do líder político Francisco Madero (1873-1913) de tomar a *Casas Grandes*, que começaram a despontar levantamentos armados em pontos distintos do país. Segundo Gilly (1971), no estado de *Morelos*, Emiliano Zapata se levanta em armas em conjunto com outros chefes locais e se inicia a luta que formará o Exército Libertador do Sul, liderado por Zapata. No entanto, é preciso ressaltar que, embora Zapata lidere as massas campesinas organizadas, são estas que engendraram sua liderança, ainda segundo Gilly:

Esas masas crearon a Emiliano Zapata, le transmitieron su intransigencia revolucionaria y encontraron en su dirección el punto de apoyo para resistir tenazmente durante diez años todos los embates militares y todas las celadas jurídicas de las direcciones burguesas y pequeño burguesas, y para influir desde allí en todo el curso de la revolución.²²⁸

De acordo com Aguilar Camín & Meyer (2000), quando o revolucionário emergiu do anonimato para a história política do México, ele acabara de

completar trinta anos e estabelecera vínculos com políticos de todo o Estado devido a uma recente e desastrosa campanha eleitoral como candidato semi-independente para governador de Morelos. Ele era parceiro de uma fazenda e possuía um pouco de gado e de terra. Comprava e vendia cavalos e, quando não havia plantio, percorria as aldeias do rio Cuautla com uma régua de mulas carregando mercadorias. Chamava-se Emiliano Zapata e, no devido tempo, viria a se transformar, primeiro em líder, depois em símbolo legendário do agrarianismo mexicano²²⁹.

O zapatismo é, por conseguinte, uma expressão das massas campesinas

perspectiva coletiva sobre o futuro socialista que ia inaugurar nos feitos da revolução russa poucos anos depois. (tradução sob minha responsabilidade)]

228 GILLY, 1971, p. 49. [Essas massas criaram Emiliano Zapata, lhe transmitiram sua intransigência revolucionária e encontraram em sua liderança o ponto de apoio para resistir tenazmente durante dez anos a todos os embates militares e a todas as armadilhas jurídicas das direções burguesas e pequeno burguesas, e para influir desde então em todo curso da revolução. (tradução sob minha responsabilidade)]

229 AGUILAR CAMIN & MEYER, 2000, p. 17. Não deixa de ser intrigante, nesse curto relato historiográfico, a passagem do imaginário do homem simples e provinciano do sul do México à condição de símbolo legendário de caráter nacional e continental no intervalo de poucas linhas. Descrição histórica e construção da mitologia política e revolucionária não se distinguem tão facilmente nesta narrativa.

organizadas *desde abaixo* (algo similar ao coletivismo anarquista). Seu projeto político é fruto das condições materiais destas mesmas massas, de suas perspectivas e de suas limitações também. E é com o *Plano de Ayala* que o projeto político zapatista se formaliza. Este plano foi assinado na cidade de Aguascalientes em 28 de setembro de 1911 pela *Junta Revolucionária de Morelos* – composta de camponeses que, na maioria, apenas sabiam assinar o próprio nome.

No entanto, somente neste plano zapatista, entre tantos planos surgidos durante a revolução, se convocou a tomada imediata das terras e se exigiu não dos camponeses, mas dos latifundiários que comprovassem a legitimidade da posse de suas terras em tribunais. Com isso se subverte completamente o regime jurídico de propriedade privada individualizada e se estabelece um sistema revolucionário de leis e tribunais. De tal modo que são os latifundiários que precisam recorrer a tribunais especiais e esperar, caso se comprove a legitimidade, a posse das terras já ocupadas pelos camponeses no transcurso da revolução.

Este plano foi efetivamente concretizado no território em que Zapata e seu estado maior eram o único governo como era o caso em *Morelos*, *Guerrero* e uma parte de *Puebla*. A redistribuição de terras foi praticamente completa nestes locais enquanto perdurou a hegemonia das forças zapatistas. Durante o transcurso da revolução, Zapata sempre exigiu em suas alianças e acordos com as outras forças revolucionárias aceitação dos princípios do *Plano de Ayala*, ou seja, a distribuição de terras antes de tudo.²³⁰

O ápice político do zapatismo foi quando, em conjunto com a Divisão do Norte de Pancho Villa, entre outros aliados, tomaram a Capital do México em 1914. As massas camponesas e seus aliados pequeno burgueses tomavam de assalto o aparelho estatal mexicano, quase todo território nacional estava sob seu controle militar e político. Gilly descreve a intensidade deste momento histórico:

La ocupación de México por los ejércitos campesinos es uno de los episodios más hermosos y conmovedores de toda la revolución mexicana, una expresión temprana, violenta y ordenada de la potencia de las masas que ha dejado hasta hoy su marca en el país, y uno de los cimientos históricos en que se afirman, sin que reveses, traiciones ni contrastes hayan podido conmoerlo, el orgullo y la altivez del campesino mexicano.²³¹

230 GILLY, 1971, p. 120.

231 Ibid. p. 141. [A ocupação do México pelos exércitos camponeses é um dos episódios mais bonitos e comovedores de toda a revolução mexicana, uma expressão embrionária, violenta e ordenada da

Apesar do isolamento mundial da revolução mexicana em seu momento culminante, pois não havia ainda outras forças revolucionárias que tivessem sobrepujado o poder do Estado capitalista na época, o caráter socialista e libertário²³² desta se fazia sentir no lema zapatista: *Tierra y Libertad*. No entanto, os zapatistas não assumem para si nenhuma das funções do aparelho de Estado, apenas o tomam de assalto. E ao invés de destruí-lo, outorgam a seus aliados ocasionais, bacharéis e funcionários pequeno-burgueses, as antigas tarefas de gestão do Estado.

Desse modo, o poder vacante é ocupado pelos burocratas da pequena burguesia. Emiliano Zapata, a força política, e o líder revolucionário da Divisão do Norte, Pancho Villa, maior força bélica da revolução de massas no México, não têm projeto de governo, nem visam a destruir o aparato de Estado – conforme uma proposta anarquista. Uma vez tomado de assalto o aparelho de Estado, este é entregue aos seus aliados pequeno burgueses, mas sob a vigilância armada e desconfiada de zapatista e villistas. O estranhamento campesino diante do poder de Estado é parte da memória da revolução; segundo Gilly, a histórica sessão de fotos no palácio do governo é sintomática:

el 6 de diciembre, desde los balcones del Palacio Nacional, Villa y Zapata asistieron al desfile de las tropas de la División del Norte y del Ejército Libertador del Sur. Después se fotografiaron juntos. Se sentaron alternativamente, una vez uno y otra el otro, en la silla presidencial. “Al ver qué se siente”, dijeron.²³³

Esta postura política do zapatismo diante do poder do Estado, de recusa a tomar posse de sua gestão, ao mesmo tempo em que não o destrói enquanto

potência das massas que deixou até hoje sua marca no país, e um dos cimentos históricos em que se afirma, sem que reveses, traições nem contrastes tenham podido abalá-lo, o orgulho e a altivez do campesino mexicano.(tradução sob minha responsabilidade)]

232 Influencias socialistas y anarquistas de diversa fuente recibió la revolución del sur, y aun el mismo Zapata. La principal de ellas sin duda, es la proveniente de raíz magonista, difusa en diversas tendencias de la revolución mexicana. (ibid, p. 301). [Influências socialistas e anarquistas de diversa fonte recebeu a revolução do sul, e o próprio Zapata. A principal delas sem dúvida, e a proveniente da linha magonista, difundida em diversas tendências da revolução mexicana.(tradução sob minha responsabilidade)]

233 GILLY,1971, p 145 [Em 6 de dezembro, dos balcões do Palácio Nacional, Villa e Zapata assistiram ao desfile das tropas da Divisão do Norte e do Exército Libertador do Sul. Depois se fotografaram juntos. Sentaram-se alternadamente, uma vez um, outra vez o outro, na cadeira presidencial. “Vamos ver que o que se sente”, disseram.(tradução sob minha responsabilidade)]

aparato institucional é, na leitura de Gilly (1971), decorrente do caráter regional do zapatismo e, mesmo do villismo. O horizonte sociopolítico de Zapata e Villa não abrangia todo México, pelo contrário, era localizado e arraigado à terra e às tradições de seus respectivos *pueblos*. Sem perspectiva nacional, a ocupação de Ciudad de México se resume a tomar de assalto o aparato institucional do Estado. Uma vez alcançado seu ápice, a revolução campesina não terá outro destino que o descenso da mobilização das massas. A descentralização e o retorno a seus territórios se seguiram, sem que o aparato do Estado fosse desfeito e sem que a autonomia e a auto-organização dos povos se efetivassem no nível nacional.

Já em janeiro de 1915, Obregon (1880-1928), antigo aliado, ocupa a capital. A ala centrista da revolução toma posse na gestão do Estado ainda intacto. Carranza (1859-1920), que será o líder político desta corrente, estabelece um regime de concessões às massas campesinas e direitos aos trabalhadores, mas sem avançar contra os direitos adquiridos dos latifundiários e dos industriais emergentes. Caracteriza-se, por conseguinte, como um governo bonapartista, ainda segundo Gilly (1971).

Apesar do descenso das forças zapatistas e villistas, o governo de Carranza teve de ceder em grande medida às pressões das massas ainda insubordinadas em vários pontos do território mexicano. Outrossim, o próprio corpo do governo se constituía em parte de radicais (jacobinos), jovens oficiais e funcionários (na maioria com menos de 35 anos) com posições socializantes. Foi esta conjuntura que possibilitou a elaboração da Constituição mais avançada até aquele momento histórico no que concerne ao reconhecimento das demandas das massas. A Constituição de 1917 propõe em seus artigos uma reforma agrária (parcial). Com efeito:

en el momento que fue aprobada – 31 de enero de 1917 – la Constitución mexicana era indudablemente la más avanzada del mundo. No era socialista, ni rebasaba en ninguna parte los marcos del derecho de propiedad burgués. Pero prácticamente declaraba inconstitucionales a los terratenientes y a los latifundios, es decir, desamparaba una de las bases de funcionamiento del capitalismo hasta entonces en México; sancionaba derechos obreros y campesinos, no simplemente los “derechos del hombre” en general; y era nacionalista, favorecía y estimulaba las reformas nacionalizadoras en las ramas fundamentales de la economía.²³⁴

234 Ibid, p. 228[No momento em que foi aprovada - 31 de janeiro de 1917 – a Constituição mexicana era indubitavelmente a mais avançada do mundo. Não era socialista, nem superava em nenhuma

Esta Constituição será decisiva para o destino político do México no século XX. Será implementada em grande parte no governo de Lázaro Cardenas (1895-1970) na década de 30, sendo que é justamente na década de 1990 que seus artigos passam a ser alvo de revisão com a hegemonia do discurso neoliberal. Seu artigo mais importante, na perspectiva campesina, é o de número 27:

El texto definitivo del artículo 27, por ejemplo, aun siendo el resultado de un compromiso entre conservadores y jacobinos, establecía que: “La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional corresponde originalmente a la nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ella a los particulares, constituyendo la propiedad privada... La nación tendrá en todo tiempo el derecho de imponer a la propiedad privada las modalidades que dicte el interés público.” [...] También sancionaba las normas del reparto agrario y establecía el ejido, la forma moderna de la propiedad comunal, con la categoría de institución constitucional junto a la pequeña propiedad (la gran propiedad terrateniente está excluida de la Constitución).²³⁵

O artigo 27 da Constituição não apenas conferiu legitimidade às terras comunais pela categoria, um tanto limitativa, dos *ejidos*²³⁶, mas, sobretudo, caracterizou a terra e seu usufruto de modo bem diverso da concepção já hegemônica de terra como bem individual, passível de troca, ou seja, terra como mercadoria. Com efeito, a primazia da posse pública nacional visa a conceder terras para o cultivo aos núcleos já constituídos e se propõem a dotar de águas e terras os núcleos populacionais que careçam de *ejidos* devido a impossibilidades de identificação, falta de títulos ou por injustiças legais cometidas em regimes

parte os marcos do direito de propriedade burguês. No entanto, praticamente declarava inconstitucionais os grandes fazendeiros e os latifúndios, ou seja, suprimia uma das bases de funcionamento do capitalismo de até então no México; sancionava direitos obreiros e campesinos, não simplesmente os “direitos do homem” em geral; e era nacionalista, favorecia e estimulava as reformas nacionalizadoras nos ramos fundamentais da economia.(tradução sob minha responsabilidade)]

235 Ibid, p. 228 [O texto definitivo do artigo 27, por exemplo, ainda que sendo resultado de um compromisso entre conservadores e jacobinos, estabelecia que: “A propriedade das terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional corresponde originalmente à nação, a qual teve e tem o direito de transmitir o domínio dela aos particulares, constituindo a propriedade privada... A nação terá sempre o direito de impor à propriedade privada as modalidades que dita o interesse público. [...] Também sancionava as normas de divisão agrária e estabelecia o ejido, a forma moderna de propriedade comunal, com a categoria de instituição constitucional junto à pequena propriedade (a grande propriedade fazendeira está excluída da Constituição) (tradução sob minha responsabilidade)]

236 De acordo com Buenrostro e Oliveira (2002, p. 371), com base em Ugo Pipinote, os ejidos foram uma conquista da Revolução Mexicana, “forma de dotação de terra para evitar tensões sociais agudas, sem que se criem condições para que os camponeses possam transitar da subsistência precária a uma agricultura comercial, moderna e dinâmica.”

anteriores. O longo, descontínuo e parcial processo de reforma agrária tem como base jurídica central este artigo inovador. Durante mais de 70 anos, ele se manterá em vigor, ainda que sua implementação dependa das relações de forças concretas nas disputas de terras em cada região²³⁷. Por fim, a revogação do artigo 27 será uma causa importante do levante zapatista de 1994, uma vez que as terras comunais das comunidades *chiapanecas* corriam o risco de perder suas garantias constitucionais.

Entretanto, o zapatismo, embora tenha retornado a sua região e permanecido na defensiva até a morte de Zapata (10/04/1919) e o gradual declínio das forças zapatistas, desenvolveu uma ampla transformação nas relações políticas e sociais em seu território de origem, fenômeno que ficou conhecido como *Comuna de Morelos*. Mais uma vez, é Gilly a descrever este acontecimento histórico:

Este es uno de los episodios de mayor significación histórica, más hermosos y menos conocidos de la revolución mexicana. Los campesinos de Morelos aplicaron en su estado lo que ellos entendían por el Plan de Ayala. Al aplicarlo, le dieron su verdadero contenido: liquidar revolucionariamente los latifundios. Pero como los latifundios y centros económicos, los ingenios azucareros, eran la forma de existencia del capitalismo en Morelos, liquidaron entonces los centros fundamentales del capitalismo en la región. Aplicaron la vieja concepción campesina precapitalista y comunitaria, pero al traducirla sus dirigentes en leyes en la segunda década del siglo XX, ella tomó una forma anticapitalista²³⁸.

Segundo Gilly²³⁹, essa Comuna de *Morelos* somente teria como antecessor histórico a Comuna de Paris, devido a seu caráter igualitário e coletivista. Este conjunto de relações sociopolíticas perdurou mesmo depois de vencidas as forças zapatistas pelos carrancistas. Por isso, as tropas de Carranza tiveram de exterminar

237“lo cierto es que la aplicación de las cláusulas democráticas de la Constitución fue dejada en gran parte como letra muerta por los sucesivos gobiernos burgueses y las conquistas sociales sólo se aplicaron allí donde la organización de las masas impuso la relación de fuerzas que permitió hacerlas efectivas”. (ibid, p. 233) [o certo é que a aplicação das cláusulas democráticas da Constituição foi deixada em grande parte como letra morta pelos sucessivos governos burgueses e as conquistas sociais somente se aplicaram onde a organização das massas impôs a relação de forças que permitiu fazê-las efetivas”.(tradução sob minha responsabilidade)]

238 Ibid. p. 236. [Este é um dos episódios de maior significação histórica, mais bonitos e menos conhecidos da revolução mexicana. Os campesinos de Morelos aplicaram em seu estado o que eles entendiam pelo Plano de Ayala. Ao aplicar, deram-lhe seu verdadeiro conteúdo: liquidar revolucionariamente os latifúndios. Tanto quanto, como os latifúndios e centros econômicos, os engenhos de açúcar, eram a forma de existência de capitalismo em Morelos, liquidaram, por conseguinte, os centros fundamentais do capitalismo na região. Aplicaram a velha concepção campesina pré-capitalista e comunitária, mas ser traduzida em leis por seus dirigentes na segunda década do século XX, ela tomou uma forma anticapitalista.(tradução sob minha responsabilidade)]

239 Ibid.

metade da população de *Morelos* para assegurar a subordinação política do Estado em relação ao governo federal.

De fato o aparato de Estado havia sido efetivamente destruído em *Morelos* e o apoio popular era base de sua organização social, política e militar. Outrossim, o apoio político de todo campesinato nacional, de uma parte do proletariado e das camadas pequeno burguesas mais empobrecidas conferiram ao zapatismo uma força de resistência histórica que transcende a figura de seu líder.

Em relação à organização política, os zapatistas remontaram às tradições dos *pueblos indios*, de forma que a lei zapatista garantia o funcionamento regular de assembleias populares com a participação permanente de qualquer habitante dos *pueblos*. Todos os assuntos políticos podiam ser discutidos e decididos pelo conjunto de todos sujeitos participantes. Por iguais razões, as forças militares não intervinham nas decisões políticas e, em grande medida, estavam submetidas às deliberações dos *pueblos*:

Las autoridades de los pueblos podían “aprehender, desarmar y remitir al cuartel general” a cualquier jefe, oficial o soldado que no presentase las credenciales que acreditaran la comisión que le estaba asignada. Los militares debían abstenerse de toda intervención en la política de los pueblos. No podían exigir de los campesinos ninguna clase de prestaciones personales. Tenían que respetar la distribución hecha por los pueblos de tierras, aguas y árboles y someterse a los usos y costumbres de los pueblos.²⁴⁰

Na verdade, esta auto-organização campesina só foi possível porque a revolução armada zapatista havia expulsado todos os funcionários e todos os soldados das forças federais, e igualmente havia suprimido sem indenização alguma todas as propriedades latifundiárias do território de *Morelos*, repartindo entre os *pueblos* todas as terras do estado, todas as fazendas. Ainda segundo Gilly²⁴¹, os zapatistas nacionalizaram todos os engenhos sem indenizar os empresários. Ou seja, suprimiram a classe capitalista do estado, expropriando os meios de produção.

240 Ibid, p. 273.[As autoridades dos pueblos podiam “apreender, desarmar e remeter ao quartel general” qualquer chefe, oficial ou soldado que não apresentasse as credencias autorizadas pela comissão a que estavam designados. Os militares deviam abster-se de toda intervenção na política dos pueblos. Não podiam exigir dos campesinos nenhum tipo de favor pessoal. Tinham de respeitar a distribuição feita pelos pueblos de terras, água e árvores e submeter-se aos usos e costumes dos pueblos.(tradução sob minha responsabilidade)]

241 Ibid.

Las disposiciones sobre organización del funcionamiento de los municipios, con asambleas periódicas y delegados revocables, dictadas a principios de 1917, eran también ordenar en forma legal una estructura cuyas bases ya estaban dadas por el autogobierno de los pueblos desde el momento en que los terratenientes y sus agentes políticos habían sido expulsados del estado²⁴².

O caráter libertário, de democracia direta e participativa própria à tradição dos *pueblos*, retomado pelas forças zapatistas, não deixou de atrair para si o apoio das organizações revolucionárias urbanas e dos movimentos operários de tendência anarcossindicalista. Embora minoritários, os anarquistas difundiam pelo mundo todo, através de seus periódicos²⁴³, as conquistas da Revolução e a causa de Zapata.

O levante do EZLN: A reemergência do zapatismo

Conta Eduardo Galeano, o grande escritor uruguaio, que Rafael Guillén, antes de tornar-se Marcos, veio a Chiapas e falou aos indígenas, mas eles não entenderam: “Então meteu-se na névoa, aprendeu a escutar e foi capaz de falar”. Saramago

Antes do levante zapatista, que os tornaram mundialmente conhecidos, houve dez anos de preparação, articulação, mobilização e organização das forças militares e bases de apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional. As origens do EZLN não são bem conhecidas, não obstante, de acordo com Monsivais:

242 Ibid, p. 296. [As disposições sobre organização do funcionamento dos municípios, com assembleias periódicas e delegados revogáveis, ditadas a princípios de 1917, eram também ordenar em forma legal uma estrutura cujas bases já estavam dadas pelo autogoverno dos pueblos desde o momento em que os fazendeiros e seus agentes políticos haviam sido expulsos do estado. (tradução sob minha responsabilidade)]

243 Así, por ejemplo, a fines de 1911 uno de los editores del periódico anarquista de Buenos Aires “La protesta”, el médico argentino Juan Creaghe (que acercaba entonces a los 70 años de edad) abandonó su consultorio en Luján, Buenos Aires, vendió cuanto tenía para pagarse el viaje y fue a unirse a Flores Magón, atraído por la resonancia de la revolución mexicana. Desde allí lanzó un manifiesto llamando “a los compañeros de la Argentina, de Uruguay y todo el mundo” a apoyar sin condiciones a la revolución mexicana, y en especial a la causa zapatista cuya significación exaltaba en su llamado. (ibid, p. 284). [Cf. tradução sob minha responsabilidade: Assim, por exemplo, em fins de 1911, um dos editores do jornal anarquista de Buenos Aires “La protesta”, o médico argentino Juan Creaghe (que então se aproximava dos 70 anos de idade) abandonou seu consultório em Luján, Buenos Aires, vendeu tudo que tinha para pagar a viagem e foi unir-se a Flores Magón, atraído pela ressonância da revolução mexicana. Daí em diante, lançou um manifesto convocando “ aos companheiros da Argentina, do Uruguai e de todo mundo” a apoiar sem restrições a revolução mexicana, e em especial a causa zapatista cuja significação exaltava em seu chamado].

Dos precursores mestiços se sabe que são jovens das universidades públicas dos anos 70, de ideologia marxista, de boa vontade, que o dogmatismo vai deteriorando, condicionados ideológica e sentimentalmente pela tragédia do dia 2 de outubro de 1968 e a impunidade do regime. Abraçaram o projeto guerrilheiro por obra e persuasão da Revolução Cubana, do maoísmo e fundamentalmente da figura de Che Guevara e a teoria do “foco guerrilheiro”²⁴⁴

É dentre estes estudantes, ainda segundo Monsivais (idem) que, frente ao declínio dos projetos revolucionários na capital, se destaca um grupo (juntamente com jovens da geração seguinte) que migra para o interior de Chiapas com vistas a se integrar às lutas de massas camponesas. Entre 1983 e 1990 este grupo autodenominado Forças de Libertação Nacional (FLN) faz um trabalho de proselitismo político-ideológico entre as comunidades de índios *Tzeltales*, *Tsotziles* e *Tojolabales*. A prática os ensina algo: “para melhor se assimilarem ao mundo que pretendem radicalizar, os ativistas aprendem as línguas e costumes indígenas e fazem sua a vida de miséria e carência de estímulos”²⁴⁵. No entanto, um equívoco perdura, a crença de que o FLN é um grupo de iluminados (“a luz do mundo” na definição autocrítica de Marcos) a mostrar o caminho e organizar os índios - que seriam os cegos na visão dos intelectuais “iluminados”²⁴⁶, criticados por Marcos:²⁴⁷

Nós chegamos à selva como uma clássica elite revolucionária em busca desse sujeito, o proletariado, no caso da revolução marxista-leninista. Mas essa proposta inicial entrou em choque com as propostas das comunidades indígenas, que têm outro substrato, uma complexidade pré-histórica de emergências e submissões.

Com o passar dos anos, no entanto, a perspectiva dos primeiros militantes se transforma, as formas de resistência indígenas, antes invisíveis para os vanguardistas, começam a se tornar perceptíveis com a luta pela sobrevivência no cotidiano da selva Lacandona:

Não é fácil ser como os indígenas. Em uma década, esses ativistas participam de organizações camponesas, atenuam pouco a pouco a carga doutrinária de um maoísmo ou um guevarismo fora de lugar, mostram-se

244 MONSIVAIS, [1999], 2002, p. 115.

245 Ibid, p. 115-116.

246 Montalbán [1999] (2002, p. 41) ressalta que os zapatistas mais do que uma vanguarda acabaram se tornando uma “minoría significada”, mas não nos moldes de uma minoría que é dona da verdade absoluta. Depois de passarem por uma aprendizagem em contato com o mundo indígena e de terem pretendido fazer uma revolução para eles, vocês [zapatistas] assumiram uma energia que vem deles.”

247 In: MONTALBÁN [1999] (2002, p. 42)

enormemente persuasivos e se relacionam com uma rede de catequistas e de comunidades eclesiais de base, criada pelo trabalho do bispo Samuel Ruíz, próximo da Teologia da Libertação (ou da teologia índia). E sua grande plataforma propagandista é a realidade chiapaneca.²⁴⁸

De acordo com Figueiredo (2003), muitos postos do EZLN começaram a ser ocupados pelos índios camponeses. A inserção dos zapatistas nas comunidades locais acabou por desenvolver uma relação inusitada entre a guerrilha e a sua base civil, muito diferente de outras guerrilhas latino-americanas.

É importante ressaltar as condições materiais socioeconômicas: a realidade do estado de Chiapas é marcada pela miséria, semi-escravidão da peonagem, insalubridade, há um déficit de escolas e professores; assim como há corrupção política, exploração e maus tratos à população indígena, numa proporção maior que em outros estados do México.

¡Ya basta!

Diz Durito que a liberdade é como a manhã. Alguns a esperam dormindo, porém alguns acordam e caminham à noite para alcançá-la. Eu digo que os Zapatistas somos os viciados em insônia que desesperam a história.

Subcomandante Marcos

Em primeiro de janeiro de 1994 entraria em vigor no México o Tratado de Livre Comércio das Américas (NAFTA). Segundo Buenrostro (2002), horas antes, na madrugada do réveillon, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) toma de assalto quatro municípios em Chiapas – *San Cristobal de las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Canãdas*. As imagens da ocupação zapatista e a Primeira Declaração da Selva Lacandona, endereçada ao povo do México, povos e governos do mundo são difundidas pelas mídias em todo o mundo²⁴⁹. Após doze dias de

²⁴⁸ MONSIVAIS, [1999], 2002, p. 116.

²⁴⁹ Segundo Martins (2002, p. 61), “o próprio subcomandante Marcos enviou mensagem ao *New York Times* para anunciar que naquele momento a insurreição estava se iniciando. O Pentágono, meses antes, já havia debatido o risco de que a rede mundial de comunicação eletrônica se transformasse num instrumento de insurgências”.

combate armado contra as forças do exército federal, se instaura uma trégua. Devido ao apoio civil crescente, com manifestações pela paz na *Ciudad de México*, entre outras, o governo é obrigado a reconhecer a legitimidade da causa zapatista.

Em fevereiro ocorrem os primeiros diálogos na Catedral de *San Cristóbal de las Casas* entre os Comandantes do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), o subcomandante Marcos e o comissário para a Paz em Chiapas, Manuel Camacho Solís, representando o governo. De acordo com Buenrostro (idem) o diálogo foi intermediado pelo bispo de *San Cristóbal*, Samuel Ruíz, importante referência da causa dos campesinos pobres, ligado à tradição da teologia da libertação. A partir deste diálogo, se formulam propostas zapatistas e contrapropostas governamentais.

Em março, o EZLN inicia uma consulta interna com suas bases, as comunidades chiapanecas, para avaliar as contrapropostas do governo. Segundo Buenrostro (idem), em junho do mesmo ano os zapatistas divulgam que suas bases recusaram as propostas governamentais. Surge a Segunda Declaração da Selva Lacandona e os movimentos civis são convocados a se organizarem com vistas à constituição de uma luta não-armada, para além do EZLN. Em julho de 1994, é eleito presidente Ernesto Zedillo do Partido Revolucionário Institucional (PRI) como sucessor de Carlos Salinas de Gortari, também do PRI - partido que se mantém no governo desde o término da Revolução Mexicana.

Segundo Buenrostro²⁵⁰ (idem), em agosto de 1994 se realiza a Convenção de *Aguascalientes* ou Convenção Nacional Democrática em *Guadalupe, Tepeyac*, com o objetivo de comemorar e rememorar a Convenção dos Revolucionários de 1914. Em dezembro, os zapatistas rompem o cerco das forças militares do governo e se estabelecem em cerca de 38 municípios exteriores à zona do conflito. Neste mesmo mês, se constitui a Comisión Nacional de Intermediación (CONAI) composta por representantes da sociedade civil e pelo bispo Samuel Ruiz. Em seguida, a CONAI é integrada à Comissão para a Paz.

Já em janeiro de 1995, é lançada a Terceira Declaração da Selva Lacandona. Com dificuldades de organização política da sociedade civil, o EZLN busca redefinir

250 Ibid.

suas articulações com forças sociopolíticas mais independentes. Ainda de acordo com Buenrostro (idem), em fevereiro o presidente Ernesto Zedillo declara guerra aos zapatistas. A suposta identidade de Marcos²⁵¹ é divulgada na mídia pelo governo. 50 mil soldados são enviados às comunidades zapatistas e é ordenada a prisão dos líderes do EZLN.

Em março, é aprovada a Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em *Chiapas*. Com base nesta lei, surgem três entidades políticas de intermediação: A Comisión para la Conciliación y la Paz (COCOPA) composta de representantes do legislativo federal mexicano, representantes do Congresso de *Chiapas* e do poder executivo do estado de *Chiapas*. A COCOPA visa a construir as bases das negociações entre os zapatistas e o governo; a já citada CONAI e a Comisión de Seguimiento y Verificación (COSEVER) - composta de representantes do governo, do EZLN, representantes da COCOPA e da CONAI.

Em abril de 1995 ocorre um novo encontro entre o governo federal e o EZLN no *ejido San Miguel em Ocosingo* – município rebelde de *Francisco Gómez*. Neste mesmo mês, cerca de 4 mil ameríndios se manifestam em apoio a seus delegados em *San Andrés Sacam'chen Larráinzar*. Em 27 de agosto acontece nova Consulta Nacional com o objetivo de articulação entre o EZLN e outras forças independentes e organizações políticas, conforme Buenrostro²⁵².

Em *San Andrés*, no mês de outubro de 1995, se retomam os diálogos com a constituição da primeira mesa de trabalho: “Direitos e cultura Indígena”. O programa de trabalho dos diálogos prevê mais 3 mesas: “Democracia e justiça”, “Bem-estar e desenvolvimento” e “Direitos da mulher” a serem realizados em datas posteriores. O governo integra sua comissão com dirigentes indígenas ligados ao *Programa Nacional de Solidariedad* (PRONASOL), funcionários da *Secretaría de Gobernación* e do governo de *Chiapas*. Já o EZLN compõe sua comissão com dirigentes

251 Segundo Ouviaña (2007) e Figueiredo (2003), a provável identidade civil de Marcos é Rafael Sebastián Guillén, natural de Tampico- Tamaulipas, é formado em filosofia pela UNAM com a tese “Filosofía y educación. Prácticas Discursivas y prácticas ideológicas. Sujetos y cambios históricos en libros de textos oficiales para la educación primaria en México”, cuja base teórica são as obras de Michel Foucault, de Jacques Derrida e de Louis Althusser, trabalho que já trazia marcas da discursividade lúdica e humorada característica de seus comunicados como *el sup.*” Não obstante, a divulgação desta identidade civil pelo governo acarretou uma manifestação de apoio ao zapatismo pelas ruas da *Ciudad de México* cuja palavra de ordem era: *¡Todos somos Marcos!*

252 Ibid.

indígenas, intelectuais e acadêmicos ameríndios, entre outros, ligados a questões indígenas. Por fim, em novembro o governo toma a iniciativa de organizar Foros de Consulta Nacional sobre Direitos e Participação Indígena em 21 estados mexicanos.

Em janeiro de 1996, é divulgada pelos meios midiáticos a *Quarta Declaração da Selva Lacandona*. Segundo afirma Buenrostro,²⁵³ é neste momento que começa a se construir a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), uma alternativa civil e desarmada, mas de cunho zapatista. Ainda em janeiro se realiza o Foro Nacional Indígena com delegados de mais de 32 povos indígenas do México.

Em fevereiro, o EZLN e o governo assinam o primeiro acordo com base nos diálogos da Mesa de “Direitos e Cultura Indígena”. Este acordo será conhecido como *Acordo de San Andrés* que, segundo Buenrostro e Oliveira (2002), propõe uma nova relação entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. São definidos os compromissos do governo federal para com os indígenas:

reconhecer, os povos indígenas na Constituição; ampliar a participação e a representação políticas, garantir acesso à plena justiça; promover as manifestações culturais dos povos índios; garantir educação e capacitação; garantir a satisfação das necessidades básicas; impulsionar a produção e o emprego; proteger os indígenas migrantes.²⁵⁴

Os *Acordos de San Andrés* se pautavam pelos princípios do pluralismo, da sustentabilidade, integralidade, participação e livre determinação com vistas à formulação de um novo marco jurídico nacional para o estabelecimento de novas relações entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. Posteriormente, na semana Santa se realizou o primeiro Encontro Continental na comunidade autônoma de *La Realidad*, com uma confraternização internacional de caráter latino-americano.

Em julho de 1996, acontece o Foro Nacional Indígena Permanente (FNIP) em *Aguascalientes, Oventic*, com a participação de 44 organizações indígenas, centenas de delegados dos estados do México, além de observadores internacionais. No dia 27 de julho, se realiza o primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo nos chamados *Aguascalientes*²⁵⁵ zapatistas em *La Realidad, Morelia, La Garrucha, Oventic e Roberto Barrios*, estado

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ BUENROSTRO, 2002, p. 346.

²⁵⁵Referência à cidade de *Aguascalientes*, sede da Convenção, versão mexicana da Convenção da Revolução Francesa, em que foi assinado o Plano de Ayala em 1914 pelos zapatistas. (Cf. p. 101)

de *Chiapas*.

Em agosto de 1996, o EZLN se retira da Mesa de Diálogos com o governo em *San Andrés*. No mês seguinte, lança um comunicado nas mídias exigindo do governo condições mínimas para a continuidade dos diálogos. Entre estas condições estão: a libertação dos presos zapatistas e pró-zapatistas, um novo interlocutor governamental com mais poder de decisão, respeito aos delegados do EZLN, fim das perseguições e das provocações militares e policiais às comunidades indígenas de Chiapas, etc.

Em novembro de 1996, a COCOPA propõe um acordo em que ela redigiria um anteprojeto de lei com base no *Acordo de San Andrés*. Segundo Buenrostro (2002), o EZLN aceitou e o governo rejeitou a iniciativa da COCOPA. Entre novembro e dezembro, o governo de Ernesto Zedillo decidiu não reconhecer os Acordos de *San Andrés*, não retomar mais os diálogos pela paz e reforçar o efetivo militar em torno do cerco aos zapatistas, além de não inibir a formação de forças paramilitares no estado de *Chiapas*.

Em meados de 1997, as negociações entre os zapatistas e o governo são rompidas. Em setembro do mesmo ano ocorre a Caravana dos 1111 zapatistas. Cada zapatista é delegado de uma das 1111 comunidades, a Caravana percorre o trajeto entre *San Cristóbal de las Casas, Chiapas*, até a *Ciudad de México* onde se realiza o Congresso para a fundação da Frente Zapatista de Libertação Nacional.

Dezembro de 1997 é marcado por um acontecimento violento. O Massacre de *Acteal*, as forças paramilitares *Máscara Roja* matam 45 pessoas. O ano de 1997 se caracteriza por certo declínio das organizações indígenas e pelo incremento da violência militar e paramilitar, segundo Buenrostro (idem).

No início de 1998, a Comissão Civil Internacional de Observação pelos Direitos Humanos²⁵⁶ registra em informe o caráter xenófobo da política do governo mexicano. Inicia-se o período caracterizado pela guerra de baixa intensidade do governo contra as comunidades zapatistas. Em maio de 1998, forças do governo atacam a comunidade de *Amparo Agua Tinta* e ocupam a sede do município

256 De acordo com Buenrostro e Oliveira (2002), "Alemanha, Argentina, Canadá, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Nicarágua, Suíça, Andaluzia, Aragão, Catalunha, Euscadia, Galícia, Madri, Murcia e Alicante" compuseram a comissão Internacional de Observação pelos Direitos Humanos.

autônomo *Tierra y Libertad*. Ocorrem denúncias de espancamento de crianças e encarceramento de civis pró-zapatistas. Observadores e organizações internacionais – *Anistia Internacional, Médicos Sin Fronteras, Global Exchange, Paz para el mundo*, entre outros – são expulsos do território mexicano segundo Buenrostro & Oliveira (2002).

Em junho de 1998, a CONAI renuncia a sua função devido à política de guerra do governo e à recusa do presidente Zedillo em aceitar os Acordos de San Andrés. Conforme Buenrostro (2002), em julho surge a *Quinta Declaração da Selva Lacandona* na tentativa de evitar a guerra de extermínio e reivindicar novamente o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas. Em março de 1999 é realizada a Consulta Nacional que obteve o apoio de mais de 2,5 milhões de mexicanos à causa zapatista. Em julho se intensificam as operações militares e policiais em resposta à Consulta Nacional. Samuel Ruíz renuncia a seu cargo de bispo, em conformidade a lei Canônica, ao completar 75 anos em novembro de 1999.

Em dezembro do mesmo ano, ocorre o II Encontro Americano contra o Neoliberalismo na cidade de Belém do Pará, Brasil. 31 nações indígenas se fazem representar, além de delegados de 24 países e de 24 estados brasileiros. “Punks e anarquistas decidiram realizar um encontro paralelo ao considerar que a reunião havia se convertido em um congresso do Partido dos Trabalhadores (PT)”²⁵⁷.

Em 2000, Vicente Fox é eleito presidente. Segundo Buenrostro & Oliveira,²⁵⁸ em março de 2001, ocupam a Praça da Constituição, *Ciudad de México*, 23 comandantes do EZLN, além do subcomandante Marcos, no encerramento da trajetória da Caravana da Dignidade. Ainda em março, os Acordos de *San Andrés* são novamente rejeitados pelo legislativo, e o presidente Fox promulga uma lei que não confere direitos concretos aos povos ameríndios. 2001 encerra com uma crescente resistência indígena na formação e manutenção de 39 municípios autônomos.

Em setembro de 2002, a Suprema Corte do México considera improcedentes os pedidos de inconstitucionalidade da Reforma Constitucional sobre os direitos

²⁵⁷ BUENROSTRO; OLIVEIRA, 2002, p. 363.

²⁵⁸ Ibid.

indígenas. Segundo Gennari (2005), o descumprimento dos *Acordos de San Andrés* é legitimado pelo poder judiciário.

“Na noite de 1 de janeiro de 2003, cerca de 20 mil indígenas zapatistas deixam suas comunidades nas montanhas e, de facção na mão, ocupam pacificamente a cidade de *San Cristóbal de Las Casas*”.²⁵⁹ Em fins de julho de 2003, o EZLN anuncia o fim dos *Aguascalientes* e o nascimento dos *Caracóis* zapatistas.

Ao colocar os “Caracóis” no lugar dos “Aguascalientes”, os zapatistas procuram recriar, em novas bases, os espaços de encontro e de diálogo com a sociedade civil e, através deles, vão coordenar também as iniciativas solidárias dos mais variados movimentos rumo a um desenvolvimento equilibrado das comunidades em resistência. Essa tarefa é realizada através de um conselho de representantes, chamada Junta de Bom Governo, do qual participam os delegados dos municípios autônomos da região abrangida por cada um dos cinco “Caracóis” (Morelia, La Garrucha, Oventik, Roberto Barrios e La Realidad)²⁶⁰

Os Caracóis visam, sobretudo, a estabelecer novas formas de contato entre as comunidades zapatistas e os movimentos organizados da sociedade civil. Segundo Gennari²⁶¹, as articulações com outras lutas sociopolíticas têm como base sete pontos básicos: autonomia e independência de cada organização; busca da autogestão e do autogoverno; rebeldia e resistência ao governo e aos partidos políticos; solidariedade aos movimentos e indivíduos vítimas de agressão; formação de comércio e consumo alternativos; defesa da soberania e oposição às privatizações; constituição de uma rede de informação e cultura alternativa. De outro lado, a formação dos Caracóis possibilita a intensificação da organização civil das comunidades zapatistas em contraposição ao caráter militar do EZLN. Com efeito, os zapatistas buscam se auto-organizar e constituir autogovernos populares e participativos. São criados postos de saúde, escolas, comissões de justiça e cooperativas nos municípios autônomos. Segundo Gennari:

[...] graças ao apoio de organizações e voluntários da sociedade civil nacional e internacional, os povos zapatistas conseguem aprimorar um sistema de saúde próprio que proporciona atendimento médico gratuito e, até onde é possível, o acesso aos remédios sem custo algum para os doentes. Nas 5 regiões administradas pelas Juntas de Bom Governo se realizam campanhas de higiene e prevenção destinadas a combater doenças crônicas e, pouco a pouco, cada município autônomo vai montando

259 GENNARI, 2005, p. 109.

260 Ibid. 114.

261 Ibid.

sua estrutura básica de saúde comunitária com ambulatórios, farmácias, promotores de saúde e, em nível regional, com clínicas, médicos e especialistas.²⁶²

Este processo de autonomização é materialmente determinante para a luta zapatista. A ênfase que os estudiosos dos movimentos conferem à luta simbólica do EZLN, a difusão de suas declarações e comunicados como armas eficazes no embate das forças políticas no México, muitas vezes desconsidera as condições materiais que possibilitam estes avanços na luta discursivo-ideológica.

Em junho e julho de 2005, é divulgada a *Sexta Declaração da Selva Lacandona*. Desta vez, o EZLN rememora sua própria trajetória e redefine seu antagonismo: sua crítica se dirige não apenas contra as políticas neoliberais, mas ao modo de produção capitalista como um todo. Outrossim, questiona a política partidária e institucionalizada no México e propõe uma aliança entre as organizações de esquerda infrapartidárias.

No dia 10 de setembro de 2005, o subcomandante Marcos anuncia a *Otra Campaña*, em que os zapatistas e ele, autodesignado delegado Zero, percorrerão o território mexicano para ouvir e consultar as pessoas. “Nada menos, nada mais. Não se promete nada mais do que o ouvido e a oportunidade de trabalhar juntos, de fazer com que, juntos, se decida”.²⁶³ Com a constituição de articulações entre os de abaixo e à esquerda, o zapatismo se opõe ao rito eleitoral da democracia formal representativa e aos partidos oficiais.

Em novembro de 2005, o EZLN divulga em comunicado a dissolução da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FLN). Com isso, os zapatistas buscam a construção de novas alianças com base nas propostas da Sexta Declaração da Selva Lacandona. Alianças políticas com forças anticapitalistas que não visem à tomada do poder político e institucional, mas que busquem a construção de uma nova forma de fazer política.

A *Otra Campaña*, de acordo com Ouviaña (2007), se realiza entre primeiro de janeiro de 2006 e 24 de junho e tem como ponto de partida *San Cristóbal de las Casas, Chiapas*, e ponto de chegada o Distrito Federal. Concomitante à campanha

²⁶² Ibid. 123.

²⁶³ Ibid. p. 143.

presidencial de 2006, a *Otra Campaña* percorre todos os estados do México.

Após dezenas de Foros zapatistas em distintos territórios de resistência e rebeldia, ocorre o *Encuentro entre los Pueblos Zapatistas y los Pueblos del Mundo* no município rebelde de *Oventik*, de 30 dezembro de 2006 até 2 de janeiro de 2007.

Acerca dos zapatistas

Os principais movimentos políticos que estão tendo grande impacto mundial concentram-se na América Latina. Podem ser observados em toda a América Latina.

Tariq Ali

O Exército Zapatista de Libertação Nacional do México (EZLN) se diferencia das FARC da Colômbia e do MST do Brasil, por exemplo, no que concerne ao grupo social que constitui sua base, por seu caráter indígena e pela forte presença feminina em sua militância (um terço dos efetivos da base do exército, metade dos integrantes do CCRI-CG do EZLN). Fortemente influenciado pela memória da Revolução Mexicana de 1910, o EZLN traz no próprio nome uma referência direta ao revolucionário camponês Emiliano Zapata.

Não obstante, as causas do levante e da guerra de contrainsurgência envolvem questões de ordem socioeconômica. Chiapas é um estado com grande concentração de terras. A produção econômica é de base agropecuária, com destaque na plantação de milho, café e na criação de gado. E ainda que seja um dos estados mexicanos com os piores índices em saúde e educação, o território é rico em reservas de petróleo, água doce e biodiversidade. São contradições como estas que funcionaram como detonador da insurreição armada. Com efeito, para Martins:

A guerra de Chiapas é fruto da exacerbação da globalização e do caráter globalizado dos produtos oriundos do Terceiro Mundo. No caso, o café, sua crise e a redução de seu preço a cerca de metade do que era não faz muito tempo. A guerra de Chiapas assume uma feição étnica, mas sua origem está na mercadoria e na delicada relação entre produção direta dos meios de vida e produção de excedentes comercializáveis.[...] Nessa perspectiva, a guerra de Chiapas é também uma guerra colonial residual. Houve uma certa celeuma quanto a ser Chiapas a primeira guerra eletrônica ou a primeira

guerra pós-moderna. Pós-moderna, talvez. Mas certamente uma das últimas guerras da descolonização na América Latina.²⁶⁴

No campo político partidário, outro vestígio desta contradição detonadora: Na história do México, até 1994, não havia um projeto de integração do mundo indígena no cenário nacional. Segundo Florescano & Guemes ([1998] 2002), os partidos políticos, antes do levante zapatista, não incluíam em seus programas os problemas indígenas, de modo que estes últimos se viam como segregados em seu país.

Após o levante de janeiro, a tendência à heterodoxia política se acentuou ainda mais com o crescente apoio civil internacional. O EZLN nunca teve reais condições bélicas de ameaçar o Estado mexicano e esperava, com o levante, incitar o povo mexicano a pegar em armas e seguir o exemplo da insurreição zapatista. No entanto, algo inesperado ocorreu: grandes parcelas da população mexicana mobilizaram-se, mas, para pedirem a paz e buscarem a solução para a exclusão dos camponeses indígenas e dos chamados mestiços em geral através da democracia direta e do diálogo como o governo. Os zapatistas receberam apoio e ganharam simpatizantes não só no México, mas em todo o mundo, fazendo do pequeno estado de Chiapas o centro de reunião de inúmeros movimentos alternativos.

Contudo, embora o governo tenha recuado a ofensiva militar e acordado um cessar-fogo, alguns observadores e cientistas políticos têm afirmado - com base no incremento ao cerco militar, as intimidações e as agressões frequentes realizadas às comunidades chiapanecas - haver uma guerra de baixa intensidade (GBI)²⁶⁵ ou uma política contrainsurgente, em curso no sudeste mexicano desde fevereiro de 1995, quando começou efetivamente a contraofensiva governamental. Com efeito, segundo Bermúdez,

La guerra de baja intensidad es el recurso de naciones y organizaciones para el uso limitado de la fuerza o la amenaza de uso, para conseguir objetivos políticos sin el involucramiento pleno de recursos y voluntad que caracteriza las guerras de Estado-nación de supervivencia o conquista.²⁶⁶

²⁶⁴ MARTINS, 2002, p. 62.

²⁶⁵ ASTRAIN, 1996.

²⁶⁶ BERMÚDEZ, 1989, p. 81. [A guerra de baixa intensidade é o recurso de nações e organizações para o uso limitado da força ou ameaça de uso, para conseguir objetivos políticos sem o envolvimento pleno de recursos e vontade que caracteriza as guerras de Estado-nação de sobrevivência ou conquista (tradução sob minha responsabilidade)].

Ainda assim, a ênfase da estratégia do EZLN passou do militarismo bélico para a comunicação, a guerra de papel e do espetáculo midiático²⁶⁷. Várias articulações surgiram, como os comunicados, os diálogos com o governo, a organização de um “zapatismo civil”, iniciado com a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN) e retomado recentemente na mobilização em torno da *Otra Campaña*. Além disso, ocorreram os encontros internacionais chamados Intergalácticos, que elevaram o neozapatismo à condição de grande referência das esquerdas na contemporaneidade. Entretanto, é uma referência heterodoxa, discrepante - que não se propõe como vanguarda, que não almeja tomar o poder de Estado e sim estabelecer uma coordenação horizontal, a articulação em redes e *Juntas de Buen Gobierno* que valorizam a autonomia das comunidades. Para Holloway (2008), é a dignidade indígena, em oposição à humilhação, que marca uma diferença:

Este concepto de la dignidad, y obviamente todo el lenguaje del zapatismo después de los primeros días, implica una crítica a la tradición revolucionaria. Implica una crítica sobre todo a la tradición leninista precisamente, porque la idea leninista no está basada en la dignidad. La idea tradicional de la revolución concibe las masas como objetos, como personas humilladas a las cuales hay que liberar. Entonces las masas son el objeto, en primer lugar, de la liberación, o de la emancipación. La revolución es una en la que tenemos que ir liberar a las masas oprimidas y eso se expresa en, por ejemplo, el *Qué hacer?* Allí se habla de los límites de la clase obrera, los límites de su consciencia: pueden entender la opresión en términos económicos y en terminos cotidianos, pero no pueden ir más allá de ellos. Entonces, la noción de la dignidad implica cierto concepto de la política. Implica un concepto de sujetos sin límites, va contra y más allá de cualquier límite. Enfatizar el concepto de dignidad, entonces, implica una crítica a toda la tradición leninista, a su concepto de sujeto, a su concepto de organización. Asimismo, implica una crítica al liderazgo, una crítica a la verticalidad.²⁶⁸

267 FIGUEIREDO, 2003

268 HOLLOWAY, 2008, p.17 [Este conceito de dignidade, e, obviamente, toda a linguagem dos zapatistas após os primeiros dias, implica uma crítica da tradição revolucionária. Implica uma crítica, sobretudo, à tradição leninista precisamente, porque a ideia leninista não se baseia na dignidade. A ideia tradicional de revolução concebe as massas como objetos, como pessoas humilhadas as quais é preciso libertar. Então, as massas são o objeto, em primeiro lugar, da libertação, ou emancipação. A revolução é aquela em que temos de libertar as massas oprimidas e isso se expressa em, por exemplo, *Que fazer?* Ali fala-se dos limites da classe trabalhadora, os limites da sua consciência: podem compreender a opressão em termos econômicos e em termos cotidianos, mas não pode ir além. Assim, a noção de dignidade implica um conceito de política. Implica um conceito de sujeitos sem qualquer limite, vai de encontro e para além de qualquer limite. Enfatizar o conceito de dignidade, então, envolve uma crítica a toda a tradição leninista, o seu conceito de sujeito, o seu conceito de organização. Implica também uma crítica à liderança, uma crítica à verticalidade. (tradução sob minha responsabilidade)]

Talvez seja um exagero de Holloway associar o conceito de dignidade a uma crítica a *toda* tradição leninista. Entretanto, há ressonâncias na postura da *dignidade rebelde* com as críticas de Althusser à verticalidade do partido comunista, assim como com as retificações de Pêcheux ao sujeito da desidentificação, na primeira elaboração, e à ciência régia marxista que não dava a devida atenção ao burburinho do cotidiano - discurso, “a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência.”²⁶⁹

É preciso ter em conta que o EZLN é subordinado às decisões políticas das comunidades de base. A estruturação política se configura do seguinte modo: cada comunidade debate e define suas posições em assembleia para enviar um encarregado de representar aquela posição regionalmente; a regional, por sua vez, delibera e posiciona-se para que, então, o Comitê Clandestino do grupo em questão responda (*feedback*) às deliberações. Essa estrutura remete ao enunciado *mandar obedecendo* dos zapatistas, pois o mando só se exerce fundamentado nas decisões das bases, por intermédio da construção de deliberações consensuais. Com efeito, na leitura de Matamoros (2008):

El zapatismo se consolidaba como sujeto con perspectivas históricas, dentro del ajedrez político nacional e internacional, a partir de preguntas, no de respuestas afirmativas o afirmaciones que implicaban una definición cerrada. Se fue construyendo justamente en ese diálogo, en esa experiencia dialógica con las comunidades indígenas y con algunos cristianos de la liberación. [...] una experiencia de diálogo, de comunicación, de preguntas, del *preguntando caminamos*. Esto se va a expresar en el vaivén, salir y entrar, regresar y actualizar las prácticas, confrontando otras experiencias y otras posibilidades.²⁷⁰

Esse vai-vêm, confrontação de experiências e atualização de práticas parece funcionar ao modo de uma retificação contínua com base numa autocrítica permanente, ou melhor, num auto questionamento em movimento; algo não distante da proposta de Pêcheux (2002). Não é Pêcheux o crítico de uma ontologia marxista,

²⁶⁹ PÊCHEUX, 2002.

²⁷⁰ MATAMOROS, 2008. p. 34. [O zapatismo se consolidava como sujeito com perspectivas históricas, dentro do xadrez nacional e internacional, a partir de perguntas, não de respostas afirmativas ou afirmações que implicavam uma definição fechada. Foi-se construindo justamente nesse diálogo, nessa experiência dialógica com as comunidades indígenas e com alguns teólogos da libertação. [...] uma experiência de diálogo, de comunicação, de perguntas, do *perguntando caminamos*. Isto vai se expressar no vai-vêm, sair e entrar, regressar e atualizar as práticas, confrontando outras experiências e outras possibilidades(tradução sob minha responsabilidade)].

ciência régia, preche de afirmativas e afirmações? Ontologia movida pelo desejo de onipotência? Para se entender a heterodoxia do EZLN frente à teoria marxista-leninista ou outras teorias marxistas é preciso levar em conta a multiplicidade de saberes que se fazem presentes no discurso e nas práticas zapatistas: o ideário de Emiliano Zapata e Pancho Villa de *Tierra y Libertad*, que, de certo modo, remete ao anarquismo de Flores Magón; a cosmovisão maia; e a abnegação cristã de outro conhecido enunciado zapatista: *Para todos todo, nada para nosotros*. Atributos heteróclitos embasados na escuta do outro, do dissonante, algo avesso a qualquer forma de verticalidade, pois:

Una organización vertical no escucha: para escuchar necesitas pensar en una organización anti-vertical. Hay que pensar en la organización como articulación de ideas, de sentimientos, de todos y todas en la medida de lo posible. Implica reanudar con toda la tradición consejista o assembleísta, que siempre han existido corrientes muy importantes de las luchas anticapitalistas de este carácter, pero que fueron suprimidas por la otra tradición anti-capitalista, que es la tradición del partido, la tradición más vertical. Entonces, implica un concepto de política del *preguntando caminamos*. El *preguntando caminamos* es una forma de conocimiento, una forma de relación, una forma de organización, una forma de trabajo académico.²⁷¹

Algumas contradições da heterodoxia do EZLN são expressas e problematizadas pelo seu líder militar em muitos de seus comunicados. A própria personagem do Subcomandante Marcos se vê atravessada por elas. Marcos que, como todos os zapatistas, esconde sua identidade civil por baixo de um pasamontañas, é líder do EZLN, e o porta-voz dos zapatistas. Por ser intérprete e tradutor das línguas indígenas locais para o espanhol e vice-versa, sua função mediadora possibilita uma maior aproximação entre os índios, aqueles chamados de mestiços e os auto-designados brancos, entre os ditos camponeses e ditos cidadãos. Entretanto, embora essa mediação dê visibilidade social à questão indígena, interfere na tomada de decisões e participação direta dos índios, visto que ele ocupa também o posto de liderança militar do movimento, segundo Figueiredo (2003).

271 HOLLOWAY, 2008, p. 19. [Uma organização vertical não escuta: para escutar necessitas pensar em uma organização antivertical. É preciso pensar em uma organização como uma articulação de ideias, de sentimentos, de todo e todas na medida do possível. Implica retomar toda a tradição conselhistista ou assembleísta, que sempre existiram correntes muito importantes das lutas anticapitalistas deste caráter, mas que foram suprimidas pela outra tradição anticapitalista, que é a tradição de partido, a tradição mais vertical. Então, implica um conceito de política do *perguntando caminhamos*. O perguntando caminhamos é uma forma de conhecimento, uma forma de relação, uma forma de trabalho acadêmico.(tradução sob minha responsabilidade).]

TERCEIRA PARTE
UMA DELIMITAÇÃO DOS CORPORA

UMA DELIMITAÇÃO DOS CORPORA

Diante de um discurso multifacetado, rico e prolífico como o do zapatismo mexicano, o trabalho de análise de seus corpora exige um esforço hercúleo e erudito. Demanda, sobretudo, muito tempo e, talvez, um conhecimento aprofundado da língua espanhola em contato com as línguas (tzeltal, tzotzil, tojolobal, chol, entre outras) dos grupos ameríndios descendentes dos Maias que hoje habitam a Selva Lacandona em Chiapas. De outro lado, as frequentes referências à cosmovisão ameríndia ou à literatura latino-americana, entre outras, os efeitos de sentido pelo recurso ao discurso literário demandam um vasto conhecimento da parte do analista que se dispuser a interpretar o discurso do zapatismo nas declarações, comunicados, cartas, entrevistas, simpósios, etc.

Na presente tese, meu objetivo é modesto. Trata-se de tomar o discurso do EZLN como um estudo de caso, um exemplo a ser investigado com vistas a um começo de resposta para as questões teóricas e as problemáticas políticas desenvolvidas na primeira parte. Com isso, esta investigação não se propõe a ser uma análise do discurso do EZLN. Não é o objetivo deste trabalho empreender uma especialização acerca do discurso zapatista de modo que o autor se torne um zapatólogo – conforme o irônico neologismo de Marcos (2008). É antes fazer uma escuta, no intuito de estabelecer um diálogo entre a teoria materialista do discurso e o discurso de uma luta popular da América Latina, de maneira a fazer avançar algumas questões teóricas da Análise de Discurso que permaneceram em suspenso devido ao recuo político da esquerda europeia. Questões como: de que modo funcionam as ideologias antagônicas para não espelhar a ideologia dominante? - exigem o estudo de processos de resistência-revolta-revolução(?) historicamente concretos; em outras palavras, exigem uma investigação acerca do engendramento e do funcionamento das ideologias antagônicas nas lutas populares atuantes na história contemporânea.

É com base nesta proposta que defino como ponto de partida de um gesto de análise quatro aspectos discrepantes da discursividade zapatista, indícios de um funcionamento ideológico outro. São aspectos já ressaltados em outras

investigações e ensaios sobre o zapatismo²⁷². Não obstante, na presente tese viso a um gesto de análise com base em uma perspectiva discursiva e nas questões e problemáticas desdobradas no transcurso da tese.

Para efeito de organização, divido os aspectos discursivos em quatro tópicos, de modo a abordar cada um deles em quatro subcapítulos respectivos. Os quatro tópicos são os seguintes:

a) o codinome zapatista. Da perspectiva discursiva, trata-se de investigar como se constituem estes sujeitos do discurso zapatista tendo em vista que estes não falam a partir de sua identidade civil. Há, na condição deste coletivo de mascarados, uma recusa frente à identificação e à individualização pelo Estado. O anonimato dos sujeitos evita o efeito de evidência de que os indivíduos (atomizados) são insubstituíveis?

b) A imagem zapatista. O rosto oculto zapatista difundido através da mídia em todo o mundo, sobretudo pela rede mundial dos computadores, engendra a condição contraditória de celebridades anônimas na *Sociedade do Espetáculo*. Com o uso de *pasamontañas* e *paliacates*, a individualidade (identidade civil) dos integrantes do EZLN permanece desconhecida, mas as comunidades zapatistas se fazem célebres e visíveis. Eis a contradição: toda uma população de excedentes (ameríndia), antes socialmente invisível, faz-se visível não apenas no México, mas no mundo todo. A *dignidade rebelde* zapatista ganha visibilidade, voz e um lugar simbólico após o levante.

c) O sorriso zapatista. O discurso do porta-voz mais conhecido do EZLN é marcado não somente pela contestação política e pelas demandas por democracia, liberdade e justiça, mas pelos pontuais e recorrentes efeitos de humor. É com humor que o subcomandante Marcos muitas vezes enuncia suas contradições e aquelas dos demais zapatistas. A autogozação funciona como uma autocrítica?

d) O silenciar zapatista. Com certa recorrência, nesses dezesseis anos de levante armado (marcados por diálogos com o governo, manifestações, articulações com a sociedade civil, declarações, comunicados e cartas), os zapatistas se recolheram ao silêncio. Da perspectiva discursiva, é possível pensar os efeitos de sentido e os

272 Cf. HARDT & NEGRI, 2002; NAVARRO, 2002; MOUTERDE, 2003, RAITER & MUÑOZ, 2008.

efeitos políticos desse silenciar. Haveria uma recusa frente à interpelação governamental? Uma recusa da incitação a se posicionar em *relação a* determinados acontecimentos históricos para, desse modo, não ocupar um lugar do *sujeito de um suposto saber* teórico-político?

Com base nesses quatro tópicos, o objeto de meus gestos de análise pode ser demarcado com mais precisão. O tópico “a” não exige um corpus discursivo para além dos das autodesignações e relatos históricos recentes sobre a personagem do Subcomandante. O enunciado “Marcos Somos Todos”, *slogan* das manifestações de rua em oposição à divulgação pelo governo da suposta identidade civil de Marcos, será a chave para a interpretação desse tópico.

No que concerne ao tópico “b”, as imagens de zapatistas encontram-se disseminadas em todas as mídias e, devido a sua incomensurabilidade, são difíceis de rastrear. Por outro lado, os efeitos de sentido são determinados pelo discurso na imbricação da palavra com a imagem. O corpus desse tópico serão dois pequenos vídeos divulgados pelo *site* de vídeos da rede mundial de computadores *youtube*. São dois vídeos que têm como temática o porta-voz mais conhecido do EZLN, Subcomandante Marcos, e sua relação com os outros sujeitos zapatistas e simpatizantes. Trata-se de desdobrar a questão do sujeito pelo viés do imagético, do semblante dos *sem rosto*, em articulação com a visibilidade dos sujeitos segregados.

No tópico “c”, o recorte do corpus é mais abrangente. Inclui os comunicados e as cartas de 1994, primeiro ano do levante. Contudo, os efeitos de humor e *autogozoação* tendem a ser pontuais. O corpus deste tópico será constituído por duas cartas de apresentação com efeitos de humor que tem como objetos-alvo de graça o Subcomandante Marcos, os sujeitos zapatistas, suas condições (imaginárias e reais) e suas atribuições.

Em relação ao silenciar zapatista, último tópico, nortearão os gestos de análise os relatos históricos dos momentos de silêncio, a descrição das condições de produção, o discurso do EZLN sobre os sentidos possíveis de seu próprio silêncio, as interpretações de intelectuais e políticos e, sobretudo, os efeitos políticos subsequentes ao silenciar zapatista.

O codinome zapatista: a identidade dos sem nome e sem rosto

Nesse primeiro momento de abordagem da discursividade zapatista, retomarei as questões e noções tratadas no capítulo *Individualização do sujeito pelo Estado*. Com efeito, será com base nas elaborações dos conceitos de individualização, sobretudo pelo dispositivo de nomeação e de constituição da identidade civil dos cidadãos pertencentes a determinado Estado-Nação, que investigarei a questão do codinome zapatista.

Desde o levante armado em 1994, os membros efetivos do EZLN têm coberto seu rosto com um *pasamontañas* ou um *paliacates* como parte integrante e inalienável de seu uniforme militar. Além disso, entre os zapatistas há adoção de um outro nome (supõe-se que em memória de um zapatista morto) antecedido pelo posto de hierarquia militar (subcomandante, comandante, capitão). Por outro lado, não há referência à genealogia familiar entre os sujeitos revoltosos, pois se silenciam os sobrenomes. Por conseguinte, o codinome zapatista parece funcionar de forma diversa daquela do dispositivo de nomeação descrito por Guimarães (2005) em que há dois tipos de nomes: conforme o modo de construção pela aposição morfossintática, a um primeiro nome (o do indivíduo) segue-se um sobrenome (o da família).

Pela adoção do codinome, o nome de família e a identidade civil dos sujeitos zapatistas são ocultados a todos os *não-zapatistas* no sentido restrito, dos não-integrantes do EZLN. É possível afirmar que o nome adotado pelos zapatistas determina semanticamente o posto militar ocupado, uma vez que significa o indivíduo pela remissão à história do levante com a atualização do nome de seus mortos. Como exemplo cito: Subcomandante Marcos, Comandante David, Comandante Ramona, Comandante Moisés.

No que concerne à condição militarizada dos zapatistas, outro contraste com as conceituações de Guimarães (2005) é pertinente. De acordo com o semanticista, o rito militar procede por uma enunciação que remonta a uma enunciação primeira para, de certo modo, censurá-la pela sua equivocidade, uma vez que em sociedade e para além da instância familiar há a virtualidade da existência de nomes próprios

homônimos, o que pode acarretar certo grau de indistinção identitária. Com efeito, a posição sujeito-militar se caracteriza por ser uma posição discursiva administrativa – que visa o logicamente estabilizado e que atribui nomes como se não houvesse “aí nenhuma memória”.²⁷³

No caso dos zapatistas, a renomeação dos sujeitos se realiza como uma espécie de contraposição, ou melhor, pode ser interpretada como um movimento que constitui outra posição-sujeito, em antagonismo ao Sujeito do saber da ideologia dominante. Para além da contra-identificação (primeiro movimento), esse deslocamento parece acarretar uma ruptura que instaura uma nova formação discursiva imbricada a uma (outra) formação ideológica antagônica.

Desse modo, constitui-se um alter ego do sujeito, agora mascarado, que camufla, que encobre sua identidade civil e silencia sua genealogia. Em outras palavras, produz-se uma indistinção, um efeito de não-identificação. Em consequência, não há como referi-los, interpelá-los, responsabilizá-los (nem a seus familiares) perante o Estado, visto que, devido ao codinome e ao capuz, há possibilidade de equívoco e de erro. O Estado mexicano não pode afirmar peremptoriamente: “Você é você e nenhum outro.”²⁷⁴ Embora, muito provavelmente, os zapatistas, por questões de organização e operacionalidade militar, possam se reconhecer entre si, isto é, há um certo grau do logicamente estabilizado em funcionamento neste renomear.

Além disso, quando a identidade civil do principal porta-voz do EZLN foi supostamente descoberta por trás do *pasamontañas*, um acontecimento inesperado irrompeu: A divulgação da identidade civil e da ordem de prisão do Subcomandante Marcos em cadeia nacional de televisão pelo então presidente do México Ernesto Zedillo (1994-2000) em fevereiro de 1995 desencadeou uma manifestação de rua cujo lema era *iMarcos Somos Todos!*

Uma parcela significativa de sujeitos mexicanos tomaram posição contra o dispositivo de individualização-identificação do sujeito pelo Estado.²⁷⁵ Dessa forma, o

273 GUIMARÃES, 2005, p. 39.

274 Ibid.

275 É importante notar que esta prática de recusa em ser identificado somente é possível com base na clandestinidade ou, após o levante, por meio da força das armas e, sobretudo, por meio do apoio das comunidades chiapanecas (local-regional) e da chamada sociedade civil (nacional-internacional). Ou seja, há necessidade de uma microfísica de (contra)poder para que o dispositivo de identificação-individualização não se imponha por meio do policiamento, das forças armadas ou mesmo da delação.

nome próprio “verdadeiro” de Marcos e de outros zapatistas não parece funcionar, de modo significativo, para o processo de subjetivação-identificação e para o reconhecimento do sujeito zapatista pelos seus aliados. Pelo contrário, a identidade zapatista se significa politicamente justamente pela prática de recusa do processo de identificação social que visaria à unicidade nome/pessoa – tendo em vista que atribuir nome a um indivíduo biológico é identificá-lo “enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade, é tomá-lo como sujeito”.²⁷⁶

É possível afirmar que o subcomandante Marcos, porta voz mais célebre do EZLN, líder militar submetido às decisões políticas das bases de apoio zapatista organizadas, intérprete e tradutor das línguas dos grupos indígenas chiapanecos, emerge como uma personagem-sujeito na acepção teatral do termo, remontando à *persona* ou *per sonare* (“soar através de”) e que se constitui em uma posição-sujeito política. O primeiro aspecto a ser investigado, da perspectiva discursiva, na *persona* de Marcos é sua condição de porta-voz mais reconhecido do EZLN, uma vez que é justamente esta condição, em conjunto com o levante armado, que confere a ele e aos demais chiapanecos, em torno da causa da *dignidade rebelde*, a visibilidade social em âmbito nacional e internacional. Inusitado sujeito porta-voz de um discurso heterodoxo, em que, por exemplo, a determinação explícita de seus destinatários múltiplos (povos e governos do mundo, povo do México, imprensa nacional e internacional, indígenas, estudantes, sociedade civil, ONGs) redefine os interlocutores políticos de uma causa política. É, sobretudo, a própria “figura clássica do porta-voz” político²⁷⁷ que é transformada, uma vez afetada pelos acontecimentos imprevistos em torno do levante zapatista.

De outro lado, a discursividade, às vezes poética, às vezes atualizando saberes próprios à cosmogonia e à mitologia maia, parece afetar os efeitos de fronteiras e da “religião do sentido” que distingue “o sério (o útil, o eficaz, o operatório) do sem sentido reputado perigoso e irresponsável.”²⁷⁸ De modo que a irrupção de humor, de efeitos de lúdico e de ironia escapam às regularidades da

276 GUIMARÃES, 2005, p. 36.

277 Cf. PÉCHEUX, [1981], 1990.

278 PÉCHEUX, [1981], 1990, p. 20.

chamada língua de madeira²⁷⁹- essa língua hermética, codificada,²⁸⁰ na maior parte das vezes dotada de “formas longas, fixas e redundantes de discurso político.”²⁸¹ Para Pêcheux, quando há quebra de rituais e quando ocorrem transgressões em relação a determinadas fronteiras, o irrealizado pode advir produzindo um sentido *outro* do interior do sem sentido. De forma que:

o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso da rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição, o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição.²⁸²

E é justamente como acontecimento histórico que o levante zapatista, em concomitância com a difusão, através das mídias, dos comunicados, das cartas e entrevistas zapatistas fez surgir a *persona* de Marcos como o porta-voz mais célebre do movimento. Note-se que este momento imprevisível que descreve Pêcheux, como acontecimento histórico, parece emergir no entrecruzamento do histórico com as formações da ordem do inconsciente acarretando a ruptura da reprodução dos sentidos, com o questionamento das evidências ideológicas. A ruptura das regularidades em determinada discursividade possibilita a emergência de *outro mundo* de sentidos e outro regime de visibilidade. Novamente conforme Pêcheux:

ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.²⁸³

Marcos é efetivamente um intermediário, um intérprete entre dois mundos.²⁸⁴

279 Para Bartra ([1998] 2002, p. 111), “os comunicados, pós-escritos e as história de Durito são notáveis tanto por sua 'linguagem' como por suas 'palavras', como diria Saussure. [...] sobretudo, por um humor que dinamita o tradicional discurso de esquerda, solene, vazio e engomado como poucos.”

280 GADET, PÊCHEUX, [1981], 2004.

281 COURTINE, 2006, p. 83.

282 Ibid. p. 17.

283 Ibid.

284 Esta é também a compreensão dos próprios zapatistas: “O EZLN não nasce de propostas urbanas, mas tampouco de propostas vindas exclusivamente das comunidades indígenas. Nasce dessa mescla, desse coquetel *molotov*, desse choque que produz um novo discurso. O que dissemos é que a transformação não pode ser feita à custa da exclusão de setores da sociedade”. (MARCOS in: Montalbán, [1999] (2002).

Não obstante, como efeito visual, o subcomandante não apenas instaura uma dupla visibilidade (interna e externa), mas também uma nova visibilidade para todo um sujeito coletivo – não apenas o do movimento zapatista, mas da própria causa camponesa e ameríndia no México contemporâneo. Tratarei dessa mudança na ordem do visível mais pormenorizadamente no próximo tópico.

A *persona* do subcomandante, enquanto porta-voz, é frequentemente (re)significada pelas (auto)designações do autor Marcos. Um dos comunicados mais difundidos pelo mundo - devido ao seu *post-scriptum*, era endereçado à imprensa mexicana: *Los Arroyos Cuando Bajan*, de maio de 1994 – parece novamente se contrapor ao dispositivo de individualização pois designa uma multiplicidade de sujeitos, minoritários, mas por isso mesmo majoritários:

PD. MAYORITARIA QUE SE DISFRAZA DE MINORÍA INTOLERADA. A todo esto de que si Marcos es homosexual: Marcos es gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, chicano en San Isidro, anarquista en España, palestino en Israel, indígena en las calles de San Cristóbal, chavo banda en Neza, rockero en CU, judío en Alemania, ombudsmán en la Sedena, feminista en los partidos políticos, comunista en la post guerra fría, preso en Cintalapa, pacifista en Bosnia, mapuche en los Andes, maestro en la CNTE, artista sin galería ni portafolios, ama de casa un sábado por la noche en cualquier colonia de cualquier ciudad de cualquier México, guerrillero en México de fin del siglo XX, huelguista en la CTM, reportero de nota de relleno en interiores, machista en el movimiento feminista, mujer sola en el metro a las 10 PM, jubilado en plantón en el Zócalo, campesino sin tierra, editor marginal, obrero desempleado, médico sin plaza, estudiante inconforme, disidente en el neoliberalismo, escritor sin libros ni lectores, y, es seguro, zapatista en el sureste mexicano. En fin, Marcos es un ser humano, cualquiera, en este mundo. Marcos es todas las minorías intoleradas, oprimidas, resistiendo, explotando, diciendo “¡Ya basta!” Todas las minorías ala hora de hablar y mayorías a la hora de callar y aguantar. Todos los intolerados buscando una palabra, su palabra, lo que devuelva la mayoría a los eternos fragmentados , nosotros. Todo lo que incomoda al poder y a las buenas conciencias, eso es Marcos. De nada señores de la PGR, estoy para serviles.. con plomo.²⁸⁵

285(EZLN, 1994, p. 243) [PS: MAJORITÁRIO QUE SE DISFARÇA DE MINORIA INTOLERADA - A tudo isto de se Marcos é homossexual: Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, chicano em San Isidoro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, *chavo banda* em Neza, roqueiro na CU [*campus* da UNAM], judeu na Alemanha, ombudsman na Sedena [ministério da Defesa], feminista nos partidos políticos, comunista na pós guerra fria, preso em Cintalapa, pacifista na Bósnia, mapuche nos Andes, professor na CNTE, artista sem galeria nem portfólios, dona de casa num sábado à noite em qualquer bairro em qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no México do fim do século XX, grevista na CTM, repórter de notas de *relleno en interiores*, machista no movimento feminista, mulher sozinha no metrô às 10 p.m., aposentado durante um ato no Zócalo [praça central], camponês sem terra, editor marginal, trabalhador desempregado, médico sem praça, estudante inconformado, dissidente no neoliberalismo, escritor sem livro e nem leitores, e, seguramente, zapatista no sudoeste mexicano. Enfim, Marcos é um ser humano, qualquer, neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, explodindo, dizendo já basta! Todas as minorias na hora de falar, e maiorias na hora de calar e aguentar. Todos os intolerados procurando uma palavra, sua palavra, o que devolva a

O nome Marcos é designado por uma série de atributos na sequência discursiva supracitada, atributos estes que não caracterizam o indivíduo biológico por baixo do *pasamontañas*, mas sim aqueles que são incômodos e incomodados. Marcos é como se chamaria todo sujeito minoritário e oprimido em determinado lugar social. Conforme o lugar ocupado, muda o atributo, mas permanece um traço que reúne, que devolve a condição de maioria aos *eternos fragmentados*. Não obstante, a multiplicidade de atributos que designa Marcos lhe é determinante, pois como afirma Guimarães,²⁸⁶

as pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui em certa medida. O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito.

Os zapatistas são indeterminados enquanto indivíduos, conforme o enunciado “por trás das máscaras estamos vocês”, ou conforme o enunciado-manifesto “Marcos, somos todos”. Em outras palavras, os indivíduos biológicos, entendidos como substância²⁸⁷, somente são determinados por seus atributos ou por suas designações. Se as designações não individualizam, pelo contrário, configuram uma coletividade heterogênea, então a prática de recusa em ser individualizado pelo Estado tem como efeito constituir um “nós” político, um coletivo heterogêneo, onde os sujeitos particulares são indiscerníveis para quem ocupa um lugar exterior ao zapatismo; não há como responsabilizá-los individualmente perante os outros (não-zapatistas) e diante do Estado.

Retomando Guimarães (2005), para o semanticista, o sujeito-locutor não tomaria conhecimento “que fala de uma posição ideológica de sujeito. A referencialidade do nome é produzida por este apagamento em virtude deste esquecimento”²⁸⁸ (o de que o nome próprio de uma pessoa tem sua história). Entretanto, no caso dos zapatistas, a posição ideológica não parece ser ignorada, porque o codinome zapatista por si é uma prática político-ideológica de recusa do processo de identificação social e particularização dos indivíduos pelo Estado.

maioria aos eternos fragmentados, nós. Tudo o que incomoda o poder e às boas consciências, isso é Marcos. De nada senhores da PGR [Procuradoria Geral da República], estou para lhes servir... com chumbo”. Tradução de Figueiredo, 2003, p. 206.]

286 GUIMARÃES, 2005, p. 41.

287 Spinoza (s.d.)

288 Ibid.

A questão que se coloca é: por que esta recusa se materializou no sudeste de Chiapas? Trata-se da emergência de um processo de revolta organizada que extrapola a resistência cotidiana, mas que a toma como base. Como afirma o subcomandante Marcos, a resistência indígena persiste a mais de 500 anos. Por isso mesmo, ao invés de fazer proselitismo político, o que os militantes provindos do meio urbano tiveram de aprender foi escutar os ameríndios, pois são os saberes da memória de resistência política que funcionam como matéria-prima para a organização da revolta.

É pertinente retomar as personagens kafkianas,²⁸⁹ sobretudo a do camponês diante da porta da lei, para avançar na compreensão do processo de resistência-revolta zapatista. Além de compartilharem a condição de campesinato com aquela personagem de Kafka, os zapatistas também são confrontados com a absurdidade de uma interpelação-identificação falha. Isso ocorre porque, embora os indígenas chiapanecos vivam no interior da nação mexicana (no território sob domínio de um Estado-Nação soberano), não têm sua condição de cidadão assegurada. São os segregados, os sem-lugar, o excedente populacional. E, assim como o camponês kafkiano, somente se deparam com o Estado polícia, o aparelho repressivo de Estado, o *porteiro* que os impede de adentrar ou de ocupar o lugar-de-cidadania.

Dessa forma, a identificação ideológica não se realiza. A interpelação-identificação pelo Estado expõe sua absurda contradição, uma vez que não há possibilidade de reconhecimento para esses sujeitos-segregados em formações discursivas, imbricadas à ideologia dominante. Entretanto, há um diferencial entre a trajetória das personagens kafkianas e as posições dos ameríndios do sudeste mexicano: enquanto Josef K. e o homem do campo buscam obsessivamente sentido na lei, no enigmático discurso que o interpela, os ameríndios se posicionam em antagonismo a ela. Disso decorre sua *dignidade rebelde*, suas demandas por *democracia, liberdade e justiça* em outro México, outro mundo - *onde caibam muitos mundos*. Talvez, essa posição antagônica se diferencie daquela das personagens de

289 A proposta de Žižek (2006) de mobilizar a literatura kafkiana como exemplo do processo de interpelação ideológica mostrou-se de grande valia para a compreensão do modo como o assujeitamento e a individualização parecem funcionar concretamente. Como Freud, que se valeu da tragédia edípica para melhor compreender a constituição e as errâncias do sujeito cindido, Žižek nos premia com o cotejo entre a trajetória de uma outra personagem ficcional com o ritual ideológico da interpelação. Talvez as personagens de Kafka em sua trajetória absurda possam servir para a Análise de Discurso como um princípio heurístico no entendimento dos mecanismos subjacentes ao assujeitamento ideológico.

Kafka, pela ausência de esperança no discurso do Sujeito da ideologia dominante. Acrescida a isto, talvez seja a memória ameríndia uma outra memória, com outros saberes, que possibilite a estes sujeitos se identificarem a uma formação ideológica antagônica.

Na concepção da filosofia política de Spinoza (2004), o poder se serve da esperança e do medo para se exercer. Com efeito, a errância das personagens kafkianas diante de uma discursividade sibilina é uma contínua oscilação entre o medo de ser punido e a esperança de ser absolvido - ou, ao menos, de descobrir do que se é culpado, afinal. A angústia diante do absurdo ocorre porque essas personagens estão enredadas na interpelação de tal modo que não há alternativa no horizonte de possibilidades para resolução do enigma que as assola. Já no caso dos zapatistas, o posicionamento antagônico foi afetado pelo medo do extermínio pelo aparelho repressor ou pela miséria socioeconômica, por isso a necessidade de um movimento autônomo armado. Como afirma o subcomandante Marcos, os integrantes do EZLN não são profissionais da violência, mas profissionais da esperança. Ou seja, a esperança destes sujeitos-segregados é investida em uma outra matriz de sentidos.

Em relação a esta outra matriz de sentidos, cabe notar que a retomada do nome de Emiliano Zapata traz uma diferença a partir do comunicado de 10 de abril de 1994, dia do aniversário do assassinato de Emiliano (1919). Assinado pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, Comando Geral do EZLN, o comunicado endereçado ao povo mexicano, povos e governos do mundo, à imprensa nacional e internacional:

Es y no es todo en nosotros... Caminando está... Votán Zapata, guardián y corazón del pueblo. Amo de la noche... Señor de la montaña... Nosotros... Votán, guardián y corazón del pueblo. Uno y muchos es. Ninguno y todos. Estando viene. Votán Zapata, guardián y corazón del pueblo. [...]
Tomó nombre en nuestro estar sin nombre, rostro tomó de los sin rostro, cielo en la montaña es. Votán, guardián y corazón del pueblo. Y nuestro camino innominable y sin rostro, nombre tomó en nosotros: Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Con este nombre nuevo son nombrados los sin nombre. Con esta bandera amordazando el rostro, de nuevo rostro tenemos todos nosotros. Con este nombre se nombra al innombrable: Votán Zapata, guardián y corazón del pueblo. Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Tierna furia que ser arma. Nombre innombrable. Injusta paz que se a hace guerra. Muerte que nace. Angustia hecha esperanza. Dolor que ríe. Callado grito. Presente propio para un ajeno futuro. Para todos todo, nada para nosotros. Los innominables, nosotros, los muertos de siempre. [...]
Ésta es la verdad de siempre, hermanos. De ahí venimos. Para allá vamos. Estando viene. Muriendo la muerte vive. Votán Zapata, padre y madre,

hermano y hermana, hijo e hija, grande y pequeño, nosotros viviendo estamos...²⁹⁰

Este comunicado traz uma nova designação para o herói da Revolução Mexicana por meio da fusão dos nomes próprios Votán e Zapata formando o nome próprio Votán-Zapata. De modo que há um sincretismo entre os saberes da história e a cosmogonia ameríndia com saberes próprios à memória revolucionária do século XX. Ademais, Votán, uma espécie de divindade maia, atualiza uma memória indígena minoritária no México contemporâneo.

Com base em Guimarães (2003), pode-se afirmar que a designação ocorre quando um nome significa em relação a outros nomes em um mundo historicamente recortado pelos nomes, desse modo, enunciados que predicam ou descrevem dado nome são constituintes do processo de designação. Diferente de nomeação que para Guimarães²⁹¹ “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” dando-lhe existência histórica, um nome identifica objetos. Nas sequências discursivas do comunicado zapatista de 11 de abril pode-se notar o processo de nomeação e de designação em funcionamento. Votán Zapata e o EZLN são modos de nomear o inominável, uma forma de constituir uma identidade para algo que na história oficial foi esquecido, silenciado. A predicação que designa esta família de mexicanos, ameríndios rebeldes, é marcada pela contradição: sem nome nomeados, rosto dos sem rosto, todos e nenhum, angústia que se transforma em esperança, dor que ri, grito calado, terna fúria, morte que nasce. O contraditório se repete na oscilação de predicados antitéticos no transcurso do comunicado, de modo que a identidade zapatista consiste num fluxo heterogêneo e múltiplo de atributos atravessado pelo real do antagonismo. Além disso, o renomear rememora e atualiza

290 EZLN, 1994, p. 212-213. [É e não é tudo em nós... Caminhando está... Votán Zapata, guardião e coração do povo. Amo da noite... Senhor da montanha... Nós... Votán, guardião e coração do povo. Um e muitos é. Nenhum e todos. Estando vem. Votán Zapata, guardião e coração do povo. [...]] Tomou nome em nosso estar sem nome, rosto tomou dos sem rosto, céu na montanha é. Votán, guardião e coração do povo. E nosso caminho inominável e sem rosto, nome tomou em nós: Ejército Zapatista de Libertación Nacional. Com este nome novo são nomeados os sem nome. Com esta bandeira amordaçando o rosto, de novo rosto temos todos nós. Com este nome se nomeia ao inominável: Votán Zapata, guardião e coração do povo. Ejército Zapatista de Libertación Nacional. Terna fúria que se arma. Nome inominável. Injusta paz que se faz guerra. Morte que nasce. Angústia feita esperança. Dor que ri. Calado grito. Presente próprio para um futuro alheio Para todos tudo, nada para nós. Os inomináveis, nós, os mortos de sempre. [...] Esta é a verdade de sempre, irmãos. Daqui viemos. Para lá vamos. Estando vem. Morrendo a morte vive. Votán Zapata, pai e mãe, irmão e irmã, filho e filha, grande e pequeno, nós vivendo estamos...(tradução sob minha responsabilidade)]

291 GUIMARÃES, p. 54.

os nomes dos mortos zapatistas (dos que morreram pela causa?), haveria assim uma genealogia zapatista, a genealogia da “dignidade rebelde no coração esquecido da pátria”. A genealogia Votán-Zapata.

De outro lado, é possível pensar a questão das designações zapatistas com base em outros conceitos ou perspectivas. Por exemplo, embasado no conceito de atributo de Spinoza(s.d.) pode-se inferir que os múltiplos atributos conferidos aos zapatistas, por eles mesmos (somos os sem rosto e os sem nome) e pelos acontecimentos (levante zapatista, apoio da sociedade civil), é que determinariam e significariam o sujeito zapatista - enquanto sujeito coletivo e heterogêneo em revolta contra a individualização pelo Estado. No próximo subcapítulo, investigarei como essa prática de recusa também se significa pela especificidade ótica da discursividade imagética na chamada Sociedade do Espetáculo.

A máscara zapatista: celebridades anônimas

No entendemos por qué se preocupan tanto de nuestros rostros si antes del primero de enero no existían para ustedes (...) Pero si quieren saber qué rostro hay detrás del pasamontañas, es muy sencillo: tomen un espejo y véanlo.

Subcomandante Marcos

O que se opera com o mascaramento do rosto e com o anonimato dos militantes do EZLN? Algo que lembra a dupla identidade dos super-heróis mascarados dos quadrinhos da cultura industrial? Ao menos um ponto em comum há: o zapatista de rosto encoberto é uma figura célebre, enquanto sua identidade civil é desconhecida, uma vez sem máscara este sujeito passa despercebido entre os demais sujeitos das cidades, vilas e *ejidos* no México. O traço em comum é, portanto, a condição de celebridade anônima na chamada *Sociedade do Espetáculo*, porque não revela o nome da identidade civil, não é renomado, é desconhecido pelo Estado que não o reconhece desde sua condição. Por outro lado, é um célebre anônimo, pois é indígena, camponês e segregado e, ainda assim, sua imagem se difunde pela mídia, sobretudo pela rede mundial de computadores, tornando a causa zapatista mundialmente célebre.

Os zapatistas se constituíram como um exército clandestino. São uma coletividade que luta pela causa e que dá visibilidade a uma população de anônimos, “sem rosto” e “sem voz” porque, na condição de segregados, de *homo sacer*, na expressão de Agamben (2002), não compartilham com os demais mexicanos a condição de cidadãos com direitos assegurados. Dessa forma, a identidade zapatista, ao se recusar, ao se rebelar, a ter de falar desde a posição de um sujeito individualizado (re-conhecido pelo Estado) abre possibilidades para novas formas de subjetivação e novas formas de filiação.

Neste tópico, tratarei de tecer algumas interpretações acerca das imagens zapatistas difundidas pelas mídias, sobretudo pela rede mundial de computadores. São vídeos, imagens em movimento em conjunto com áudio, que disseminam a imagem de zapatistas com *pasamontañas* e *paliacates*. Na perspectiva materialista, imagem e palavra significam por atualização de memórias. Memória do dito e do não-dito na instância da palavra, e memória do já-visto e do *aludido* pelo conjunto de imagens já vistas²⁹² no *cenário* do mundo contemporâneo. Tratar-se-ia de uma Sociedade do Espetáculo, ou capitalismo da abundância de produção de mercadorias, no qual as imagens do “espetáculo da vida” subordinam os sujeitos espectadores a uma passividade, uma não-vida contemplando imagens? Assim parece, pois para Debord:

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se exprime assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele.²⁹³

Contudo, creio que é mais pertinente definir essa Sociedade do Espetáculo, tendo em conta o cotejo com a biopolítica foucaultiana proposta por Neto:²⁹⁴ “O espetáculo pode ser considerado uma forma de exercício de poder biopolítico; e a biopolítica, um instrumento do espetáculo do capitalismo.” Dessa forma, o espetáculo é entendido como um mecanismo de controle da vida e não como uma produção de imagens irreais que encobririam uma *realidade primeira* não

292 COURTINE, 2009.

293 DEBORD: 1997, p. 24.

294 NETO, 2007, p. 21

espetacular. Com efeito, desse modo se retifica certo platonismo de Debord: uma distinção dualista entre imagem e real, essência e aparência com base na lógica analítica. Pelo contrário, as imagens afetam o real, investem os corpos em profundidade.²⁹⁵ Na ótica da teoria materialista do discurso, trata-se da materialidade imagética que não é uma instância isolada, uma vez que é afetada (é sobredeterminada) e também afeta outras formas de materialidade - que se constituem, no processo discursivo, com suas regularidades específicas de funcionamento. No que concerne aos efeitos de sentido e aos efeitos políticos, Neto afirma:

Como elemento de controle biopolítico, além de automático, esse mecanismo de controle espetacular é racionalizável, constitui o objeto de uma ciência da opinião de massa. O controle da opinião pública tornou-se objeto possível de um saber propagandístico de cunho comercial ou ideológico-político.²⁹⁶

Por conseguinte, é como prática que o controle espetacular afeta outras práticas em nossa formação social. Prática que se realiza na produção e circulação de uma multiplicidade pletórica de imagens em todo o mundo midiaticizado. Esse discurso midiático é uma forma material em que sentidos são (re)produzidos, em que a atualidade se reprisa na evidência ideológica *de que o mundo sempre foi assim e continuará sendo assim*. Diante da reprodução do mesmo, entretanto, se faz necessária a notícia do acontecimento factóide, para que o discurso do espetáculo se afirme enquanto inédito e não resulte em tédio no sujeito espectador.

Retomando a questão da imagem dos revoltosos chiapanecos, o vídeo *Zapatistas!*(1999) é um documentário sobre o levante armado e sobre a causa do EZLN. Além de apresentar cenas do levante armado, o documentário traz leituras em *off* de comunicados e de declarações do EZLN efetuadas por celebridades estadunidenses do cinema (Edward James Olmos, Daryl Hannah) ou por ativistas conhecidos internacionalmente (Geronimo Pratt e Mumia Abu-Jamal²⁹⁷ - ambos ex-militantes do Partido dos Panteras Negras). O documentário narra os acontecimentos históricos, discorre sobre as causas e dá visibilidade à luta dos

²⁹⁵ FOUCAULT, [1975] 2007

²⁹⁶ NETO, 2007, p. 21.

²⁹⁷ Mumia Abu-Jamal, pseudônimo de Wesley Cook, é um jornalista condenado à prisão perpétua pelo suposto assassinato de um policial que agredia seu irmão. A luta pela libertação adquiriu caráter internacional, inclusive com a difusão de discursos de sua autoria. Abu-Jamal se tornou conhecido por apresentar um programa de rádio chamado *A voz dos sem voz*.

zapatistas. São entrevistados integrantes do EZLN (Subcomandante Marcos, Comandante David, Major Ana María) aliados das sociedade civil (FZLN), cientistas políticos e especialistas. Camponeses pobres dão seu testemunho da miséria e da falta de condições mínimas em termos de saúde e educação. Há também imagens de resistência da população desarmada (armada somente com palavras) ao cerco das forças do exército federal em Chiapas.

Trata-se de uma paradoxal aparição dos zapatistas, um exército clandestino apoiado por sujeitos *sem nome e sem voz* na história mexicana que passaram a ter alguma notoriedade midiática - e a quem, além disso, celebridades artísticas e políticas emprestam a voz. Ressalte-se que o documentário *Zapatistas!* (1999) é apenas um entre uma infinidade de outros documentários, reportagens, entrevistas, vídeos e fotos que se difundem pelo mundo.

Se na época da produção do documentário *Zapatistas!* (1999) as imagens de integrantes do EZLN encapuzados se difundiam pelo mundo todo, contemporaneamente, há a disseminação não somente de mascarados anônimos, mas, com a produção do filme de ficção chamado *Corazón del Tiempo* (2009)²⁹⁸, ocorre a difusão da discursividade das comunidades zapatistas sem máscara. Trata-se de uma ficção que narra o cotidiano de uma comunidade ameríndia chiapaneca autônoma. Os atores são camponeses da Selva Lacandona, na primeira atuação cinematográfica realizada por indígenas. Com isso, os outrora *sem rosto e sem nome* adquirem um semblante conhecido e são, sobretudo, reconhecidos pelos seus nomes próprios. Há, com esse filme, um deslocamento do foco imagético dos integrantes do EZLN para as comunidades de apoio, para o cotidiano dos camponeses pobres que não escondem os rostos, a não ser quando entram em confronto desarmado com as forças armadas mexicanas.

Para avançar na compreensão dos efeitos de sentido da palavra e da imagem zapatista, enquanto processo discursivo material, abordarei dois pequenos vídeos difundidos pelo site da rede mundial de computadores *youtube*. Os dois vídeos em questão tem como tema a *persona* do subcomandante Marcos e sua relação com os zapatistas e simpatizantes, ou seja, tratam do sujeito zapatista e de suas formas de

298 Cf. <http://corazondeltiempo.wordpress.com/>

identificação e reconhecimento.

O primeiro dos vídeos, *Rafael Sebastián Guillén Vicente alias MARCOS*,²⁹⁹ remete ao evento *iMarcos Somos Todos!* em 1995. É uma edição anônima de imagens em movimento (cenas) que costura a narrativa do evento. Inicia-se com o discurso do presidente mexicano Ernesto Zedillo (1994-2000), veiculado primeiramente em rede de televisão nacional. Na sequência, é apresentada uma foto da suposta identidade civil de Marcos superposta (em seguida desvelada) por uma transparência com a fotografia do subcomandante mascarado. Concomitantemente, Zedillo divulga em cadeia nacional a ordem de prisão de lideranças do EZLN .

Em seguida, um corte abrupto nos apresenta a manifestação de rua cujo lema é *iMarcos Somos Todos!*. Por meio dessa edição de eventos distintos, mas imbricados historicamente, na sintaxe discursiva do vídeo, são apresentadas duas posições-sujeito antagônicas: aquela do sujeito investido do poder executivo, representante da lei formal do estado de direito e aquela da chamada sociedade civil mexicana, a posição-sujeito dos simpatizantes do levante zapatista. Sujeito simpatizante que assume a identidade de Marcos, ou seja, se reconhece na causa do EZLN e rompe com a condição de espectador passivo. Na sequência da sintaxe do vídeo nos é apresentada uma espécie de síntese do movimento zapatista. As cenas se altercam metonimicamente – do apoio da sociedade civil para uma entrevista de Marcos, deste para fragmentos dos diálogos zapatistas com o governo, com as organizações civis nacionais e internacionais, em seguida para o enfrentamento desarmado da resistência pacífica de camponeses de Chiapas e, para encerrar, na manifestação no *Zócalo* (praça central) na *Ciudad de México* com uma multidão participante. O deslocamento metonímico, significando a causa zapatista e designando Marcos, se não nega de todo, ao menos extrapola, por meio de outras designações, a individualização do sujeito de nome Marcos, presente no enunciado *Rafael Guillén alias Marcos*. Dessa forma uma sequencialidade de imagens pode funcionar como uma réplica que recusa e mesmo nega um já dito ou uma outra imagem.

Essa sintaxe metonímica, que se desloca espacialmente de cena em cena, do

299 Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=uOpdlfPeymg>
Acesso em 20/07/10.

particular para o coletivo, do local para o nacional, é passível de uma interpretação em termos do funcionamento metafórico: se se trata de questionar quem é, enfim, Marcos, o vídeo funciona na condensação metafórica, numa altercação de rostos que recusam a interpelação-individualização da *persona* Marcos pelo Estado. Ressalte-se que tomo metáfora e metonímia conforme a abordagem de Lacan, no cotejo que o autor faz entre estes conceitos de base jakobsoniana e os conceitos de condensação e deslocamento, de elaboração freudiana. Com efeito, Freud tratava de interpretar os mecanismos psíquicos subjacentes ao trabalho dos sonhos, trabalho este que engendra *imagens oníricas*. A metáfora do sujeito zapatista costura uma outra forma de identificação que se amplia a partir da *persona* do porta-voz do EZLN até culminar numa coletividade heterogênea, uma multidão de singularidades que têm em comum a assunção à causa zapatista por liberdade, democracia e justiça.

De outro lado, há duas aparições da bandeira mexicana: na primeira ela orna officiosamente o gabinete de onde o presidente mexicano enuncia a suposta identidade de Marcos, na segunda ela é desfraldada pelo subcomandante Marcos diante de um público, provavelmente na abertura ou no final de um diálogo zapatista. Desse modo, a disputa pela identidade nacional e pela memória mexicana é significada no fluxo de imagens.

O efeito de sentido que se produz por uma espécie de metamorfose de rostos é ainda mais patente em outro vídeo veiculado no *youtube*: *Marcos sin pasamontañas*³⁰⁰. Nesse fragmento, extraído do epílogo do documentário *Caminantes*(2001), o subcomandante se dispõe a tirar uma fotografia sem *pasamontañas*. De imediato segura em frente à câmera um espelho em um gesto que funciona como paráfrase do enunciado *Detrás do pasamontañas estamos ustedes*. Na sequência, Marcos começa a retirar o capuz quando então ocorre a metamorfose da cena em uma multiplicidade de rostos em sequência retirando um *pasamontañas*. São rostos de sujeitos de ambos os sexos, de ameríndios, de mestiços, de brancos, de negros, de jovens, de velhos. Não há como deixar de mencionar que a memória intericônica que é atualizada nessa sintaxe metamórfica

300 Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=qRnoJt7PTDE&feature=fvw>
Acesso em 20/07/10.

de rostos é do *clip* da música pop *Black or White* de *Michael Jackson* (1991).

A sintaxe imagética (combinação *in praesentia*) de rostos revelados no gesto de tirar o *pasamontañas* também funciona por rede associativa *in absentia*, uma vez que cada rosto remete a uma infinidade de outros rostos. Por exemplo: o rosto ameríndio não significa somente aquele rosto individual, mas uma multidão de outros rostos ameríndios símiles que se reconhecem na causa zapatista. Esta sequência de imagens, desse modo, funciona como metáfora por justaposição e metáfora por substituição e têm um alhures ao qual faz alusão.

Além disso, os cortes de *takes* e a costura das cenas em sequência funcionam como a tessitura do texto que parafraseia os enunciados *Marcos Somos Todos* e *Por Tras dos pasamontañas estamos ustedes*. Se os sujeitos espelham o Sujeito dessa formação discursiva, esse Sujeito parece funcionar como um caleidoscópio em que todos são *iguais por serem diferentes* – conforme outro enunciado zapatista. Essa é também a perspectiva de Moguel:

No sistema de espelhos com o qual se constrói as identidades zapatistas, resulta indubitável a importância de Marcos. Mas parecem claras as condições precisas do seu papel: subordinado em relação ao político e à direção coletiva do CCRI, encarregado da direção militar, é mais um excelente tradutor-reconstrutor (tecelão) de linguagem e discursos significativos que um “importador de teorias externas”. Tem conseguido, assim tornar inteligível ao ouvido mestiço uma boa parte do discurso de origem indígena, eliminando interpretações antropológicas distorcidas e projetando “visões” e estratégias essenciais do dito mundo comunitário. Sobre esse novo patamar “epistemológico”, tecido pelo “Sub” tem sido possível unir as pontes da complexa aliança entra a “sociedade civil” e o zapatismo.³⁰¹

Uma dimensão importante no vídeo, uma vez que costura a sintaxe desse discurso, é a voz de Marcos na leitura de um fragmento modificado da *Quarta Declaração da Selva Lacandona* de 1996 - integrada à música do hispano francês Mano Chao *EZLN... Para Tod@s Todo*³⁰² uma faixa do álbum *Radio Bemba Sound*

301 MOGUEL, [1995], 2002, p. 77

302 El general en jefe del ejército libertador del sur Emiliano Zapata Manifiesto Zapatista en Nagua- Al pueblo de México: A los pueblos y gobiernos del mundo: Hermanos, nosotros nacimos de la noche, en ella vivimos y moriremos en ella, pero la luz será mañana para los más, para todos aquellos que hoy lloran la noche, para quienes se niega el día. Para todos la luz, para todos todo. Nuestra lucha es por hacernos escuchar y el mal gobierno grita soberbia y tapa con cañones sus oídos, nuestra lucha es por un trabajo justo y digno y el mal gobierno compra y vende cuerpos y vergüenza, nuestra lucha es por la vida y el mal gobierno oferta muerte como futuro, nuestra lucha es por la justicia y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos, nuestra lucha es por la paz y el mal gobierno anuncia

System (2002).

Ao que parece, é a materialidade da voz zapatista que alinhava todos os rostos na mesma discursividade. A formulação combinada da palavra com a imagem dos rostos constitui uma forma de identificação coletiva, um reconhecimento entre os sujeitos e o Sujeito desta formação discursiva. Há de se notar a remissão ao nome de Emiliano Zapata como o fundador dessa coletividade, é o nome do herói da Revolução Mexicana que atualiza a memória da causa revolucionária. Se no primeiro vídeo era a imagem da bandeira que funcionava, neste segundo vídeo é Zapata que é rememorado.

Em conjunto com a rememoração deste pai revolucionário genealógico, entretanto, o que ocorre é uma re-delimitação das fronteiras do espectro visível no México contemporâneo. Não somente a causa ameríndia torna-se visível a si mesma, à sociedade nacional e internacional, como todos aqueles sujeitos que se mobilizaram também se tornam visíveis a si mesmos – enquanto sujeitos que rompem a condição de espectadores. A visibilidade de si e do outro se realiza em concomitância ao movimento que rompe com a indignação passiva e passa à prática política da *dignidade rebelde*.

A contradição persiste, não obstante. A luta zapatista potencializou uma maior visibilidade aos segregados do sudeste mexicano, entretanto, não poucas vezes, essa visibilidade é pura imagem em que os fotografados ou filmados não podem falar a respeito de si. Além disso, o forte apelo ao imagético não deixa de funcionar como uma espetacularização da luta zapatista. De qualquer forma, as contradições estão fortemente marcadas na voz do *sem voz* e no rosto do *sem rosto*. Nessa discursividade, o contraditório não parece ser escamoteado.

guerra y destrucción. Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independencia, democracia, libertad, estas fueran nuestras demandas en la larga noche de los 500 años, estas son hoy nuestras exigencias. [Cf. tradução sob minha responsabilidade: O general em chefe do Exército Libertador do sul Emiliano Zapata Manifesto Zapatista em Nagua – Ao povo do México: Aos povos e governos do mundo: Irmãos, nós nascemos da noite, nela vivemos e morreremos nela,mas a luz será manhã para a maioria, para todos aqueles que hoje choram a noite, para que se nega o dia. Para todos a luz, para todos tudo. Nossa luta é por nos fazermos escutar e o mau governo grita soberba e tapa com canhões seus ouvidos, nossa luta é por trabalho justo e digno e o mau governo compra e vende corpos e vergonha, nossa luta é pela vida e o mau governo oferta morte como futuro, nossa luta é por justiça e o mau governo se enche de criminosos e assassinos, nossa luta é por paz e o mau governo anuncia guerra e destruição. Teto, terra, trabalho, pão, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, estas foram nossas demandas na longa noite dos 500 anos, estas são hoje nossas exigências.]

O sorriso zapatista: a política do humor

O humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do eu, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais.

Freud

A condição de miséria extrema, a ausência de serviços de saúde, o elevado índice de mortalidade infantil e de analfabetismo no estado de Chiapas, a falta de saneamento básico e energia elétrica, os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas da região, todos os fatores materiais que levaram ao levante armado têm o peso do sofrimento, do martírio e da dor. Por conseguinte, não é discrepante que a discursividade zapatista reflita em suas demandas, suas queixas e reivindicações o mal-estar dos ameríndios chiapanecos. Os comunicados e declarações necessitariam se pautar pelo sério, pelo pertinente, pelo relevante e pelo mais urgente.

E, de fato, as demandas, os protestos e as críticas zapatistas materializam a luta política enquanto discurso. Entretanto, esse discurso não é homogêneo em sua produção de sentidos. Sobretudo quando o porta-voz do EZLN é o autor assumido dos escritos (as apresentações à imprensa dos comunicados CCRI, por exemplo). Há digressões humorísticas e autoironias. Neste tópico, abordarei duas cartas de autoria do subcomandante Marcos³⁰³ datadas do primeiro ano do levante (1994). Trata-se de correspondências com efeito de humor sobre as difíceis condições em que vivem os zapatistas na Selva Lacandona, no primeiro caso, e sobre a *persona* de Marcos, no segundo. Foram justamente os objetos-alvos de graça que me levaram a selecionar essas cartas de apresentação - o primeiro objeto-alvo é a circunstância imediata, enquanto condições imaginárias que aludem ao real das condições de produção, e o segundo objeto-alvo é o sujeito porta-voz político, mais

303 Com base em Orlandi (2007), abordo as cartas de autoria do subcomandante Marcos como texto, ou seja, enquanto lugar em que se constrói a unidade do sujeito. Por sua vez, ao constituir esta unidade do texto, o sujeito se constitui em autor, pois produz efeitos de fechamento de sentido, ainda que provisórios. Entretanto, é preciso notar que as coerções de ordem social e institucional em relação à autoria funcionam de outro modo no caso de porta-voz do EZLN. Nesse caso, há uma maior equivocidade em jogo entre o autor e o indivíduo (não) identificado e (não) passível de responsabilização pelo Estado.

reconhecido entre os zapatistas. Ressalte-se que são as noções de sujeito e suas designações que estão definindo o meu percurso em todos os tópicos. A primeira carta é de 2 de fevereiro de 1994.

Al semanario nacional *Proceso*. Al periódico nacional *El Financiero*.
 Al periódico nacional *La Jornada*. Al periódico SCLC, Chiapas., *Tiempo*.
 Señores:
 Aquí les mando una serie de cartas que envía el CCRI-CG del EZLN a destinatarios diversos. Espero que tengan espacio, si no para publicarlas cuando menos para comentarlas o ver que lleguen a sus destinatarios.
 Por ahora es todo. Nosotros esperamos pacientemente a que a ese avión que sobrevuela encima nuestro se le acabe la gasolina y se caiga. Las opiniones se dividen en cuanto a si, cuando caiga, nos lo comemos asado o después del primer hervor. Los más detallistas recomiendan en escabeche. El servicio de sanidad nos advierte del riesgo de indigestión por exceso de aluminio. De todas formas, sal es lo único que nos sobra. ¿Gustarían una probadita en dado el caso? (Dicen que el aluminio se conserva bien.)
 Indigestamente (lo que quiere decir que ahora no mando salud, obviamente).
 Desde las montañas de sureste mexicano.
Subcomandante Insurgente Marcos.
 P.D.- ¿Y cómo les va de anónimos? Lindos, ¿no?³⁰⁴

Após os enunciados que nomeiam os destinatários e apresenta o assunto da carta, o discurso de súbito “quebra” a expectativa do leitor, ou dito de outro modo, configura uma outra direção de sentidos: do cotidiano político chiapaneco para uma situação absurda: a espera paciente pela queda do avião que sobrevoa o local onde estão situados os integrantes do EZLN para que estes possam comer sua carcaça de alumínio. O súbito contraste entre a realidade corriqueira da luta e o disparate nonsense da prática proposta é próprio ao funcionamento do chiste, do cômico e do humor, segundo Freud ([1905] 1996), pois pela quebra da expectativa ocorre uma economia de investimento psíquico o que, por sua vez, se manifesta em certo prazer (sorriso, riso). Já o disparate que caracteriza o cômico - e também as tiradas espirituosas – muitas vezes funciona como um *raciocínio falho*, um contrassenso

304 EZLN, 1994, p. 118[Ao semanário Nacional Proceso. Ao jornal nacional El Financiero. Ao jornal nacional La Jornada. Ao jornal SCLC, Chiapas, Tiempo. Senhores: Aqui lhes mando uma série de cartas enviadas pelo CCRI-CG do EZLN a diferentes destinatários. Espero que tenham espaço, se não para publicar, pelo menos, para um comentário ou para se certificar que alcancem seus destinatários. Por agora é tudo. Esperamos pacientemente para que esse avião que voa acima de nós fique sem gasolina e caia. As opiniões se dividem quanto a se, quando ele cair, nós o comemos grelhado ou após a primeira fervura. Os mais detalhistas recomendam pôr em conserva. O Serviço de Saúde alerta para o risco de indigestão por excesso de alumínio. Ainda assim, o sal é tudo o que temos em abundância. "Gostariam de dar uma provadinha, se for o caso? (Dizem que o alumínio se conserva bem). Indigestamente (o que significa que agora não mando saúde, obviamente). Das montanhas do sudeste mexicano. Subcomandante Marcos. P.S. E como lhes parecem enquanto anônimos? Lindos, não?(tradução sob minha responsabilidade)]

próprio às formações do inconsciente, mas não somente, e ao princípio do prazer, em oposição ao princípio da realidade.

A primeira questão que se coloca é: a carta supracitada funciona ao modo da tirada espirituosa, do cômico ou do humor? Para resolver esta questão é necessário atentar para a situação aludida: a presença de aviões das forças armadas mexicanas sobrevoando a zona de ocupação zapatista, algo que pode ser inferido pelos leitores da carta de autoria do subcomandante Marcos - tendo em vista a guerra de baixa intensidade ou a política de contrainsurgência capitaneada extra oficialmente pelas forças armadas do governo mexicano. Trata-se de uma circunstância de vigilância cerrada, de intimidação militar e mesmo de perigo de bombardeios surpresa. Essa alusão por meio de um texto engraçado não deixa de ser um modo de burlar uma possível censura que não admitia haver ofensivas militares contra os zapatistas. Seria uma forma de dizer a verdade brincando, como propõe Freud ([1905] 1996)

Com efeito, há uma alusão à ofensiva militar, mas não há porque supor no destinatário uma censura à denúncia das práticas militares contrainsurgentes. Em outros comunicados da época, há denúncia *séria* e explícita ao cerco militar, não sendo, portanto, a menção da circunstância de perigo bélico interdita nos comunicados zapatistas. Ainda assim, ela é fonte de mal-estar, de sofrimento para os sujeitos que são alvos potencias dos aviões. A carta faz graça de uma situação no mínimo aflitiva para as tropas zapatistas e para todos aqueles que se (pre)ocupam com sua causa e suas vidas. Por outro lado, há de se notar que a carta alude a outra condição difícil na Selva Lacandona: a necessidade de alimento, de ter que matar a fome, mesmo que seja com uma carcaça de alumínio.

Com efeito, para Freud, o que diferencia o humor do cômico e do chiste é a capacidade daquele de extrair prazer de situações cruéis e difíceis. O humor extrai prazer de uma situação desprazerosa:

Ora, o humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração destes afetos, coloca-se no lugar deles. As condições para seu aparecimento são fornecidas se existe uma situação na qual, de acordo com nossos hábitos usuais, devíamos ser tentados a liberar um afeto penoso e então operam

sobre estes motivos que o suprimem em *statu nascendi*.³⁰⁵

A carta é, por conseguinte, um texto de humor negro, uma vez que seus efeitos de sentido suprimem a compaixão e a preocupação pelos zapatistas e incitam a um sorriso de simpatia pelo *gourmet* que ainda está para decidir se prepara a carcaça metálica na primeira fervura ou se faz um assado, ou ainda, se o deixa em conserva. Note-se que, nesta descrição do funcionamento da carta de autoria do subcomandante Marcos, tratei de correlacionar os efeitos de sentido, na perspectiva da teoria do discurso, com efeitos subjetivos de supressão de afetos penosos e de produção de prazer. Desse modo, estou me aventurando no entremeio da teoria da Análise de Discurso com a psicanálise.

De fato, embasado em Freud, é possível afirmar que os chistes, o humor e o cômico são efeitos de linguagem, efeitos de sentido que afetam a subjetividade. Os ditos espirituosos se valem, sobretudo, de técnicas verbais, ou do funcionamento do significante para burlar o interdito da censura e fazer irromper algo da ordem do inconsciente. Já o cômico, inúmeras vezes, se realiza enquanto discurso imagético (mímicas, gestos exagerados ou repetitivos, palhaçadas). Recordo que Pêcheux (1978) estava ciente da imbricação discurso-inconsciente-ideologia quando mencionou a irrupção chistosa como uma forma de pôr em xeque, mesmo que por um breve instante, a ideologia dominante.

Para conferir maior precisão teórica à correlação efeitos de sentido - efeitos de prazer, cito Mezan:

Quando - como ocorre com o Witz – o pensamento funciona com rapidez estonteante, passando de uma matriz para outra graças à alusão e às outras técnicas desvendadas por Freud, a carga afetiva que acompanhava cada um dos contextos não consegue se movimentar com a mesma rapidez que as representações: o processo de pensamento consiste fisiologicamente em minúsculas cargas eletroquímicas, sem proporção com os maciços eventos físicos desencadeados em conexão com as emoções. [...] Ocorre então um divórcio entre as representações ou idéias, que seguem seu curso associativo, e a emoção, que se vê “desertada” pelo pensamento e perde subitamente sua razão de ser. É esta carga afetiva tornada inútil que vai ser descarregada no e pelo riso.³⁰⁶

Da perspectiva da teoria materialista do discurso, estes deslocamentos

305 Freud, [1905] 1996. p.212.

306 MEZAN, 2005, p. 165-166.

abruptos de sentidos no fio da formulação discursiva, que embaralham os saberes de determinadas memórias atualizadas no dito, têm efeitos subjetivos e, inclusive, fisiológicos. Trata-se de uma forma de materialidade, a do sentido, afetando outras formas de materialidade, a da economia das emoções ou dos afetos psíquicos que, por sua vez, têm sua fonte e também produzem efeitos na fisiologia dos corpos.

Os corpos são afetados pelo discurso e isso não é somente perceptível no caso do riso: palavras obscenas têm muitas vezes como efeito o enrubescimento de um rosto (reação fisiológica), o que depende da formação discursiva mais ou menos pudica em que sujeito se inscreve. Formulações eróticas podem produzir excitação sexual ou repúdio moral, etc. O que é preciso ter em conta é que o discurso não somente produz efeitos de sentido, mas também acarreta efeitos de ordem afetiva, subjetiva, fisiológica e política. Os sentidos se inscrevem materialmente nos corpos.

Essa digressão teórica é pertinente para o trabalho de interpretação dos efeitos de sentido do humor zapatista, uma vez que é na relação material entre sujeito, sentido e história que o humor está sendo pensado. No que concerne à dimensão política dos efeitos de humor, a contribuição da psicanálise pode ser de grande valia, também, uma vez que, segundo Kupermann (2005), o humor patibular ou o humor negro quase sempre é politicamente dissonante:

A perda das referências identitárias simultânea à emergência de um gesto criador é mais visível naquilo que Freud nomeou humor, o riso úmido, por sua mistura com as lágrimas. Se a comicidade pode deter, em certas circunstâncias, uma acentuada vertente moral – quando faz o ridículo recair sobre o divergente -, pode-se dizer, ao contrário, que o humor freudiano, o Galgennhumor (“humor patibular”), o humor negro, tende jamais a ser politicamente consonante.³⁰⁷

O humor patibular recebeu tal nomeação por referência à anedota paradigmática para o freudismo - a do condenado à morte que, numa segunda-feira, ao ser conduzido ao patíbulo onde seria enforcado teria dito: “Bem, a semana está começando otimamente.”³⁰⁸ Kupermann também menciona uma variante em que “sopra um vento cortante no caminho do patíbulo, e o mesmo condenado solicita um lenço para proteger a garganta a fim de evitar se resfriar” (esta é a primeira versão

307 KUPERMANN, 2005, p. 25

308 FREUD, [1927], 1996, p. 189.

freudiana da mesma anedota [1905]). A afirmação bem humorada diante do destino inexorável caracteriza um certo posicionamento subjetivo em relação à existência:

Assim, a análise metapsicológica do humor revelaria, simultaneamente, o caminho de criação sublimatória, ao explicar as três dimensões da existência implicadas nas ações do espírito: a dimensão ética - a “intenção” (*Absicht*) transmitida pelo humor, sua “característica principal”, referente à postura afirmativa do sujeito diante do real; dimensão estética - o jeito de dizer, ou bem dizer a vida, capaz de produzir o efeito da graça; e a dimensão política - relativa ao posicionamento do sujeito em face dos ideais e das idealizações compartilhadas na vida cultural. O sentido da imbricação irredutível dessas dimensões se encontra condensando no elogio maior de Freud; “o humor não é resignado, mas rebelde”. Através das surpreendentes piruetas do espírito, que se recusa à morte antecipada e à mortificação melancólica, pode-se extrair graça das aparentes crueldades do destino. Perde-se a vida, mas não a ocasião de bendizê-la com um triunfante e ousado dito espirituoso.³⁰⁹

Para explicar o prazer diante da morte, do inevitável, os psicanalistas se reportam à segunda tópica freudiana (eu-isso-supereu). O que entra em funcionamento, no humor, é a instância do supereu operando não como um pai severo, mas um pai benevolente. Isso permite um distanciamento subjetivo em relação à situação cruel, aflitiva ou inexorável por meio de uma certa identificação com o pai. Do alto desta outra posição, o humorista pode consolar-se e rir-se das agruras do desamparo da criança em que se converte o *eu* (do próprio humorista ou de seus interlocutores). Note-se que deslocamento-distanciamento subjetivo se realiza no discurso humorístico, é também um efeito de sentido entre interlocutores em determinadas condições (aflitivas) de produção.

Em relação ao ideológico - ideais e idealizações e, também, a postura diante do real, na abordagem de Kupermann, ressalte-se o reposicionamento do sujeito que o discurso com efeitos de humor proporciona:

Se o humorista consegue identificar-se “até certo ponto” com o pai, é apenas na medida em que pode reconhecer sua orfandade, ou seja, a falência da pretensão de possuir qualquer garantia transcendente (idealizada) de onisciência e onipotência, atributos do pai da horda primeva há muito ausente. Na obra freudiana, a figura do órfão se oferece como verdadeiro contraponto à do herói indestrutível, identificado de *modo absoluto* com o pai idealizado, cujo lema – “nada pode me acontecer” - reflete a arrogância falicista com a qual se quer investido. Ao contrário do herói, o órfão - aqui aproximado do humorista, que teria na orfandade sua própria condição de possibilidade – é aquele que se reconhece definitivamente insuficiente, identificando-se com o pai somente ao ponto de poder constituir um ideal de

309 KUPERMANN, 2005, p. 26-27.

ego portador do signo da alteridade no psiquismo.³¹⁰

Essa posição de alteridade, que se instaura pelo desinvestimento do *eu* e superinvestimento do supereu, é que possibilita tratar as angústias e aflições egoicas como “café pequeno”, ainda segundo Kupermann (2005). Na citação anterior, o autor havia mencionado a postura ética afirmativa do sujeito diante do real no discurso com humor. Retomando nosso objeto de investigação cabe perguntar: De qual real se trata no caso do humor zapatista? Não resta muita dúvida de que se trata do real do antagonismo social³¹¹, o real da luta político-social-econômica que se realiza no sudeste mexicano por outros meios - guerra de baixa intensidade ou política contra-insurgente.

E, diante deste real do antagonismo social, a discursividade zapatista se afirma com humor negro, no bem-dizer prazeroso, e se desloca da posição de vítima das circunstâncias para se afirmar com uma *dignidade rebelde* frente às adversidades. Além disso, se o humorismo caracteriza uma posição subjetiva de orfandade, no caso do EZLN, sua orfandade, sua vulnerabilidade, sua imanência parecem ser indício de que, como afirma o subcomandante Marcos, o zapatismo não é uma ideologia (no sentido de doutrina acabada) e não se constitui como um *saber região* e de vanguarda sobre a inevitabilidade da transformação histórica. Em outras palavras, não há uma crença em garantias epistemológicas de infalibilidade nos saberes de resistência-revolta-revolução(?) zapatistas.

Essa posição de orfandade, de falibilidade do *eu* e do *Outro* - do Sujeito da formação discursiva zapatista – desconstrói, em certa medida, os sentidos de martirização heroica à causa indígena ou revolucionária, o peso e a seriedade melancólica da esquerda em crise – e os re-significa enquanto gaios rebeldes diante do cruel e inexorável real do antagonismo social. Esse outro modo de significar não deixa de ter sua dimensão sedutora, o humorismo é também uma forma de sedução. De qualquer modo, o zapatismo parece afirmar uma gaia esperança em oposição à seriedade ressentida dos heróis revolucionários de outrora. Ou seja, uma postura:

compatível com uma dignidade que Freud destaca com ênfase e que falta

310 Ibid., 2005, p. 34-35.

311 ŽIŽEK, 1996.

inteiramente na brincadeira que está a serviço – por exemplo – do ressentimento ou da autodegradação melancólica. Dignidade que seria mais a do anti-herói e que diz respeito a uma determinada posição-subjetiva em face da arbitrariedade do real com seu correlato de autoafirmação; sempre mais perto da esperança que da ilusão e da aceitação da castração – simbólica – que de um suposto triunfo da exaltação maníaca.³¹²

Pereda cita adiante a conferência de Lacan (1973) onde este opõe o mau humor, a covardia ou pesar moral à gaia ciência (supõe-se em referência a Nietzsche) ou o saber alegre, característico do humor, que se destaca pela “virtude de bem-dizer o impossível de dizer.”³¹³ No caso zapatista, o impossível de dizer aludido e bem-dito, na carta analisada, remete ao real da história, ao real do antagonismo.

Em outra correspondência de autoria do subcomandante Marcos para os comunicados do CCRI-CG do EZLN à imprensa nacional e internacional, de 16 de fevereiro de 1994, a irrupção de humor também funciona, mas com um viés um tanto diferenciado. Após nomear todos os destinatários e o assunto dos comunicados - os preparativos para o diálogo com o comissariado para a Paz e as posições do CCRI a respeito do mesmo - o autor, novamente sem aviso prévio, passa a discorrer sobre preocupações um tanto disparatadas para um militante de um movimento armado:

Mientras el CCRI-CG del EZLN decide si me manda o no al diálogo, yo estoy muy preocupado porque no sé que ropa llevar (si es que voy). Reviso con escepticismo el gigantesco guardarropa que llevo en la mochila y me pregunto angustiado si la moda actual es todavía de invierno o debo llevar algo más coqueto por la primavera. Finalmente me decido por una camisa café (la única), un pantalón negro (el único), un alegre paliacate rojo (el único), un par de botas sucias (las únicas), y el pasamontañas de discreto color negro (el único). Como quiera que sea, vaya o no, el CCRI-CG me ha ordenado silencio escrito, así que mi poderosa máquina de "hacer comunicados" (una pluma) la guardo al terminar ésta. Salud y suerte en el *canibalismo* periodístico (ojo: dejen algo para los más pequeños. Tomen la iniciativa política e inauguren el *Pronasol* de la comunicación, un *pool* pues). Desde las montañas del Sureste mexicano.
*Subcomandante Insurgente Marcos.*³¹⁴

312 PEREDA, 2005, p. 123-124.

313 Ibid. p. 124.

314 EZLN, p. 154.[Enquanto o CCRI-CG do EZLN decide se me manda ou não ao diálogo, estou muito preocupado porque não sei que roupa levar (caso eu for). Reviso com ceticismo o gigantesco guarda-roupa que carrego na minha mochila e me pergunto angustiado se a moda atual ainda é inverno ou se eu deveria levar algo mais atraente para a primavera. Finalmente me decido por uma camisa café (a única), calça preta (a única), um alegre lenço vermelho (o único), um par de botas sujas (as únicas), e o *pasamontañas* discreto de cor negra (o único). De qualquer maneira, se eu for ou não, o CCRI-CG ordenou-me silêncio escrito, dessa forma, minha máquina poderosa de "fazer declarações" (uma caneta) guardo-a ao terminar esta. Saúde e sorte no canibalismo jornalístico (Nota: deixem algo para os menores. Tomem a iniciativa política e inaugurem o Pronasol da comunicação política, um clube pois). Das montanhas do sudeste do México. Subcomandante

A seriedade da carta de súbito se desfaz com a confissão de uma série de preocupações íntimas da *persona* Marcos. Preocupações em relação ao vestuário e à moda inverno ou primavera. Segue uma descrição pormenorizada das opções de vestimenta que ele traz no “gigantesco guarda-roupa” que ele carrega na mochila (contrassenso ou ironia?). Na verdade, não são reais opções, porque as peças de que dispõe são únicas: uma camisa café, uma calça preta, um lenço vermelho, etc. Este *nonsense* da dúvida em escolher peças únicas funciona como uma alusão à contradição inerente entre um cotidiano militarizado humilde e espartano e o inesperado surto de vaidade de Marcos.

Que categoria de humor funciona nessa sequência discursiva selecionada como objeto de investigação? Com base na obra de Freud, pode-se inferir que o mecanismo cômico atuante é o da degradação de algo eminente, mais especificamente, o (auto)desmascaramento:

o método de degradar a dignidade dos indivíduos, dirigindo a atenção para as fragilidades que partilha com toda a humanidade, em particular a dependência de suas funções mentais de suas necessidades corporais. O desmascaramento equivalerá aqui a uma advertência: tal ou tal pessoa, que é admirado como um semideus, é afinal de contas um ser humano como você e eu.³¹⁵

Com efeito, o desmascaramento cômico funciona como uma crítica divertida. Ademais, se, como afirmam os lacanianos, o chiste é da ordem do simbólico, o humor da ordem do real e o cômico da ordem do imaginário,³¹⁶ nada mais apropriado que uma crítica pelo viés do desmascaramento para desmistificar a imagem e a *persona* de Marcos. De herói revolucionário, o chamado novo *Che Guevara* passa a coquete envaidecido de sua própria celebridade – risco não de todo ausente ao sujeito popular(izado). De qualquer modo, mesmo que essa súbita vaidade de Marcos não tenha base real alguma, a própria liberdade que o autor se confere de tratar de modo irreverente a própria *persona* pública funciona como um distanciamento autocrítico, uma autogozação.

É justamente esse distanciamento que aproxima este autodesmascarar-se do humor.³¹⁷ Tendo em conta que o autor está brincando com seu próprio eu, ou melhor,

Marcos..(tradução sob minha responsabilidade)]

315 FREUD, [1905] 1996, p. 189.

316 MORAIS, 2008.

317 Segundo Freud ([1905] 1996, p. 216), o humor pode “aparecer misturado a um chiste ou a alguma espécie do cômico”. Ou, como afirma Ssó (1984, p. 16), todas essas diferenças estão

com sua própria *persona* pública, não ocorre nesse jogo lúdico o mesmo afastamento suregoico em relação à seriedade, às fragilidades e as agruras egoicas, presentes no humor? Novamente a perspectiva psicanalítica permite avançar na compreensão do funcionamento discursivo. Segundo, Pereda³¹⁸

a despeito do 'triunfo do narcisismo' enfatizado por Freud, parece que quem resulta patético no humor é precisamente nosso Eu oficial, enquanto denuncia – sempre com indulgência – o fracasso e a impossibilidade de realização e aspirações narcisistas.

Dessa forma, o desmascaramento de Marcos funcionaria como uma autocrítica, uma forma de *não se levar tão a sério*, capaz de expor ao patético seu ego imaginariamente inflado e envaidecido pela popularidade. Essa interpretação dos efeitos de humor, o de desconstruir a seriedade e a centralidade do eu (como origem do dizer, senhor em sua própria morada, Barão de Munchausen), é compartilhada por Ssó em um subcapítulo intitulado *Eu & Deus* da introdução à bibliografia do humorista brasileiro Barão de Itararé:

Grande parte dos nossos problemas e sofrimentos se chama ego. Ele acha que tudo lhe é devido e quando isso não acontece, se sente ofendido, torna sua dor um caso pessoal com Deus. Então, nos parece esquisito quando o Freud – que admite que o humorista nos poupa da piedade porque antes poupou a si mesmo da autopiedade, - fala em virar as costas à realidade, em namoro na frente do espelho. A autopiedade é que é o suprassumo do narcisismo. É o próprio ego se embalando no colo. O humorista ao notar seus ridículos , ao notar o que há de engraçado na mais trágica das tragédias, está mostrando ao ego o seu devido lugar, lhe suprimindo a importância e não lhe dando toda a atenção que quer, como faz a psiquiatria. Como pode-se falar em virar as costas à realidade se é o humorista que está enxergando aqueles aspectos mais sórdidos da dita realidade?³¹⁹

Este efeito de crítica e desmistificação do eu pelo viés do humor não é

“higienicamente separadas, apenas no papel. A vida é mais promíscua”. No caso dos discursos de autoria de Marcos, uma outra investigação que abordasse o funcionamento dos textos que trazem a personagem do amigo imaginário de Marcos, *Don Durito de la Lacandona*, em referência a *Don Quijote de La Mancha* de Cervantes, seria de extrema valia para uma maior compreensão de uma discursividade que mescla humor e política. Com efeito, nos textos em questão, o autor Marcos faz lúcidas e sérias análises de conjuntura da geopolítica contemporânea, mas as expressa pela voz grandiloquente de *Don Durito*, um escaravelho. O delírio da situação não está no conteúdo das análises, que são argutas, mas na mania de grandeza desse pequeno besouro. Já a *persona* de Marcos, é rebaixada à posição subalterna de um *Sancho Pança*, com todas suas necessidades viscerais mais urgentes e as fragilidades demasiado humanas contrastadas à *dignidade rebelde* do minúsculo cavaleiro falante. Uma análise como essa, no entanto, extrapolaria o tempo dessa tese, pois demanda uma vasta investigação das relações intertextuais entre os escritos de Marcos e a obra de Cervantes - apenas para começar a descrição e a interpretação de seu funcionamento discursivo. Deixo essa análise para um eventual desdobramento do presente trabalho.

318 PEREDA, 2005, p. 123.

319 Ssó, 1984, p. 17.

correlato à crítica teórica que a Análise do Discurso e a psicanálise fazem ao sujeito-ego-pleno? De todo modo, no caso do desmascaramento de Marcos existem algumas sutis discrepâncias em relação ao *eu* em questão.³²⁰ Retomando os subcapítulos sobre o sujeito zapatista e sobre sua imagem, Marcos é, sobretudo, uma *persona* (*per sonare*), não individualizada de modo inequívoco e que mobiliza em torno de si e da causa zapatista uma multidão de simpatizantes cujo lema é *¡Marcos Somos Todos!* Tendo isso em vista, a autocrítica se direciona a esta *persona pública*, a esta celebridade anônima. O suposto alter ego de Marcos, Rafael Guillen, é um ilustre desconhecido, não sendo eminente, não é alvo de desmascaramento ou de humor. A autocrítica (no sentido de um *rir-se de si, de autogozoção enquanto uma espécie de autocrítica pelo viés da brincadeira*) de autoria de Marcos funciona, por conseguinte, como uma desidealização da *persona* de Marcos, com a qual muitos sujeitos se identificam. Por conseguinte, Marcos é significado como falho, com fragilidades, defeitos e vícios comuns à condição humana. Não é um semideus intocável, mas está sujeito aos afetos na materialidade do mundo real. Este traço de assujeitamento aos ditames do mundo capitalista contemporâneo, alias, é ainda mais patente nos *post-scriptum* que encerram a missiva:

Sección "La Posdata Mercantilista"

P.D.: ¿A cómo se cotiza, en dólares, un pasamontañas sucio y apestoso?
¿Cuántos más de la PGR?

P.D. de la P.D.: ¿Cuánto se puede obtener si alguna marca de refrescos embotellados aparece en la mesa del diálogo?

P.D. con tasa de interés al alza: ¿Qué tal un *strep tease* (¿así se escribe?) de pasamontañas? ¿How much for this show? o sea, ¿cuánta marmaja por eso?

P.D. a la baja en la Bolsa de valores: ¿Cuánto por un minuto diciendo tonterías? ¿Cuánto por medio minuto de verdades? (Recuerden que las verdades siempre son más parcas que las mentiras y, por tanto, se venden menos.)

P.D. machista pero cotizada en el Mercado de Valores: ¿Cuánto por la media filiación de la cintura para abajo?

P.D. de *crack* en la Bolsa: ¿Cuánto por una exclusiva, en *close up*, de la

320. Além disso é bom frisar que não estou tratando da intenção de humor do autor Marcos em relação a *persona* Marcos, uma vez que alguém sempre diz mais ou diz menos do que era sua intenção – não se controla os sentidos do dizer, quiçá menos ainda no caso dos jogos de sentido para fazer humor. Lacan ([1957] 1999 p. 54) afirma em relação ao tropeço mais que bem sucedido do chiste: “Chegamos à noção de que, no decorrer de um discurso intencional em que o sujeito se apresenta como querendo dizer alguma coisa, produz-se algo que ultrapassa seu querer, que se manifesta como um acidente, um paradoxo, ou até um escândalo.” Em relação ao humor, essa inclinação narcísica, na acepção de Freud ([1927] 1996), é algo que o sujeito humorista não pode deixar de ser por simples vontade própria – essa inclinação é um efeito sujeito humorista na perspectiva da teoria materialista do discurso.

nariz pronunciada?

P.D. devaluada por presiones "externas": Y la "máquina de hacer comunicados", ¿cuánto porque siga? ¿Cuánto porque calle?

P.D. sin valor monetario: Y por nuestros muertos, ¿con cuánto dolor se pagan? ¿Con cuánta luz se llenan sus bolsillos? ¿Cuánta sangre más para que no sea inútil su silencio? ¿Quién quiere la exclusiva de su pena? ¿Nadie? Sea...

P.D. que se retira del mercado accionario: Adiós... Gracias a los que se dijeron la verdad. Mi más sentido pésame a los que siguieron el camino de la mentira.

Vale. *El sup* en el ostracismo (Yo merengues) (16 de febrero de 1994)³²¹

Em continuidade, novamente um desmascaramento humorístico. Desta vez, ao invés, de coquete, Marcos se mostra interessado em capitalizar, sua célebre figura e mesmo a causa zapatista. Numa paródia da lógica capitalista tudo se torna mercadoria: *pasamontañas*, *marketing* de refrescos na mesa de negociação, *strep tease* de *pasamontañas*, o próprio espírito comediante, as verdades ditas, o apelo sexual dos mascarados zapatistas, entrevistas exclusivas, a prática da escrita de comunicados. O anseio repentino da *persona* de Marcos por lucro funciona tanto como um *rir-se de si mesmo*, quanto como uma paródia crítica da voracidade capitalista.

Para além da voracidade mercadológica, a carta encerra com a contradição da lógica do capital ao mencionar os mortos zapatistas. Mortos pela miséria, ou pela violência do antagonista. Com esta menção, a carta deixa de ser cômica e passa a significar a indignação, o trágico. A vaidade de coquete e a voracidade capitalista são contrastadas com este real do antagonismo e re-significadas como frivolidade indiferente ou crueldade interesseira. O efeito de cômico se desvanece, resta a autocrítica e a desidealização. Não obstante, o bom humor e a postura afirmativa

321 EZLN, p. 154. [Seção post-scriptum mercantilista. P.S.: A que preço é cotado, em dólares, um *pasamontañas* sujo e malcheiroso? Quantos mais da PGR?

P.S. PS: Quanto se pode obter se qualquer marca de refrescos engarrafados aparecem na mesa das negociações? P.S. com taxas de juros: Que tal um *strep tease* (é assim que se escreve?), de *pasamontañas*? "Quanto por este show? Isto é, quanta grana por isso? P.S. em baixa na Bolsa de Valores: Quanto por um minuto falando besteira? Quanto por meio minuto de verdades? (Lembre-se que as verdades são sempre mais comedidas do que as mentiras e, portanto, se vende menos.). P.S. machista, mas cotada na Bolsa de Valores: Quanto pelo retrato da cintura para baixo? P.S. crack na Bolsa: Quanto por uma exclusiva, em close-up, nariz pronunciado? P.S. pressões pela desvalorização externa: E a máquina de fazer comunicados? Quanto para que continue? Quanto para que se cale? P.S. sem valor monetário: E por nossos mortos, com quanta dor são pagos? Com quanta luz se enchem seus bolsos? Quanto sangue mais para que não seja inútil seu silêncio? Quem quer a exclusiva de seu sofrimento? Ninguém? Seja ...

P.S. Se retira do mercado de ações: Adeus ... Obrigado a todos os que disseram a verdade. Meus mais sentidos pésames para os que seguiram o caminho da mentira. Falou. *El sup* no ostracismo. (Eu sou assim mesmo!). (tradução sob minha responsabilidade)]

ainda persistem nos enunciados que encerram a carta - *El sup* no ostracismo (Eu sou assim mesmo!).

Ressalto que a vaidade *por si* não é valorada como negativa na correspondência zapatista. De acordo, pois a vanidade é também parte constituinte de nossas vidas e não pode ser escamoteada por ser algo que não é da ordem do sério, do pertinente, do útil, do vital. Na carta, trata-se de parodiar a (imaginária?) vaidade do subcomandante, e dos sujeitos que se identificam a determinadas formações discursivas, que passa a ser tomada como assunto demasiado sério, digno de preocupação, ou seja, há uma inversão de valores em jogo. De fato, em nossa formação social, o que outrora era frívolo, a vaidade, a moda, a beleza corporal (ideal platônico do corpo perfeito?), converteu-se em algo muito sério e mesmo vital para muitos sujeitos.

Retomando a questão do humor: a postura de rir-se de si em Marcos não deixa de ser uma forma de expor as contradições de sua *persona* e de suas circunstâncias. É, ademais, um modo de se haver com elas, uma vez que “o melhor caminho parece ser o de assumir as contradições e os deslocamentos, através do humor, do jogo de palavras, do chiste...”³²² Embora o zapatismo busque escapar ao vanguardismo militante, o fato de Marcos centralizar muitas práticas – líder militar do EZLN (ainda que submetido às decisões políticas das assembleias zapatistas), porta-voz mais reconhecido, tradutor e intérprete – entra em contradição com a posição libertária de estar com os *de abaixo e à esquerda*. De outro lado, é o lugar do intelectual pequeno burguês, de sua condição contraditória no interior das lutas populares, que se trata de trazer à baila. Qual o lugar das armas da crítica frente à crítica das armas? Ao que parece, em muitos casos, é mais consequente produzir efeitos de desidealização, de autogozação, auto ironia do que se arvorar em sujeitos de supostos saberes régios.

322 FERREIRA, 2000, p. 108.

O silenciar zapatista: quem cala dissente?

O fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.

Barthes

Embora os zapatistas tenham se tornado mundialmente conhecidos por intermédio de suas declarações, comunicados e cartas, numa franca guerrilha de palavras (difundidas, sobretudo, pela rede mundial dos computadores), seus silêncios episódicos parecem produzir efeitos de grande alcance político. Segundo Figueiredo, neste momento ocorreram

algumas mudanças na estratégia do EZLN: a sucessão frenética de encontros e comunicados deu lugar à alternância entre períodos em que o EZLN se manteve em **silêncio** e outros em que voltava a lançar comunicados, e passou a se concentrar na organização de alguns poucos eventos, porém cada vez mais espetaculares³²³. (grifo meu)

Isto ocorre de modo que seus aliados e antagonistas foram instados a interpretar seu silenciar em muitos momentos desde o levante de 1994. Este é o caso de Luis Hernández Navarro, jornalista e editor de opinião do jornal *La Jornada*³²⁴ – um dos veículos de mídia mexicana que apoia a causa zapatista -, em sua perspectiva:

O Silêncio tem sido uma das repostas dos zapatistas à estratégia de guerra do governo.[...] Ironicamente, o silêncio do comando se ouve com a mesma força que sua palavra de ontem. Longe de ter perdido espaço na vida política nacional, o zapatismo se mantém, sem publicar uma só frase, no centro da tormenta. “Quem permanece em silêncio é ingovernável”, disse Ivan Illich.³²⁵

É preciso ter em conta o momento histórico deste silenciar zapatista. Trata-se de junho de 1998, poucos dias após um ataque da infantaria do exército mexicano (respaldada por tanques, aviões e helicópteros) ao município de *San Juan de la Libertad* ou *el Bosque* -Chiapas, território rebelde. Na ocasião, houve execuções de rebeldes civis. Anteriormente, em março de 1998, o presidente mexicano Ernesto

³²³ Figueiredo, 2003, p. 325.

³²⁴ A versão online de *La Jornada*, que abrange toda América Latina e Espanha, é hospedada pelo servidor da Universidad Nacional Autónoma de México. Acesso em: <http://www.jornada.unam.mx>

³²⁵ NAVARRO, [1998], 2002.

Zedillo (1994-2000), havia tornado pública sua recusa em aceitar os Acordos de *San Andrés* ao enviar para a Câmara um projeto de lei acerca do estado de Chiapas, epicentro do levante armado.

Além disso, havia ocorrido, também em março, espancamentos de crianças e encarceramento de mulheres e homens no município autônomo de *Tierra y Libertad* - Chiapas, atacado pelo exército mexicano. No mesmo mês, os observadores internacionais são expulsos do país. Desse modo, a ofensiva bélica do governo desfaz qualquer nova possibilidade de diálogo com os insurgentes zapatistas, ao mesmo tempo em que visa a suplantir todos os avanços e conquistas, em termos de direitos constitucionais, dos povos indígenas mexicanos.

Diante dessa conjuntura, foi esperado que o EZLN se pronunciasse por meio de outro comunicado aos mexicanos, governos e povos do mundo. Entretanto, houve um silêncio que perdurou por mais de um mês até que fosse divulgada a *Quinta Declaração da Selva Lacandona* em 19 de julho de 1998. Na Declaração, exigia-se o fim da guerra de extermínio e o reconhecimento dos direitos indígenas.

Em primeiro lugar, é necessário notar que o silêncio zapatista está relacionado à temporalidade própria do movimento, que não se pauta pelo modo de mensuração do tempo do mundo ocidentalizado³²⁶. Em certa medida, a interpretação do silêncio zapatista se embasa em um pressuposto de temporalidade ocidental em que os sujeitos políticos devem enunciar seus discursos. Em segundo lugar, os efeitos do silêncio zapatista se produzem em *relação a* seu discurso. As interpretações que se engendram, quando seus silêncios se tornam incômodos ou inesperados, têm na memória os acontecimentos históricos que fizeram do discurso do EZLN uma voz relativamente reconhecida e importante no cenário político nacional mexicano nestes últimos dezesseis anos.

Dessa forma, o silêncio zapatista funciona como uma eloquência muda.³²⁷ Seu mutismo momentâneo acarreta nos sujeitos políticos, desde antes atentos a seu discurso, uma expectativa crescente, mantendo em suspenso as posições subjetivas

326 Segundo Buenrostro & Oliveira (2002, p. 15), é fundamental para eles a visão do mundo indígena nesse conflito, porque a interpretação da história, a concepção do tempo e a da vida têm valores que não são comuns à sociedade civilizada e dominante do país. Portanto, a linguagem dos indígenas é diferente da linguagem dessa sociedade. Na proposta indígena e na do EZLN, a autoridade, o poder, a comunidade têm outro significado.

327 HAROCHE; COURTINE, 2001.

de seus ouvintes - simpatizantes e antagonistas. O que incomoda nessa condição, que aumenta a expectativa e a atenção dos sujeitos, é que ela pode ser indício de uma recusa política: os zapatistas parecem recusar-se a pronunciar-se em certos momentos (talvez) para que a sua interpretação não se imponha como a única, a “verdadeira” a ser aceita por todas as outras forças à esquerda e abaixo no espectro sociopolítico mexicano e latino-americano.

Para avançar na interpretação do silenciar zapatista, é pertinente mobilizar as elaborações teóricas de dois autores historicamente distantes, mas que, de acordo com Auroux (1998), desenvolveram estudos acerca do domínio do silêncio. Estes autores são o abade Dinouart ([1771] (2001)) e Eni Orlandi (2007). Dinouart escreveu um tratado acerca da *Arte de Calar* no interior da tradição da retórica cristã. Segundo Haroche e Courtine (2001), embora discorra sobre o silêncio na ótica religiosa católica, Dinouart não escreve sobre o silêncio contemplativo ou sobre o inefável êxtase frente à divindade, mas sim sobre a “*arte de fazer alguma coisa ao outro pelo silêncio*”.³²⁸ Essa semiótica do silêncio,³²⁹ na definição de Haroche e Courtine, é permeada por uma ética da prudência atenta às circunstâncias “conforme o tempo e o lugar em que se está no mundo”³³⁰ e que faz do sujeito silencioso um engenheiro da ocasião ao conter a língua (uma vez que há na palavra o perigo de uma despossessão de si³³¹). Ainda segundo Haroche e Courtine,³³² esta arte da *tacita significatio* é menos uma arte de governar o outro do que uma maneira de resistir a seu domínio.

Embora Dinouart esteja dentro da tradição do discurso cristão que afirma o livre arbítrio de todo sujeito individual, ou seja, capaz de se auto-determinar, e de, por livre vontade, fazer escolhas conscientes entre o bem e mal, há em suas elaborações acerca do silêncio algo que ressoa as teorizações da Análise de Discurso. Assim como em Orlandi, Dinouart não entende o silêncio como um vazio

328 HAROCHE; COURTINE, 2001, p. VIII, grifo dos autores.

329 “O rosto se oferece em uma legibilidade primeira, antes dos códigos e dos saberes. Talvez até essa linguagem do corpo revele o estado primeiro da língua, sua condição de possibilidade, a origem da retórica. Talvez ela dê acesso a uma dimensão simbólica anterior às palavras, a uma semiótica do silêncio que a palavra já não viria confundir.” (ibidem, p. XXVII)

330 Ibid. p. XXX.

331 “O homem nunca é tão dono de si mesmo quanto no silêncio: fora dele, parece derramar-se, por assim dizer, para fora de si e dissipar-se pelo discurso; de modo que ele pertence menos a si mesmo do que aos outros” (DINOUART, [1771] 2001, p. 13)

332 HAROCHE; COURTINE, 2001, p. XXX.

de sentidos, um negativo da linguagem verbal. O silêncio é capaz de afetar os outros sujeitos, é capaz de afetar a relação entre os sujeitos de forma que ele, produtor de sentidos, tem efeitos políticos. Orlandi (2007), que teorizou acerca do silêncio na perspectiva materialista do discurso, também terá como base essa concepção positiva do silêncio e dos efeitos não negligenciáveis que ele pode acarretar. Por conseguinte, retomo o gesto de análise do silenciar zapatista me embasando primeiramente em Dinouart para, em seguida, me amparar nas elaborações teóricas de Orlandi (2007).

A partir da abordagem do abade Dinouart,³³³ pode-se interpretar o calar-se zapatista como um silêncio prudente, “o silêncio é prudente quando se sabe calar oportunamente, conforme o tempo e o lugar que se está no mundo”, de um silêncio artificioso (tático) em que se cala para surpreender e desconcertar e, sobretudo, de um silêncio político porque prudente, “que se poupa, que se conduz com circunspeção, que não diz tudo o que pensa, que nem sempre explica sua conduta e seus desígnios”. Da perspectiva discursiva, é possível entender essa tipologia de Dinouart como os efeitos multifacetados do silenciar. Esses efeitos variam conforme as posições dos sujeitos afetados pelo silêncio do EZLN, mais do que de uma suposta intencionalidade tática do sujeito silencioso. Certamente as interpretações do silêncio diferem conforme partam do governo federal mexicano ou de intelectuais e militantes civis engajados na luta zapatista. De qualquer modo, este silêncio não é intrinsecamente negativo, nem é um vazio sem significado; pelo contrário, se constitui preche de sentidos e de consequências políticas:

O desgaste governamental tem sido produto tanto das incongruências internas [...] como do choque desta com os povos em resistência pacífica e com amplas franjas da sociedade civil nacional e internacional. O silêncio zapatista tem incrementado os custos da estratégia oficial. Ao fazer-se invisível ao comando do EZLN, tem evidenciado a verdadeira natureza da ofensiva governamental³³⁴

Ao recolher-se ao silêncio, o EZLN possibilitou que todos ouvissem a estrondosa ofensiva do governo federal. Este “silêncio corrosivo”³³⁵ dos zapatistas, significou, para todos os sujeitos atentos ao seu mutismo, a violência do antagonista. No que concerne ao posicionamento do EZLN frente aos ataques bélicos e políticos

333 DINOUART, 2001, p. 15-16.

334 NAVARRO, [1998], 2002.

335 ORLANDI, 2007, p.13.

do governo federal, o tempo de seu silenciar funcionou como um tempo para “a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”.³³⁶ Lembrando que o EZLN regularmente se encerra localmente com vistas a fazer consultas com as comunidades chiapanecas por meio de assembleias e conselhos, a ausência de comunicados endereçados à sociedade civil é, muitas vezes, indício de debates e consultas internas. Ainda assim, na temporalidade própria às comunidades indígenas da Selva Lacandona, há um ritmo próprio de se significar “que supõe o movimento entre o silêncio e linguagem”³³⁷

A abordagem de Orlandi sobre as formas do silêncio é de capital importância também para a interpretação do silenciar zapatista. Com efeito, para a analista de discurso, enquanto a linguagem estabiliza o movimento de sentidos, no silêncio “sentido e sujeito se movem largamente”.³³⁸ Dessa forma, o silêncio é compreendido como “a matéria significante por excelência, um continuum significante”.³³⁹ Em outras palavras, o silêncio é o real da significação, logo, o real do discurso, ele é fundante da perspectiva discursiva. “o silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor, no silêncio, o sentido é.”³⁴⁰

A grande contribuição de Orlandi (2007) para os estudos da linguagem, no que concerne ao silêncio, foi conferir um estatuto positivo a uma instância antes relegada ao negativo e às margens do verbal (não dito). É possível afirmar que, tratando-o como fundante, como a instância em que os sentidos e os sujeitos estão em movimento (em que os sentidos *são*), Orlandi dotou o silêncio de uma consistência ontológica, de uma consistência material em que os direcionamentos ideológicos do sentido se encontram suspensos em suas possibilidades de realização:

Aí intervém o silêncio, pois é ele que permite o trânsito do sujeito pelos limites. Desse modo, no silêncio, o sujeito trabalha a sua contradição constitutiva (sua relação com o Outro) que o produz na confluência do Um com o Múltiplo. No jogo entre uma formação discursiva e o conjunto delas. É essa relação com a exterioridade (o Real), tornada possível pela mediação do silêncio, que pode nos esclarecer mais um dos aspectos do processo fundamental de constituição da linguagem, que é a polissemia. A

336 Ibid.

337 Ibid. p. 25.

338 Ibid. p. 27.

339 Ibid. p. 29

340 Ibid. Grifos da autora.

polissemia, nessa perspectiva, é função do silêncio, pois permite a relação – ainda que indireta e sempre mediada – do sujeito com o interdiscurso (a exterioridade). Relação que produz indistinção, instabilidade e dispersão.³⁴¹

Esse efeito de indistinção parece atuante no que concerne ao silenciar do EZLN em momentos de deflagração de conflitos. Violentos fatos históricos que exigem dos sujeitos que os interpretem segundo suas inscrições em dadas posições discursivo-ideológicas. Esses fatos violentos (execuções sumárias, mortes de civis, massacres) parecem ser indício do próprio antagonismo social (real da história) que, na perspectiva de Žižek (1996), é foracluído da realidade. Ou seja, um acontecimento violento concreto e traumático que exige inelutavelmente um trabalho simbólico dos sujeitos (tanto à esquerda, quanto à direita do espectro político). Se é um efeito da ideologia dominante obliterar o antagonismo, então a ideologia antagônica teria que, pelo contrário, ressaltar esse mesmo antagonismo de modo a questionar as evidências da ideologia hegemônica. Contudo, e se os efeitos de uma postura de crítica e denúncia ideológica não necessariamente acarretarem um efeito político de fortalecimento das posições antagônicas? Se, ao invés disso, o posicionamento diante do real histórico por parte do EZLN funcionasse de modo a subtrair a possibilidade de os outros sujeitos ousarem pensar por si mesmos³⁴²? Em outras palavras, a demanda por um posicionamento do EZLN frente a acontecimentos políticos é a demanda por uma posição de vanguarda que supostamente seria portadora de um saber régio³⁴³ sobre o real do antagonismo social. Da parte dos sujeitos à esquerda no espectro político, essa demanda é similar àquela, criticada por Althusser (1978), dos militantes do PCF que só se posicionavam a respeito de algo após ler a posição da linha justa do partido.

O silenciar zapatista possibilita, pela movência dos sentidos e dos sujeitos confrontados com o real histórico, com os antagonismos sociais, interpretações e posicionamentos outros, não atrelados a uma referência de vanguarda que, em termos psicanalíticos, seria “o sujeito do suposto saber”. Não responder a essa

341 Ibid, p. 158.

342 Possibilidade que se coloca como uma necessidade para Pêcheux, o real não pode ser perpetuamente contornado pelo sujeito político: “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”(PÊCHEUX, [1978], 1997, p. 304)

343 Algo similar à ciência régia, criticada por Pêcheux (2002), e que funcionaria na certeza de que “os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos da ordem simbólica não os concerniriam!” (ibidem, p. 53)

demanda e, de outro lado, furtar-se à injunção a significar no momento em que o real do acontecimento ainda não foi simbolizado, é um modo de desestabilizar o direcionamento dos sentidos. As evidências ideológicas (de que os sujeitos do conflito são “naturalmente” comandados pelo exército clandestino; de que inquestionavelmente o “cabeça” desse exército indígena é o subcomandante Marcos; de que este último é portador de um saber esclarecido e objetivo e, logo, deve sempre pronunciar sua verdade para que todos o sigam) ficam em suspenso.

Este silêncio não tem implicado, porém, que os povos em rebeldia deixem de falar. Uma após outra, têm sido documentadas as agressões de que são objeto e têm reafirmado sua disposição a resistir pacificamente. Suas tomadas de posição públicas mostram a existência de uma coordenação interna. Recentemente, as autoridades de 32 municípios autônomos emitiram uma declaração conjunta.³⁴⁴

De acordo com Orlandi (2007), enquanto a linguagem funciona por sedimentação e por categorização de sentido, o silêncio é a movência, a errância do significar. E, ainda que os sujeitos e os sentidos não estejam para além da ideologia (ao contrário, estão sempre imersos em seus efeitos imaginários), há a abertura de fissuras no funcionamento do imaginário na linguagem. Dessa forma, a tensão entre o imaginário (ideológico) e o real (antagonismo) se deflagra em pontos de possível (impossível)³⁴⁵

Até este momento tenho tratado do conceito de silêncio em Orlandi (2007) sem discriminar silêncio fundador de silêncio político. No entanto, para a autora, há necessidade de uma distinção metodológica na análise das formas do silêncio. O silêncio fundador, cujos aspectos e efeitos foram mais desenvolvidos no presente gesto de análise, é mais difuso e, por conseguinte, mais difícil de ser localizado. Enquanto o silêncio político se caracteriza justamente por ser localizado. Não obstante, Orlandi (2007) conceitua o silêncio político com base no silenciamento (censura). Nessa ótica, o sujeito sofre uma interdição (imposta por uma instância de autoridade) de se significar a partir de dadas formações discursivas. Disso decorre seu caráter local: uma vez que “Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar

344 NAVARRO, [1998] 2002, p. 137.

345 ORLANDI, 2007, p. 161.

certos 'lugares', ou melhor, proibem-se certas 'posições' do sujeito.”³⁴⁶

Em relação ao silêncio zapatista, embora passível de localização precisa - momento histórico em que se demandava um comunicado com sua posição a frente determinados acontecimentos políticos -, não se trata de um silenciamento imposto por uma instância política exterior ao EZLN. Trata-se, pelo contrário, de um *silenciar* – no sentido de uma prática de recusa (a de atender à demanda ou à injunção a se posicionar publicamente), uma prática de resistência com efeitos políticos específicos. Na interpretação de Figueiredo, essa prática é uma nova estratégia, ou seja:

Um silêncio que corresponde à capacidade de escutar e aceitar o discurso e a participação do outro, de deixar espaços para que os movimentos sociais se organizem sem a onipresença do EZLN, e um silêncio que na prática ajudava a evitar o desgaste da exposição permanente e fortalecia as esporádicas grandes ações da guerrilha.³⁴⁷

Em minha interpretação, estes efeitos políticos de seu silenciar significam, para além de qualquer intencionalidade ou cálculo estratégico dos sujeitos políticos, de modo que aspectos do silêncio fundador e de seu funcionamento como materialidade simbólica engendram efeitos de sentido e efeitos políticos.

Por outro lado, é preciso ter em conta outro aspecto singular na memória política do levante zapatista, tendo em vista que a organização campesino militar dos zapatistas se engendrou na clandestinidade e, portanto, no silencioso e discreto trabalho de formação militar e articulação política com as comunidades indígenas. Durante mais de uma década, os zapatistas organizaram-se e movimentaram-se sem se fazerem conhecidos publica e oficialmente. Apenas os camponeses ameríndios locais eram os sujeitos com quem os militantes zapatistas mantinham um debate e uma escuta regular, de modo que é com o levante de 1994 que o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional do EZLN se constituirá como o porta-voz dos “sem voz”. Talvez esse silêncio primeiro - o da clandestinidade do EZLN, por um lado, e o dos sujeitos ameríndios sem voz na história oficial do México, por outro – seja uma forma de silêncio mais difusa, não localizável, mais movediça, de modo a ser determinante, ou mesmo fundante, para a luta dos zapatistas. Algo desse silêncio histórico da

³⁴⁶ Ibid. p. 76.

³⁴⁷ Figueiredo, 2003, p. 338.

resistência indígena, antes que o sujeito do discurso zapatista se fizesse conhecido para fora das fronteiras das comunidades, parece ressoar, prenhe de sentidos, na atual prática de seu silenciar.

Panamericana: o espectro do irrealizado ronda *nuestra América*?

*O que é, exatamente por ser tal como é, não vai
ficar tal como está.*
Brecht

No transcurso destes quatro tópicos persegui uma questão: a do sujeito zapatista, suas autodesignações ou suas atribuições, suas imagens, suas práticas em relação às circunstâncias que envolvem o imaginário das condições de luta e que aludem ao movimento do real dos processos de resistência-revolta em andamento no sudeste mexicano. Com efeito, a questão do sujeito antagônico foi o foco não somente das análises, mas da tese como um todo. Pensar o sujeito zapatista é pensar: sua recusa em ser identificado, as formas de reconhecimento entre os zapatistas e seus simpatizantes; a imagética dos rostos mascarados; o humor diante da adversidade e a autogozação; o silenciar enquanto prática de recusa quando se é interpelado a se pronunciar publicamente.

Dessa forma, algumas facetas do sujeito zapatista puderam ser melhor compreendidas em seu modo de funcionamento. São facetas heterodoxas ou discrepantes que configuram uma modalidade subjetiva marcada por certa feiura, sem dúvida, pois o que é da ordem do dissimétrico e do discrepante escapa ao modelo da beleza clássica - constituída pela harmonia entre as partes e pela simetria entre os lados. Desse modo, uma outra modalidade de funcionamento se delineia com o processo de resistência-revolta zapatista. Não creio que se possa afirmar categoricamente que os zapatistas estão desidentificados em relação a ideologia dominante, mas parece haver um movimento de desidentificação em curso. Trata-se de um processo que avança ou recua conforme um conjunto de determinações de ordem social, econômica, política, ideológica e discursiva. No caso zapatista, é bom não esquecer que seu discurso se produz em meio a um levante armado, uma autonomia política e uma coletividade socioeconômica dos

povos chiapanecos que sobredetermina materialmente seu dizer e, ao mesmo tempo, faz emergir outras potencialidades subjetivas.

Ainda que seja cedo para afirmar que a modalidade de funcionamento subjetivo caracterizada pela desidentificação em relação a ideologia dominante constitua os sujeitos zapatistas, é possível vislumbrar a emergência de uma discursividade imbricada a uma ideologia antagônica com modos de funcionamentos outros. Ressalto que a maior ou menor autonomia desta formação ideológica em contraposição à ideologia dominante depende do avanço ou do recuo dos processos de resistência-revolta-revolução como um todo. Contudo, o que parece marcar uma diferença em primeiro lugar é a forma como a contradição é significada no interior da discursividade zapatista: a contradição é explicitamente significada e os sujeitos estão *avisados* desta condição.

Na perspectiva da teoria materialista do discurso, a contradição é inerente ao funcionamento do discurso e dos sujeitos. Entretanto, para efeito de reprodução das evidências ideológicas dominantes, o contraditório precisa ser escamoteado de alguma forma (por meio de uma denegação ou de uma forclusão, por exemplo). Neste aspecto, os zapatistas se diferenciam por acentuar o contraditório em seu discurso e por, de alguma forma, tentar se haver com esta contradição. Enfatizar e significar a contradição que os constitui potencializa sua transformação por meio do questionamento (*perguntando caminhamos*) em um movimento subjetivo que se lança no devir da transformação histórica. Não se trata de se alçar por meio de um conhecimento objetivo para além do ideológico, amparado em supostas garantias de uma ciência régia da história, mas trata-se de avançar por meio do reconhecimento da contradição como inerente à condição das lutas sociopolíticas e dos processos de transformação em curso.

O objetivo maior da presente tese foi retomar a problemática em torno dos processos de resistência-revolta-revolução(?), deixada em suspenso na história da Análise de Discurso devido à crise das esquerdas e à hegemonia quase inquestionável da ideologia liberal capitalista no transcurso do século XX para o XXI. Entre o legado teórico de Michel Pêcheux encontramos a proposição de que as ideologias antagônicas, para serem efetivamente transformadoras, precisam funcionar de modo dissimétrico à ideologia dominante. Com efeito, esta foi a questão

norteadora e definidora para a abordagem da discursividade zapatista. Os quatro tópicos tratados no corpo desta tese são elementos discrepantes em relação ao discurso da esquerda hegemônica no século passado, esquerda que, com sua chamada língua de madeira, muitas vezes, acabou por espelhar o modo de funcionamento da ideologia dominante.

No que concerne às discrepâncias, ou à heterodoxia do EZLN, é preciso admitir que os tópicos analisados não são uma singularidade exclusiva do discurso zapatista. Recusa em ser identificado-individualizado, difusão de imagens como uma práxis de visibilização, irrupção de humor e ironia, silêncio como prática de recusa da interpelação-incitação ao discurso estão presentes, em maior ou menor grau, em outros discursos políticos. O que confere singularidade e maior discrepância ao discurso zapatista talvez seja a combinação destes elementos (acrescidos de outros). Os efeitos de sentido e os efeitos políticos decorrentes se materializam nesta imbricação, neste em *relação a*.

Entretanto, abordar estas discrepâncias talvez seja a virtude e, ao mesmo tempo, a limitação desta tese, uma vez que o cotejo da discursividade zapatista se deu, sobretudo, em relação ao discurso partidário marxista-leninista do século passado. Faltou enfatizar mais as discrepâncias em relação ao discurso da ideologia dominante de nosso momento histórico. O que exigiria uma investigação mais específica às formas de identificação, às discursividades que incitam ao prazer *a todo preço*, que não se sustentam somente no interdito da lei, mas operam na promessa e no imperativo severo e exigente de *gozo* - no sentido psicanalítico do termo. Não obstante, com base em meus gestos de análise, foi possível avançar no entendimento das práxis de rebeldia: a da prática política do silenciar, a prática de recusa de identificação, a práxis de autovisibilização e mobilização, as práticas de autocrítica e de desidealização e bem-dizer diante da vida e da morte. Um funcionamento outro, que rompe com a passividade política e a invisibilidade de si.

A condição de vida nua, ou de sujeitos-segregados, se situa entre o fato e o direito do estado de exceção, segundo Agamben (2002), uma vez que a população de excedentes ameríndios chiapanecos estaria incluída em um dispositivo governamental que a exclui da condição de sujeito-cidadão. Disto resultaria a absurda condição kafkiana de direito/proibição às portas da lei. Desse modo, a

prática de recusa em ser identificado por meio do codinome e do ocultamento do rosto, que se engendrou a partir das contradições da ideologia dominante, parece visar um outro modo de funcionamento daquele poder produtor de individualidade³⁴⁸.

No que concerne a presença de humor no político, este aspecto não é exclusividade dos zapatistas³⁴⁹. No entanto, a combinação de humor com a força militar ou, para retomar uma metáfora de Marx³⁵⁰ as armas da crítica combinadas com a crítica das armas, caso do EZLN, é algo da ordem do inusitado. É certo que antes dos zapatistas, houve movimentos de cunho político-contracultural como os *Provos*³⁵¹ na Holanda, os *situacionistas*³⁵² entre França e Alemanha, os *anarco punks*³⁵³ em várias partes do mundo, entre outros que se caracterizaram pelo discurso crítico bem humorado. Estes movimentos de contestação política, entretanto, estão bem distanciados das guerrilhas e das lutas partidárias tradicionais.

No Brasil havia, no fim dos anos 60, um divisor de águas entre a esquerda que optou pela luta armada e a chamada esquerda festiva. De um lado, as armas da crítica do *Pasquim*, por exemplo, que questionavam e criticavam a ditadura burlando a censura por meio do funcionamento linguístico-discursivo do humor e da tirada espirituosa (burla da censura, aliás, similar às técnicas do chistes descritas por Freud). De outro lado, a luta armada de Mariguela e as demais vertentes de guerrilha latino-americana. Contudo, a crítica das armas desta esquerda estava em franca desvantagem em relação a seu antagonista no Brasil e, na condição de silenciosa clandestinidade, sua resistência-revolta foi totalmente eliminada por uma política contra-insurgente.

Em conferência no GEL (2010), Possenti afirmou que os sujeitos humoristas

348 FOUCAULT, 2007.

349 No Brasil o humor no político é marcante na trajetória do Barão de Itararé, alter ego de Aparício Torelly. Quando este foi candidato a vereador no Rio de Janeiro pelo PCB, diante da falta d'água que a cidade sofria e da venda enganosa de leite 'batizado' na época, lançou o slogan: *MAIS ÁGUA E MAIS LEITE. MAS MENOS ÁGUA NO LEITE*. E "como achasse que um comício, mesmo relâmpago, podia adormecer os eleitores, queria um comício, relâmpago-com-trovões: discursos interrompidos por estrondos. (Ssó, 1984, p. 72.) No entanto, é preciso ressaltar que, segundo Ssó, o humorista foi alvo de patrulhamento ideológico no interior do partido, devido a sua heterodoxia e a suas mudanças de ideias.

350 Marx, [1843-1844], 2004.

351 GUARNACCIA, 2003.

352 INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002.

353 O'HARA, 2005.

tendem a supervalorizar os efeitos políticos corrosivos de seu *métier*, como no caso da luta contra a ditadura no Brasil empreendida pelo humorismo político. De acordo, a crítica humorada, com suas formas de burlar a censura, de tocar o real do problema de modo inusitado e explosivo tem suas limitações. Entretanto, articulado com as crítica das armas ou com um discurso discrepante pelos efeitos corrosivos do silenciar por exemplo, sua eficácia pode se potencializar. Outrossim, Possenti (2010) discorreu sobre a presença mais ostensiva do humor em nosso momento histórico, há uma demanda por humor e, por conseguinte, um mercado. Note-se que, embora desconfie da eficácia subversiva do humor, o linguista não desconsidera a rentabilidade do mesmo, ou seja, sua eficácia em gerar novos consumidores (no caso da publicidade com efeitos de humor) ou em se converter em mercadoria valorizada em si mesmo.

Com efeito, a presença mais ostensiva do humor na contemporaneidade capitalista exige uma reflexão sobre a relação da ideologia dominante com o discurso humorístico. No que concerne ao humor e a chamada *língua de vento*, o que pode funcionar de modo dissimétrico, nas ideologias antagônicas, é o caráter auto-crítico que os efeitos de humor e auto ironia potencializam. Se o riso, na língua de vento da mídia contemporânea tem efeitos de ceticismo, de cinismo e de despolitização não será por que opera com base em uma tagarelice cômica que atualiza e corrobora as evidências da ideologia dominante? O que faltaria ao riso dominante seria o auto-questionamento de suas posições? Talvez uma incapacidade em desvelar as próprias contradições? Penso a tagarelice no cômico com base na concepção de Heidegger [1927] (2005), como a possibilidade de tudo entender, mas sem que aconteça uma efetiva compreensão, sem que ocorra uma apropriação da *coisa*. Poderia-se dizer, de outra perspectiva, que a tagarelice cômica funciona na reafirmação e na reprodução das evidências, sem desconstruir o óbvio e sem se defrontar com o contraditório.

Em contraste, haveria a palavra plena, conforme conceitualizada por Lacan [1953-1954] (1986), como a palavra que faz ato, que quando emerge em uma dada interlocução, um dos sujeitos já não é mais o mesmo. Esta palavra plena, que pode ser, por exemplo, um dito de espírito ou produzir efeitos de humor, afeta os sujeitos e desestabiliza suas posições subjetivas. Entretanto, não se trata de opor a palavra

plena à tagarelice de modo discreto, elas funcionariam imbricadas material e concretamente, como paráfrase/polissemia em Orlandi, ou como na dialética da reprodução/transformação. A tagarelice *mass media* pós-fordista³⁵⁴, presente na língua de vento teria como efeito a reprodução das evidências, contudo, esse mesmo burburinho do cotidiano, quando escutado com atenção pode deixar emergir a palavra plena, palavra transformadora que se realiza pelo tropeço da língua e pelos efeitos subjetivos demasiado bem sucedidos da tirada espirituosa e do humor. De fato, a correlação entre efeitos de sentido e a movência dos sujeitos é patente no caso do humor e, mais ainda, no dito de espírito:

Há alguma coisa que deve tornar o sujeito alheio ao conteúdo imediato da frase, que se apresenta, vez por outra, por meio do aparente nonsense. Trata-se do nonsense em relação à significação que leva por um momento a dizer Não compreendo, estou desorientado, não há um verdadeiro conteúdo nessa frase, marcando a ruptura do assentimento do sujeito com relação ao que ele assume.³⁵⁵

Na perspectiva da teoria materialista do discurso ressoa aqui algo das 'formas de aparição fugídias de alguma coisa 'de outra ordem', vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio³⁵⁶. Esta falha na *Matrix*³⁵⁷ dos sentidos e das evidências alude a algo de outra ordem - do irrealizado? - e desvanece por um breve instante a consistência dos universos logicamente estabilizados.

No que concerne à imagem zapatista, a questão a saber é: em que medida a visibilização da causa camponesa-ameríndia e dos sujeitos segregados pode levar à prática política e romper com a passividade espectral? Ademais, em que medida o mascaramento rompe a divisão social entre a maioria anônima e a minoria célebre ou celebrizada pela mídia? Por outro lado, essa mesma visibilização dos sujeitos-segregados não pode funcionar como uma forma de vigilância e controle biopolítico? Talvez a condição de celebridades anônimas dos zapatistas seja um modo de contornar esta duplicidade do espetacular: são célebres, porém anônimos; são visíveis a seus endereçados sujeitos-simpatizantes ao mesmo tempo que escapam

354 Virno, 2003.

355 Lacan ([1957] 1999, p. 112.

356 PÉCHEUX, [1978] 1997, p. 301.

357 Matrix. Produção de Joel Silver. Direção de Andy Wachowski & Larry Wachowski. 136 min. Color, EUA - Austrália, 1999.

ao controle disciplinar com a prática de ocultação do rosto.

Talvez o enfoque deste trabalho não tenha ressaltado devidamente as contradições, limitações ou falhas da luta zapatista. É necessário reafirmar: não se tratou de uma investigação especializada ou exaustiva sobre a discursividade ameríndia chiapaneca, mas um trabalho que visou retomar questões teórico-políticas em suspenso na Análise de Discurso. Para tanto, buscou analisar de modo pontual uma luta popular no movimento real latino-americano, ou seja, iniciou por operar um corte cirúrgico nas materialidades discrepantes atribuídas a este processo de revolta armada de fuzis, mas sobretudo de palavras, de imagens, de riso, de silêncio, de poesia, de mitos, de perguntas.

Um aspecto que precisaria ser melhor investigado é o dos “sistemas de recepção dos enunciados políticos”, uma vez que estes “não são simples imagens inversas” da produção de discurso” de porta-vozes políticos, “mas trazem suas próprias estratégias para o jogo”³⁵⁸. Para além do discurso zapatista, se faz pertinente a análise do burburinho do cotidiano, da linguagem comum, do homem comum a quem aquele discurso é endereçado.

Uma linguagem que, segundo Courtine (2006) se diferencia da língua de madeira ou do discurso doutrinal, pois este se caracteriza por:

seus efeitos de autoridade, a submissão daqueles que vêm enunciá-lo na voz sem nome de um mestre, neutro, universal, anônimo; o apagamento de si que está aí implicado, essa modalidade particular da divisão subjetiva na qual o que funda o discurso que o sujeito falante sustenta é, ao mesmo tempo, aquilo que o desapossa; a hierarquização e a monopolização da fala legítima para uma casta de clérigos; um mundo da letra que privilegia a memorização pela recitação, que restringe o afastamento possível apenas ao comentário: discursos das Igrejas, discursos da Escola, discursos do Partido.³⁵⁹

O discurso zapatistas, com seus porta-vozes políticos, prática de anonimato e suas reivindicações socioeconômicas não deixam de ressoar algo desta língua outrora denominada revolucionária. Ainda assim, trata-se de um lugar de porta-voz, distante daquele do depositário iluminado da verdade histórica ou do sujeito de um suposto saber régio. Trata-se de um anonimato que recusa a individualização pelo Estado, mas que o faz para afirmar um outro lugar de reconhecimento. Por outro lado, o discurso zapatista parece distante da rigidez recitatória e doutrinária, sua fala

³⁵⁸ COURTINE, 2006, p. 83.

³⁵⁹ Ibid. p. 92-93.

e sua escrita parecem mais próximos das novas sensibilidades linguageiras que, segundo Courtine (2006), têm sua base numa lógica do momento, lógica esta que buscou:

modos de expressão inéditos, pretendendo romper com as formas canônicas da tomada de posição pública, panfleto e petição. Astúcia verbal em vez de estratégia discursiva, ela reencontrou e fez eclodir outras práticas linguageiras no campo esquadrihado do discurso político: formas curtas, uso lapidário de fórmulas, desconstrução das línguas de madeira submetidas ao efeito desoxidante do jogo de palavras, dispersões individuais da fala política em inscrições transitórias, simples grafites destinados ao acaso dos olhares. Uma verdadeira poética da fala breve, pessoal e efêmera se insinua então no discurso político.³⁶⁰

Nessa ótica, a discursividade zapatista, com seus próprios jogos de palavras, sua mobilização de saberes heterogêneos, suas correspondências em que o humor e o político se mesclam, também desconstrói a língua de madeira de além-mar. Com efeito, o discurso zapatista é um híbrido em que uma poética da fala breve não impede a irrupção do lirismo da revolução (conforme a atribuição de Ignacio Ramonet a respeito do zapatismo).

Ao que parece uma investigação pela analítica discursiva de Courtine pode ser pertinente para se averiguar as discrepâncias da discursividade zapatista em relação à antiga língua de madeira e a nova língua de vento. De fato, Courtine empreendeu uma arqueologia do discurso eurocomunista, mais especificamente do discurso do partido comunista francês, que comprova a pertinência da abordagem foucaultiana no campo do discurso. Contudo, se Courtine, se esmera em exumar os cadáveres do armário da história da Análise de Discurso na França, não o faz sem ressaltar a distinção entre o discurso da cúpula do partido de suas bases operárias? É certo que o partido comunista funcionava como uma fortaleza inexpugnável, segundo Althusser (1978), mas não era exatamente um bloco monolítico. É possível afirmar que a análise que Courtine empreendeu visou, sobretudo, ao mesmo alvo althusseriano: aos porta-vozes e à vanguarda do partido.

Por outro lado, Courtine acaba por não perceber o deslocamento geográfico do espectro do irrealizado, pois se o analista de discurso francês constata a desideologização do político em seu país e no chamado cantinho de mundo europeu

360 Ibid. p. 105

não tende a universalizar apressadamente esta mesma constatação? Lembrando que se a França, segundo Althusser ([1995], 2008), foi durante o período histórico que se estende da Revolução Francesa a Maio de 1968 o epicentro dos movimentos operários, das massas e dos sujeitos revolucionários, ponto de encontro da intelectualidade comunista, anarquista, progressista, hoje esta não parece ser mais sua condição. Por outro lado, o espectro do irrealizado não deixou de insistir, ele se deslocou do cantinho de mundo europeu para, entre outros lugares, *Nuestra América* – conforme a nomeação do revolucionário cubano José Martí ([1891], 1985). Ou ainda segundo outra nomeação, nossa *Panamérica*, uma vez que esta nomeação pode produzir outros sentidos para além da túnica do imperialismo norteamericano com sua sólida malha de interesses, segundo o filósofo peruano Mariátegui³⁶¹.

Antes de encerrar gostaria de tecer algumas ponderações sobre a necessidade de pensar a relação da teoria com a política na Análise de Discurso. A posição adotada nesta tese é de que não existe prática teórica científica politicamente desinteressada - em uma suposta busca angelical de contemplação do verdadeiro pelo verdadeiro. A postura que se ampara em um academicismo distanciado do movimento do real e que aceita a dicotomização entre prática teórica e prática política faz política sem tomar conhecimento de que o faz (efeito ideológico do academicismo). Ressalte-se que a prática política não se restringe ao engajamento partidário ou sindical, nem se confunde com proselitismo militante. Talvez o *cavalo de Troia* pecheuxiano, que inoculou a semântica com questões históricas e ideológicas, seja um exemplo de prática política mais consequente, pois possibilitou levar adiante questões incômodas e imperdoáveis: a das problemáticas políticas no interior da cidadela universitária.

Por outro lado, pensar a teoria como prática, entre outras práticas, é colocar a questão de seu papel na dialética da reprodução/transformação histórica: reprodução/transformação de sentidos, de relações socioeconômicas, de modos de

361 Ademais, para Mariátegui ([1925], 1970) os homens novos da América indoibérica podem e devem se entender com os homens novos da América ianque, pois é preciso distinguir o pensamento de Theodor Roosevelt do pensamento libertário de Henry Thoreau, é preciso contrapor um Pierpont Morgan ou um Henry Ford a um Ralph Waldo Emerson, ou um William James ou mesmo um Walt Whitman. Com efeito, uma grande parcela dos simpatizantes do zapatismo, a chamada sociedade civil internacional é constituída de sujeitos estado-unidenses

produção. Ao que parece a retificação pecheuxtiana, em relação ao desvio funcionalista presente na teoria althusseriana das formações ideológicas, como instância reprodutora por excelência (mas ao mesmo tempo transformadora) é interpretada, segundo a linha de maior inclinação, como uma abordagem *mais realista* do que aquela imbuída de desejos revolucionários, que almejavam *mudar tudo*. Esta interpretação reformista acaba esquecendo-se de *ir a raiz do problema*: a contradição inerente a nossa formação social, não continua sendo flagrada na imbricação material das relações de dominação-exploração-segregação? Ressalto esta formulação: imbricação material sobredeterminada das relações de dominação-exploração-segregação, pois não me parece consequente para uma abordagem materialista tratar de uma desigualdade sem referir as outras. Ademais, não são, sobretudo, estas relações que podem e devem ser revolucionadas? A contradição interna e incontornável ao capitalismo não é indício de que este modo de produção, para melhor ou para pior, um dia encontrará o seu fim?

Revolucionar o mundo não é querer mudar tudo – não é querer mudar nem a órbita dos planetas, nem a configuração dos continentes, nem o código genético, nem a composição química da *Coca Cola*, nem a cor e o corte de cabelo de mestres ou pupilos – mas, o que é preciso ainda ousar insistir em mudar são as relações socioeconômicas desiguais. De modo que a constatação do caráter transistórico da Ideologia ou do simbólico ou, ainda, do interdiscurso, em seu funcionamento opaco e teoricamente perene, não pode nos impedir de avançar no estudo dos processos de resistência-revolta-revolução para que se vislumbre, talvez, o espectro do irrealizado - ou a aurora de um outro mundo possível, *un mundo donde quepan muchos mundos*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A ILHA DAS FLORES. Produção Mônica Schmiedt, Giba Assis Brasil, Nôra Gulart . Direção e roteiro de Jorge Furtado. Narração de Paulo José. 13 min. Color, 1989. Disponível em: <http://www.portacurtas.com.br/Filme.asp?Cod=647>
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Vol. I Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução*. Mexicana. História mexicana contemporânea - 1910-1989. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. *Lenin y la Filosofía*. Buenos Aires: Ediciones CEPE, 1972. 77 p.
- _____. *Lo que no puede durar en el Partido Comunista*. Tradução de Pedro Vilanova Trías. Siglo XXI de España Ed.,1978. 110 p.
- _____. *Sobre a Reprodução*. [1995] Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 294 p.
- ARBEX Jr., José. 1 Bilhão de Mortos-Vivos: Contra as Cutrales do Mundo. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 152, p. 7, nov. 2009.
- ASTRAIN, Martha Patricia López. *La Guerra de Baja Intensidad en México*. México: Plaza y Valdés, 1996. 318 p.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.
- BARTRA, Armando. O Cachimbo Parlante. [1998] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.
- BECK, Maurício. *Um Outro Mundo é Possível? Do Fim da História a Outros Sentidos Possíveis*. 2005. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFSM, Santa Maria, 2005.
- BERMÚDEZ, Lilia, *La Guerra de Baja Intensidad*. Reagen Contra Centroamerica. México: Siglo XXI, 1989.
- BEY, Hakim. *Sobre a Anarquia; Guerra da Informação; Fé Midiática de Fim de*

Século; Ataque Oculto as Instituições. Tradução de coletivo Protopia S. A Porto Alegre: Deriva, 2008. 131 p.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: O Já Basta da Resistência Zapatista*. Tradução de Maria Encarnacion Moya. São Paulo: Alfarrabio, 2002. 118 p.

_____; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002. 380 p.

BRUNEL, Pierre. (Org.) *Dicionário de Mitos Literários*. Tradução de Carlos Sussekind... [et al.] Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CAMINANTES. Produção de José Ibañez-Martin Pirán e Luis Fernandez Fernandez. Escrito por Ángel Luis Lara e Fernando León de Aranoa. Direção de Fernando León de Aranoa. 60 min. Color, 2001.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado: Pesquisa de Antropologia Política*. [1974] 5 ed. Tradução de Theo Santiago. Francisco Alves, 1990, 152 p.

CORAZÓN DEL TIEMPO. Produção de Ana Soares e Alberto Cortés. Escrito por Hermann Bellinghausen e Alberto Cortés. Direção de Alberto Cortés. Intérpretes: Rocío Barrios, Francisco Jiménez, Marisela Rodríguez, doña Aurelia, Leonardo Rodríguez et. al. 90 min. Color, 2008.

COURTINE, Jean-Jaques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pêcheux. Tradução de Bacharéis em Letras UFRGS. São Carlos: edUFSCar, 2009. 250 p.

COURTINE, Jean-Jaques; MILANEZ, Milton. *Intericonicidade. Entre(vista) com Jean-Jaques Cortine*. Disponível em: <http://grudiocorpo.blogspot.com/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>. Acesso em: 05/09/09.

_____. *Metamorfoses do Discurso Político: Derivas da Fala Pública*. Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006. 160 p.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. [1967] Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

DINOUART, Abade. *A Arte de Calar*. [1771] Apresentação de Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes,

2001. 80 p.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma Introdução*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo, 1997, 204 p.

EISNER, Will. *O Sonhador*. [1986] Tradução de Marquito Maia. São Paulo: Devir, 2007. 56 p.

EZLN. *Documentos y comunicados*. Prologo de Antonio García de León e crônicas de Elena Ponitowska y Carlos Monsivais. México, D. F. Ediciones Era, 1994. 332 p. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. In: *Estudos da Língua(gem)*: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista. n. 1, p.69-75, jun de 2005.

FIGUEIREDO, Guilherme Guitahy de. de. *A Guerra é o Espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Unicamp, Campinas, 2003.

FLORESCANO, Enrique; GUEMES, César. É Terrível que a sociedade desperte somente com a morte: Florescano.[1998]. In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

FOUCAULT, Michel; EWALD, François. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de.(org.) *Michel Foucault - Dossier*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 81.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. [1975] 33. ed. Tradução de Raquel Ramallete Petrópolis: Vozes, 2007. 262 p.

FREUD, Sigmund. [1894]. Neuropsicoses de Defesa. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. Os chistes e sua Relação com o Inconsciente. [1905] Tradução sob a direção de Jayme Salomão. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas*

Completas de Sigmund Freud. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. Totem e tabu. [1913] Tradução sob a direção de Jayme Salomão. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

_____. *O Humor*. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. [1927] In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURTADO, Celso. *La Economía Latinoamericana desde La Conquista Iberica hasta La Revolucion Cubana*. Tradução de A. Gimpel Smith. México: Siglo XXI, 1969.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADET, François; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. [1981] Tradução de Betânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004

GALEANO, Eduardo. Estamos tentando recuperar nossa própria voz. Entrevistadora Fania Rodrigues. Entrevista concedida a Caros Amigos. *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 152, p. 34-37, nov. 2009.

GENNARI, Emilio. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002. 115 p.

_____. *EZLN: Passos de um Rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 160 p.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária: Um Século de Anarquismo em Língua Portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 1999. 95 p.

GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México, 1910-1920: una guerra campesina por la tierra y el poder. [1971]. México D.F.: El Caballito, 1981. 410 p.

GEL - GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 58º, 2010. São Carlos-SP.

GUARNACCIA, Matteo. *Provos - Amsterdam e o Nascimento da Contracultura*. Tradução de Leila de Souza Mendes São Paulo: Conrad Livros, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. R. J. *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano*. Santa Maria: Letras UFSM,, n. 26, p. 53. 2003.

_____. *Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005. 96 p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 4 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002. 501 p.

_____. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro, São Paulo: 2005. 530 p.

HAROCHE, Claudine; COURTINE, Jean-Jaques. Apresentação: Os Paradoxos do Silêncio. (2001) In: DINOUART, Abade. *A Arte de Calar*. Apresentação de Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 80 p.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. [1927] Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Shuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. 68. Disponível em: <http://members.tripod.com/~Picheli/Hobsbawm.Htm>. Acesso em: 4 abr. 2004.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Tradução de João Carlos Vítor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Tempos Interessantes. Uma vida no século XX*. Tradução de S. Duarte. São Paulo. Cia. das Letras, 2002.

HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder*. O Significado da Revolução Hoje. Tradução de Emir Sader. São Paulo, 2003. 330 p.

HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. *Zapatismo: Reflexión teórica y subjetividades emergentes*. Buenos Aires: Herramienta; México: BUAP, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego”, 2008. 142 p.

INDURSKY, Freda. Do desdobramento à fragmentação do sujeito em análise do Discurso. In: *Sínteses 2*, Porto Alegre, ANPOLL/UFRGS, 2002. CD-ROM.

_____. Formação Discursiva: Ela ainda merece que lutemos por ela? In: II SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/freda.pdf> Acesso em: 22 dez. 2005.

_____. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, M. C. *Os múltiplos territórios da Análise do*

- Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999, p. 173-186.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista: teoria e prática da revolução*. Tradução de Francis Wuillaume, Leo Vinicius. São Paulo: Conrad, 2002.
- KAFKA, Franz. *O Processo*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 270 p.
- _____. *O Processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- KUPERMANN, Daniel. Perder a vida, mas não a piada: O humor entre companheiros de descrença. In: SALAVUTZKY, Abrão; KUPERMANN, Daniel. (org.) *Seria trágico... se não fosse cômico*. Humor e Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LACAN, Jacques. *O Seminário* (livro 1). Os Escritos Técnicos de Freud. [1953-1954]. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1986.
- _____. *O Seminário* (livro 5): As Formações do Inconsciente. [1957] Tradução de Vera. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEBRUN, Gerard. *Passeios ao Léu*. Ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1983. 290 p.
- LENIN, Vladimir Ilitch. (1902, 1920) *Obras Escolhidas*. Em Três Tomos. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LUDD, Ned. (org.) *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global*. 2002.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* [1900]. Tradução de Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 1999. 134 p.
- LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. [1979] Tradução de Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MARCOS, Subcomandante. Los Pueblos Indios dieron rumbo, destino y velocidad a nuestro sueño: Discurso del Subcomandante Insurgente Marcos. In: *Revista Rebeldía* n. 62 de Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.revistarebeldia.org/>. Acesso em: 05/09/09.
- MARCOS, Subcomandante; TAIBO II, Paco Ignacio. *Mortos Incômodos: Falta o que Falta*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006. 238 p.
- MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.
- MARIANI, Bethania. Significantes e Sentidos, Inconsciente e Ideologia. In:

- SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.) *Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008, 191 p.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. *A Política Armada; Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 238p.
- MARIÁTEGUI, JOSÉ CARLOS, *Obras Completas*, Amauta, Lima, 1970.
- MARTÍ, José. Nuestra América. In: *Letras Fieras*. La Habana: Letras Cubanas, 1985.
- MARTINS, José de Souza. “Comentários sobre a insurreição Zapatista em Chiapas”. (2002). In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002. 380 p.
- MARX, Karl *18 Brumário de Luís Bonaparte*. [1852] Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 346 p.
- _____. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. [1843-1844] In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. [1845-1846] Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643 p.
- MATAMOROS, Fernando. Zapatismo, reflexión teórica y subjetividades emergentes: revisitando el Seminario. In: HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio. *Zapatismo: Reflexión teórica y subjetividades emergentes*. Buenos Aires: Herramienta; México: BUAP, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vález Pliego”, 2008.
- MÉSZÁROS, Istvan. *O Poder da Ideologia*. Tradução de Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004. 566 p.
- _____. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102 p.
- MEZAN, Renato. A “Ilha dos Tesouros”: Relendo A piada e sua relação com o inconsciente. In: SALAVUTZKY, Abrão; KUPERMANN, Daniel. (org.) *Seria trágico... se não fosse cômico*. Humor e Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOGUEL, Julio. O Zapatismo: Um ano depois. [1995] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

MONSIVAIS, Carlos. “Década de oitenta – 1992: Os preparativos.” [1999] In: In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

MONTALBAN, Manuel Vázquez. Na Clareira da Revolução. [1999] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

MORAIS, Marília Brandão Lemos. Humor e psicanálise. In: *Estudos psicanalíticos* [<http://www.cbp.org.br/rev3114.htm>]. 2008, n.31, p. 114-124.

MOUSTERDE, Pierre. *Reinventando a utopia: Práticas alternativas da esquerda latino-americana*. Tradução de Ethon Fonseca, Patrícia Chittoni Reuillard e Sandra Dias Loguércio. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003. 188 p.

NAVARRO, Luis Hernández. “A Força do silêncio” [1998] In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002.

NETO, Leon Farhi. Disciplina ou espetáculo? Uma resposta biopolítica. In: *Revista Aulas - Dossiê Foucault. Dez 2006/março de 2007*. Campinas: Unicamp. p. 1-22

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: Reflexões sobre os Preconceitos Morais*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 330 p.

_____. *O Nascimento da Tragédia*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

O BOM, O MAU E O FEIO (ou Três Homens em Conflito). Produção Alberto Grimaldi. Escrito por Agenore Incrocci, Sergio Leone, Furio Scarpelli e Luciano Vincenzoni. Direção de Sérgio Leone. Música de Enio Morricone. Interpretes: Clint Eastwood , Lee Van Cleef , Eli Wallach et al. 161 min. Color, 1966.

O'HARA . Craig. *A Filosofia do Punk*. Mais que Barulho. Tradução de Paulo Gonçalves. São Paulo: Radical Livros, 2005. 200 p.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso*. Princípios e Procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes: 2002. 100 p.

_____. *As Formas do Silêncio*: No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007. 182 p.

_____. *Discurso e Texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Interpretação*: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004. 156 p.

_____. Violência e processos de individualização dos Sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.) *Análise do Discurso*: Heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008, 191 p.

OUVIÑA, Hernán; SANGUILIANO, Héctor (SANYÚ – ilustraciones). *Zapatismo para Principiantes*. Buenos Aires: Era Naciente, 2007. 192 p.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethânia S. Mariane...[et ali.] Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. [1981] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Unicamp/IEL, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

_____. El extraño espejo del análisis de discurso. In: *Langages* 62, jun. 1981. Tradução de María del Carmen Saint-Pierre. Disponível em: <http://www.magarinos.com.ar/courtine.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2008.

_____. *O Discurso*. [1983] Estrutura ou Acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. (1975) *Semântica e Discurso*: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.

_____. (1978). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e Discurso*: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.

- Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 3. ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.
- PEREDA, Luis Campalans. Humor e Psicanálise. Tradução de Alzira Brum Lemos. In: SALAVUTZKY, Abrão; KUPERMANN, Daniel. (org.) *Seria trágico... se não fosse cômico*. Humor e Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PRADO Jr., Caio da Silva. *A revolução brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- RAITER, Alejandro; MUÑOZ, Irene: El discurso zapatista, ¿un discurso posmoderno?", in RAITER, Alejandro; ZULLO, Julia. *Lingüística y política*. Buenos Aires: Biblos, 2008.
- ROSA, Alexandre Morais da. *Decisão no Processo Penal como Bricolage de Significantes*. 2004. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) – UFP, Curitiba, 2004.
- SADER, Emir. *A Nova Toupeira: Os Caminhos da Esquerda Latino-Americana*. São Paulo: Boitempo, 2009. 190 p.
- SAMIS, Alexandre. Apresentação. In: MAGÓN, Ricardo Flores. *A Revolução Mexicana*. Seleção e Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2003. 102 p.
- SARAMAGO, José. “Chiapas, nome de dor e de esperança”.(1998) In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: Construindo a Esperança*. Tradução de Maria José Rinaldo Barboza et al. São Paulo: Paz e Terra/ México: La Jornada, 2002. 380 p.
- SCHALLER, Jean-Jacques. (2001) Construir um Viver Junto na Democracia Renovada. Tradução de Maria Teresa Vianna Van Acker. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2002.
- SALAVUTZKY, Abrão; KUPERMANN, Daniel. (org.) *Seria trágico... se não fosse cômico*. Humor e Psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 351 p.
- SOUSA, Edson Luiz André. *Uma Invenção da Utopia*. São Paulo: Lumme, 2007. 50 p.
- SPINOZA, Baruch de. *Ética*. Tradução e prefácio de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. 341 p.
- _____. *Tratado teológico-político*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- SSÓ, Ernani. *Barão de Itararé*. As aventuras, desventuras e travessuras de um pioneiro do humor e da imprensa alternativa. Porto Alegre: Tchê! Comunicações Ltda, 1984.
- TAYLOR, Charles. *As Fontes do Self*. A construção da identidade moderna. Tradução de Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Loyola, 1997. 670 p.
- TRAGTENBERG, Maurício. Franz Kafka: O Romancista do Absurdo. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Ano 1. n.7. Dez de 2001. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_kafka.htm. Acesso em: 15/11/09.
- _____. *Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo*. In: *Educação & Sociedade* – Ano VIII – Nº 23 – Abril de 1986. São Paulo: Cortez, p. 84-103.
- VANEIGEM, Raoul. *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. Tradução de Leo Vinicius. São Paulo: Conrad, 2002. 294 p.
- VENTURINI, Maria Cleci. *Rememoração/Comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano*. 2005. 235 f. Tese (Doutorado em Letras) - UFSM, Santa Maria, 2008.
- VERISSIMO, Erico. *México: História de uma Viagem*. 3d. Rio de Janeiro: Globo, 1964. 303 p.
- VIRNO, Paolo. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Tradução de Leonardo Palma Retamoso. Santa Maria, 2003. Disponível em: <http://www.culturadigital.br/desobedecendo/2010/04/03/gramatica-da-multidao-para-uma-analise-das-formas-de-vida-contemporaneas/> Acesso em: 20 jul. 2010.
- ZAPATISTAS! Produção de Big Noise Films. Narração de Edward James Olmos; Daryl Hannah; Geronimo Pratt, Mumia Abu-Jamal. Músicas de Rage Against the Machine; Neil Young & Crazy Horse; Ozomalti; Dj Vadim; The Herbaliser; Sílvio Rodriguez. Porto Alegre: Deriva (Distribuição e legendas), 55 min. 1999.
- ZANDWAIS, Ana. *Perspectivas da Análise do Discurso fundada na França: uma retomada de percurso*. Cogitare n.8. Santa Maria, PPGL Ed. 2008.
- ŽIŽEK, Slavoj. *As Metástases do Gozo: Seis Ensaios sobre a Mulher e a Causalidade*. Tradução de Miguel Serra Pereira. Relógio d'água: Lisboa, 2006. 285 p.

_____. *A Visão em Paralaxe*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo Boitempo, 2008. 507 p.

_____. *Bem-vindo ao Deserto do Real!* Cinco Ensaios sobre 11 de Setembro e Datas Relacionadas. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. 191 p.

_____. “Como Marx Inventou o Sintoma”. In: Žižek, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 336 p.

_____. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 197 p.

_____. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo em 15 de out. de 2008. Entrevistadores: Alexandre Machado, Emir Sader, Maria Rita Khel, Vladimir Safatle, Laura Greenhalgh e Luiza Moares. Disponível para download em: <http://www.megaupload.com/?d=8EOWISIW>

_____. “O Espectro da Ideologia”. In: ŽIŽEK, Slavoj.(org.) *Um Mapa da Ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 337 p., p. 7-38.

ZWICK, Renato. Tormento Eterno. In: Revista *Os Questionadores do Absurdo*. n.3 Ijuí: Orangotango, ago de 2001. 20 p.